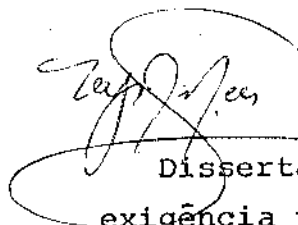


Luzia Margareth Rago

SEM FÉ, SEM LEI, SEM REI

Liberalismo e Experiência Anarquista na República

*Este exemplar corresponde à edição final de
tese defendida por Luzia Margareth Rago e aprovada
pela Comissão Julgadora.
Campinas, 14 de novembro de 1984*



Dissertação apresentada como
exigência parcial para obtenção
do Grau de Mestre em História à
Comissão Julgadora da Universi-
dade Estadual de Campinas, sob
a orientação do Professor Doutor
Edgar Salvadori de Decca

- 1984 -

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Ao Edu,
companheiro e amigo

Í N D I C E

APRESENTAÇÃO	
I - FÁBRICA SATÂNICA / FÁBRICA HIGIÊNICA	20
Uma Nova Economia dos Gestos	26
A Maquinaria do Controle e a Regulação do Cotidiano	31
As Resistências Implícitas do Proletariado	39
A Pedagogia "Paternalista" dos Patrões	48
O Deslizamento dos Regimes Disciplinares	55
A Luta pelo Controle da Fábrica: A Proposta Anar - quista de Auto-Gestão	71
II - A COLONIZAÇÃO DA MULHER	98
De Volta ao Lar	99
- A Fábrica, esses Lupanares	106
- Desorganizada e Difusa, a Resistência Feminina ..	114
O Mito do Amor Materno	118
O Sequestro da Sexualidade Insubmissa	132
- A Campanha Abolicionista	145
Os Anarquistas e o Campo da Moral	148
- A Emancipação da Mulher	148
- A Moral Sexual	161
- As Práticas Condenáveis	171
III - A PRESERVAÇÃO DA INFÂNCIA	188
A Apropriação Médica da Infância	188
- O Problema do Menor Abandonado	192
- A Mortalidade Infantil	199
- A Necessidade do Médico	209

	A Condição do Trabalhador Infantil no Imaginário Operário	211
	- A Resistência Infantil	223
	A Pedagogia Libertária e a Formação do Homem Novo	229
	- O Enraizamento do Discurso Anarquista no campo da Educação	247
IV	- A DESODORIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO	256
	Gestão Higiênica da Miséria	256
	Destruir os Miasmas	261
	Do Público ao Privado: um Deslocamento Tático	271
	A Disciplina das Vilas Operárias	274
	A Gestão "Científica" da Habitação Popular	292
	Imagens Libertárias da Cidade do Futuro	304
V	- CONCLUSÃO	310
VI	- BIBLIOGRAFIA	316

APRESENTAÇÃO

Gostaria de começar este trabalho reportando-me ao final dos anos 60. Momento que para minha geração teve um significado profundo ao explodir com valores, crenças e modelos que nos pareciam os únicos caminhos possíveis de serem percorridos. Trajetórias prontas, conhecidas desde há muito. Ao mesmo tempo, este momento foi fundamental para nossas vidas ao apontar para um outro campo de possibilidades que nos fez repensar a história numa nova perspectiva, negadora de qualquer determinação necessária e inevitável.

As roupas velhas, escuras e cinzentas, caíram em desuso, felizmente, mas não sem produzir um sentimento confuso misto de alívio e de dor. Projetados num espaço novo, onde tudo deveria ser reconstruído, foi com certa dificuldade que novos caminhos puderam ser descortinados e desbastados, num trabalho ininterrupto que teve muito de bandeirante e de artesão. Os modelos prontos e acabados, cristalizados por tantas décadas, que ameaçavam consolidarem-se eternamente, de repente voaram pelos ares. "Sejamos realistas, peçamos o impossível", gritaram os revoltosos do maio de 68. As mulheres deixaram de comportar-se passivamente, a virgindade foi questionada praticamente, o casamento deixou de ser a única opção possível e algumas optaram mesmo pela não-maternidade. O movimento operário reivindicou o controle das fábricas e soube denunciar a ideologia do trabalho, conceito fundamental da dominação moral e econômica da burguesia. As crianças revelaram que sabem dizer não e exigiram um outro tipo de atenção, questionando por seu lado a imagem angelical e idealizada produzida pelo imaginário burguês. De ponta a ponta, abriu-se a possibilidade no interior do social de enveredarmos por novas direções e de partirmos para outras maneiras de inscrição no mundo. Entre um momento e outro, no entanto, a estranha sensação de que vivíamos uma mudança profunda, cujo sentido era percebido difusamente.

Proporho-me a pensar nesta dissertação como estas figuras que tiveram, pelo menos aparentemente, uma existência tão sólida e inabalável, puderam se constituir. Por que caminhos sofisticados e sinuosos permaneceram intocáveis por tan-

tas décadas, governando nossos atos e reinando soberanamente? O trabalhador produtivo e submisso, a esposa-mãe-dona-de-casa, a criança pura e inocente, o "reizinho da família", convivendo como um trio perfeito numa habitação higiênica e bem dividida, se não existiram concretamente tal qual foram concebidos desde meados do século XIX, ou então, na dimensão em que foram projetados, sem dúvida constituíram-se em fantasmas que ameaçaram e perturbaram o sono de muita gente. O preço exigido pela recusa da aceitação destes modelos normativos certamente não foi nada baixo: os que se desviaram das rotas sociais previamente traçadas sabem disto muito bem. Prisão, sanatório, choque elétrico, sentimento de culpa, derrota e marginalização exprimem algumas das formas pelas quais a sociedade moderna procura "corrigir" aqueles que se "desviam".

É claro que a luta pela quebra destes modelos de comportamento não está terminada. Para a grande maioria das mulheres, o amor materno continua sendo inerente à natureza feminina e qualquer atitude contrária ainda parece fortemente suspeita. É considerada anti-natural. Do mesmo modo, poderíamos dizer que o ser-trabalhador ainda define a essência do homem e que os não-trabalhadores sentem o peso da culpabilidade que a sociedade lança impietosamente sobre os seus ombros.

No entanto, o que importa a meu ver é que estes papéis sociais definidos para o homem, para a mulher, para a criança, para o velho e assim por diante, estão em crise. Já não sabemos exatamente, e isso é ótimo, o que é ser mãe, qual o conteúdo da paternidade, o que faz um professor, etc. Felizmente, os modelos tradicionais de comportamento que nos davam as regras exatas para cada situação, eliminando qualquer variável imprevisível, já estão de algum tempo esclerosados e poucos podem afirmar convictamente suas certezas.

A crise destes estranhos modelos de inscrição no social não será discutida aqui. No entanto, começo por falar dela pela experiência de um passado recente vivido pessoalmente com muita intensidade e que tem tudo a ver com o percurso desta dissertação. Afinal, a sensação no final dos anos 60 e por

vários anos da década seguinte foi a de que um mundo novo se abria, mas ao mesmo tempo, a de que a estrada se interrompia e de que não havia mais trilhos pela frente. Alguma coisa como um desenho em que se apagam repentinamente os traços e as direções sem deixar nenhuma linha à vista. Na vertigem do escuro, algumas vozes muito especiais sinalizaram outros rumos, aparecendo como referências luminosas e bem-vindas num campo aberto e inexplorado. Âncoras de algum porto seguro. Parece que em número cada vez maior, lançamo-nos nesta procura incessante de alguma coisa que brote do fundo de cada um de nós: a busca da própria identidade, se se quiser. Mas, sobretudo, da possibilidade de escolhermos nossos caminhos e de dirigirmos autonomamente nossas vidas.

Numa trajetória bastante pessoal, mas certamente coletiva, cheia de encontros intensos e de perdas desesperadas, o contato com a doutrina anarquista marcou, sem dúvida, um momento muito especial. Afinal, deparava-se com vozes que falavam de um outro mundo, de uma vida alegre e descontraída, da libertação de homens e mulheres, da possibilidade do amor livre, da importância do prazer, da autogestão da produção, da vida comunitária, de uma nova proposta educativa e de tantos outros temas que, no mínimo, são profundamente fascinantes. Pela primeira vez, encontrava-me com aqueles que muitas décadas atrás questionaram todos estes modelos sociais e comportamentais impostos pela sociedade burguesa, apontando para novas possibilidades. Se não foram "vitoriosos" como não se cansa de repetir uma determinada tradição acadêmica, não há como negar a atualidade das questões que os libertários colocaram desde meados do século XIX na Europa e nos começos do século XX no Brasil: vida comunitária, gestão da produção pelos trabalhadores, formação de cooperativas de produção e de consumo, associações independentes, amor livre, educação baseada na experiência e no livre desenvolvimento individual, fim do Estado, descentralização e recusa das relações de poder que se instauram em todos os espaços de sociabilidade, da fábrica à escola, ou à prisão. Também não é mero acaso, sabemos disto, que o interesse pelo anarquismo vem aumentando desde o final dos anos 60, momen-

to em que surgem várias produções acadêmicas, tanto no exterior quanto no Brasil, procurando recuperar a história destes marginalizados pelo discurso político e intelectual, ao lado da constituição do Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP, da representação de peças teatrais libertárias, da publicação de romances e, mais recentemente, de uma novela de televisão.

Esta dissertação pretende mostrar como nas primeiras décadas do século desenvolve-se uma vasta empresa de moralização da classe operária emergente no país, cujo eixo principal é a formação da figura do novo trabalhador, dócil e produtivo. Este projeto de integração do proletariado ao universo dos valores burgueses, que se forma paulatinamente, desdobra-se em múltiplas estratégias de disciplinarização do trabalhador, atingindo-o tanto no interior da fábrica quanto fora dela. Busca redefinir sua maneira de viver, de sentir, de pensar e de agir, a partir da domesticação de seus hábitos tradicionais e da erradicação de práticas consideradas incivilizadas e perniciosas. Para tanto, a redefinição da família constitui uma peça mestra. Um novo modelo de mulher, voltado para a intimidade do lar e um cuidado todo especial com a infância, redirecionada para a escola, fundam a possibilidade do nascimento da intimidade operária, para a qual se destinam habitações higiênicas e confortáveis.

Evidentemente, para realizar estas utopias reformadoras, as classes dominantes tiveram de enfrentar a resistência tenaz do modo cultural de um proletariado que preservava suas tradições e seus costumes, que criava um saber próprio e que possuía referências específicas sobre as mesmas questões. Além do mais, acenando com a perspectiva da construção de um mundo novo, onde inexistiriam a exploração do trabalho assim como todas as formas da dominação, onde os direitos fundamentais do homem estariam assegurados para todos, os libertários, portadores de um projeto de transformação radical da sociedade, apareceram como depositários da esperança de realização dos anseios de uma classe pegada e oprimida em todos os momentos de sua vida cotidiana.

Dividi este trabalho em quatro capítulos. No primei-

ro, procuro pensar como uma intensa e rígida disciplina do trabalho visou domesticar o trabalhador, transformando-o numa figura forjada de cima e do exterior. Ao mesmo tempo, a crescente resistência do operariado emergente a adequar-se a este modelo normativo explodiu em inúmeras formas de contestação, desde as lutas travadas contra o despotismo da hierarquia fabril à greve geral, culminando na proposta alternativa de organização descentralizada e autônoma das relações de produção, fundada no ideário anarquista.

O segundo pretende mostrar como esta intenção burguesa de disciplinarização do trabalhador perseguiu-o fora dos muros da fábrica: a redefinição da família operária apareceu, então, como alvo privilegiado de intervenção das classes dominantes. Por vários lados, especialistas, industriais e poderes públicos tentaram definir um novo modelo de relações familiares fundado na promoção de um novo ideal de feminilidade e na valorização de atributos considerados inerentes à natureza feminina. A imposição deste modelo normativo da mulher e da família esbarrou com o projeto anarquista de constituição de uma nova moral, de emancipação da mulher, de uma outra maneira de organizarem as relações afetivas, familiares ou não e com toda a crítica aos fundamentos da ordem burguesa expressos tanto no contrato de trabalho quanto no contrato de casamento.

Uma nova relação com a infância, destinada a ser formada nos institutos disciplinares, apesar de ser altamente explorada nas inúmeras fábricas instaladas no país, também foi definida neste processo de moralização do proletariado. Inúmeras instituições e saberes voltados para a condição da criança procuraram construir sua identidade e regular as relações entre pais e filhos. Pelo lado do trabalho, os anarquistas apontaram para a possibilidade da formação de um homem novo, através de uma outra representação imaginária da infância. Uma nova pedagogia, baseada na liberdade individual e voltada para o crescimento pessoal, que nossa época tem procurado realizar nas inúmeras escolinhas maternais e em outras experiências alternativas, procurou ser instrumentalizada nas escolas racionais ou modernas, criadas pelos libertários em várias regiões do país

e especialmente nos bairros operários de São Paulo. Este é o objeto do terceiro capítulo.

No quarto, quis investigar onde se tentou instalar estas figuras normativas construídas pelo discurso do poder, isto é, que tipo de habitação as classes dominantes desejaram impor aos trabalhadores e qual o sentido desta iniciativa. Afinal, não se dizia ao homem pobre e à sua família apenas onde morar, mas definia-se ao mesmo tempo o conteúdo de sua vida cotidiana, determinando-se seus atos também nos momentos em que se encontrava fora das "bastilhas industriais". A purificação da cidade foi alvo de investimento do poder médico, dos higienistas, engenheiros, arquitetos, dos poderes públicos e dos industriais que, influenciados pela teoria biológica do meio e obcecados pelo perigo do contágio infeccioso simbolizado na figura do pobre, desejaram higienizar tanto o ambiente do trabalho quanto a habitação operária e os lugares públicos de lazer, demarcando rigidamente as fronteiras que indicavam os espaços permitidos à circulação das "classes perigosas". Por sua vez, os libertários lançaram críticas contundentes à organização capitalista do espaço urbano e visualizaram de maneira pontual a possibilidade de libertação da cidade.

A construção da sociedade burguesa implicou na instituição de múltiplas representações imaginárias, pelas quais se designou o lugar e a função de cada um em seu interior. Esta instituição imaginária não se fez sem um violento processo de luta aberto por aqueles que, portadores de hábitos, valores culturais e sonhos diferenciados, recusaram-se a introjetar passivamente os próprios pressupostos da existência e da sustentação da ordem burguesa. Neste movimento, os anarquistas e anarco-sindicalistas atuantes no movimento operário das décadas iniciais do século no Brasil tiveram papel de destaque, ganhando progressivamente a adesão e a confiança de um setor considerável do proletariado.

Penso que a resposta à famosa questão referente aos limites da realização da utopia libertária fica para ser precisada mais minuciosamente por pesquisas posteriores. As conclusões a que chego nesse sentido só podem ser temporárias e par-

ciais. As limitações da documentação disponível constituem uma barreira para se conhecer detalhadamente o cotidiano da classe operária: dificilmente ainda podem ser registradas experiências mais íntimas como as que se referem a uma história dos sentimentos, embora não negue a possibilidade de recuperação destes momentos. Mas isto exigiria outras pesquisas. De qualquer modo, estive muito mais preocupada em resgatar as propostas que, inscrevendo-se nos múltiplos campos da vida social, constituíram o projeto anarquista de fundação da Nova Sociedade. É claro que procurei investigar cuidadosamente os limites da efetivação desta prática; por isso mesmo não me limitei a pesquisar a atuação dos anarquistas apenas no campo específico da política. No entanto, pessoalmente acredito que a existência mesma deste desejo de instituição de uma nova maneira de viver deva ser carinhosamente recuperado, no mínimo pelas portas que nos abrem e pelo muito que podem nos iluminar na definição de nossas vidas, independente de sabermos até que ponto "deram certo" ou não.

* * *

A ausência de estudos que procurem recuperar as práticas cotidianas criadas pelo proletariado e incentivadas pelos anarquistas e anarco-sindicalistas desde os inícios da industrialização no Brasil merece alguma reflexão. Penso que este silenciamento pode ser explicado à luz da concepção da política que informa as análises sobre a formação da classe operária. Ao trabalharem com uma representação exclusivamente jurídica do poder, só se consideram como políticas as ações que se realizam através dos canais institucionais e o Estado aparece como foco exclusivo que estaria na origem de todo tipo de poder. (1)

Ao localizar o poder nas instituições e ao privilegiar o partido "revolucionário" como lugar por excelência do exercício da política, esta produção intelectual realiza duas operações simultaneamente: de um lado, expulsa do campo de luta que institui, a prática política do proletariado que se dirige contra outros momentos do exercício da dominação; de outro, nega as formas não-organizadas ou não-institucionalizadas de lu-

ta, ao (des)qualificá-las como pré-políticas, primitivas ou atrasadas. Portanto, para a historiografia político-institucional não só deixam de ser perceptíveis outros momentos de exercício do poder que se manifestam no cotidiano em todas as esferas da vida social e principalmente na produção, quanto as novas formas de resistência criadas pelos produtores diretos e que não se viabilizam através das vias institucionais.

À medida em que o poder é coisificado e exteriorizado num espaço que se sobrepõe aos indivíduos e os controla, o conflito é abstraído das relações sociais e neutralizado, criando-se a imagem de homogeneização do social. Assim, as lutas "implícitas" do proletariado que põem em xeque praticamente a divisão social do trabalho são relegadas, quando não se tornam "invisíveis", a um plano inferior e anterior do percurso que a consciência deve realizar até atingir seu momento superior, consubstanciado pelo partido. (2)

Neste movimento de desqualificação das lutas operárias cotidianas, o mito do apoliticismo dos anarquistas veio consolidar uma posição que, pretendendo recuperar a história do movimento operário brasileiro desde suas origens, acaba consagrando ironicamente o mito da passividade e da boa índole de nossa gente. Se de um lado a participação dos libertários no cenário político da época foi silenciado até muito recentemente, a despeito de algumas poucas vozes isoladas, a maneira pela qual esta prática vem sendo recuperada no presente referenda a leitura da política que privilegia a atuação do partido. Incorre-se deste modo no preconceito de inferiorizar o anarquismo frente a outras tendências políticas, ou de querer preenchê-lo mostrando o que lhe falta, ou ainda de querer identificá-lo ao comunismo como se ambos se fundassem numa mesma representação do poder.

Exemplifiquemos. Tentando explicar a derrota do movimento operário neste período em que parte pela orientação anarquista que lhe foi imprimida, Boris Fausto afirma:

"A orientação da vanguarda anarquista teve assim um peso que não pode ser ignorado ao longo da história do movimento operário do período e da

conjuntura de 1917-1920. Aí se atualizam as debilidades de uma teoria, as quais se poderiam acrescentar as oscilações entre uma estratégia insurrecional utópica e a mera identificação com as lutas espontâneas, os erros táticos dos quais o flagrante - nascido de uma dificuldade de avaliar as relações de força - foi o de tentar organizar greves gerais contra a repressão, em um momento já de refluxo." (3)

Ou ainda:

"...do ponto de vista programático, os socialistas se colocam no plano aparentemente superior em relação aos anarquistas, ao pretenderem atuar na esfera política, ao compreender a necessidade de estabelecer um programa mínimo democrático, de pressionar o Estado no sentido da extensão da cidadania social e política, ao afirmar o objetivo de formação de um partido." (p. 102) (grifos meus-L.M.R.)

Segundo a análise de L. Werneck Vianna:

"A intensa movimentação operária, apesar do jargão anarco-sindicalista, (...) não ultrapassou a luta por reivindicações econômicas e sociais, não se apresentando como um adversário político. Faltava-lhe organização partidária, estratégia para a ação e um sistema de alianças que criasse as bases para sua influência política e social." (4)

Mesmo as mais recentes produções acadêmicas sobre o movimento anarquista nas primeiras décadas do século no Brasil não rompem, a meu ver, com esta postura metodológica, tanto na medida em que privilegiam a constituição do partido revolucionário como manifestação da maturidade política da classe operária, quanto ao identificarem as diferentes concepções da política que fundamentam as estratégias revolucionárias de anar-

quistas e comunistas, perdendo o sentido de suas diferenças. (*) Penso que o artigo de Charles Albert publicado pelo jornal libertário O AMIGO DO POVO, em 8/11/1903, pode esclarecer algumas questões:

"A POLÍTICA"

"Para tornar impossível a exploração da elasticidade desta palavra, convém precisar sempre, bem nitidamente, os seus diversos sentidos. Se se toma na sua mais lata acepção etimológica: os interesses do grupo social, da cidade (polis) todos os partidos, todos os grupos de luta ou de estudo, todas as concepções revelam da política. O objetivo comum é sempre a melhor maneira de conduzir os interesses da cidade, e a ação de todos, seja qual for a tática, não visa os destinos da cidade? Os anarquistas e similares fazem pois política, têm uma política como toda gente. Têm mesmo uma concepção, um ideal político mais firme, mais raciocinado, mais completo que quaisquer outros socialistas (...)

Mas a palavra é ainda tomada (...) noutra sentido. Significa então o modo atualmente em vigor de gerir os interesses da cidade, a forma política atual, isto é, hoje o poder executivo e legislativo em todos os graus, o Estado, o parlamento, a administração. E é neste ponto que se opera a cisão.

-
- (*) - Magnani, Silvia. O Movimento Anarquista em São Paulo, S.P., Brasiliense, 1982;
 - Barros, Monica L. O Anarquismo e as Mulheres Trabalhadoras, Campinas, Dissertação de Mestrado, UNICAMP;
 - Hardman, F.F. Nem Pátria, Nem Patrões, São Paulo, Brasiliense, 1983;
 - Campos, Cristina. O Sonhar Libertário, Campinas, Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1983.

Alguns têm um ideal diametralmente oposto ao que triunfa na administração dos negócios públicos. Demandam e querem tentar praticar com todas as suas forças uma forma política nova, consistindo em passar sem a atual trapalhada, que (...) acaba por desaparecer inteiramente. Os interesses não deixarão de se fazer, e não ao acaso, mas segundo um certo ideal, numa certa direção, isto é, segundo uma certa política, a da mais larga liberdade. Há pois uma política (primeiro sentido) que consiste em passar sem a política (segundo sentido)."

De um modo ou de outro, as várias produções acadêmicas afinam no mesmo diapasão: os anarquistas não perceberam a importância da organização da classe operária no partido revolucionário, por isso saíram derrotados no final da década de vinte. Acredito que não se discute nestes casos se os libertários, ao invés de ingênuos, não possuíam uma outra representação da ação política que tende para o questionamento de todas as formas do exercício da dominação, próxima das análises da "microfísica do poder" desenvolvidas por Foucault. Ao contrário do que comumente se afirma, a recusa da participação na instância política formal e a negação da constituição do partido revolucionário pelos anarquistas explicam-se pela não-aceitação de toda forma de institucionalização do conflito tentada pelos dominantes. Os anarquistas se negam a legitimar os canais institucionais de participação política, aceitos ou não pelo Estado e acreditam que o partido político, dito revolucionário, acabaria por reproduzir relações hierárquicas em seu interior e em sua relação com os representados, relações inerentes a todo tipo de instituição. Em outras palavras, os anarquistas rejeitam uma concepção estritamente jurídica do poder, mesmo que, como os sindicalistas revolucionários, defendam a atuação política no interior do sindicato, organismo criado pelo movimento operário; conferem maior relevância às formas de resistência travadas nos múltiplos campos da vida social e preocupam-se particularmente com o sentido das ações da vida cotidiana. Creio que limitaríamos consideravelmente nossa compreen

são do projeto anarquista de transformação radical da sociedade e da instituição de um mundo novo, mais justo e mais livre, se atentássemos exclusivamente para sua atuação no campo da política. Por isso mesmo procuro neste trabalho investigar as propostas dos libertários e sua atuação nas múltiplas esferas da vida social: na reorganização do processo de trabalho, na redefinição das relações afetivas e familiares, na proposta de formação de um homem novo a partir de uma pedagogia alternativa, na formulação de uma nova moral, no desejo de criação de uma cultura alternativa. Penso que perderíamos a dimensão daquilo que entendo como a utopia anarquista se nos ativéssemos especificamente à sua participação num campo que, de certa forma, não constitui na lógica libertária o espaço privilegiado da luta revolucionária: antes que política, a mudança da sociedade para os anarquistas é uma revolução social inscrita no campo muito mais abrangente da moral. Voltarei a este ponto. (Cap. III)

Por construir uma outra concepção do poder, que recusa a participação no campo da política instituído pelo imaginário social num lento processo que remota ao século XVII europeu, os anarquistas desenvolvem uma intensa atividade de crítica da cultura e das instituições e formulam um projeto de transformação revolucionária da sociedade que coloca e engloba todos os pequenos territórios da vida cotidiana. Nesse sentido, propõem um tipo de resistência política que investe contra as relações de poder onde quer que se constituam: na fábrica, na escola, na família, nos diversos espaços de sociabilidade, criticando e desvendando as inúmeras formas diretas e indiretas, visíveis e sofisticadas e os múltiplos mecanismos tecnológicos do exercício do poder. Desta maneira, a análise do poder em sua positividade, como rede de relações que se exerce a nível molecular em todos os domínios da vida social, na linha proposta por Michel Foucault, abre toda uma perspectiva metodológica que permite repensar a atuação dos anarquistas a partir de uma outra lógica. (5) À imagem jurídica do poder, o poder soberano, Foucault opõe uma outra concepção: o poder disciplinar. À representação do poder institucionalizado, que abrange um conjunto de instituições e de aparatos repressivos para garantir a sujeição dos cidadãos no Estado, este filósofo sugere a

concepção do poder enquanto rede de relações que está em toda parte e que se exerce positivamente nos pontos extremos do social, produzindo individualidades, incitando a manifestação de comportamentos e não reprimindo-os, de modo a facilitar a vigilância e o controle do corpo social mais eficazmente. (6)

A conhecida recusa à constituição do partido político pelos anarquistas e a negação de qualquer participação na instância política formal não devem, portanto, ser ingenuamente atribuídas à incapacidade de perceber as formas de luta ou as estratégias mais "corretas" na condução da classe operária, mas à certeza de que no interior de qualquer instituição, inclusive o partido, se reproduziriam relações centralizadas e hierárquicas, seja entre vanguarda e massas, seja no interior da própria organização que tenderia à burocratização.

Novamente, os próprios anarquistas podem nos esclarecer melhor sobre suas próprias concepções: O AMIGO DO POVO, de 13/9/1903, discutindo a questão do significado da consciência política e o problema da relação entre a vanguarda e os seus representados, publicava:

"Se, por exemplo, se faz passar uma sociedade operária como sendo as idéias de meia dúzia de diretores, ou duma minoria, mesmo socialista ou anarquista, comete-se um erro terrível, cujas desastrosas consequências - as de qualquer mentira, de qualquer engano - recaem primeiramente sobre essa mesma minoria, que conta com forças que não existem. Fazer passar (...) por partidárias da greve geral, graças a votações engenhosas, sociedades que delas não tem um conceito claro, não é um logro perigoso, uma perigosa armadilha ao proletariado militante? E é sempre o prejuízo autoritário de querer emancipar os outros a seu pesar. Não; a emancipação é necessário desejá-la, senti-la. Tudo o mais é puro parlamentarismo. Assim, é mais anarquista a sociedade que é consciente do seu fim comum, voluntária, portanto, do que a que se diz anarquista porque o é uma minoria... dire-

tora (empreguemos o termo, sem cerimônia). São, com efeito, essas associações voluntárias, livres, pois que os associados, sabendo qual o fim delas, querem organizar-se, que substituem a ação do Estado, prescindindo dele. (...)

O operário deve estar na organização voluntariamente, conscientemente; ao contrário, é uma unidade que não conta, que não presta, que estorva; (...)

Conclui-se ainda a inutilidade e nocividade de diretorias (que pena para os parasitas). Não são precisos presidentes para dirigir homens que querem e sabem o que querem. É sim necessária uma administração, que nada tem a ver com a direção; na que há divisão de trabalho, delegação de funções, nesta há delegação de direitos, abdicação, parasitismo. E a administração deve ser frequente mente mudada, passar sucessivamente pelas mãos de todos os sócios capazes dum serviço bem simple num organismo simple (...)". (os últimos grifos são meus - L.M.R.)

Defende-se neste artigo a eliminação da divisão entre trabalho intelectual e manual no interior da organização operária, origem da constituição de uma burocracia autoritária apartada da maioria dos trabalhadores e que, no entanto, se autodesigna como legítima representante dos interesses do proletariado. A própria idéia de representação é claramente questionada por esta doutrina que prega como estratégia de luta a ação direta, ou seja, a participação de todos na conquista de seus direitos ou na criação de outros novos. Os anarquistas defendem que cada um se autogoverne e que não seja determinado, oprimido ou conduzido por um poder externo sob justificativa alguma. Mais ainda, prevêem que o poder constituído em nome dos trabalhadores no partido revolucionário se descole de suas bases originárias e se torne um instrumento de dominação contra aqueles que diz representar. Na disputa com Marx no interior da AIT, no último quartel do século XIX, Bakunin pergunta

va se a extrema concepção do poder nas mãos de um grupo dirigente - "a nova classe científico-política privilegiada" - não significaria um prolongamento da dominação sobre o trabalhador. Desacreditando a idéia de que uma revolução política deveria preceder a revolução social, ele mostrava aonde a ditadura do proletariado levaria a revolução:

"Eles concentrarão todos os poderes do governo em mãos fortes, pelo próprio fato de que o povo é ignorante e necessita de um firme e solícito cuidado do governo. Criarão um banco estatal único, que concentrará em suas mãos toda a produção industrial, comercial, agrícola e inclusive científica; e dividirão as massas do povo em dois exércitos: um exército industrial e um exército agrícola sob mando direto dos engenheiros estatais, que constituirão a nova classe privilegiada científico-política." (7)

* * *

Foram inúmeras as pessoas que me apoiaram direta e indiretamente, incentivando o desenvolvimento deste trabalho desde sua elaboração inicial, durante o período em que cursava o Mestrado, até seu resultado final. Os dois anos que convivi com Regina, Álvaro, Marcos, Célia, Kleber e com outros amigos e professores da UNICAMP não poderiam ter sido mais felizes e foram decisivos no sentido de me estimularem nesta tarefa. Além das festas, foram ainda muito importantes as discussões infindáveis com Annéris e Álvaro Tenca que nunca concordavam com nada.

No período em que passei em Uberlândia, pude contar com toda a amizade da Carmem, da Fátima e de outros amigos e com a carinhosa receptividade dos alunos da Universidade Federal de Uberlândia que tornaram aconchegante um espaço profissional e geográfico novo.

Felizmente, pude contar com a Stella e o Alcir que leram carinhosamente este texto, desfazendo minhas imensas inseguranças e temores, valorizando aquilo que o medo ameaçava a bafar. Houve também a Miriam, que me auxiliou materialmente xerocando textos, trocando material e a Fátima, que por alguns meses pesquisou com toda a boa vontade nos arquivos da cidade. Mas mais do que isso, quero agradecer pelo carinho com que me tratam, pelo apoio moral que me têm dado em todos os momentos de "down", pelas esperanças que já concretizaram. Só posso ficar muito feliz por tê-las um dia encontrado.

Aliás, esta dissertação simboliza para mim um enorme encontro: não só com figuras históricas do passado, mas fundamentalmente com aquelas com as quais convivi e estou convivendo. Edgar e Stella fizeram e fazem parte deste movimento de maneira muito especial, orientando-me muito mais do que na tese, nos caminhos e descaminhos da vida. Sou muito grata pela amizade e pelo envolvimento profundo que nos une. Por terem compreendido o significado do "caminho de volta" à História, pela sensibilidade com que me compreendem.

O Edgar, amigo e orientador, acompanhou passo a passo toda a evolução deste trabalho, discutindo horas a fio cada uma das idéias, orientando pacientemente, dando "dicas" incríveis, não deixando escapar o menor detalhe. Sem dúvida, esta dissertação teria sido impossível sem seu acompanhamento minucioso e dedicado.

O Edu. Nada pode ser mais gratificante do que o amor e o apoio das pessoas com as quais a gente "divide as barras" cotidianas. Agradeço, entre outras coisas, a paciência com que ouviu e discutiu as idéias que pintaram nestes tempos de tese e com que "levantou o astral" em cada momento de desânimo.

Agradeço ainda ao Ítalo por acompanhar com muita disposição todos os relatórios. Aos professores Michael Hall e Lúcio Kowarick, que aceitaram participar da banca examinadora. Ao pessoal do Arquivo Edgard Leuenroth, à Marisa e à Vanda, que pacientemente me receberam durante todo o tempo da pesquisa. Agradeço ainda à Terezinha e à Lourdinha, responsáveis pelo pe-

sado trabalho da datilografia.

Finalmente, sou grata à FAPESP cujo suporte financeiro foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa e para a elaboração da dissertação.

Se em vários momentos a tarefa de produzir este texto me pareceu uma descoberta envolvente e entusiasmadora, não posso negar que também houve as conhecidas crises de me sentir muito sozinha e isolada. "Ossos do ofício", como se costuma (va) dizer. De qualquer maneira, tenho a nítida sensação de que esta dissertação resulta muito mais de um esforço coletivo, por toda a rede de apoios e de ligações que significou, e isto sem dúvida provoca um sentimento gostoso de estar no mundo, participando da batalha cotidiana de todos nós.

Agosto de 1984

NOTAS

- (1) Arguindo contra esta postura metodológica, Marilena Chauí explica: "(...) há ação política sempre que o poder esteja em questão, isto é, sua legitimidade, de sorte que o Estado não é necessariamente o único polo que determina o político, mas este também é determinado por todos os pontos pelos quais o poder se manifesta no interior das relações sociais, o Estado sendo uma síntese deles, mas não o exclusivo referencial da política. (...) a ação pode ser considerada política sem que exija para tanto e necessariamente canais institucionais que não tenham sido legitimados pelos próprios agentes." in: Ideologia e Mobilização Popular, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 95.
- (2) Segundo a conceituação de C. Castoriadis, as lutas "implícitas" traduzem as formas de resistência política do proletariado, criadas independentemente de toda instituição organizativa e contêm de forma latente os germes de uma proposta de recriação das relações de produção e de toda a vida social. A respeito, ver L'Expérience du Mouvement Ouvrier, Paris, vol. I e II.
- (3) Fausto, Boris. Trabalho Urbano e Conflito Social, São Paulo, Difel, 1977, p. 247. (Grifos meus - L.M.R.)
- (4) Vianna, Luís Werneck. Liberalismo e Sindicalismo no Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 73.
- (5) Foucault, Michel. Microfísica do Poder, Rio de Janeiro, Graal, 1979; História da Sexualidade I: A Vontade de Saber, Rio de Janeiro, Graal, 1977; Vigiar e Punir, Rio de Janeiro, Vozes, 1977.
- (6) "(...) não se trata de analisar as formas regulamentares e legítimas do poder em seu centro, no que possam ser seus mecanismos gerais e seus efeitos constantes. Trata-se, ao contrário, de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e lo

cais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras do direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violento. (...) Em outras palavras, ao invés de perguntar como o soberano aparece no topo, tentar saber como foram constituídos, pouco a pouco, progressivamente, realmente e materialmente os súditos, a partir da multiplicidade dos corpos, das forças, das energias, das matérias, dos desejos, dos pensamentos, etc. Captar a instância material da sujeição enquanto constituição dos sujeitos, precisamente o contrário do que Hobbes quis fazer no *Leviatã* (...)." in: Microfísica do Poder, p. 182/3.

- (7) Bakunin, Michael. Escritos de Filosofia Política, Madri, Alianza Editorial, 1978, vol. 2, p. 45.

I - FÁBRICA SATÂNICA / FÁBRICA HIGIÊNICA

Na pequena e mal-iluminada sala da gráfica situada à Rua Santa Cruz da Figueira, nº 1, em São Paulo, o tipógrafo Edgard Leuenroth conversa com alguns companheiros. Discute com o advogado Neno Vasco e com o linotipista Mota Assunção a elaboração do primeiro número de um jornal operário: A TERRA LIVRE. O espanhol Manuel Moscoso também participa da reunião. Estamos no ano de 1905. O primeiro número deste periódico anuncia:

"Somos socialistas e anarquistas. Como socialistas, atacamos o instituto da propriedade privada e a moral que a tem por base. No monopólio da riqueza produzida por todos, sem que a parte de cada um possa rigorosamente ser determinada, na apropriação individual da terra, dos meios de produção e de comunicação, bem como dos produtos, vemos nós a origem principal da miséria e do aviltamento da grande maioria, da insegurança e da inquietação de todos. (...) Queremos uma sociedade que tenha por fim assegurar a cada um o seu desenvolvimento integral; uma sociedade em que o trabalho, tendendo à satisfação das necessidades do indivíduo, seja escolhido por cada um e organizado pelos próprios trabalhadores.

Tomamos o nome de anarquistas ou libertários, porque somos inimigos do Estado, isto é, do conjunto de instituições políticas que têm por fim impor, a todos, os seus interesses e a sua vontade mascarada ou não com a vontade popular." (10/12/1905)

Com o advogado Benjamin Mota, o mesmo tipógrafo reunia-se desde 1901 para editar o jornal A LANTERNA, que ficará famoso por seu anti-clericalismo. Neno Vasco, figura proeminente do movimento anarco-sindicalista europeu, dirige em São Paulo O AMIGO DO POVO e participa ativamente da redação de A TERRA LIVRE. Outro conhecido anarquista, o pintor Gigi Damiani, desembarcara dois anos antes no Brasil, após ser libertado das ilhas-prisões da Itália, onde permanecera detido em função de

sua militância política nos recentes movimentos populares de sua terra. Nas prisões por onde passa, convive com outros tantos militantes libertários, entre os quais Oreste Ristori e Alexandre Cerchiai. Todos optam pela imigração ao Brasil. Encontrando-se aqui e conhecendo outras figuras de destaque do movimento operário que então se iniciava, estes homens terão intensa participação política nos acontecimentos que se sucedem. Juntamente com Oreste Ristori, que reencontra em São Paulo, Gigi Damiani funda o jornal libertário LA BATTAGLIA, enquanto que, em 1903, com Alexandre Cerchiai e com Rodolfo Felipe, inaugura outro periódico de tendência semelhante: LA BARRICATA. Mas é muitos anos depois que surge a mais famosa de todas as publicações libertárias: A PLEBE, cuidadosamente editada por Edgard Leuenroth.

Folheando as páginas já bastante amareladas destes jornais, reunidos há não muitos anos, a primeira impressão que me causam é a de uma riqueza muito grande de idéias e de acontecimentos de um período que vem sendo recentemente recuperado. Um universo vai-se delineando gradativamente aos meus olhos e é inevitável a pergunta: o que queriam aqueles loucos românticos? Loucos? Românticos?

Muitos são os que se preocupam ou mesmo antecipam a realização deste sonho: mudar a vida, transformar o mundo embrutecido e infernal das longas horas de trabalho extenuante e insuportável, das humilhações doídas e das derrotas cotidianas, num paraíso possível. A hora do sono quebra o silêncio da noite: os companheiros se reúnem e decidem os rumos da luta do dia seguinte. Os artigos publicados nesta imprensa nascente e artesanal procuram incentivar o espírito de luta, estimular as resistências nos locais de trabalho, informar e apoiar as pequenas guerras que se travam diariamente nos diferentes espaços de sociabilidade: denúncias de exploração, notícias da batalha cotidiana, registros de avanços e recuos, de vitórias e fracassos.

Mas não são destes temas vive a imprensa anarquista das primeiras décadas do século no Brasil: ela fala do amor, do

lazer, registra excursões e pic-nics, sessões culturais, conferências educativas, discute uma nova moral. Propõe uma nova maneira de viver, promete um mundo fundado na igualdade, na liberdade e na felicidade, que deve ser construído por todos os oprimidos aqui e agora.

Procuro recuperar este projeto de fundação de uma Nova Sociedade que paulatinamente ganha a adesão de milhares de trabalhadores, ao acenar com a promessa da instituição de relações sociais mais justas e mais livres e de um mundo em que cada homem será dono dos próprios atos. Propondo a reorganização da atividade do trabalho e dos múltiplos campos da vida social, os libertários aparecem como depositários das esperanças de uma classe operária que, negada e oprimida não só em seu passado, mas em todos os instantes de sua vida cotidiana, se une e se forma na luta contra o exercício da dominação. Espelham os desejos e prometem realizar as expectativas de inúmeros trabalhadores, frustrados passo a passo pela imposição incessante da vontade dos dominantes.

O movimento cresce, alastra-se rapidamente conquistando várias fábricas, milhares de trabalhadores, a despeito de toda a violência da repressão organizada pelos setores privilegiados da sociedade e das inúmeras estratégias disciplinares constituídas com o objetivo de produzir uma nova figura do trabalho, politicamente submissa mas economicamente rentável.

Desde cedo, afinal, os dominantes viram desmoronar a imagem disciplinada e laboriosa que haviam projetado sobre o imigrante europeu. "Nem da Ásia, nem da África", os trabalhadores provenientes do sul do Europa, brancos e civilizados como se desejara, haviam trazido consigo não apenas uma força de trabalho, mas todo um conjunto de expectativas, de valores e de tradições culturais. Ao entrarem no país, fazem explodir todas as projeções continuamente lançadas sobre seus ombros, procurando cada vez mais incisivamente afirmar sua própria identidade. Indolentes, preguiçosos, boêmios, grevistas ou anarquistas, segundo a representação imaginária construída pela sociedade burguesa, recusam-se a preencher os requisitos previstos na i-

magem estereotipada que o poder forja sobre o trabalhador europeu. Lutam para definir sua nova identidade, a partir dos sistemas de representações, dos valores e das crenças de que são portadores. (1)

As expectativas burguesas sobre o imigrante recém-chegado também se frustram. Em contrapartida, os industriais procuram fixar sua mão-de-obra nas fábricas, recorrendo a inúmeras tecnologias de disciplinarização, ininterruptas e ramificadas, que partindo do interior do espaço da produção acompanham o novo trabalhador no percurso de volta à casa, penetram em sua habitação, invadindo e procurando controlar até mesmo os momentos mais inesperados e mais íntimos de sua vida cotidiana. Mais do que qualquer outro grupo social, os imigrantes aparecem aos olhos dos setores privilegiados da sociedade imersos num estado ameaçador de transição: recém-saídos de seus países, de suas regiões de origem, ainda não definiram o novo modo de vida. Como será ele? O desconhecido assusta: é preciso que se ensine aos trabalhadores rudes e ignorantes uma nova forma de vida, mais higiênica e mais adequada, antes que eles mesmos o façam. O trabalho fabril deve ser organizado segundo os interesses e as exigências da expansão do capital. As relações familiares também devem ser produzidas a partir da constituição de um novo modelo normativo de família. Todo tipo de comportamento desviante, toda forma de relacionamento incontrôlável, ameaçadora e impura devem ser curto-circuitados. É preciso adestrar os gestos da nova força produtiva em todos os seus momentos. Assim se pretende formar o novo proletariado, impondo-lhe uma identidade moralizada construída de cima e do exterior.

Na fábrica, a mobilização de um amplo arsenal de conhecimentos e de técnicas coercitivas visa transformar a estrutura psíquica do trabalhador, formar uma nova personalidade, incutir hábitos regulares de trabalho, reorientar seus impulsos "incivilizados", desde as origens da introdução da fábrica. Afinal, os imigrantes aqui chegados procediam na sua maioria de regiões rurais, onde possuíam hábitos de vida e condições de trabalho diferenciados: inexperientes, o choque com os novos

maquinismos e com o novo mundo industrial contraria toda expectativa patronal da "gente trabalhadeira, ambiciosa, muito mais adaptável à vida urbana que o próprio brasileiro", (2) provocando a eclosão de violentas manifestações de resistência à nova disciplina do trabalho.

A intenção de construir uma nova figura do trabalhador, disciplinada e ordeira, supôs então a supressão violenta de toda sua tradição cultural e a interdição do modo de vida que se constituía progressivamente. Silenciar e esvaziar o imigrante recém-chegado de todo seu passado para forjar uma outra identidade, imposta como chapa sobre ele, constituiu um projeto burguês que enfrentou a mais tenaz resistência por parte dos dominados.

As inúmeras manifestações de resistência desencadeadas dentro e fora dos muros da fábrica durante as duas décadas iniciais do século atestam a recusa operária a submeter-se às exigências da exploração capitalista e, mais ainda, a desesperada tentativa de concretizar a utopia libertária de reorganização autônoma das relações de trabalho e de fundação da Nova Sociedade. Nos anos de 1918/1922, a radicalização das lutas travadas contra a organização capitalista do processo produtivo aponta para a proposta anarquista de autogestão da produção. O controle da fábrica esteve presente nos horizontes do movimento operário, expresso pela corrente anarco-sindicalista, ao lado das mais diferentes estratégias de resistência efetivadas no interior do espaço fabril.

Choque de duas vontades, embate de desejos contraditórios: o mundo do trabalho apareceu na perspectiva do trabalhador como lugar privilegiado do exercício de uma dominação brutal e ilimitada que ele deveria destruir, organizando-se através de suas entidades de classe ou reagindo através das múltiplas formas de luta criadas no cotidiano da produção. Ora, diante da resistência tenaz e incisiva da nova força produtiva, expressa não apenas nas incontáveis greves que eclodiram no período, mas também nas várias formas de luta criadas no dia-a-dia, dentro dos muros da fábrica e fora deles, os industriais

procuraram convencer a sociedade da necessidade vital do aumento da produtividade do trabalho para construir a riqueza da nação por esses homens, mulheres e crianças que deveriam submeter-se sem nenhuma objeção às ilimitadas imposições do capital.

Se nos primeiros anos do século e até mesmo o final da década de dez, as estratégias de disciplinarização do trabalhador configuram-se pontualmente, manifestando o desconcerto dos patrões frente às lutas operárias e atestando a ineficácia das medidas punitivas e policialescas de controle da força de trabalho, a passagem para a década de vinte assiste a um deslizamento dos regimes disciplinares: configura-se um projeto racional de produção do novo trabalhador, dissolvido enquanto ator e sujeito e redefinido enquanto objeto de investimento do poder. A "nova fábrica", higiênica, racionalizada e moderna, deveria então constituir o palco formador desta nova figura produtiva, através de formas cada vez mais insidiosas e sofisticadas de dominação. Mas, ao mesmo tempo, deveria figurar como o lugar da atuação de um novo tipo de patrão, moderno e agilizado, em oposição à antiga figura do proprietário despótico, arbitrário e rude do passado.

Do império da violência física e direta exercida no âmbito da fábrica, onde o industrial ditava irreverentemente as normas de conduta, procurando padronizar os comportamentos segundo sua vontade, determinando os horários, os salários e todas as formas de relacionamento entre capital e trabalho, passa-se progressivamente para a introdução de novas técnicas moralizadoras, disciplinas doces e suaves.

Portanto, antes mesmo da introdução do taylorismo e do fordismo no Brasil, este desejo burguês de construção da fábrica higiênica, espaço racional e apolítico da produção, vai-se configurando até transformar-se num projeto enunciado e assumido pelo conjunto dos especialistas, do empresariado e do Estado. A projeção da "fábrica higiênica" visou anular a representação simbólica da "fábrica satânica", instituída pelo imaginário operário, opondo-lhe a imagem de um novo mundo da produção, apolítico e harmonioso, onde os ritmos e os regulamen -

tos do trabalho fariam parte da própria natureza do processo produtivo e não mais dependeriam da mera vontade patronal de dominação.

Uma Nova Economia dos Gestos

Que a fábrica tenha significado um campo de experimentação onde se constituíram estratégias de controle e de fixação da força de trabalho parece fora de dúvidas. A elaboração de procedimentos através dos quais a burguesia industrial procurou impor sua vontade sobre uma mão-de-obra pouco disciplinada evidencia-se na própria representação da unidade produtiva instituída pelo imaginário operário, permitindo um mapeamento destes dispositivos do poder silenciados na documentação oficial.

Na perspectiva do trabalho, a fábrica apareceu como lugar detestável da dominação e do aniquilamento da criatividade da classe operária, constantemente constrangida a sujeitar-se às imposições exacerbadas dos patrões. Associada às imagens da prisão, do convento ou do exército, as primeiras notícias da imprensa anarquista retrataram o sistema de fábrica como dispositivo de fabricação dos "corpos doces", na expressão de Foucault, politicamente submissos e economicamente rentáveis; como lugar onde se produzem relações de poder e lutas cotidianas de resistência à organização capitalista do processo produtivo, desmistificando-a enquanto mero fato tecnológico.

Desde os primeiros números, os jornais operários atacaram com unhas e dentes esta instituição disciplinar representada pela fábrica, que os dominantes quiseram apresentar revestida da imagem da neutralidade, da necessidade econômica e do progresso social. Se pelo lado dos patrões, a unidade fabril foi representada como espaço neutro da produção, através de uma composição estática que procurava registrar o número de máquinas, de peças, de compartimentos e de operários, também considerados como fatores de produção, pelo lado destes, esta construção imaginária da fábrica respondeu a uma intenção discipli

nadora precisa: a de incitar explicitamente ao trabalho, obrigando o operário a respeitar as normas da hierarquia fabril e a sujeitar-se absolutamente ao ritmo do capital.

O discurso operário sobre a fábrica traduziu desde cedo a revolta contra a imagem edulcorada do mundo do trabalho projetada pelo imaginário burguês, contra as múltiplas tecnologias de disciplinarização exercidas sobre ele. Falar da fábrica significou nesta perspectiva questionar praticamente a organização capitalista do processo de produção por vários lados. Neste movimento, as estratégias de luta preconizadas pelos libertários, desde a sabotagem, o boicote, o roubo, a destruição de equipamentos até a greve geral, confluíram na direção das práticas de resistência cotidiana criadas pela combatividade operária.

Diante da recusa inesperada que os industriais tiveram de enfrentar por parte de um operariado que se negou a comportar-se passivamente de acordo com as normas de conduta pré-estabelecidas, os patrões introduziram progressivamente tecnologias cada vez mais aperfeiçoadas de adestramento do trabalhador no interior da fábrica.

"(...) desgraçadamente poucos tem algum interesse pelas suas tarefas... não se submetem a nenhum controle sistemático, não permanecem em seus empregos, não se importam com os contratos (...)", (3)

reclamavam os proprietários da fábrica União Itabirana, de Minas Gerais, no final do século, referindo-se aos operários indisciplinados que se recusavam a transformar seus hábitos de vida e de trabalho, considerados primitivos e tradicionais, não se adaptando às novas exigências do mundo fabril: abandonavam seus empregos, desrespeitavam os regulamentos internos da fábrica, negavam-se a obedecer às normas impostas pela organização capitalista da produção. Nem mesmo o apelo do salário recebido no final do trabalho parecia ter muita eficácia em forçar o trabalhador a submeter-se aos horários e ao ritmo da produção:

"entregues às suas vidas indolentes, trabalhando três ou quatro dias por semana, eles não querem ganhar mais do que um salário miserável, porque só pensam em comer, mastigar palitos, beber cachaça e se corromperem."

Não era à toa, observava um contemporâneo no final do século sobre as condições de trabalho na fábrica Santo Aleixo, que

"as famílias dos trabalhadores viviam juntas, sob a mais moralizadora e sagaz supervisão, recebendo do digno proprietário e de sua honrada família exemplos salutareos de trabalho e de dignidade." (idem)

Como na nau de Ulisses, os trabalhadores deveriam tapar os ouvidos com cera para não cederem às tentações do encantamento das sereias e não submergirem aos impulsos que os atraíssem para fora. Deveriam tornar-se práticos: "viçosos e concentrados, os trabalhadores devem olhar para frente e deixar de lado o que estiver ao lado. Eles devem sublimar o impulso que os pressiona ao desvio, aferrando-se ao esforço suplementar." (4)

Obstinadamente, os operários resistiram às técnicas punitivas introduzidas no espaço produtivo para sujeitá-las às rígidas imposições dos patrões: a imagem da fábrica-prisão construída pelo discurso operário visou desmistificar a idealização do espaço de trabalho realizada pela linguagem dos dominantes. Na imprensa anarquista, inúmeros artigos retratam as situações de opressão, de humilhação e de violência física e moral vivenciadas pelos produtores, constantemente vigiados por superiores hierárquicos. A TERRA LIVRE publicava em 12/4/1906:

"OS PRESÍDIOS INDUSTRIAIS"

A Companhia Paulista

"O chefe da estação Jundiaí da Companhia Paulista de Vias Férreas é um modelo de tirania, um carcereiro exemplar, e é por isso que a Cia o esti-

ma e ampara. É este pequeno tsar que estabelece os regulamentos despóticos que pesam sobre os empregados como uma barra de chumbo."

O recurso às imagens militares ou celulares para descrever o processo de trabalho revelam a percepção operária das relações de produção enquanto relações de poder, desvendando uma realidade da fábrica muito distante daquela veiculada pelo discurso dos dominantes, despojada dos véus enobrecedores da atividade do trabalho e construída nos moldes do convento para a mulher ou do exército para o homem: lugar da castidade, da devoção, do sacrifício religioso, no primeiro caso. Instituição de enquadramento, de formação de personalidades obedientes e repressivas, no segundo:

"Queremos dizer que mudando a tirania somente na forma, o convento vai sendo substituído pela fábrica; que não é grande a diferença que existe entre um e outro centro(...)",

denunciava o AMIGO DO POVO, de 5/7/1902.

Ameaçadora para a sexualidade feminina, a fábrica foi recusada pela primeira geração operária como lugar da degeneração moral, como antro da perdição e da prostituição, em consequência da aglomeração promíscua e estreita dos dois sexos no trabalho. O tema da desagregação da família em função da participação feminina e infantil nas fábricas reaparece no discurso operário, refletindo a mesma percepção moral do espaço da produção que se evidencia nas descrições de Marx e de Engels sobre os estabelecimentos fabris ingleses: (5)

"(...) as fábricas, isto é, esses lupanares, essas pocilgas onde se encerram milhares de proletárias, são sem dúvida possível (...) focos permanentes de degradação e de prostituição." (O AMIGO DO POVO, 5/7/1902)

Enquanto na fotografia burguesa da unidade produtiva, máquinas, ventiladores, equipamentos e operários posam lado a

lado como meios modernos de produção colocados à disposição dos patrões, numa descrição que se pretende objetiva e imparcial, mas cuja função consiste em imobilizar o trabalhador diante da máquina, integrando-o à produção e impedindo a emergência do conflito, o discurso operário assume o tom apaixonado e vibrante da explosão e da revolta, ao captar a dimensão oculta das lutas "implícitas" contra a disciplina do trabalho, que se efetivam em sua vida cotidiana. No depoimento de A TERRA LIVRE, de 23/2/1907, sobre as condições de trabalho na fábrica Mariângela, lemos:

"Onde o suplício dos operários-crianças atingiu o cúmulo inquisitorial é nas fábricas de tecido de São Paulo, e entre estas onde se faz maior devastação é na Fiação e Tecelagem Mariângela, dos srs. Matarazzo e Cia. Neste ergastulo os teares e as máquinas nunca param de noite nem de dia. Eis as condições de trabalho nesta penitenciária: os homens encarregados de várias máquinas (por exemplo, os carregadores) trabalham 16 horas por dia - das 5 da manhã às 10 da noite, com um descanso de uma hora para a refeição e ganham de 3\$500 a 4\$000; as mulheres ocupadas na limpeza do algodão, no enfusamento, no encolamento dos urdumes, trabalham segundo os ramos, 14, 13 e 11 horas por dia com salários que vão de 2\$000 a 2\$500.

As crianças das lançadeiras de Ambos os Sexos, de 8 a 12 anos, ganham por 12 Horas de Trabalho, de 800 a 1\$200 por dia. Mas agora os dignos capitalistas (...) fazem trabalhar as duas fábricas de noite e de dia, e as crianças trabalham das 5 da tarde às 6 da manhã com uma hora de intervalo, sob a vigilância dos guardas. A certa altura da noite quase todas estas crianças de 8 a 12 anos, meio mortas de fadiga e de fome, caem a dormir; então o encarregado acorda-as e manda-as retornar ao trabalho. Mas os pobres pequenos tornam a cair; então o contramestre desperta-os à bofetada e e-

les soluçando, retomam o trabalho (...)."

Constantemente desvalorizado por esta forma do exercício da violência direta, física e visível sobre seu corpo, destinada a produzir uma nova economia dos gestos adaptados à dinâmica da produção, o trabalhador lutou pela revalorização de sua figura enquanto produtor direto da riqueza social e enquanto ser dotado de criatividade e de um saber próprios. Para enfrentar esta resistência, todo um conjunto de encarregados do exercício da vigilância, mestres, contramestres, inspetores, fiscais precisou ser integrado neste lugar em que a imposição de comportamentos padronizados visou impedir a emergência da ação espontânea: a vigilância funciona, assim, como peça interna do aparelho de produção, distribuindo individualizadamente os operários e reagrupando-os segundo uma nova composição de forças.

A Maquinaria de Controle e a Regulação do Cotidiano

A irregularidade do ritmo de trabalho, o absenteísmo, o pouco comprometimento do trabalhador com as exigências do capital e com o novo modelo produtivo explicam a introdução de rigorosos regulamentos internos de fábrica destinados a restringer os operários ao trabalho. Reuni-los num espaço facilmente controlável não fora suficiente para garantir a realização das tarefas e o envolvimento das novas forças de trabalho com a produção: por isso, os industriais procuraram definir normas estritas de comportamento que assegurassem não apenas o comparecimento diário do operariado na fábrica, mas ainda a execução regular de sua atividade produtiva.

Os regulamentos internos de fábrica definem as modalidades do exercício do poder e traduzem a tentativa de universalização da racionalidade burguesa. (6) Desempenham um papel fundamental na constituição das relações de dominação no interior da unidade produtiva, ao definirem regras de conduta, instituírem códigos de penalidade, de punições e prêmios, de modo a gerirem nos mínimos detalhes todos os movimentos do trabalho

dor.

Certamente, o objetivo fundamental da imposição arbitrária destes "códigos de obrigação", como afirmavam os patrões, não passou despercebido para os produtores diretos, para quem os regulamentos internos exprimiam a "ânsia de melhor explorar os operários". (A PLEBE, 9/10/1920) Imperativo econômico: elevar a produtividade individual e coletiva, mas também político: a sujeição total do trabalhador à vontade disciplinar do capital. Nos jornais anarquistas, as críticas investem contra o controle do tempo, uma vez que as normas dispõem sobre sua vida cotidiana, determinando horários, de entrada, de almoço, de saída, instaurando uma "micropenalidade do tempo" que reprime atrasos, ausências, interrupções das atividades e tudo aquilo que significa redução do ritmo da exploração do capital. (7) Segundo A VOZ DO TRABALHADOR, de 1/3/1913, os regulamentos estipulavam:

"Horário:- A hora de entrada para os empregados do sexo masculino, é às 7 da manhã e para os do sexo feminino, às 8 horas. A hora de saída é às 6 da tarde, para todos os empregados, salvo o dia em que a direção julgar necessário prolongá-lo até às 7 da noite. (...)

A entrada é feita sempre pela porta do ângulo formado pela rua Uruguaiana e travessa do Rosário, a qual será fechada cinco minutos depois das horas estabelecidas para a entrada e a volta das refeições."

O artigo continua o questionamento das normas disciplinares impostas arbitrariamente segundo a vontade patronal: "são feitos pelos patrões para os operários e modificam-se a bel prazer dos patrões". Num momento em que inexistia qualquer legislação trabalhista que limitasse a exploração desenfreada do capital no interior do processo produtivo, os únicos obstáculos impostos ao exercício arbitrário e voraz do poder patronal eram representados pela resistência conflitual dos trabalhadores. Na verdade, todos os movimentos do operário, sua postura, seus atos,

seu ritmo de trabalho, sua própria história pessoal e profissional eram objeto de controle disciplinar à imagem de um acampamento militar, objetivando-se extrair o máximo rendimento e anestesiar a explosão da revolta latente.

Mas não é apenas o tempo do trabalhador que se pretende racionalizar: os regulamentos internos incidem sobre a distribuição dos indivíduos no espaço da produção de modo a impedir sua livre circulação, fixando-os junto às máquinas e curto-circuitando toda forma de articulação espontânea ou organizada da classe trabalhadora. O despotismo da hierarquia fabril, determinando minuciosa e arbitrariamente o cotidiano do trabalhador, contradiz, portanto, o argumento ideológico da liberdade das relações contratuais. As normas disciplinam as idas e permanências no banheiro, dispõem sobre a duração do almoço, proíbem as conversas nas horas de trabalho, instauram uma vigilância ininterrupta através do jogo de olhares entre empregadores e empregados. Segundo A TERRA LIVRE, de 12/4/1906:

"O empregado que se achar conversando, quer com colegas, quer com estranhos no serviço, ou fumando, ou fora do posto, embora por força maior, será severamente punido. (...) Ao mictório só pode ir um empregado de cada vez, devendo pedir licença e explicar o que vai fazer."

Os regulamentos internos de fábrica visam limitar toda expressão autônoma dos operários, impedir qualquer comunicação entre eles, bloquear toda troca que possa reforçar a solidariedade e a formação da consciência de classe. Por isso mesmo, Os RI da Fábrica Cedro e Cachoeira, de Minas Gerais, proibiam, como tantos outros, a circulação dos operários no interior da empresa ou fora dela, estipulando ainda as seguintes interdições:

- Deixar seu lugar, máquina ou repartição, para passear ou conversar com pessoas de outras máquinas ou repartições;
- Sair da fábrica sem licença por escrito do administrador ou mestre;

- *Passar de uma para outras repartições sem autorização dos mestres; (...)*
- *Escrever, ler livros, jornais ou outra qualquer distração incompatível com a boa ordem do trabalho."* (8)

A leitura aparece como ameaça de perigo, assim como toda circulação de informações, discussões políticas, ou propaganda, na medida em que possam significar uma tomada de consciência por parte do trabalhador. (9) Tática de anti-aglomeração, se por um lado as normas atingem o operário como um corpo coletivo pretendendo constituir um conjunto ordenado e coerente que deve ser a força de trabalho industrial, anulando tendências caóticas e hábitos individuais, por outro lado, distribuem individualizadamente os produtores diretos, buscando dissolver os laços orgânicos que os unem no processo de trabalho.

A repressão ao álcool, ao fumo, aos jogos, às diversões e aos "papos" revela, por sua vez, a tentativa de negar o sentido conflitual da ação operária, desqualificada como manifestação instintiva, selvagem, descontrolada e desviante. Como um mini-tribunal que pune, reprime ou recompensa os gestos do trabalhador, os regulamentos internos estipulam multas, punições, demissões por atrasos, ausências e qualquer danificação na maquinaria. O jornal A PLEBE, de 11/10/1920, analisando o "regulamento-arrocho" imposto aos operários da Light, ironizava:

"Mais interessante, porém, é o que preceitua o § 3º do artigo 16: 'Os empregados que não comparecerem ao serviço ou perderem a hora aos domingos e dias feriados, terão punição dobrada.' Não se ressalva que em casos de força maior os operários não incorrerão em nenhuma penalidade. A Light não admite a hipótese de doenças, de desastres, de quaisquer eventualidades, enfim, que os possam impedir de comparecimento à hora regulamentar. É o regime da mais perfeita escravidão: impõe deveres, mas não reconhece direitos; estabelece castigos, mas não

consente a justificação de faltas. São assim todas as leis de funil.(...)"

A crítica operária desmistifica o sentido das normas disciplinares definidas pelo poder patronal para sujeitar a força de trabalho insubmissa desde as origens da fábrica. Segundo o 1º Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1906, as multas deveriam ser rejeitadas como prejudiciais aos trabalhadores:

"Considerando que as multas nas oficinas e fábricas, sob qualquer pretexto, são prejudiciais aos trabalhadores, o Congresso aconselha uma forte resistência contra as mesmas.

Considerando que existem diversas associações de auxílios mútuos, mantidas pelas multas impostas, sob quaisquer pretextos, aos trabalhadores, como acontece na Estrada de Ferro Central do Brasil; (...) o Congresso Operário aconselha os trabalhadores a não se sujeitarem às multas, usando para isso os recursos cogitados para a resistência, (...)"(10)

Em 15/7/1909, A VOZ DO TRABALHADOR noticiava a paralização dos alfaiates da Casa Raunier que se insurgiam contra a imposição do regulamento interno, considerado "vexatório para sua dignidade".

Também o incentivo material simbolizado pelos prêmios foi questionado pelos operários como meio utilizado pelos patrões para forçar os produtores diretos a aumentarem seu rendimento e para instaurar a concorrência entre eles. Enquanto na Cia. Fabril Paulista um aviso anunciava a introdução desta prática de estímulo material:

"Daqui para frente a direção dará uma gratificação mensal de 15\$000 rs às tecelãs que fizerem um máximo de trabalho - uma gratificação de 10\$000 rs às que fizerem um mínimo de -. Ainda aquelas o

perárias que tiverem merecido veia gratificações mensais de 15\$000 durante o ano, haverá um prêmio anual de 60\$000."(11)

em 1907, os operários da fábrica Votorantim denunciavam o sistema de prêmios aos que conseguissem os maiores salários como "pernicioso e imoral".

Poder normativo, os regulamentos internos pretendem diferenciar e classificar os produtores uns em relação aos outros, estabelecendo as referências do péssimo ao bom comportamento através da comparação das condutas. Permite assim hierarquizá-los segundo os preceitos da moral burguesa: aos "indesejáveis", a punição e a ridicularização pela exposição de suas fotografias no quadro de avisos. Os retratos dos operários penalizados nas fábricas têxteis deveriam ser afixados

"em lugar bem visível da fábrica de VV. SS. (para que sirva) de escarnamento para o seu pessoal operário",

propunham os industriais ligados ao CIFTSP, em 1928. (circular nº 29).

O rígido controle disciplinar do tempo e do espaço da produção prossegue nos marcos da atualidade, como demonstram as pesquisas de Amnêris Maroni e de Maurício Tragtenberg, a despeito da introdução de procedimentos mais sofisticados e mascarados de domesticação da força de trabalho no interior da unidade produtiva. (12) Mesmo num momento em que as formas da vigilância e do controle dos operários deixavam de manifestarem-se essencialmente pela repressão exterior e subjetiva da vontade patronal, transferindo-se para o interior do processo técnico de organização do trabalho, assistia-se a episódios dramáticos como o que noticiava A PLEBE, em 4/8/1923: numa indústria de parafusos, o guarda-vigia matara a sangue frio um operário que se demorara um pouco mais no banheiro:

"O motivo desta tragédia, resume-se no seguinte: o regulamento da fábrica Santa Rosa não permite aos seus operários afastarem-se da máquina em que tra

balham mais do que três minutos, ainda que os mesmos para satisfazer necessidades fisiológicas, tenham precisão de demora mais longa. E para evitar infrações regulamentares, o seu proprietário julgou conveniente instituir na sentina da fábrica a permanência de um guarda munido de um revólver, o qual dado as ordens recebidas não deveria consentir que os operários necessitados de a procurar, ali permanecessem mais do que o tempo marcado pelo citado regulamento."

Todo um conjunto de regras procuram regular a adequação do trabalhador ao aparato técnico da produção, garantindo a boa execução do trabalho e, ao mesmo tempo, protegendo a conservação dos instrumentos de produção. Os operários eram responsáveis pela danificação de qualquer material, caso em que deveriam reembolsar os patrões. Em inúmeras fábricas, também eram responsabilizados pela limpeza das máquinas e severamente punidos em caso de desobediência.

A crença na possibilidade de redefinir os hábitos "atrasados e incivilizados" da classe operária, em grande parte de origem rural, a partir da imposição dos regulamentos, cuja função pedagógica se efetivaria por uma relação de sinalização estabelecida entre mestres e operários aparece ainda nas declarações de um engenheiro inglês que visitava a fábrica Cedro e Cachoeira, no final do século XIX e cujas impressões foram publicadas por ocasião da comemoração do centenário de sua fundação:

"Todos pareciam contentes e felizes, estavam decentemente vestidos, mantinham a higiene de suas casas e de suas próprias pessoas; eram econômicos, trabalhadores, sóbrios e bem comportados. Que modificação uma indústria, a disciplina e bom exemplos tinham produzido naquela gente! Que diferença de seu natural estado de indiferença, fome e inutidade. Uma boa e rigorosa disciplina era mantida na fábrica, e era proibido conversar (...)."

Certamente, muitos outros mecanismos coercitivos atuaram no sentido de determinar a produção dos comportamentos disciplinados e produtivos exigidos pelo capital: variação dos salários, intimidação pessoal, remuneração extremamente baixa, "listas negras", identificação policial nos "livrets", segundo o exemplo dos industriais franceses e pelos quais os empresários e a polícia possuíam informações minuciosas sobre a história pessoal e profissional do trabalhador, demissões nos setores em que a mecanização crescente desqualificava a atividade profissional, como nas indústrias têxteis, de alimentação, de vestuário, de fósforos, etc.

Estas modalidades de disciplinarização da força de trabalho fabril convergiram no sentido de se manifestarem de maneira cada vez mais insidiosa e sutil, tendo em vista fazer com que o trabalhador interiorizasse a vigilância do "olho do poder" muito mais do que fosse realmente vigiado, na medida em que a lógica da disciplina fabril se sofisticava com a mecanização. Esta tendência foi questionada ferozmente pelos trabalhadores, a exemplo dos ferroviários da São Paulo Railway, desde suas primeiras manifestações. Segundo eles,

"Nas oficinas desta companhia ferroviária, foi colocado um relógio para marcar as horas e minutos a que o operário entra e sai. Se o operário perde um dia, perde mais 35 minutos, que lhe são descontados. Esta será uma das recompensas dos operários, pela sua atitude durante a greve na Paulista (...)" (A TERRA LIVRE, 27/11/1906) (Grifos meus - L.M.R.)

Progressivamente, os industriais procuraram fazer com que os operários introjetassem a disciplina panóptica do trabalho industrial, prescindindo do recurso à utilização da força bruta e mascarando o exercício do poder por um discurso que se apresentou como científico, racional e moderno. Fora da fábri-

ca, a redefinição das relações familiares, através da construção de um novo modelo de mulher, voltada para o lar, e de uma nova percepção cultural da criança, procuraram difundir entre a classe operária os valores burgueses da honestidade, da laboriosidade, da vida regrada e dessexualizada, do gosto pela privacidade, eliminando as práticas populares consideradas ameaçadoras para a estabilidade da ordem social.

As Resistências "Implícitas" do Proletariado

Contra as estratégias de enquadramento do proletariado ao modelo disciplinar imaginado pelos dominantes, a criatividade operária opôs inúmeras formas de resistência, surdas, difusas, organizadas ou não, mas permanentes, efetivadas no interior do espaço da produção. O questionamento prático da lógica da organização capitalista do trabalho assumiu expressões diferenciadas, como o roubo de peças, a destruição de equipamentos, a sabotagem, o boicote, além das greves e foram positivamente valorizadas pelos anarquistas e anarco-sindicalistas como "manifestação da ação direta (...) que trazem em si caráter revolucionário no sentido de transformação da sociedade." (A TERRA LIVRE, 12/11/1907)

O registro deste trabalho cotidiano de resistência operária pode ser apreendido tanto a partir da imprensa libertária, que ao recusar a participação na luta político-parlamentar privilegia a fábrica como espaço da luta de classes, quanto pela documentação oficial dos industriais preocupados em eliminar de seus estabelecimentos os "indesejáveis", sugerindo que, se a influência dos anarco-sindicalistas foi preponderante na emergência destas práticas, nem sempre elas foram deflagradas exclusivamente em função de sua interferência.

Pensadas a partir de uma perspectiva que recusa a lógica do partido, as lutas implícitas do proletariado traduzem uma atividade radical de contestação ao modelo burguês de organização da produção. Contra a tentativa de atomização dos produtores diretos, transformados em "apêndices da máquina" (Marx),

a própria situação do trabalho na fábrica cria a necessidade da socialização dos trabalhadores a partir da formação de grupos informais unidos por uma identidade de interesse e de objetivos que vai frontalmente contra a imposição de uma organização formal e exterior. Ao recusar-se a obedecer às normas do trabalho e aos ritmos produtivos impostos pelo capital, esta contra-organização dos trabalhadores manifesta uma tendência no sentido de determinar as regras de comportamento dentro da fábrica e de organizar sua própria atividade, o que em outras palavras poderia ser resumido como uma inclinação para a gestão autônoma da produção. (13) As lutas "ocultas" do proletariado, silenciadas pela tradição acadêmica, colocam em xeque o próprio fundamento da realidade capitalista de produção, exigindo a mobilização de todo um aparato de vigilância para constranger o trabalhador a submeter-se às normas disciplinares e um amplo arsenal de saberes que permitam aos industriais prescindirem cada vez mais não só da habilidade profissional do operário, mas de sua própria presença física, hoje ameaçada pelos robots.

As formas originais de resistência criadas no cotidiano pelos próprios operários, desde os inícios da industrialização foram amplamente apoiadas pelos grupos anarquistas e anarco-sindicalistas que viam na ação direta o caminho para sua conscientização. Estas "manifestações da ação direta" como o boicote, o ataque aos instrumentos de produção, o roubo, a recusa a dar o rendimento exigido pelos patrões através do freio à produção permitiriam, segundo os anarquistas, associar o conjunto dos trabalhadores, uní-los na transformação de sua condição social sem ter de passar pela mediação de um organismo burocrático constituído por um reduzido número de pessoas. Domingos Passos explicava o valor da ação direta em A PLEBE, de 9/7/1920:

"A ação direta é a principal característica dos sindicatos operários revolucionários, em contraposição à ação indireta, que constitui a norma principal das organizações operárias de orientação marxista ou socialista, (...).

Nas lutas pela ação direta o trabalhador, como principal interessado nas questões, é chamado a agir diretamente contra os seus exploradores, enquanto pela ação indireta, preconizada pelos marxistas, burgueses e socialistas, o trabalhador é levado a entregar nas mãos de felizardos políticos, ditos proletários, todos os seus interesses sociais (...)"

Para os anarco-sindicalistas, ao lado das lutas explícitas que deveriam ser travadas através dos sindicatos, considerados como as organizações mais perfeitas de resistência, as lutas miúdas e subterrâneas que se processam no âmbito da fábrica minariam a própria organização capitalista da produção. Portanto, não teriam um caráter meramente "economicista", como considerou a tradição marxista-leninista nem unicamente negativo: o que estaria em jogo seria a própria constituição das relações de produção que sustentam a ordem burguesa. (14)

Embora a greve geral fosse considerada como o principal meio de luta para os libertários, as lutas "implícitas" de resistência efetivadas no espaço do trabalho, como a quebra de equipamentos, a contestação dos regulamentos internos, a sabotagem, o questionamento direto da hierarquia fabril foram amplamente propagandeadas como táticas de luta e como meios de educação e de preparação do proletariado na luta pela sua emancipação geral. A PLEBE, de 25/9/1920, afirmava:

"Há, por exemplo, pequenas conquistas da luta diária do operariado que trazem consequências mais profundamente revolucionárias do que um golpe de audácia que faz cair um governo e coloca por momentos o proletariado na direção da sociedade....)"

Preocupados em organizar os trabalhadores na luta contra a exploração capitalista, os anarquistas explicavam a importância e o objetivo da utilização do boicote. Segundo A VOZ DO TRABALHADOR:

"Quando um patrão quer reduzir os salários, au-

mentar o horário de trabalho ou suprimir, por capricho, por ser mais conveniente que todos os outros, e sem causa justificada, algum operário da fábrica ou oficina, aplica-se a boicotagem a este patrão, por meio de anúncios, circulares, reuniões, manifestações (...) convidando o público a que não compre os seus produtos."

Alguns estudos mencionam os boicotes organizados pelos anarquistas contra os produtos do Moinho Matarazzo e das demais empresas deste grupo, em 1907, em 1909, contra a cerveja da Cia. Antártica complementando a greve dos vidreiros da fábrica Santa Marina, de propriedade dos mesmos donos; ou ainda, em 1919, contra as mercadorias da Cia. Antártica Paulista, visando defender os interesses do consumidor, mas também reforçar as greves desencadeadas contra os patrões. (15) A TERRA LIVRE publicava, em 1907, vários chamados aos

"Operários de Todo Brasil"

"Enquanto o sr. Matarazzo não vier entender -se diretamente com a Federação nenhum de nós deve deixar de por em prática e de aconselhar a todo instante a boicotagem dos produtos Matarazzo. (...)

Viva a boicotagem à casa Matarazzo!" (16)

A sabotagem também era considerada como método complementar à greve ou como tática alternativa no caso da impossibilidade de se cruzarem os braços na fábrica. Significava não apenas reduzir a extração da mais-valia ao diminuir o ritmo da produção, como também deteriorar o produto, o que acarretaria maior prejuízo ao proprietário e ainda "inutilizar a matéria-prima", encarecendo os custos de produção. Entre as discussões do Segundo Congresso Operário Estadual de São Paulo, reunido em 1908, os operários discutiam a importância da sabotagem, em relação aos métodos de luta a serem utilizados:

"Gallo - Quando se discutiu o 13º tema tomou-se a deliberação de aconselhar aos operários de deixarem as máquinas, antes de se porem em greve, em

condições de não poder funcionar. A utilidade de sabotagem está, portanto, demonstrada.

Sorelli - Esta é apenas uma parte da ação da sabotagem. Há outras que não foram discutidas e, talvez, ainda desconhecidas no movimento operário de nosso país.

A sabotagem é, de por si, um método de luta que pode, em certos casos, surrogar (sic) com alguma vantagem a greve e consiste em prejudicar o proprietário de oficina ou da fábrica, continuando a permanecer no trabalho. Diminuir consideravelmente a produção, fazer com que a mesma resulte de qualidade inferior, inutilizar a matéria-prima: tudo isto é ação de sabotagem, e desde que se proceda com a devida cautela pode esta ação trazer à nossa causa muitas vantagens." (17)

A VOZ DO TRABALHADOR, porta-voz do COB, explicava em 30/8/1909, a origem da palavra sabotagem, proveniente de um método de luta utilizado pelos trabalhadores ingleses, conhecido como go canny, isto é, "caminhar devagar, com toda a comodidade" e que fora muito empregado desde o século XVIII. A tradição política dos trabalhadores ingleses, que defendia a contestação direta das relações hierárquicas na fábrica, era buscada pelos anarco-sindicalistas no Brasil:

"(...) os patrões declaram que o trabalho e a ligeireza são mercadorias à venda, da mesma forma que os chapéus, as camisas ou a carne. (...)

Já que são mercadorias vende-la-hemos da mesma forma que o chapeleiro vende os seus chapéus (...). A mau preço dão má mercadoria. Nós faremos o mesmo. (...) Nós podemos por em prática o 'Go Canny', a tática de 'trabalhemos pouco e mal,' até que nos escutem e atendam. (...)

Eis aqui claramente definido o 'Go Canny', a sabotagem: A mã paga, mau trabalho."

O artigo procurava explicar aos operários como deveriam praticar a sabotagem, por exemplo, no caso de serem impedidos de fazerem uma greve:

"Com a sabotagem a coisa muda de aspecto; os trabalhadores podem resistir melhor, porque não estão por completo à mercê do patrão (...). Se, adotando o sistema de fazer o menor trabalho possível, os patrões recorrem ao trabalho de empreitada, então é necessário aplicar a sabotagem à qualidade e não à quantidade. E assim, o operário não dará somente ao comprador de sua força mais do que este lhe paga, como também o prejudicará na sua clientela... Por este meio o patrão ver-se-á há obrigado a capitular, concedendo aos operários tudo quanto estes tenham vontade de reclamar.(...)"

A TERRA LIVRE, de 13/10/1907, publicava uma reportagem sobre a resistência dos operários da fábrica de tecidos São Joaquim, reivindicando entre outras coisas aumento salarial, em que a ameaça de sabotagem dera bons resultados:

"O dono da fábrica sabendo que o pessoal estava disposto a empregar a 'sabotagem' (destruição dos materiais), tratou de chamar os operários, e disse-lhes que cedia a tudo o que pedissem; operários e patrões entraram num acordo imediatamente. (...)"

Em 8/8/1909, comentando os choques decorrente da repressão que se abatia sobre o movimento operário, A VOZ DO TRABALHADOR noticiava o emprego da sabotagem adotada em outra fábrica:

"Em Santos, deram-se no mês passado fatos que assumiram a maior gravidade e que, no entanto, a imprensa, que tanto barulho fez pela sabotagem praticada na fábrica de gaz, apenas noticiou em lacônicos telegramas."

O mesmo periódico noticiando a greve que ocorrera em Petrópolis, na fábrica Cometa, informava, em 1/6/1913:

"No dia 22 foi por completo paralizado o trabalho, seguindo-se a este ato a sabotagem na fábrica, que foi feita em regra."

Dias depois, descrevendo a greve acima citada, A VOZ DO TRABALHADOR completava as notícias veiculadas:

"Ainda continuava o exemplar movimento dos operários tecelões da Companhia 'Cometa', que depois de serem vilmente enganados, recorreram ao meio mais prático de conquistar o que antes pediam, e que para este fim aplicou a sabotagem. A fábrica está com todas as vidraças partidas, telhado esmagado, muitos teares e máquinas danificadas ou inutilizadas, enfim é uma obra quase completa de destruição daquilo que servia de presídio quase e de instrumento de exploração." (15/6/1913) (grifos meus - L.M.R.)

Os exemplos são inúmeros. A destruição dos instrumentos de produção, os saques, as depredações, os roubos de peças, a danificação do prédio de funcionamento da fábrica, as sabotagens, os boicotes, o absenteísmo, a contestação dos regulamentos internos, etc, atestam a amplitude da resistência cotidiana dos trabalhadores expressa pela ação direta, independentemente de uma liderança partidária ou mesmo, em parte, da interferência dos militantes anarquistas. Sabe-se, por exemplo, que a famosa greve de 1917 não foi desencadeada por estes, nem mesmo que todas as ações de saque, quebra-quebra, depredações sustentadas pela população revoltada podem ser explicadas como direcionadas exclusivamente pela atuação dos libertários. O caráter espontâneo da greve foi discutido em diversos trabalhos e aparece mesmo no depoimento de um militante como Edgard Leuenroth (18), embora não se negue a participação dos libertários no processo. O ataque às carroças do moinho Gamba, o saque aos armazéns do Moinho Santista durante a greve geral, a invasão dos bondes pelas crianças trabalhadoras ou por "um bando de moças, infelizes operárias de fábrica", como noticiava o Estado de São Paulo na época, revelam uma explosão social que recu

sa formas organizadas de participação política no cenário histórico. A PLEBE, de 21/7/1917, defendia a expropriação realizada pelos trabalhadores que saquearam armazéns e depósitos durante o movimento paredista, concluindo que a expropriação era um direito do operário roubado pelo capitalista, uma reapropriação daquilo que lhe pertencia e não um ato criminoso como pretendia o discurso do poder:

"Esta expropriação fêz-se, em maior ou menos escala, em todos os pontos da cidade, mau grado o derramamento da força armada, que atingiu proporções de uma verdadeira inundação. Armazéns, depósitos, caminhões de farinha, carroças de leite, tudo foi tornado e despejado pela multidão faminta e colérica, que não via nem lhe importava as carabinas dos soldados, que ela escarnecia e desprezava como coisas vis, que eram."

Constantes denúncias de destruição dos meios de produção, na imprensa anarquista ou nas circulares confidenciais dos patrões enraivecidos dão o colorido das agitações "invisíveis" que cobrem as duas décadas iniciais do século. Analisando a importância de uma greve vitoriosa realizada pelos tecelões da fábrica Cruzeiro, A VOZ DO TRABALHADOR comentava que a simples paralização do trabalho assustava menos aos empresários, que podiam substituir facilmente os operários revoltados dado a grande quantidade de mão-de-obra existente para um setor altamente mecanizado de produção, do que a destruição das máquinas e equipamentos que representavam capital investido e, portanto, um prejuízo muito maior aos patrões:

"Até agora os capitalistas tinham-se habituado às greves, não as temiam enquanto elas fossem o simples abandono do trabalho. Os capitalistas em geral podem resistir mais do que os trabalhadores. Ultimamente a solução era mais fácil: a grande abundância de braços permitia substituir imediatamente os grevistas."

Mas quando os operários, em vez de cruzarem-se de braços assumiram outra atitude, quando pensaram que antes de abandonar o trabalho deviam destruir os maquinismos e todos os instrumentos de trabalho, quando pensaram em inutilizar o que representava o capital burguês, as coisas mudaram de aspecto.

Os operários adquirem-se com a maior facilidade e por qualquer preço, mas as máquinas não se podem adquirir da mesma maneira. Custam grandes quantias, das quais não se pode dispor em todos os momentos (...)." (13/1/1909) (grifos meus-L.M.R.)

A compreensão de que a riqueza material está diretamente nas mãos do produtor, embora pertença ao capitalista e de que isto significa uma ameaça muito grande ao capital revela a profundidade da crítica operária. Os trabalhadores estavam cientes de que o industrial necessita de todo um aparato físico e moral para controlar e domesticar seus passos, garantir a conservação dos meios de produção que, embora não lhes pertençam juridicamente, estão em suas mãos na prática cotidiana. Os anarquistas, por sua vez, quebram esta estratégia de disciplinarização do trabalhador ao propor como meio de luta a própria destruição dos instrumentos de trabalho e da fábrica, ou seja, da riqueza material e não o respeito servil ao cumprimento das obrigações. Em 1908, o mesmo jornal informava sobre a destruição de armazéns por operários que trabalhavam na construção

"da ligação de Muniz Freire a Engenho Beeve (...) levantaram seu protesto contra o ato abusivo desse empreiteiro usurpador, demolindo alguns armazéns (o que já deviam ter feito) e castigando-o com assobios." (6/12/1908)

Vinte anos depois, os industriais enfurecidos expulsavam vários "indesejáveis" de 16 a 25 anos de idade da Companhia Santista de Tecelagem, acusados de danificarem os instrumentos

de produção:

"Tendo os referidos operários exigido aumento de salários e não sendo atendidos, declararam-se em greve, praticando depredações nas máquinas em que trabalhavam, pelo que foram imediatamente despedidos." (Circular nº 793 do CIFTSP)

Frente à resistência operária tenaz e cotidiana contra a organização capitalista do trabalho, os dominantes foram forçados a reelaborar as formas de relacionamento com os empregados, inventando meios cada vez mais sofisticados e engenhosos de adestramento físico e moral da força de trabalho: buscas tateantes, cheias de erros e acertos, que evidenciam a crescente preocupação patronal em impor autoritariamente sua maneira de organizar as relações sociais, dentro e fora dos muros da fábrica, definindo inclusive as relações familiares e as formas de habitação da classe trabalhadora.

A Pedagogia "Paternalista" dos Patrões

A ausência marcante de publicações oficiais que informem sobre as condições de trabalho do proletariado emergente nas primeiras décadas do século sugere o desinteresse por parte do poder instituído diante da situação dos trabalhadores no país. Situação que a imprensa operária não cansou de denunciar. A preocupação com a "questão social" evidencia-se de maneira mais concreta no período das manifestações grevistas de 1917 a 1920, como resposta mesmo às crescentes mobilizações dos dominados. Ângela Castro Gomes, em seu estudo Burguesia e Trabalho, mostra a emergência das discussões sobre a legislação social que se travam na Câmara dos Deputados, assim como a própria constituição das entidades organizativas do patronato, em função das demandas cada vez mais pressionantes do movimento operário:

"As greves de 1917 dão o sinal de partida para uma preocupação mais sistemática com o poder de

reivindicação do operariado, que não poderia mais ser esquecido ou minimizado. Daí serem necessárias providências que resguardassem, da melhor forma possível, a continuidade do trabalho, impedindo paralizações futuras."(19)

Várias associações patronais serão constituídas em função das greves desencadeadas pelos trabalhadores, cujo nível de organização aumenta visivelmente no final dos anos 10. Desde o final do século XIX, os operários procuravam se organizar criando entidades de classe como a Liga Operária da Cia. Paulista, dos ferroviários; a União dos Trabalhadores Gráficos, criada em 1890; a União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros, de 1903; a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiçe e Café, de 1906; a Sociedade 1º de Maio, formada em Santos em 1904 e que incluía pedreiros, carpinteiros e pintores; a União dos Operários em Construção Civil ou o Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos, entre outras.

Pelo lado dos patrões, a greve dos sapateiros de 1906, no Rio de Janeiro, determina a formação do Centro dos Industriais de Calçados e Classes Corretivas;(20) em seguida às greves de 1917, que se iniciam no setor têxtil, os industriais do ramo fundam o CIFTA, no Rio de Janeiro e no ano seguinte o CIPT, em São Paulo. O empresariado decide unir-se e tomar decisões conjuntas mais sistemáticas e eficazes face às crescentes mobilizações do movimento operário. Não é mero acaso que a década de vinte assiste ao fortalecimento do patronato, cada vez mais articulado com as forças repressivas do Estado e que a "questão social" ocupe um espaço progressivamente maior no conjunto de suas preocupações. Afinal, as primeiras medidas da legislação trabalhista nascem em proporção ao aumento da repressão policial sobre a classe operária, como já mostraram alguns estudos.(21)

Em alguns casos, as iniciativas de constituição de entidades de defesa dos interesses do proletariado, tomadas por ele próprio, foram absorvidas pelos industriais, apropriadas e devolvidas reformisticamente sob a forma de "benefícios", como

no caso da Liga Operária criada pelos ferroviários da Cia. Paulista, que passou a formar a Sociedade Beneficente dos Empregados da Cia., dirigida pela empresa. Do mesmo modo, a Associação Protetora das Famílias dos Empregados da Cia. também fundada por ferroviários foi assumida pela cúpula diretora da empresa, logo em seguida; as cooperativas de consumo organizadas pelos trabalhadores desta mesma empresa, em 1902, também foram rapidamente apropriadas pelos patrões e devolvidas na forma de medidas protetoras tomadas pelos empresários para defender seus empregados. (22)

Em suma, o desejo patronal de determinar os caminhos da formação do proletariado, impedindo sua auto-construção espontânea enquanto classe manifesta-se de maneira cada vez mais sofisticada e ramificada, à medida mesmo em que o movimento operário se organiza e ameaça fugir ao controle dos dominantes. Alguns autores referem-se a "uma mudança no comportamento de alguns industriais" (23) no sentido de adotarem medidas de cunho "paternalista" para com seus empregados, visando impor-lhes um outro estilo de vida. Evidentemente, este tipo de comportamento do patronato, ou de parte dele, que buscava cooptar indiretamente a adesão do operariado e que uma figura como Jorge Street defendeu publicamente, não invalidou nem substituiu o exercício de uma modalidade do poder diretamente coercitiva, como atestam as frequentes denúncias da imprensa anarquista. A prática patronal oscilou entre o exercício da repressão direta e o "paternalismo", defendido por alguns patrões. É evidente que o empregador não poderia apenas reprimir, excluir e punir a força de trabalho, já que precisava garantir sua coesão e unidade no interior da produção: por isso mesmo a auto-imagem paternalista que alguns industriais criaram e que a historiografia assumiu sem questionar sua dimensão ideológica visou reforçar sua autoridade, simbolizada na figura do pai e assegurar a integração do trabalhador ao aparato produtivo.

Através de "concessões" como a instalação de armazéns, cooperativas, farmácias, restaurantes, escolas, vilas operárias, assistência médica junto das fábricas, o cerco aos passos do trabalhador pôde tornar-se mais consistente, sistemã

tico e globalizante. Destilava-se juntamente com estes "benefícios", a idéia de que trabalhadores e patrões pertenciam a uma mesma "comunidade", lutando por interesses comuns. A imagem da família, utilizada para pensar a fábrica cumpriu a função explícita de negar a existência do conflito K/T, sugerindo a idéia de uma harmoniosa cooperação entre pessoas identificadas. Representação que os operários criticaram violentamente. (24)

A inspeção realizada pelo DET em 1912 nas fábricas instaladas na capital paulista fornece alguns dados ilustrativos do "paternalismo" dos patrões. Dos 31 estabelecimentos visitados pelos inspetores públicos, a grande maioria é retratada como higiênica, moderna, bem equipada, instalada em edifícios apropriados, contando com equipamentos modernos, salões ventilados e iluminados. Também são mencionadas algumas medidas de assistência social postas em prática por alguns industriais, como a instalação de farmácias, seguro contra acidentes, assistência médica, habitações e uma escola para os filhos dos operários. Segundo o DET, no entanto, estas medidas de caráter assistencial relativas à saúde do trabalhador e às condições de trabalho eram ainda muito limitadas e este órgão público procura incentivar sua adoção pelo conjunto do empresário.

O caráter pedagógico deste discurso destinado aos industriais, cuja mentalidade se pretendia transformar, explica a ambigüidade das descrições das unidades produtivas visitadas. De um lado, os inspetores públicos realçam a higiene e a prosperidade destas instalações reafirmando o sentido positivo da atuação empresarial modernizante; de outro, reclama-se uma maior participação dos empresários na modernização de suas propriedades, ao mesmo tempo em que se justifica a própria necessidade da presença física dos inspetores do DET.

Em relação às fábricas inspecionadas, o discurso estatal constrói uma imagem edulcorada que elimina qualquer possibilidade de percepção do conflito social e que contrasta de modo chocante com as denúncias dos jornais operários. A fábrica Labor, considerada como modelo, é descrita como estando

"admiravelmente instalada, em um belo edifício, amplo, arejado, com bastante iluminação, recentemente construído para o seu funcionamento. Todas as máquinas têm as engrenagens encobertas e as correias colocadas de maneira que não ofereçam o menor perigo. A seção de preparo e tinturaria, uma das maiores existentes no Estado, acha-se perfeitamente montada com todas as exigências de segurança e higiene." (p. 71)

O Cotonifício Crespi, "como todas as fábricas até hoje visitadas, acha-se instalado em edifício especialmente construído para o seu funcionamento. O edifício é espaçoso, ventilado e tem bastante luz." (p. 69)

Fora da fábrica, alguns industriais construíram vilas operárias, a exemplo da Votorantim, onde havia jardins públicos, lojas, cinemas, clubes, escola, quadra de tênis, piscina, campo de futebol, água encanada, luz elétrica e esgoto.(25) É claro que iniciativas como esta foram exceções à regra, a exemplo da Vila Maria Zélia, considerada como empreendimento modelar pelo conforto proporcionado aos trabalhadores e suas famílias.(26) Outras instalações habitacionais e recreativas foram encontradas junto às fábricas de Antonio Penteado, no Brás, ou ainda na Cia. Antártica, cujas casas eram especialmente reservadas para osERVEJEIROS, ou então na Cia. de Calçados Clark.(27)

No Rio de Janeiro, a Cia. Progresso Industrial do Brasil, fundada em 1889, possuía casas para operários iluminadas por luz elétrica e abastecidas com água encanada.(28) A Cia. América Fabril construíra 259 casas para operários, além de outros "benefícios", enquanto que a Cia. de Fiação e Tecelagem Aliança fornecia, além de 152 residências para seus empregados, um serviço de assistência médica, uma farmácia, duas escolas e uma creche e ainda um fundo de assistência para atender às pensões dos operários falecidos. A Fábrica de Fiação e Tecidos Corcovado possuía duas escolas para crianças, uma creche, armazém de alimentos e farmácia. A empresa construíra também um e-

edifício para o lazer dos operários onde se realizavam bailes e representações teatrais, além de uma sala de bilhar.

Os exemplos se sucedem e mostram que embora poucas medidas de proteção social ao trabalhador fossem tomadas neste período, não se pode inferir que os industriais como um todo abandonassem os trabalhadores às pressões do mercado no sentido de forçá-los ao trabalho na luta pela sobrevivência. A burguesia industrial interferiu desde cedo nos rumos da formação da classe operária, procurando erradicar práticas que considerava tradicionais e perigosas, curto-circuitando relações ameaçadoras, procurando neutralizar os movimentos políticos dos trabalhadores e relacionar-se com eles de maneira individualizada, ignorando suas entidades de classe tanto quanto possível. Por outro lado, procurou incentivar a assimilação de práticas moralizadas e adestrar os dominados para extrair o maior rendimento possível, acompanhando-os fora da fábrica, nos momentos de não-trabalho. A atuação patronal foi marcada ambigualmente pela intenção de proteger e de ajudar os trabalhadores que viviam em condições deploráveis, mas ao mesmo tempo de controlar e disciplinar todos os seus hábitos.

No interior de seus estabelecimentos, o empresariado comportou-se despoticamente ignorando as reivindicações do movimento operário e resistindo contra qualquer interferência por parte dos poderes públicos. (29) No entanto, segundo Ângela Castro Gomes, diferentemente da burguesia norte-americana, adepta de uma ideologia liberal de base individualista, o empresariado brasileiro, mais próximo do alemão, esteve

"distante da idéia de auto-suficiência do trabalhador. Ele está bem mais próximo de conceber sua fábrica como uma grande casa e família, onde os problemas dependem de seu comando e orientação, sendo este seu dever em relação àqueles que lhe prestam obediência." (p. 44)

Na tentativa de integrar a força de trabalho, alguns empresários se esforçaram para fazer passar uma auto-imagem paternalista: os discursos de Jorge Street revelam a preocupação de

mostrar que ele se sensibilizava com a sorte de "seus" empregados, assim como de suas famílias e que agia em seu benefício:

"Nasceu daí minha tentativa de procurar dar aos que comigo trabalhassem condições melhores de existência. (...) A tese americana, com Henry Ford à frente, doutrinava não ser o chefe da indústria tutor dos seus operários: a estes incumbia prover a sua subsistência e a dos seus, não só material como intelectual e moral. (...) Para o Brasil eu desde logo discordei da tese, pois conhecendo, como me prezava de conhecer, a mentalidade e a cultura de nosso povo, eu entendia que deveríamos até melhores tempos passar por um período intermediário, em que nós patrões servíssemos de conselheiros e guias, sem que a meu ver isso constituísse uma tutoria pesada ou inconveniente aos nossos auxiliares de trabalho." (30) (grifos meus - L.M.R.)

Por sua vez, as próprias pressões do movimento operário forçaram o patronato e o Estado a posicionarem-se frente aos problemas enfrentados pelos trabalhadores. Nesse sentido, todo um conjunto de práticas paulatinamente constituídas apontarão para a construção da fábrica higiênica, antítese da fábrica escura e satânica odiada pelos operários e de uma cidade purificada e absolutamente saneada. Desde o final do século XIX, esboçam-se práticas de controle e de adestramento do trabalhador em função da própria recusa operária a introjetar a nova identidade que lhe era imposta. Na década de vinte, resultado na elaboração de um projeto conscientemente assumido de construção da nova figura do trabalho a partir da redefinição do espaço fabril, na direção daquela que nos anos trinta o IDORT defenderá através dos argumentos "científicos" do taylorismo.

Por certo, o objetivo dos patrões não se limitou à redefinição das relações de trabalho. Ambiciosos, seu sonho de erradicação da "lepra" da luta de classes passará para elaboração de um amplo projeto de transformação da sociedade. (31) É

nesse sentido que se pode observar que a redefinição positiva da figura do trabalho implicou também na promoção de um novo tipo de patrão. Ao antigo proprietário, rude e despótico, que o imaginário social assimilava ao fazendeiro dono de escravos, procurou-se opor a figura do patrão moderno e civilizado, a exemplo de um Jorge Street ou de um Roberto Simonsen. Ou seja, ao trabalhador moderno, higiênico e produtivo, deveria corresponder na "nova fábrica", racionalizada e apolítica, a figura do novo industrial, dinâmico e educado, que se relacionava dignamente com seus "empregados" e em cuja propriedade já se havia superado o antigo problema da luta de classes.

O Deslizamento dos Regimes Disciplinares

Quando em 1912 o DET realiza uma primeira inspeção estatal das fábricas existentes na capital paulista, sugere os padrões recalcitrantes a modernização dos estabelecimentos onde os inspetores registram condições de trabalho insuficientes e a inobservância das normas higiênicas exigidas pelo Serviço Sanitário. Ao mesmo tempo, elogia as iniciativas patronais de introdução das inovações tecnológicas e de remodelação interna e externa dos edifícios fabris:

"Visitando esses estabelecimentos, verifica-se o adiantamento que atingiu a indústria têxtil no Estado, o seu rápido desenvolvimento e o futuro grandioso que lhe está reservado. Tivemos ocasião de apreciar, em quase todas as fábricas visitadas, os planos de ampliação e de aperfeiçoamento porque estão passando algumas e ainda hão de passar as outras em muito pequeno espaço de tempo. (...)

Estão em maioria as fábricas que funcionam em edifícios de construção especialmente destinadas ao seu fim e nas quais são regularmente observadas as prescrições de segurança e higiene (...) Apenas em um reduzido número de fábricas (...) a defeituosa disposição das transmissões e o pequeno espaço existente entre as máquinas favorecem a ocorrência de acidentes. (...) Esses defeitos e outros - como a deficiência de ventilação e de iluminação, e a falta de aspiradores de pó, a ausência de vestiários, principalmente para as operárias -, notados em alguns estabelecimentos, seriam facilmente corrigidos desde que houvesse, por parte dos industriais, um pouco de boa vontade. Com pequeníssimo dispêndio de capital, poderiam esses estabelecimentos igualar, nesse sentido, as fábricas-modelo, como a Santista, a Labor e a Ipiranga." (32)

A valorização do modelo da "fábrica higiênica" marca o despontar na mudança para um novo regime disciplinar que pretende tornar o espaço da produção tranquilo, agradável, saudável, limpo e atraente para o trabalhador e tratá-lo como um "cidadão consciente e inteligente" e não mais como um camponês rude e ignorante. De acordo com os novos preceitos da saúde, da higiene e da moral, o DET criticava os industriais liberais resistentes às inovações do mundo moderno e que faziam os operários trabalharem em espaços escuros, apertados, fétidos e anti-higiênicos, onde se amontoavam indistintamente, contraíam doenças ou eram acidentados. Criavam, em sua opinião, motivos para a manifestação de uma explosividade latente e davam margem à eclosão dos conflitos sociais. Analisando, algum tempo depois, as causas dos acidentes de trabalho relativos aos anos de 1912 e 1913, os inspetores públicos afirmavam:

"Como se depreende (...) os principais causadores de acidentes nos estabelecimentos industriais continuam a ser as polias, as serras, as plainas mecânicas, as engrenagens, as correias e a corren

te elétrica, principais provas do desleixo dos industriais paulistanos e do pouco caso ligado à segurança do operário - exatamente as causas mais fáceis de serem removidas e os aparelhos mais simples de se tornarem protegidos sem grande trabalho nem despesa excessiva - que causam tão grande número de acidentes, que incapacitam, no mínimo ou permanentemente, tantas dezenas de trabalhadores que poderiam continuar a servir como elementos úteis para o nosso progresso industrial." (33)
(grifos meus - L.M.R.)

Deodato Maia, futuro integrante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, revoltava-se também contra a negligência dos patrões diante das condições insalubres e anti-higiênicas do trabalho fabril:

"Os edifícios de nossas fábricas, com pouquíssimas exceções são velhos pardieiros ajeitados para esta ou aquela indústria; mas nas instalações ou adaptações à la diable, para tudo se olha menos para a saúde do operário. Falta aos vetustos casarões luz natural, e a luz artificial é irregular e defeituosa; não dispõem eles de ar suficiente para o número de pessoas que trabalham, quer englobadamente, quer em estreitos compartimentos; não existe reservatório de água de acordo com as prescrições higiênicas nem tampouco aparelhos de desinfecção e daí as vertigens, as dores torácicas, a cefalagia, a antropoxima e outros males que atacam as pessoas que vivem em atmosfera viciada."
(idem, p. 128) (1912) (34)

A necessidade de higienização da fábrica, de sua racionalização e de sua modernização, idéia que apenas se esboça no discurso do DET, será desenvolvida na década seguinte e amplamente valorizada nos anos 30, tanto no Brasil quanto internacionalmente. (35)

A representação da "nova fábrica" que o Estado e os médicos defendem perante os industriais já fora anunciada, desde o final do século anterior, por F. W. Taylor e seus discípulos nos Estados Unidos, logo se difundindo pela Europa e Rússia. Pretendia eliminar e contrapor-se à imagem da "fábrica satânica", escura e fedida, detestada pelos trabalhadores, que se sentiam sugados em todas as suas energias para realizar o objetivo particular e individualista dos patrões:

"na sua quase totalidade as fábricas são refratárias aos preceitos salutares de higiene, e o que mais preocupa ao industrialismo é o lucro, muito embora seja ele auferido à custa de milhares de vidas sacrificadas em holocausto à ganância,"

explicava Deodato Maia diante da resistência dos patrões a remodelarem interna e externamente suas fábricas.(36) A fábrica "satânica", imagem criada pelos trabalhadores ingleses durante a Revolução Industrial, opuseram-se inicialmente artesãos experientes e operários que viram na imposição do sistema fabril a destruição de seu modo de vida anterior. A reação dos operários à introdução dos novos maquinismos foi violenta levando até mesmo à constituição de grupos organizados de quebradores de máquinas, como os luditas, que simbolizavam no dano material sua resistência à perda da própria identidade. As queixas eram constantes porque não se desejava "ser obrigado a entrar e a sair a uma hora determinada" e o modo de vida anterior era exaltado e romantizado:

"Um homem delicado de saúde, quando trabalhava em sua casa, podia distribuir-se a tarefa como a lhe convinha, porém ali tem que chegar em ponto. A campainha toca às 5:30 e logo novamente às 6. Dão-se 10 minutos para que o pessoal entre. Ao décimo primeiro fechavam a porta e ninguém, nem homem, nem mulher, nem criança, poderia entrar (...)"(37)

Os industriais e o Estado souberam responder: a construção da "nova fábrica", asséptica e racional, deveria apagar

todos os ranços e lembranças negativas do passado. Fundamentada num saber "científico", a nova organização do trabalho propunha uma boa ventilação e iluminação das unidades produtivas, a construção de edifícios amplos e espaçosos, a introdução das novas invenções tecnológicas que facilitaríamos os trabalhos mais pesados, enfim, a criação de ambiente de trabalho agradável que faria com que os operários se sentissem seguros, protegidos, satisfeitos e com vontade de produzir juntamente com patrões educados. Nada de contramestres espancando criancinhas, ou de mulheres grávidas trabalhando doze horas consecutivas, ou ainda de acidentes de trabalho ocasionados pela colocação indevida das máquinas. A transformação da aparência interna e externa da fábrica visava à transformação da subjetividade do trabalhador, do mesmo modo que uma casa limpa e confortável, mesmo que pequena, deveria despertar o desejo de intimidade no trabalhador, reconfortado pelo aconchego do lar. Além disso, uma nova finalidade era atribuída à elevação da produtividade do trabalho: o enriquecimento da nação, a idéia do progresso e da criação da abundância social e não mais o mero ideal de satisfação do interesse individualista do patrão tradicional.

Embora estas idéias de uma nova gestão do trabalho fizessem bril enunciadas pelos dominantes só tenham sido implementadas na década de trinta, com a taylorização da produção e a criação do IDORT,(38) desde as décadas anteriores algumas vozes afinavam no mesmo diapasão: como o DET e Deodato Maia, também alguns industriais e médicos sanitaristas, fundamentados na teoria biológica do meio, preconizavam a construção da fábrica organizada à imagem do lar, aconchegante, íntima, higiênica, segura, limpa, pronta para acolher o "seu" trabalhador.

Se em 1919, Jorge Street, médico e industrial "progressista", símbolo do novo patrão, repreendia publicamente os empresários por não considerarem "as necessidades vitais de seus trabalhadores", (39) Roberto Simonsen, em conferência pronunciada aos seus colegas, descrevia O TRABALHO MODERNO como produto da organização "científica" do processo produtivo, utilizado como meio de "evitar a todo transe que sejam trazidas para o nosso Brasil as lutas de classe, as organizações artifi

ciaes." (40)

Em sua opinião, inspirada pelo próprio Taylor, a antiga disciplina importada do exército, que fornecia à indústria regras de conduta e a maneira de conformar o trabalhador às exigências da acumulação do capital, deveria ser substituída pela "disciplina inteligente e consciente - oriunda do conhecimento exato que tem o operário da natureza de seu trabalho e da certeza do justo reconhecimento de seus esforços." (p. 11) Simonsen defendia a importância da introdução de um método de racionalização da produção que traria "a cooperação cordial entre patrões e operários". Isto dois anos após as paralizações gerais de 1917.

Tomando como exemplo a organização industrial das empresas norte-americanas, ele propunha à diretoria da Cia. Construtora de Santos, em 1918, sua reorganização interna "em moldes mais chegados da administração científica", reforma que foi iniciada no ano seguinte. Argumentando segundo a lógica do "engenheiro" norte-americano, este industrial afirmava que pretendia superar a organização militar da antiga indústria, em que "patrões, contramestres e feitores se sucedem numa preocupação mais de mando do que da perfeita feitura dos serviços", procurando "evoluir no sentido da administração 'de função'". (p.35) Para evitar a "guerra entre as classes" e conseguir ganhar a adesão do trabalhador na intensificação da produção, Simonsen propunha que se adotasse nas indústrias brasileiras o tratamento individualizado do operário, inclusive o pagamento de salários diferenciados, de acordo com os PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO CIENTÍFICA, elaborados por Taylor:

"Teríamos deste modo individualizado o operário, interessando-o diretamente na produção, tornando-o um fator crescente da riqueza e incorporando-o grandemente na sociedade estimulada." (p. 12)

Nesta lógica, a disciplina do trabalho na fábrica deveria ser apresentada como necessidade objetiva derivada do maquinismo e o operário deveria ser convencido de que sujeitar-se às normas da produção significava submeter-se às exigências

naturais do progresso tecnológico e do desenvolvimento científico. Ciência, técnica e progresso apareciam inextricavelmente associados neste discurso de valorização da "nova fábrica", espaço apolítico da produção. As normas disciplinares deixariam de ser impostas pelo capricho de patrões ambiciosos e de contramestres desalmados para aparecerem autonomizadas e inscritas no aparato técnico da produção, isto é, dotadas de uma aparência de objetividade e de exterioridade. A uma forma de exercício do poder concretizada na figura humana do contramestre ou do patrão tradicional, opunha-se a vigilância mecânica, exercida pelo maquinismo, aparentemente independente de qualquer interferência subjetiva da vontade patronal.

Assim, esta estratégia de despolitização da fábrica, que se constitui paulatinamente na década de dez e que se consolida nas seguintes, representava a possibilidade de obter a intensificação da produção e de facilitar a exploração "racional" da força de trabalho, ao propor condições atraentes e confortáveis no interior da fábrica, contrapondo-se às antigas modalidades disciplinares coercitivas que vigoravam na produção. A fábrica deveria ser valorizada como "a grande família" com a qual cada trabalhador deveria identificar-se, no momento mesmo em que se domesticavam as relações da família operária e em que se destilava o gosto pela intimidade do lar no proletariado. Detalhes como a cor do ambiente, o grau de iluminação, o arejamento, a instalação de sanitários, de refeitórios, de jardins em volta das fábricas serão difundidos em função da influência civilizadora que poderiam exercer no espírito dos operários, ou ainda pela possibilidade de garantir sua saúde, evitando custos e perdas maiores para os industriais.

Na Cia. Paulista de Estradas de Ferro, a introdução dos métodos tayloristas de racionalização do trabalho, em 1928, estudada por Liliana P. Segnini, revela a intenção disciplinadora dos empresários frente a uma força de trabalho especializada que se tornava cada vez mais "indisciplinada e exigente" (p. 68) e que os procedimentos "paternalistas" não conseguiam conter. A substituição do homem pelas inovações tecnológicas atendeu ao objetivo político de desqualificar o trabalho num se

tor altamente combativo, assim como a construção civil ou o setor metalúrgico, onde as greves resultavam freqüentemente em vitória para os empregados. Considerado como "matéria muito plástica", o trabalhador foi descrito como "apto" a aceitar o taylorismo, cujos efeitos no ano seguinte eram valorizados como "uma acentuada melhora da disciplina e do rendimento dos empregados e positivo progresso na seleção dos mesmos, pelo afastamento dos maus elementos e pelo encorajamento dos bons." (p. 81)

Também o poder médico, na década de vinte, procurava denunciar as péssimas condições de trabalho nas fábricas paulistas, responsabilizando o desinteresse dos industriais pela degeneração física e moral produzida na classe operária do país. Fundamentado na teoria biológica do meio, que se constituiu na França na primeira metade do século XIX, o Dr. José Ribeiro de Oliveira Netto afirmava:

"Todo o complexo de requisitos técnicos, que constitui a fabricação de tecidos, apresenta situações prementes de agressão à saúde do operário. Os edifícios dos estabelecimentos fabris, geralmente acanhados, mal construídos, sem ventilação razoável, escuros, abrigando número considerável de operários, trazem à baila o ar confinado e poluído pelas trocas respiratórias e pela luz. (...) O despreendimento de partículas de algodão tinto ou "in natura", de substâncias outras estranhas dominando completamente o ambiente das sessões de limpeza, fiação e tecelagem, gases, vapores irritantes e tóxicos nas tinturarias, estamparias, alvejamento dos panos, calandragens, etc, agentes esses que vivem a fustigar diretamente o organismo dos trabalhadores, oferecendo margem a considerações sobre poeiras e agentes químicos de insalubridade das fábricas de tecidos, são tantos outros problemas que pedem à Higiene comprovada defesa." (grifos meus - L.M.R.) (41)

As péssimas condições higiênicas da maioria das fábricas têxteis paulistas, o silêncio e o desinteresse do governo e ainda, "a má educação do operário, que não tem orientadores sinceros e inteligentes nas suas reivindicações", agravavam, em sua opinião, violentamente o problema. Embora existisse na capital um Serviço Sanitário "de idéias moderníssimas", estas não eram aplicadas e a grande maioria das indústrias se encontravam numa situação lastimável. A degeneração então resultante para a saúde e para o caráter do trabalhador era inevitável:

"Os (edifícios das fábricas) do nosso Estado, a lêm de acanhados, quase todos construídos sem orientação da engenharia sanitária são inteiramente destituídos de dispositivos necessários à renovação do agente purificador. Dest'arte é o ar destes estabelecimentos confinado, oferecendo cheiro característico, repugnante. O operário, em tais dependências exercendo seus misteres, via de regra se habitua facilmente com esse estado; não sente as desagradáveis sensações e fenômenos conhecidos que um estranho experimenta, ao se deter por instantes nesse ambiente. Todavia o ataque se vai operando lentamente. Apresenta distúrbios a que não liga importância. De assíduo ao trabalho começa a faltar, sentindo e dizendo aos seus não ser o mesmo homem enérgico de tempos passados. Enfraquece-se a atividade de suas funções orgânicas. É menos capaz, resiste menos à fadiga. Moléstias infecciosas o atingem com frequência. Domina-o a fadiga. Em breve, a anemia, a tuberculose (...)"
(idem)

A obsessão com a sujeira, com a poeira, com a emanção de gases nocivos e com a falta de arejamento e iluminação justificava a preocupação médica com a degeneração física e moral do trabalhador. O trabalho noturno era condenado não só por impedir que o operário usufruísse de luz natural, essencial para o organismo, como também porque "a temperatura noturna favorece o uso e depois o abuso de bebidas alcoólicas. O saneamento das

condições materiais de trabalho, nesta perspectiva, produziria a eliminação natural de práticas impuras, ou antes, impediria sua emergência. Da mesma forma, o saber médico defendia a mecanização de certas tarefas manuais, como a mistura do algodão, como meio de defesa da saúde do trabalhador; a introdução de ventiladores e aspiradores artificiais; a utilização de aventais e calçados especiais de trabalho para os operários; a pintura externa da fábrica com tinta branca para neutralizar a influência térmica do sol; a pulverização da água através de bombas especiais; a abolição do trabalho noturno e, sobretudo, a instalação de "bons consultórios médicos com profissionais à testa bem remunerados". Estes seriam responsáveis pela seleção dos candidatos aos cargos vagos,

"são sendo admitidos os aptos, inscrevendo o profissional numa ficha, adrede preparada, dados necessários. (...) Uma propaganda, em linguagem acessível ao nível do operariado, acompanhada de gravuras demonstrativas, no sentido de difundir assuntos de higiene, deverá o profissional fazer. Deste modo muitos males serão evitados, outros diminuídos. O industrial deve prestar atenção a este assunto." (p. 190)

A mesma lógica do discurso médico aparece nas reflexões do Dr. F. Figueira de Mello relativas às condições de habitação do operariado. Insalubridade e falta de higiene são poderiam produzir indivíduos degenerados física e moralmente, o que significava um alto custo econômico e social para a nação:

"O homem sendo o produto do meio, qual o que poderiam gerar estes covis que são atentados os mais revoltantes à nossa civilização e ao nosso progresso (...) Qual produto poderiam dar essas esplanças onde nunca entrou um raio de sol e onde o ar é confinado e impregnado por emanções desagradáveis? Neles não pode haver espírito sereno e alegre, alma animada dos sãos intuitos de progredir, desejo salutar de aspirar mais folgada situação, nem propósito de obediência e ordem, morando

o operário nesses cortiços, sendo pelo contrário, mais natural, que a escuridão das alcovas reflita-se em sua alma, gerando a maldita tristeza, mãe das revoltas, produtora dos crimes, impulsora do alcoolismo e dos vícios.

A sociedade tem nesses cortiços um perigoso elemento de transformação de energias produtoras, em fatores negativos anulados pelo álcool e pelo mesmo vício ingressados entre os desordeiros e criminosos. (...)" (1926) (42)

Nestes discursos, a idéia de que os gastos despendidos na instalação de novos aparelhos de salubridade nas fábricas e nas habitações, assim como na mecanização de certas atividades manuais, seriam compensados pela elevação do rendimento do trabalhador pretende convencer os industriais da importância da higienização das condições de trabalho e de vida dos pobres. Assim, a purificação do meio-ambiente seria um investimento a médio prazo para os patrões pois produziria em troca comportamentos mais dóceis, produtivos e disciplinados no operariado. Acentuando seu controle sobre os aparelhos de salubridade e de higiene, os industriais poderiam controlar mais eficazmente seus empregados ou mesmo redefinir as normas de funcionamento da fábrica. A domesticação das relações de produção, nesta perspectiva, é reduzida a um problema técnico que os especialistas deveriam resolver. (43)

Neste mesmo período, aproximadamente entre 1918 e 1922, redefine-se o campo de atuação dos médicos-sanitaristas, segundo a nova influência da escola norte-americana, expressa pela figura de Geraldo H. de Paula Souza. Criticando as práticas autoritárias do período em que Emílio Ribas dirigira o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, o novo diretor defendia a tese segundo a qual a atuação médica frente à população pobre deveria visar à conscientização do indivíduo, efetivada a partir da criação de centros e postos de saúde. Reorganizando o Serviço Sanitário, Paula Souza determina a substituição das campanhas autoritárias de erradicação das doenças por um traba

lho cotidiano e permanente de reeducação e de domesticação dos hábitos da população, aliado ao saneamento ambiental. (44)

Substituindo a teoria das miasmas, desde a segunda metade do século XIX na França, a teoria dos germes indicava que a doença não provinha fundamentalmente dos pontos concentrados de sujeira, mas poderia emanar de qualquer parte: todo indivíduo se tornava suspeito, aparecendo como um portador em potencial do micróbio. A ameaça do contágio estava em toda parte. Veremos que a mesma representação da virtualidade da doença, física ou moral, determina a reorientação dos poderes públicos e dos industriais em relação à noção de criminalidade. (45) A atuação dos médicos-higienistas ou da polícia deveria recair sobre toda a população e em especial os pobres e não localizar-se apenas sobre os focos de contágio ou incidir exclusivamente sobre criminosos já comprovados.

Toda uma redefinição dos métodos de moralização do proletariado pode ser percebida em diversos campos da atividade social, segundo uma racionalidade que glorifica as idéias da ciência, da técnica e do progresso. Fim da era da disciplina militar na fábrica, fim das punições coercitivas na escola, fim da era das vacinações obrigatórias, de pontos diferenciados do social um outro registro define os códigos de conduta, aponta novos sinais de investimento do poder, segundo uma lógica que se pretende "científica", moderna e constituída acima dos interesses particulares das classes sociais. Esta modificação das tecnologias disciplinares pode ainda ser percebida nos novos procedimentos de vigilância adotados no interior da fábrica. É de acordo com esta lógica que os industriais têxteis organizados no CIFTSP introduzem o sistema de identificação "científica" dos operários, em substituição à antiga identificação policial obrigatória, "que representaria talvez aspecto de violência", irritando ainda mais os empregados. (Circular nº 38, 1921)

Já de algum tempo os patrões vinham se preocupando com a questão da "repressão aos roubos de peças" praticados nas fábricas têxteis, ato que percebiam como resistência política dos trabalhadores à exploração do capital. Na circular nº 39,

o secretário-geral da Associação Patronal, Pupo Nogueira, informava:

"O nosso venerando Presidente, tão profundamente observador, chegou à conclusão de que, para os nossos operários, imbuídos de idéias novas e inquietadoramente ousadas, o roubo já não representa delito: o roubo, o furto, representam tributo pago à força pelo patrão. Quem retira das fábricas, subrepticamente, um objeto qualquer, retira a sua parte de lucros e, ou muito nos enganamos ou isto é comunismo em herbe." (25/6/1921) (grifos meus - L.M.R.)

O novo sistema de enquadramento dos têxteis adotado pelo Centro apresenta-se como método de "identificação científica", procurando com este apelo à noção de ciência envolver a técnica punitiva numa aura de neutralidade e justificá-la como necessidade objetiva do desenvolvimento industrial. Segundo ele, o trabalhador teria uma ficha contendo seus dados pessoais e uma fotografia na fábrica em que trabalhasse e outra no Centro que agrupava as indústrias do setor. Identificado como "indesejável", sua ficha seria distribuída entre diversas fábricas de modo que, demitido, não pudesse mais encontrar emprego em qualquer estabelecimento fabril associado ao Centro. Criava-se deste modo um cerco completo sobre o trabalhador, fechando-lhe absolutamente as portas do mercado e pressionando-o violentamente no sentido de evitar qualquer manifestação de insubordinação às imposições do capital. Segundo Pupo Nogueira:

"Quando qualquer dos srs. associados quiser livrar-se de um agitador, nada mais tem a fazer do que comunicar-se com este Centro e o Centro providenciará imediatamente no sentido de ser o elemento perigoso afastado da fábrica, pela polícia, identificado.

A sua ficha será comunicada às fábricas associadas, tal e qual se fará com os ladrões." ("Represão aos Roubos e Furtos", p. 2) (grifos meus-L.M.R.)

A identificação "científica" obrigatória para os operários têxteis utilizava o sistema Bertillon de fotografia, originalmente usado na França para fichar criminosos e procurava substituir a antiga classificação dos operários nas delegacias de polícia posta em prática em Sorocaba.

Inicialmente, o fichamento dos operários deveria ser feito pelo próprio Centro e pelos patrões em cada fábrica; aos poucos, as despesas acabaram sendo custeadas pelo próprio trabalhador, na medida em que esta técnica punitiva foi sendo institucionalizada. Nesse momento, seu conteúdo passou a ser mascarado de maneira mais sutil e totalmente invertido, apresentando-se com sentido contrário ao original, ou seja, como garantia e benefício ao trabalhador e não como expressão de uma estratégia que visava discipliná-lo dentro da fábrica:

"A Carteira Profissional, tal qual fora originalmente instituída nos países europeus, suscitaria forte oposição ao operariado (...). A primeira Carteira Profissional continha os antecedentes civis do seu titular, reproduzindo, por assim dizer, a folha corrida do trabalhador, algumas vezes vítimas do rancor do mau patrão que, com espírito de vingança, fazia anotações desabonadoras, fechando-lhe o acesso aos novos estabelecimentos de trabalho." (grifos meus - M.M.R.),

informava o Boletim do Ministério do Trabalho em 1935, na tentativa de justificar a instituição da Carteira de Trabalho. Segundo ele, os dados agora contidos na ficha do trabalhador, como data de admissão ou demissão, salário percebido, natureza de sua atividade, enfim, seu histórico pessoal e profissional, serviriam muito mais para comprovar a capacidade do trabalhador, impedindo a eclosão

"dos conflitos de trabalho (que) se arrastavam e se ultimavam sem satisfação para o operário por carência de provas."

A carteira profissional surgia, nesta perspectiva, para "su-

prir esta lacuna"...

De fato, a resistência operária contra a introdução do fichamento pessoal explodiu violentamente. A PLEBE, de 31/10/1919, denunciava:

"IDENTIFICAÇÃO DE OPERÁRIOS. Uma Vergonhosa Humilhação a que estão agora sujeitos os trabalhadores"

"Reza um telegrama de Sorocaba transmitido para esta capital:

'A delegacia de polícia desta cidade está fazendo a identificação dos operários das nossas fábricas, devendo concluir até o fim do corrente mes cerca de 6 mil prontuários. As fichas serão remetidas ao Gabinete de Identificação, que, por sua vez, dirá se há lá alguma coisa que desabone o identificado.

Cada prontuário deverá ser completado com a fotografia da pessoa identificada.

O serviço fotográfico da delegacia regional ficará a cargo do soldado Afonso Vieira que se acha na capital completando a sua prática.'

Até agora a polícia identificava apenas os criminosos de crimes de certas gravidades, e os anarquistas, que são a eles equiparados.

Agora, para a polícia, ser operário é ser suspeito, é ser quase criminoso.

Isto é uma infâmia contra a qual é necessário que os trabalhadores se rebelem. Do contrário, a moda pegará e a medida se estenderá a todo o Estado, quiçá todo o Brasil."

A crítica operária evidencia o deslocamento que se opera na representação imaginária do criminoso: se num primeiro momento, a noção de culpabilidade designava indivíduos que haviam cometido alguma falta considerada grave, como assassina

to ou roubo e demandava uma ação policial estritamente represiva, agora todos os indivíduos eram considerados como elementos potencialmente perigosos, o que exigia uma ação conjunta preventiva por parte dos dominantes. Qualquer operário aparecia como um criminoso em potencial: o que estava em jogo já não era o crime praticado, mas a virtualidade do ato. Portanto, todas as medidas possíveis de prevenção ao comportamento desviante deveriam ser tomadas pelos poderes instituídos. Os operários reagiram violentamente, tanto denunciando o sentido do novo método de enquadramento disciplinar:

"O objetivo desta medida consiste em impedir a introdução de grevistas de outras fábricas, os quais não conseguirão trabalho em parte alguma, porque todos os patrões distribuirão entre si "listas negras" com os nomes dos operários demitidos em ocasião de greve" (A PLEBE, 15/10/1919),

quanto recusando-se a serem fotografados, como informavam cautelosos os industriais têxteis:

"(...) nenhum membro das associações de classe, (...) logrou mandar fotografar o seu pessoal operário, para que a lei fosse cumprida. O operariado não consentiu na operação e se maior fosse a pressão que muitos patrões exerceram sobre eles, teríamos pela frente greves parciais, que redundariam em greve geral (...)." (Circular do CIFTSP, 22/6/1927) (grifos meus - L.M.R.)

No mês anterior, os canteiros irrompiam em greve protestando contra a "curiosa inovação que os patrões pretendem introduzir, exigindo que os operários sejam portadores de um cartão de identificação fornecido de um burguez para outro, catalogando, assim, os trabalhadores, como se fossem uma mercadoria qualquer. (...)" (A PLEBE, 14/5/1927) (grifos meus-L.M.R.) Os canteiros saem vitoriosos, informa A PLEBE, de 11/6/1927.

A despeito da adesão unânime dos industriais ao sis-

tema proposto por Pupo Nogueira, as expulsões e demissões dos "indesejáveis" prolongam-se por toda a década de vinte, atestando a insubordinação dos trabalhadores aos métodos repressivos da burguesia industrial: as listas se sucedem indicando de missões por roubo de peças, boicote, sabotagem, destruição de materiais, infração das normas disciplinares, greves, etc.

A Luta pelo Controle da Fábrica: A Proposta Anarquista de Auto-gestão da Produção

Se pelo lado dos patrões, o período que vai de 1918 a 1922 aproximadamente assiste a uma redefinição dos procedimentos de disciplinarização do trabalho, que apela para as noções de ciência, de técnica e de progresso, configurando um projeto de construção da "nova fábrica", higiênica e despolitizada, pelo lado dos operários, a intensificação das formas de resistência culmina na proposta de luta pelo controle do processo de trabalho, defendida na imprensa anarquista. Ao lado do trabalho subterrâneo da resistência cotidiana que se trava no interior da produção, evidencia-se nos horizontes do movimento operário a proposta de tomada das fábricas e de reorganização do processo produtivo, neste momento histórico preciso.

A crítica à organização capitalista do processo de produção e a proposta alternativa de uma reorganização autônoma das relações de trabalho aparece, de certo, desde os primeiros números da imprensa anarquista. Mesmo que difusamente, os libertários propunham a edificação da Nova Sociedade a partir da reorganização da atividade econômica, da desapropriação de todas as riquezas naturais e sociais e da abolição de todo poder político, sustentáculo da dominação de classe:

"(...) é preciso abolir o princípio individual da propriedade das riquezas (...). Todas as grandes e pequenas empresas de produção, que são exploradas por proprietários tendo por fim os próprios interesses, devem ser reorganizadas por comissões populares tendo por mira, exclusivamente, as necessidades do povo." (A TERRA LIVRE, 6/11/1910) (grifos meus - L.M.R.)

Expondo "As Vantagens da Revolução Social", Lucas Mascolo imaginava a sociedade do futuro como aquela em que os meios de produção seriam socializados, a produção seria reorganizada a partir dos interesses dos próprios trabalhadores, a pobreza seria eliminada juntamente com as guerras e outros problemas sociais, as crianças poderiam crescer e estudar livremente, uma série de trabalhos considerados improdutivos, como a atividade doméstica, seriam realizados por empresas públicas coletivizadas, as correntes dos rios, o vento, a luz do sol, as riquezas minerais, o carvão, o petróleo, etc. poderiam ser transformados em energia motora, em iluminação, em forças produtivas. As ruas seriam arborizadas com laranjeiras, pessegueiros, limoeiros e outras árvores frutíferas que, além de enfeitar a paisagem urbana, forneceria alimentos para a população. O aproveitamento racional do potencial econômico e energético seria condição de possibilidade da fundação da sociedade igualitária:

"Portanto, eis o remédio: socializar os meios de produção e de transporte. Organizar a produção por conta dos trabalhadores, donos em comum da riqueza social, e ter em vista a satisfação das necessidades reais dos consumidores, produzindo, não a abundância que só o é porque pode comprar, e que absurdamente origina os stocks sem venda e a falta de trabalho, mas sim a abundância que aproveita a todos, para a qual, são utilizados todos os meios de produção, materiais, terras, braços, tudo hoje tão desperdiçado ou abandonado (...)" (A TERRA LIVRE, 8/6/1907)

Os próprios produtores diretos seriam os únicos capazes de realizar tanto as tarefas de execução quanto as de concepção, já que são os únicos que conhecem de fato e na prática a realidade da produção: aí, a possibilidade de superação da divisão social do trabalho instaurada pelo sistema capitalista. (46)

No entanto, se nos anos dez lemos sobre a necessida-

de de formação de "comissões populares", que deveriam gerir as pequenas e grandes empresas visando unicamente à satisfação dos interesses do povo (A TERRA LIVRE, 6/11/1910), é em especial entre os anos de 1918/1922 que encontramos uma maior quantidade de artigos na imprensa anarquista, enfatizando a importância destas formas alternativas de contrapoder na fábrica, tendo-se como referência a experiência italiana e inglesa.

Em 25/9/1920, A PLEBE publicava o artigo intitulado "Aspectos da luta de classes" em que se propunham estratégias de luta cotidiana que deveriam ser travadas no âmbito da produção, culminando na formação de comitês de fábrica pelos operários de cada unidade fabril. As organizações instituídas por trabalhadores ingleses eram vistas como um princípio de expropriação, "uma limitação real do direito de propriedade (...) que conduz naturalmente à formação do comitê de oficinas", o qual se encarregaria do controle da administração e então da ocupação direta das fábricas, "como fazem neste momento os operários italianos", referindo-se aos movimentos conselhistas de Turim. Ao controlarem a administração da fábrica, os comitês colocariam o produtor direto em contato imediato com todo o mecanismo de funcionamento da fábrica. Deste modo, cada trabalhador poderia aprender e inteirar-se da atividade de direção da indústria progressivamente, capacitando-se para substituir os especialistas burgueses e para realizar a expropriação final:

"Uma outra conquista realizada em parte na Inglaterra e nos Estados Unidos e a que já nos referimos, a formação de comitês operários nas oficinas e nas fábricas para o controle da administração, tem uma consequência ainda maior.

Ela põe o produtor em contato direto com o mecanismo da produção, inicia-o nos segredos da administração das indústrias, interessa-o na sua marcha e coloca-o em condições de dirigi-la após a expropriação final (...)"

O autor tece uma crítica contundente à hierarquia despotica inerente ao processo capitalista de produção e que se

reproduz até mesmo no interior de um mesmo ofício, criando uma "hierarquia de funções". Conclui que este procedimento resulta de duas concepções fundamentais na ordem burguesa: de um lado, a idéia de que sem autoridade, hierarquia e mando não pode haver disciplina e organização; de outro, que o trabalho deve ser remunerado segundo a importância de cada ofício e a capacidade de cada um. Prosseguindo em sua crítica, demonstra-se como esta situação vivenciada no cotidiano pelos operários visa dividi-los, na medida em que se pautem por valores ditos universais, instaurando uma concorrência ferrenha entre aqueles que deveriam solidarizar-se. Mas, ao mesmo tempo, revela-se a preocupação do militante anarquista em fazer com que trabalhadores de vários ofícios se identifiquem com a figura desqualificada e expropriada do proletário. Certamente, a valorização do ofício não era apenas uma imposição ideológica dos dominantes, mas uma afirmação pessoal do trabalhador diante de sua atividade.

"(...) Esta situação cria e mantém na mentalidade operária essas idéias e contribui para dividi-los e atirá-los uns contra os outros, ofício contra ofício, profissão contra profissão, classe contra classe e dentro da mesma classe, da mesma profissão, são porque há uma miserável diferença de salários, o que marca a distinção hierárquica, um indivíduo contra outro, tornando assim impossível a solidariedade entre os explorados para maior segurança dos exploradores. Notem por exemplo a diferença entre um linotipista e um tipógrafo; entre este e entre um fotogravador. Avaliem bem o orgulho com que olha um decorador para um padeiro e este para seu ajudante. E donde vêm estes sentimentos? Que é que os cria, que é que alimenta tantas distinções? A diferença de salários, a possibilidade de maior ou menor conforto e a noção decorrente de que há profissões superiores e inferiores. (...)" (idem)

Dois pontos parecem fundamentais: a percepção aguda de como os dominantes se utilizam de mecanismos sutis que ins-

tauram a divisão no interior da própria classe trabalhadora, inscrevendo uma linha divisória que afasta e opõe elementos de profissões diferentes embora pertencentes a uma mesma classe social. Segundo: a denúncia de que a diferenciação salarial constitui outro dispositivo estratégico do poder disciplinar visando impedir a articulação dos operários, na medida em que incentiva o espírito de concorrência e a luta por objetivos estritamente pessoais. Assim, questiona-se o argumento amplamente difundido de que a diferenciação dos salários obedeceria à lógica neutra e impessoal do mercado, mascarando seu conteúdo político e não técnico.

Como alternativa de luta contra estes mecanismos sutis da dominação burguesa, propõe-se no mesmo artigo:

"Que se organizem uniões de indústria ao invés de uniões ou sindicatos de ofício. Que dentro de cada indústria se equiparem os ofícios, reivindicando para todos igual salário. Que dentro das fábricas e das oficinas a administração interna seja dirigida por comitês eleitos pelos operários substituindo a ordem hierárquica por uma disciplina voluntária." (Grifos meus - L.M.R.)

A constituição de organismos operários de gestão do processo produtivo levaria à abolição da divisão social do trabalho e a supressão da diferenciação dos salários desenvolveria na mentalidade do trabalhador a idéia da justiça social, ou seja, a compreensão do princípio: "a cada um segundo suas necessidades, de cada um segundo suas forças." ("Problemas da Reconstrução", A PLEBE, 1/4/1922)

Em "Métodos de Organização Operária", também publicada por aquele jornal, o autor visualiza a formação em cada fábrica, navio, oficina, etc, de um conselho de fábrica, que teria por função a administração da unidade produtiva, resolvendo todos os problemas emergentes. De cada conselho de fábrica sairia um representante, eleito pelos operários, que se reunindo aos outros formaria um conselho de indústria. Este por sua

vez elegeria um delegado regional de todas as indústrias que formaria o conselho executivo. Em cada bairro ou localidade, constituir-se-iam comitês de relações distritais, voltados para a propaganda e a educação. Os cargos seriam revogáveis e todas as ações dos delegados de base deveriam ser controladas pela base:

"(...) Como medida necessária à salvaguarda da autonomia do trabalhador, todos os delegados o seriam com mandato imperativo e nenhuma resolução seria executada sem referendium dos organizadores da fábrica, da indústria ou de todas as indústrias conforme essa resolução de interesse particular ou geral. (...)" (Grifos meus - L.M.R.)

A autoridade e a necessidade dos chefes - técnicos capitalistas ou "comissários do povo" - são questionadas nos artigos citados, denunciando-se sua função meramente repressiva, isto é, de vigilância e controle sobre o trabalhador, impedindo que se organizem contra-poderes alternativos no interior da fábrica. Segundo os anarquistas, por serem os operários os que produzem e os que vivenciam a realidade da produção, a eles deveria caber a direção e a administração do trabalho, organizados em conselhos de fábrica ou em outras formas descentralizadas de poder. A experiência da Revolução Bolchevique com a supressão dos soviets é invocada para apontar a necessidade de se "tomar outro caminho":

"(...) É preciso que cada operário conheça tão bem ou melhor que seus patrões o mecanismo complexo da produção na indústria, em que trabalha.

Se se organizarem conselhos de fábrica, órgãos de combate sobre a administração das fábricas que este seja escolhido como o meio mais adequado às investigações desta natureza. (...)

Conhecedores da capacidade atual da produção do país, do estoque de mercadorias existentes e dos meios de transporte utilizáveis: tendo o preparo técnico necessário a por em movimento as indústri

as terão os trabalhadores adquirido uma das condições necessárias para construir a sociedade nova".
 ("Problemas da Reconstrução", A PLEBE, 1/4/1922)

Vale atentar para a importância de uma proposta que questiona a valorização hierárquica do ofício instituída pelo imaginário burguês, num momento em que o taylorismo ainda não transformara a estrutura da indústria no país e em que os operários ainda mantinham uma certa margem de controle sobre o processo produtivo em alguns ramos da produção. (47) Ou seja, propõe-se o redimensionamento das estratégias de luta a partir de uma outra representação da atividade do trabalho. Ao invés da identificação do trabalhador com a função que lhe é outorgada dentro de uma hierarquia definida pelo imaginário social e não pela razão técnica, sugere-se a equiparação salarial dos ofícios e a união dos operários em função de sua condição de explorados pelo capital. Lembre-se que antes da reorganização taylorista do processo de produção, os trabalhadores valorizavam e defendiam sua profissão e organizavam-se em sindicatos de ofício, os quais procuravam ampliar sua margem de interferência sobre as relações de trabalho. Por isso mesmo é que se rão introduzidas técnicas tayloristas e fordistas de produção, desqualificando radicalmente o trabalho e provocando o descontentamento e a resistência dos operários em toda parte. Ao criticar a hierarquização das profissões instituída pelo imaginário burguês e que resulta na divisão competitiva entre os trabalhadores, propõe-se a união dos operários em sindicatos de indústria, em substituição aos sindicatos de ofício, neste início da década de vinte. Os anarquistas procuravam mostrar as fraquezas da estrutura de ofício do sindicalismo brasileiro e incitavam os operários a buscarem novas formas de luta, num momento em que a organização da indústria vinha se modernizando acentuadamente.

Processo semelhante parece ter ocorrido em outros países. David Montgomery registra em WORKERS' CONTROL IN AMERICA a defesa, entre os operários norte-americanos, da substituição dos sindicatos de ofício pelos de indústria, como resposta à reorganização taylorista do processo de trabalho nas décadas

iniciais do século. Este momento histórico assiste nos USA ao confronto entre patrões e operários qualificados pelo controle das relações de trabalho no âmbito da fábrica, os primeiros desejando limitar a autonomia dos trabalhadores e intensificar o ritmo da produção, os segundos questionando a forma tradicional do exercício do poder disciplinar simbolizada pela figura do contramestre e sua perda crescente de autonomia dentro da fábrica. É neste contexto que surgirá o taylorismo como estratégia patronal que quebrava a relativa margem de autonomia que detinham os operários qualificados no interior da produção e a crescente força do sindicalismo americano. Portanto,

"embora menos de trinta fábricas tenham sido totalmente reorganizadas por Taylor e seus discípulos, antes de 1917, por volta de 1925 os elementos essenciais de suas propostas recebiam aceitação favorável em quase todas as indústrias." (48)

Enquanto os sindicatos defendiam, desde fins do século XIX, que os contratos de trabalho fossem negociados de acordo com suas exigências e, nesse sentido, que os salários fossem fixados por categoria, Taylor e Henry Gantt propunham a individualização dos pagamentos e que as tarefas e os rendimentos de cada trabalhador fossem avaliados separadamente, instituindo-se o salário por peças tão combatido pelos sindicatos operários.

Na França, P. Fridenson constata que o nascimento da "nova fábrica", "cientificamente" organizada, entre o final do século XIX e as décadas iniciais do século XX, pretendia superar as barreiras impostas pelos sindicatos e uniões contra a exploração do trabalho. Os vidreiros de Carmaux, por exemplo, conseguiam determinar que fosse "proibido a todo operário fabricar mais garrafas que o número indicado pelos sindicatos", enquanto que os metalúrgicos ligados à UNION SINDICALE DES OUVRIERS METALLURGISTES DE LA LOIRE conseguiam fixar coletivamente regras que limitavam a duração da jornada de trabalho. O sindicalismo francês conseguia impor obstáculos à super-exploração do capital na medida em que definia um código de comportamento coletivo favorável ao freio à produção, absentismo,

sabotagem, acidentes voluntários de trabalho, entre outras formas de luta. É também contra este crescente poder que se levantam os industriais incentivando a adoção do sistema Bedeaux de cronometragem e das técnicas de racionalização do trabalho.(49)

No Brasil, se o sistema Taylor só é introduzido plenamente na indústria na década de trinta, desde a década de dez estavam ocorrendo mudanças significativas em vários ramos da produção no sentido de intensificarem o ritmo do trabalho e desqualificarem absolutamente a atividade profissional. Analisando a indústria têxtil paulista, Maria Alice Rosa Ribeiro assinala a ocorrência de "uma inovação dos processos produtivos dentro da fábrica" no início e no final da década de dez, tendo por base o relatório da comissão de inspeção do DET e as observações de A. Piccarolo:

"Eram frequentes no DET as referências às máquinas recém-importadas, ou à construção de prédios para assentar maquinismos já encomendados no exterior. No final da década, mais precisamente em 1918, quando da realização da 1.^a Exposição Industrial, no município de São Paulo, as descrições de algumas das fábricas expositoras contemplam a presença de processos produtivos modernos, inclusive a existência de teares automáticos do tipo Northop na fábrica Mariângela, (...)" (p.117)

Segundo W. Cano,

"no que se refere aos segmentos metalúrgicos transformações importantes se processariam, principalmente na década de vinte. Algumas das antigas e pequenas oficinas mecânicas, metalúrgicas e pequenas fundições passariam por um processo de expansão, transformando-se em importantes produtores da incipiente indústria de bens de produção." (50)

E segundo João Manuel:

"(...) o desenvolvimento industrial dos anos 20 salientava-se, simultaneamente, por uma profunda

modernização da indústria de bens de consumo assalariado e pela diferenciação da estrutura industrial, com a pequena indústria de aço ganhando forças e com a indústria de cimento se implantando." (51)

Os operários, influenciados pelos anarco-sindicalistas, desenvolviam ampla luta contra as transformações tecnológicas efetuadas no âmbito da produção. Boris Fausto fornece algumas indicações sobre as resistências travadas contra a introdução de novas máquinas provenientes do exterior na ferrovia Cia. Paulista no final de 1905 e que resultam na greve de 1906. Entre as queixas dos ferroviários, a Liga Operária de Jundiaí apontava a redução da jornada de trabalho e as demissões provocadas pela introdução de uma tecnologia capital-intensiva, a desvalorização da atividade profissional, a intensificação do ritmo do trabalho e o congelamento dos salários. (p. 136) Os trabalhadores reclamavam contra a desqualificação de suas profissões: o maquinista executava o trabalho de um foguista, este o de um limpador de máquinas, e ambos viravam carregadores de carvão ou limpadores de lixo.

Maria Cecília Baeta Neves, estudando a greve dos sapateiros de 1906 no Rio de Janeiro, informa que estes possuíam um código de ética profissional, defendido pela União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros, que procurava impedir "o aviltamento da 'arte'", assegurando um certo grau de controle sobre as relações de trabalho. O regulamento da União estipulava entre outros pontos:

"Art. 3º - Não coser obras de outras fabricas, nem ter em sua fábrica operários fora da oficina, salvo acordo feito com a União.

Art. 4º - Só dar trabalho aos sócios da União, de acordo com a Comissão do Sindicato." (52)

Em 1909, os sindicatos da construção civil de Santos conseguiam que os patrões reconhecessem suas entidades de classe, "tendo obtido deles a garantia de que somente os trabalha-

dores sindicalizados seriam contratados, a permissão para selecionar um fiscal em cada canteiro ou oficina, evitar que os fura-greves fossem admitidos e permitir aos organizadores do movimento levar adiante a sua 'propaganda' durante o trabalho." (53)

O sindicato dos gráficos cariocas também procurava manter alguma margem de controle sobre as relações de trabalho, exigindo que só os sócios da Associação fossem admitidos como empregados; incumbindo-se de garantir o fornecimento da força de trabalho necessária, acompanhada "das respectivas tabelas de ordenado"; assumindo a responsabilidade de resolução de qualquer conflito entre industriais e empregados, tentando impedir que os conflitos fossem resolvidos individualmente entre ambos; e, finalmente, propondo-se a organizar "uma ativa propaganda para o levantamento moral e artístico da classe, por meio do seu órgão oficial, conferências e publicações educativas, criando, também, uma oficina própria para o ensino técnico e escolas de português e desenho." (54)

O elevado número de greves desencadeadas no setor têxtil, no entanto, e suas respectivas derrotas revelam a intransigência dos patrões no caso dos ramos industriais em que o trabalho era desqualificado, possibilitando jogar como emprego massivo da força-de-trabalho feminina e infantil. As iniciativas patronais visando reduzir a capacidade de pressão e de intervenção dos operários contra a crescente exploração do K se fazem sentir tanto na introdução das inovações tecnológicas quanto pela constituição de seus órgãos associativos de defesa. Em 1917, convoca-se uma assembléia da UOFT do Rio de Janeiro para discutir a crescente substituição dos trabalhadores masculinos pelo emprego de mulheres e crianças. (55) Reclamação aliás constante na imprensa operária e que denota a progressiva desqualificação que sofriam os operários mesmo nos setores mais mecanizados como o têxtil, ao lado da preocupação moral com a exploração do trabalho feminino e infantil.

De qualquer modo, estes dados fazem supor a existência de uma luta acirrada que se trava no interior do espaço fabril e que se intensifica no período de 1917/20, levando os in

dustriais a redefinirem suas estratégias de domesticação e de controle da força de trabalho existente no país, como já observamos. (56)

É claro que a constatação da existência de uma proposta de controle operário das fábricas, a exemplo do que ocorria na Itália no período, não é suficiente para demonstrar a dimensão de sua penetração na classe operária. Os dados fornecidos pela imprensa anarquista também não podem nos levar a conclusões mais avançadas. Atestam, no entanto, a colocação do problema pelo movimento operário da época e as tentativas esparsas de constituição e de reconhecimento destes contra-poderes na fábrica, ou ao contrário, a intenção de silenciamento e de subsunção destes organismos seja pelos sindicatos seja pelos patrões, não justificando sua total omissão pela produção acadêmica mesmo a mais recente. Dentre os artigos publicados pelos jornais anarquistas referentes à formação de comissões operárias de base, A PLEBE, de 16/10/1919, fornece algumas indicações. Notícia a ocorrência de uma assembléia realizada pelos operários têxteis durante uma greve na Fábrica Jaffet em que reivindicam entre outros pontos o reconhecimento de uma comissão interna e da União dos Operários em Fábrica de Tecidos. Alguns dias antes, o mesmo periódico publicava trechos de uma carta do Cotonifício Crespi, dirigida à UOFT, em que os industriais exprimiram as novas resoluções diante da recusa dos trabalhadores de aceitarem as imposições anteriormente formuladas. Num tom paternalista, a empresa respondia que

"Dada a forma como foi redigido o artigo 4º de dita sua comunicação, não deveríamos ter dado resposta alguma, mas para demonstrar a nossa boa vontade para com os nossos operários (...) comunicamos-lhes quanto segue: (...) Pelo que diz respeito à Comissão interna, precisamos saber quais as atribuições e como foi eleita a mesma.

Repetimos que os nossos operários ficarão livres de reclamar perante os seus superiores e, em último caso à gerência, seja individualmente ou

em comissão entre si escolhida em qualquer ocasião e para qualquer assunto. (...)

Cotonifício Rodolfo Crespi". (30/3/1919) (57)

A PLEBE, de 30/9/1919, registra ainda o mesmo processo de formação de comitês de fábrica em outros estabelecimentos paulistas:

"Na sucursal da Mooca, presidindo o camarada Antonio Faletti, o pessoal da fábrica Labor escolheu as suas comissões internas e tomou importantes deliberações. (...)

Às 17 horas reuniram-se, na mesma sede os operários que trabalham na fábrica de seda Ítalo-Brasileira, para nomear os companheiros que faltavam para completar a comissão interna de fábrica e discutirem o modo que deviam proceder com os companheiros que ainda não são sócios da União (...)"

Segundo Boris Fausto, nas negociações entre UOFT, fundada em agosto de 1917, e os industriais, que se realizam em setembro de 1918, estes, liderados por Jorge Street, reconhecem a existência do sindicato têxtil exigindo em troca que a UOFT fizesse "cessar a ingerência dos delegados de fábrica que havia se tornado intolerável, e era de fato um ponto básico sobre o qual não havia transigência possível." (p. 223) Também o sindicato dos têxteis, de linha moderada, procurava estabelecer relações de controle sobre as comissões de fábrica existentes nas indústrias do ramo, que deveriam subordinar-se a ele. Segundo O COMBATE, a diretoria da UOFT declarava que:

"A União não aprova nenhum ato de indisciplina que se verifique dentro das fábricas (praticado) por operários e também não aprova aqueles que incitem outros para a paralisação do serviço. Para os que assim procederem, a União intervirá com energia, tomando as necessárias medidas para fazer-se respeitada em benefício da classe. O nosso programa é bem definido: conseguir o máximo bem estar para os trabalhadores... As Comissões Internas não de-

vem absolutamente consentir que o trabalho seja interrompido, sem primeiro a União haver autorizado essa medida, da qual só se lançará mão quando se tratar de um caso de importância e que não possa ser resolvido por negociações e discutido em Assembléia Geral, nas sedes da União e da sucursal." (Grifos meus - L.M.R.) (58)

As referências à constituição destes organismos alternativos de poder operário são, no entanto, escassos nos jornais anarquistas pesquisados, referindo-se ao período de 1918/20 e à indústria têxtil paulista. De qualquer modo, os artigos apresentados nos jornais operários revelam que a questão do controle do processo de trabalho não estava ausente do conjunto das preocupações dos trabalhadores, não justificando sua total omissão nas produções acadêmicas sobre o movimento operário brasileiro.

Certamente a questão do controle operário do processo produtivo não passava, neste momento histórico, pela crítica da tecnologia em si. Dotada de neutralidade, a tecnologia capitalista ainda não era representada como a concretização de um saber produzido pela luta de classe, da mesma forma que não se questionava a ideologia do trabalho, como hoje fazem os operários, que já não se identificam com uma atividade totalmente desqualificada e mecanizada. Tanto quanto marxistas e socialistas, os anarquistas participavam da crença no poder libertador da técnica instituída pelo imaginário burguês. A questão da apropriação da fábrica e da reorganização do processo de produção referia-se à destruição das funções diretivas hierarquizadas, à supressão da diferenciação salarial e à transformação das condições materiais de trabalho. A idéia de que a gestão operária da fábrica implicava a mudança constante da tecnologia capitalista é um ponto que o movimento operário colocou apenas no final da década de 60 e que vem assumindo dimensões cada vez mais profundas. (59)

Ao contrário, os textos que se referem à máquina são apologéticos e participam do mito da neutralidade da técnica

ca. Muito embora estejamos nos referindo a fábricas modernas e não à produção artesanal ou manufatureira, no Brasil do começo do século, não se poderia esperar que os libertários fizessem a crítica da tecnologia em si, percebida como produto da cultura burguesa, questão que a racionalização da produção, a introdução da linha de montagem e a conseqüente desqualificação do trabalho colocarão radicalmente. Criticava-se a utilização capitalista de uma tecnologia que, no entanto, era positivamente valorizada por esta sociedade, de ponta a ponta.

Assim, mesmo quando, no ano de 1928, os operários da fábrica Mariângela realizam uma greve contra a introdução de teares automáticos, que dobrariam a quantidade de máquinas com as quais cada operária deveria lidar, nenhuma menção é feita ao progresso técnico ou a maquinaria em si, mas sua utilização social é que é questionada. (60) Do mesmo modo, embora o taylorismo suscite uma forte resistência por parte do operariado em todos os países em que é introduzido, na França, na Itália, nos USA, na Alemanha ou mesmo na Rússia, é sua apropriação pelos interesses particularistas de uma determinada classe social que está em jogo e não o sistema Taylor propriamente dito. Em 1918, os líderes da Revolução Bolchevique defendiam a introdução do taylorismo na organização do trabalho como método científico dos mais avançados que o capitalismo produzira, desde que sua utilização social fosse outra, isto é, desde que posto a serviço dos interesses do povo. (61) Segundo Trotsky:

"Sob o regime capitalista, o trabalho por peças e por empreitada, a introdução do sistema Taylor, etc, tinham como objetivo aumentar a exploração dos operários e roubar-lhes mais-valia. Com a socialização da produção, o trabalho por peças, etc, tem como objetivo um aumento da produção socialista e, conseqüentemente, um aumento do bem-estar comum. Os trabalhadores que concorrem mais que os outros ao bem-estar comum adquirem o direito de receber uma parte maior do produto social que os ociosos, os indolentes e os desorganizadores." (62)

A mesma operação ideológica percorre o discurso do anarquista Florêncio de Carvalho, ao apontar os efeitos nocivos para os trabalhadores da introdução do sistema Taylor na reorganização das indústrias brasileiras. A separação entre meios e fins, que permite a Lênin ou a Trotsky posicionarem-se favoravelmente ao taylorismo, reaparece no discurso libertário: a técnica em si é considerada como elemento neutro do progresso econômico, inevitável e necessário. O questionamento da maneira pela qual este avanço tecnológico é utilizado remete à crítica de sua apropriação capitalista. Também os anarquistas sonham com uma sociedade em que o desenvolvimento da tecnologia liberaria o homem do "reino da necessidade", permitindo uma vida mais livre, mais justa e mais criativa, onde o trabalho seria transformado enquanto atividade de auto-criação de humanidade. A PLEBE, de 3/12/1932, publicava o artigo de Florêncio de Carvalho:

"DO PROGRESSO INDUSTRIAL

Suas funestas conseqüências no regime capitalista"

*Indo em busca do homem livre,
encontrei o homem máquina".*

"Em nossos dias, o individualismo realiza maravilhas.

Em física, em química, em mecânica, como na organização científica do trabalho e da administração, chega-se a resultados surpreendentes. Aumenta-se em proporções fantásticas e se aperfeiçoa admiravelmente o produto do engenho humano. A máquina parece fazer milagres, as mãos do trabalhador mostram habilidades prodigiosas e a inteligência avança com insuspeitável penetração nos segredos da indústria. Os Métodos de Taylor, a standardização e a racionalização abre novos e amplos horizontes, com experimentações sempre felizes, em todas as esferas da economia social. A ciência incentiva o progresso e descobre forças inexploradas, e utiliza as últimas energias.

ORGANIZAÇÃO CAPITALISTA DO TRABALHO

A classe trabalhadora, manual ou intelectual, é o alvo preferido dos peritos exploradores da atividade industrial. Todos os elementos de aço, de sangue e de inteligência, são reduzidos com precisão matemática, a esta lei de bronze: o máximo de produção e de aperfeiçoamento com o mínimo de tempo e de energia.

Nesta lei não entra um átomo de equidade. No que respeita ao trabalho vigora o mínimo de remuneração pelo máximo de produção.

A ciência a serviço do capitalismo favorece aos industriais e prejudica, em razão inversa, os trabalhadores. O operário em exercício nas fábricas ou oficinas, é obrigado a empregar todas as suas faculdades e adquirir uma perícia superior para entregar-se ao torvelinho dos cilindros dos colossais aparelhos mecânicos, que se movem com velocidade elétrica.

AS BASTILHAS INDUSTRIAIS

Para se ter uma idéia do que possa ser o inferno dantesco das bastilhas industriais, observe-se, por um momento, ao menos o tirânico sistema de trabalho que aí rege sobre a massa operária.

Começemos por notar a divisão do tempo em meses, semanas, dias e, particularmente, a medida moderna, em horas e minutos que respectivamente, serve de unidades ou parcelas de unidades para a atual norma dos salários (...)

Tomemos, a seguir, conhecimento da modalidade do salário, segundo a quantidade e a qualidade da produção, bem como da rapidez na execução da mesma. Fixemos a nossa atenção no fato de ser, a medida de produção, tomada da parcela elaborada durante a primeira hora de trabalho de cada jornada, não se considerando que durante as horas seguintes a ca-

pacidade do operário decrece progressivamente. De vemos, por último, distinguir a medida da produção baseada na capacidade dos trabalhadores mais aptos, exigindo-se-lhes tudo quanto possam dar, sendo os restantes, a imensa maioria, sujeitos a esta medida, e a se empenharem num esforço sobre-humano. (...)"

Florêncio de Carvalho condena o sistema de trabalho na sociedade capitalista porque mutila o homem, reduzindo sua atividade à de uma máquina, da qual se exige o máximo rendimento numa repetição monótona e desinteressante. Além disto, diz ele, as condições de trabalho são péssimas, inexistindo qualquer preocupação por parte dos patrões com a higiene, a iluminação e a ventilação nas fábricas, ou ainda com o abrandamento da violência que caracteriza as relações hierárquicas de produção. E conclui:

"Como se vê, a taylorização, a standardização, a racionalização, vêm sendo, pelos chefes industriais, adotadas e aplicadas no que elas lhe oferecem de útil. Quanto à utilidade que possam oferecer aos trabalhadores, isso não lhes interessa, mesmo porque o mercado de braços e de inteligência está abarrotado e desse produto, a natureza é assaz pródiga." (idem)

A técnica, as inovações tecnológicas e o sistema Taylor são apresentados como símbolos do progresso científico que "parece fazer milagres". No entanto, por estar em posse da classe dominante, este avanço não beneficia aos operários, consistindo ao contrário numa arma de exploração burguesa do trabalho. Como dissera Marx em *O Capital*, a ciência está posta a serviço do capital na sociedade burguesa. (63) E, no entanto, sua natureza intrínseca de objetivação de um desejo de dominação não é considerado. A tecnologia é pensada como meio neutro de produção, independente das relações sociais em que é produzida.

A idéia de que a técnica consiste na objetivação de

um saber que independe dos fins a que se destina evidencia-se na oposição estabelecida entre a técnica, de um lado, considerada como fator neutro e autônomo e a política, de outro. Ora, na medida em que a técnica é salva segundo esta lógica, abre-se caminho para a representação das forças produtivas como neutras. Não se questiona, portanto, que a transformação radical da sociedade passa pela modificação radical da tecnologia capitalista e não apenas por sua apropriação pelos produtores diretos. Assim, através deste imaginário, justifica-se a introdução da organização "científica" do trabalho e do taylorismo como técnica de produção independente das relações sociais e do meio em que é produzida, podendo portanto ser utilizada em qualquer sistema social, desde que atenda a finalidades diferentes. (64)

Na verdade, desde cedo a evolução da tecnologia capitalista e sua aplicação no interior da produção orientou-se no sentido de eliminar a interferência subjetiva do homem no processo de trabalho, tornando os dominantes dependentes da técnica, mas não do homem. (65) As resistências dos luditas à introdução dos novos maquinismos fabris, destruindo máquinas, tearres, incendiando fábricas e outras propriedades e aniquilando as inovações tecnológicas que substituíam seu saber-fazer profissional revelam até que ponto o desenvolvimento técnico contém em sua própria lógica o desejo patronal de dominação, que a primeira geração dos operários ingleses compreendeu nitidamente. No Brasil, o anarquista Mota Assunção procurava dissuadir os tipógrafos da firme intenção de destruir os novos equipamentos mecânicos que causavam seu desemprego, mostrando que o processo de mecanização da indústria era irreversível e positivo, a despeito dos males imediatos que ocasionava. Segundo ele, um jornal dos tipógrafos, O Composedor, dizia

"que todas as desgraças dos tipógrafos eram devidas à maldade de certos patrões e chefes e, como exemplo, citava-se o dr. Edmundo Bittencourt, proprietário-diretor do Correio da Manhã, um dos últimos jornais a introduzir as máquinas (...)" (A VOZ DO TRABALHADOR, 15/6/1909) (grifos meus-L.M.R.)

NOTAS

- (1) Bresciani, Maria Stella M. Liberalismo: Ideologia e Controle Social, São Paulo, tese de doutoramento, USP, 1976.
- (2) Maram, Sheldon L. Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 14.
- (3) Stein, Stanley. Origens e Evolução da Indústria Têxtil, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1979, p. 71.
- (4) Horkheimer, M. "Conceito de Iluminismo" in Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural, p. 110.
- (5) Marx, Karl. O Capital, México, Fondo de Cultura Económica, 1946, vol. I, p. 328; Engels, F. A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra, Porto, Ed. Apontamento, 1977.
- (6) Melucci, Alberto. "Action Patronale, Pouvoir, Organization. Règlements d'usine et Controle de la main d'oeuvre au XIX siècle". in Le Mouvement Social, oct-dez. 1976, nº 97.
- (7) Foucault, Michel. Vigiar e Punir, p. 159.
- (8) Centenário de Fundação da Fábrica Cedro Histórico, 1872-1972, p. 77.
- (9) É interessante observar que a classe trabalhadora inglesa no início do século XIX também sofreu o mesmo cerco por parte dos patrões. Charles Dickens em seu livro Hard Times, Penguin, 1979, p. 90, mostra como os patrões ficavam aturdidos com as leituras dos operários que recusavam se tornar sóbrios cidadãos: "Havia em Coketown uma biblioteca que todos podiam freqüentar, e o senhor Gradgrind muito se preocupava com o que poderiam ler ali; ponto a respeito do qual pequenos riachos de estatísticas corriam periodicamente para o grande oceano de estatísticas, no qual nenhum mergulhador conseguiria descer a certa profundidade

voltando ileso. Notava-se, contudo, certa circunstância desanimadora, triste, pois mesmo esses leitores insistiam em admirar-se. Admiravam-se da natureza, das paixões, das esperanças humanas, das dúvidas, lutas, triunfos e derrotas, despreocupações, pensamentos, sofrimentos, da vida e da morte de certos homens e de certas mulheres comuns! Às vezes, depois de quinze horas de trabalho, punham-se a ler histórias a respeito de homens e mulheres que se assemelhavam mais ou menos a eles, ou de jovens que também se lhes assemelhavam." E.P. Thompson, em seu livro La Formación Histórica de la Clase Obrera, Barcelona, Ed. Laia, Cap. 16, pinta também com cores vivas este momento da repressão patronal à cultura da classe operária.

- (10) in Hall, Michael e Pinheiro, P.S. A Classe Operária no Brasil, vol. II, p. 52.
- (11) in Ribeiro, Maria Alice R. Condições de Trabalho nas Indústrias Têxteis Paulistas, Campinas, dissertação de mestrado, 1980, p. 187.
- (12) Maroni, Amnérís. A Estratégia da Recusa, p. 28/29; Tragtenberg, Maurício. "Violência e Trabalho através da Imprensa Sindical", in Educação e Sociedade, nº 2, jan. 1979.
- (13) Castoriadis, C. op. cit., p. 95.
- (14) Castoriadis, C. op. cit.
- (15) Hardman, F.F. História da Indústria e do Trabalho no Brasil, São Paulo, Global, p. 340; Hall, Michael e Pinheiro, P.S. op. cit., Vol. II, p. 77.

- (16) Sobre 1919, vide A PLEBE, 10/9/1919; 18/9/1919.
- (17) Hall, Michael e Pinheiro, P. S. op. cit., p. 105.
- (18) Fausto, Boris. op. cit., p. 202; Hall, Michael. op.cit., vol. I, p. 226.
- (19) Gomes, Angela C. Burguesia e Trabalho, Rio de Janeiro, Campus, p. 130.
- (20) Neves, M. Cecília B. "Greve dos Sapateiros de 1906 no Rio de Janeiro: Notas de Pesquisa", in Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, 1973, vol. 13, nº 2.
- (21) Ribeiro, Maria Alice R. Condição de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista, Campinas, dissertação de mestrado, 1980, mimeo., p. 164; Gomes, Angela C. op. cit., p. 128; Simão, Azis. Sindicato e Estado, São Paulo, Ática, 1981.
- (22) Segnini, Liliana. Ferrovia e Ferroviários, São Paulo, Cortez Ed., 1982, p. 44/45 a 52.
- (23) Fausto, Boris. op. cit., p. 117; Dean, W. A Industrialização de São Paulo, São Paulo, Difel, 1971, p. 168; Azis, S. p. 59.
- (24) Vide Capítulo IV.
- (25) Os Estados Unidos do Brasil, p. 234, in Guzzo, Maria Auxiliadora de Decca. A Vida fora da Fábrica, Campinas, dissertação de mestrado, 1983, p. 52.
- (26) Vide Capítulo IV.

- (27) Guzzo, Maria Auxilizadora de Decca. op. cit., p. 52; Blay, Eva. Vilas Operárias, São Paulo, tese de livre-docência, USP, 1981, p. 147/150; Segnini, Lilitana. op. cit., p.42; Dean, W. op. cit., p. 166.
- (28) Decca, Edgar S. de. Contribuição para o Estudo do Problema da Tecnologia no Desenvolvimento da Indústria no Brasil, São Paulo, Instituto Roberto Simonsen, p. 46.
- (29) Maria Alice Rosa Ribeiro mostra como os patrões conchavam o Serviço Sanitário, op. cit., p. 160.
- (30) Moraes, Filho, E. Idéias Sociais de Jorge Street, Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, p. 448.
- (31) Edgar S. de Decca mostra a constituição, no final dos anos 20, de um projeto de industrialização cujo sentido era o de orientar toda a sociedade sob os moldes da fábrica. O Silêncio dos Vencidos, São Paulo, Brasiliense, 1982, cap. IV.
- (32) Edgar S. de Decca analisa como no final da década de 20 o tema da industrialização enunciado por setores da burguesia industrial constrói a idéia de que a nação só existiria mediante a industrialização e que esta, por sua vez, eliminaria os dois maiores perigos do século: a luta de classes e o colonialismo. Decca, E.S. de. op. cit., p. 164.
- (33) Hall, Michael. op. cit., Vol. II, p. 60.
- (34) Ribeiro, Maria Alice R. op. cit., p. 123.
- (35) A este respeito, vide Rabinbach, Anson. "A Estética da Produção no III Reich", in Recherches: Le Soldat du Travail, nº 33/37, Paris, Cerfi, 1978.
- (36) Ribeiro, Maria Alice R. op. cit., p. 131.
- (37) Thompson, E.P. La Formación Histórica de la Clase Obrera, Barcelona, Ed. Laia, Vol. II, p. 176.

- (38) Álvaro Tenca realiza uma pesquisa sobre o projeto de racionalização da sociedade enunciado pelo IDORT.
- (39) Maram, Sheldon. op. cit., p. 22.
- (40) Simonsen, R. O Trabalho Moderno, São Paulo, Seção de Obras do "Estado de São Paulo", 1919, p. 10.
- (41) Oliveira, Neto, José R. "Profilaxia das causas diretas de insalubridade das fábricas de fiar, tecer e tingir o algodão. Comentários à situação das fábricas paulistas em face destas causas", in Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, 1922, nº 5.
- (42) Figueira de Mello, Francisco. "Habitação Collectivas em São Paulo" in Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, Vol. IX, 3a. série, junho de 1926, nº 4.
- (43) Maria Auxiliadora G. de Decca mostra a tecnização dos problemas sociais como estratégia burguesa de disciplinarização do trabalho, na década de vinte, op. cit., Cap. II.
- (44) Mehry, Emerson Elias. A Emergência das Práticas Sanitárias no Estado de São Paulo, Dissertação de Mestrado, São Paulo, p. 108/109.
- (45) Le Petit Travailleur Infatigable, Paris, Cerfi, 1978, p. 75.
- (46) O projeto anarquista de recriação da sociedade origina-se num contexto intelectual que, desde os inícios do século XIX, procurava responder às questões sociais colocadas pela constituição de uma multidão de pobres nas cidades, pelo aparecimento ostensivo da miséria em função das transformações advindas com a industrialização, a urbanização, o crescimento irregular dos bairros operários, o aumento da população e do exército industrial de reserva. Assim como os marxistas, os anarquistas partem de uma tradição intelectual comum e recolhem toda uma idealização utópica da sociedade anteriormente formulada. Em Saint-Simon, expressão maior da inspiração sociológica que se di-

funde na Europa nas primeiras décadas do século XIX, Proudhon e Marx encontrarão grande parte das formulações que constituirão suas problemáticas. Os três pensadores vão refletir no interior de um mesmo universo intelectual, debatendo sobre um mesmo campo questões que lhes são comuns, embora dêem respostas diferentes a elas. A concepção da sociedade como um sistema coerente passível de ser conhecido cientificamente, como um todo orgânico constituído pelas relações sociais e que se opõe ao Estado, poder autonomizado; o poder revolucionário das classes produtoras; a necessidade da transformação social a partir da reorganização da vida econômica e a decadência do Estado, temas de reflexão tanto de Marx quanto de Proudhon, inscrevem-se na constelação das preocupações saintsimonianas.

É com a obra A INDÚSTRIA que Saint-Simon desenvolverá a tese de que a atividade produtiva dos homens, isto é, o trabalho em geral, que ele denomina de atividade industrial, predomina sobre todas as outras, colocando-se como o lugar dos determinantes, constituindo o "real". O conceito de indústria, no entanto, indica para ele tanto a atividade dos banqueiros e industriais, quanto a dos artesãos, camponeses, artistas e intelectuais. Os sistemas sociais deveriam constituir-se em objeto de uma ciência positiva, cuja função seria essencialmente libertadora ao possibilitar a formulação do projeto político. Os produtores, considerados então como os agentes da transformação das relações sociais, seriam os únicos em condições de realizar o bem-estar coletivo e de dirigir a nova sociedade, substituindo o "governo dos homens" pela "administração das coisas". Vide Ansart, Pierre. Marx y El Anarquismo, Barcelona, Barral Editora, 1972.

- (47) Não proponho nos limites deste trabalho analisar a natureza do processo de trabalho das indústrias do período, questão que exige uma pesquisa exclusiva. Sabe-se, no entanto, que em alguns setores, como os dos trabalhadores da construção civil, metalúrgicos, gráficos, sapateiros, estiva-

dores, a exigência da qualificação profissional constituía uma forte arma de pressão para os operários, ao contrário dos trabalhadores dos ramos têxtil, de alimentação, etc.

- (48) Montgomery, David. Workers' Control in America, Cambridge University Press, 1979, p. 114.
- (49) Fridenson, P. "France - U.S.A.: Gênese de l'Usine Nouvelle", in Recherches: Le Soldat du Travail, Paris, Cerfi, 1978, nº 33/34.
- (50) Cano, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, São Paulo, Difel, 1979, p. 224.
- (51) Mello, João Manoel C. O Capitalismo Tardio, São Paulo, Brasiliense, 1982.
- (52) Neves, Maria C. Baeta. op. cit., p. 52.
- (53) Maram, S. op. cit., p. 52/53.
- (54) A VOZ DO TRABALHADOR, 1/6/1909.
- (55) Fausto, B. op. cit., p. 116.
- (56) Decca, Edgar S. de. "A Ciência da Fábrica: O Mundo de Cabeça para Baixo". O autor sugere o acirramento da luta pelo controle do processo de trabalho nas fábricas paulistas no período de 1917/1920, cuja derrota por parte do operariado esteve intrinsecamente ligada à derrota do anarquismo nos anos vinte: "Sem dúvida alguma o papel da repressão policial foi um elemento importantíssimo nessa derrota, como também o foi a organização política dos patrões, mas as greves de 1917/1920 parecem demonstrar que a classe operária estava vivendo os seus maiores confrontos no interior do processo de trabalho," p. 26.
- (57) A UOFT neste momento não estava nas mãos dos anarquistas embora contasse com seu apoio, informa Boris, p. 188.
- (58) Fausto, Boris. op. cit., p. 187.

- (59) Castoriadis, C. "Technique", in Carrefours du Labyrinth, Paris, 1978.
- (60) Circular do CIFTSP, nº 758.
- (61) Lenin, V.I. "Tarefas Imediatas do Poder Soviético", in El desarrollo de la Industria Pesada y La Electrificación del País, Moscou, Editorial Progreso, 1978.
- (62) Trotsky, L. Terrorismo e Comunismo, in Castoriadis, C. L'Expérience du Mouvement Ouvrier, vol. II.
- (63) Marx, Karl. O Capital, vol. I, cap. XIII, p. 366.
- (64) Castoriadis, C. "Technique", op. cit.
- (65) Dickson, David. Tecnologia Alternativa, Madri, H. Blume Ed.; Decca, Edgar S. de. O Nascimento das Fábricas, São Paulo, Brasiliense, 1982.

II - A COLONIZAÇÃO DA MULHER

Fora das fábricas, as classes dominantes perceberam na redefinição das relações familiares a possibilidade de disciplinarem o trabalhador, criando novos hábitos moralizados e inculcando-lhe o gosto pela privacidade e pela intimidade do lar, pontes subjetivas para a imposição do sentimento e do desejo de propriedade pessoal.

A promoção de um novo modelo de mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa, vigilante, ordeira e dessexualizada e a preservação da infância, percebida como riqueza em potencial da nação, constituíram as peças-mestras deste jogo de agenciamento e transformação das relações intra-familiares. Criar a família nuclear moderna, reservada, voltada sobre si mesma, afastada pudicamente do mundo exterior, no seio das camadas populares apareceu aos olhos da dominação como estratégia de integração do proletariado ao universo dos valores burgueses, na tentativa de anestesiar toda forma de manifestação do conflito social. A eliminação da luta de classes passava, nesta utopia reformadora, pela desodorização do espaço privado do pobre de duplo modo: tanto pela designação da forma da habitação operária, que médicos, higienistas, engenheiros e arquitetos tratarão de determinar, propondo a destruição absoluta de cortiços e favelas, quanto pela higienização dos papéis sociais representados no interior deste espaço que se pretendia domesticar.

Nesse sentido, a construção de uma nova figura da mulher sobretudo a partir dos saberes da medicina, da puericultura então nascente, da pediatria, da ginecologia, mas também das ciências sociais, teve como função abrir uma brecha pela qual o poder disciplinar penetrava no espaço privado do pobre. À mulher cabia agora atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, vigiar seus horários, controlar seus gestos, impedindo e prevenindo a emergência de qualquer comportamento desviante tanto do marido quanto dos filhos. Complementarmente, a criança foi considerada como ser especial, que requeria todos os cuidados dos médicos, novos aliados da mãe, não obstante sua ampla utilização nas classes populares como força de trabalho industrial.

No campo dos dominados, a proposta anarquista de emancipação da mulher, de reorganização das relações familiares e de formação de um homem novo a partir da pedagogia libertária esbarrou frontalmente com as investidas do poder. Várias vozes se levantaram entre os libertários defendendo os direitos da mulher, buscando conscientizá-la da importância de sua luta de libertação, contra as imposições da sociedade burguesa, machista e masculina. Ao mesmo tempo, apontava^{parec.} a possibilidade do amor livre, da maternidade independente e voluntária, da igualdade de direitos entre os sexos, da eliminação da prostituição, a partir da construção de uma nova ordem social, fundada na igualdade, na liberdade e na justiça social.

DE VOLTA AO LAR

Frágil e soberana, abnegada e vigilante, um novo modelo normativo de mulher, elaborado desde meados do século XIX, prega novas formas de comportamento e de etiqueta às moças das famílias mais abastadas e paulatinamente às das classes trabalhadoras, exaltando as virtudes burguesas da laboriosidade, da castidade e do esforço individual. Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva mas assexuada, cujo habitat natural deve ser o lar, no momento mesmo em que as novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial que ocorrem nos principais centros do país, solicitam sua presença no espaço público das ruas, das praças, dos a contecimentos da vida social, nas festas, nos teatros, na igreja ou nos cafês e exigem sua participação ativa no mundo do trabalho.

O elogio da figura dessexualizada da mulher, que responde à estratégia burguesa de moralização da família, é assimilado progressivamente pelo imaginário operário, como se pode depreender da leitura dos jornais da imprensa anarquista ou socialista. Tanto quanto os industriais e os poderes públicos, o movimento operário atua no sentido de reforçar este desejo de

enclausuramento da mulher na esfera privada da atividade doméstica. Como trabalhadora ou como dona-de-casa, sua participação na sociedade é organizada a partir do lugar que ocupa no mundo privatizado da família. Destituída de qualquer poder sobre a organização coletiva do mundo, a mulher, operária ou burguesa, é designada a carreira santificada da maternidade e o papel de "guardiã do lar".

A idealização da mulher veiculada também pelo discurso operário, masculino por sua vez, atende paradoxalmente ao objetivo burguês de valorização do lar, de domesticação das classes "perigosas", atraídas por múltiplos mecanismos estratégicos moleculares para a permanência e fixação no interior do aconchego familiar. O culto à família, ao lar, ao casamento alia-se à valorização do esforço pessoal e à difusão das virtudes burguesas do trabalho e da produtividade, na luta contra modos de vida considerados tradicionais. Cada vez mais, todo um conjunto de equipamentos domésticos e sanitários, da água encanada aos eletrodomésticos - as "maquinarias do conforto" (1) - procurarão transformar a intimidade da família no refúgio seguro e pacífico oposto ao campo de batalha violento e devastador representado pelo mundo da concorrência exterior. A mulher operária, será atribuída a importante missão de velar pela sedentarização dos membros da família, recolhidos dos perigos da rua e ensinados paulatinamente a desfrutar dos prazeres burgueses da morna vida familiar.

À medida em que a mulher invade o espaço público das ruas, abandonando o seu canto protegido e sombrio e circula pelos inúmeros pontos que se abrem na cidade, fazendo compras, estudando, frequentando teatros, cinemas, restaurantes, reuniões sociais, participando das atividades que se organizam tanto nos jardins públicos quanto nos sofisticados salões, reforça-se a representação moralista do lar e da figura da mãe-esposa-dona-de-casa. Françoise Bash mostra em FEMMES VICTORIENNES, ROMAN ET SOCIÉTÉ, a emergência deste novo ideal de feminilidade da moral vitoriana desde inícios do século XIX na Inglaterra, através da análise das personagens femininas construídas nos romances ingleses. Segundo ela, a construção de um novo modelo

de mulher, submissa ao homem e voltada para o lar, corresponde às transformações econômicas, sociais, políticas e ideológicas que se operam no país desde a Revolução Industrial com a ascensão ao poder da nova classe burguesa que, impregnada de calvinismo, luta contra a liberdade dos costumes aristocráticos. (2)

No Brasil, a crescente urbanização e os novos hábitos da sociedade que se moderniza e se industrializa desde o final do século XIX introduzem também certas mudanças no comportamento das mulheres de todas as classes sociais. Ricas e altivas, as exigências de um bom preparo e de uma boa educação para o casamento, tanto quanto as preocupações estéticas com a moda ou com a casa, reclamarão sua freqüência nos novos espaços da cidade, como nas escolas criadas recentemente para os filhos das famílias abastadas. Desde 1870, por exemplo, funda-se a Escola Americana, que dará origem ao Mackenzie College, onde são introduzidos cursos formados por classes mistas e onde uma nova pedagogia importada dos USA solicita a participação feminina em cursos de Cultura Física e em práticas esportivas. Pobres e miseráveis, devem empregar-se nas fábricas, nos escritórios comerciais, nas lojas, na Companhia Telefônica, ou nas casas das classes mais favorecidas, provendo o sustento da família.

Esta invasão do cenário urbano pelas mulheres, no entanto, não traduz um abrandamento das exigências morais, como atesta a permanência de antigos tabus como o da virgindade. (3) Ao contrário, quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros, o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho. Todo um discurso, moralista e filantrópico, acena para ela de vários pontos do social com o perigo da prostituição e da perdição diante do menor deslize. (4) Não é a mulher esta carne fraca, presa fácil das paixões, que sucumbe sem resistências ao olhar insistente ou aos galanteios envaidecedores do sedutor? Vários procedimentos estratégicos masculinos, a cordos tácitos, segredos não confessados tentam impedir sua li

vre circulação nos espaços masculinos ou a assimilação de práticas que o imaginário burguês situou nas fronteiras entre a liberdade e a interdição. Até há pouco não era uma descompostura a presença de uma mulher fumando ou perambulando desacompanhada na rua, ou então assobiando, ou ainda assistindo a um filme ou jantando sozinha num restaurante? Há pouco a presença de uma figura feminina cuja condição não estivesse claramente definida, pelos signos da aliança ou sei lá o quê, provocava uma sensação de desconcerto e certamente incomodava profundamente. Ou incomoda...

Também não se abrem amplas perspectivas profissionais para ela como se poderia supor num primeiro momento. As exigências que pesam sobre a mulher das classes mais abastadas não a remetem para os cursos superiores que se criam no país, nem para os de caráter profissional, como demonstra o estudo de H. Saffioti.(5) Segundo ela, foi muito limitado o número de elementos do sexo feminino que se deixaram absorver antes de 1930 pelo sistema de ensino destinado à formação das elites dirigentes. Em 1929, por exemplo, dos 609 médicos que se formaram no país, apenas 4 são do sexo feminino. Quando partem para uma preparação profissional, elas continuam por muitos anos destinadas às carreiras do magistério ou ao ensino da música, atividade considerada feminina no imaginário social. Afinal, a preocupação com a educação da mulher não tinha como objetivo prepará-la para a vida profissional, mas sim para exercer sua função essencial: a carreira doméstica. Os conhecimentos que adquirissem, portanto, deveriam auxiliar para dissipar os antigos preconceitos que povoavam sua mente fraca e torná-la uma companhia mais agradável e interessante ao homem.

O movimento operário, liderado por homens, embora a classe operária do começo do século fosse constituída em grande parte por mulheres e crianças, atuou no sentido de fortalecer esta intenção disciplinadora de deslocamento da mulher da esfera pública do trabalho e da vida social para o espaço privado do lar, a partir da introjeção da nova figura da esposa-mãe-dona-de-casa, instituída pelo imaginário social. Ao reproduzir a exigência burguesa de que a mulher operária correspon-

desse ao novo ideal feminino da mãe, "vigilante do lar", o movimento operário obstaculizou sua participação nas entidades de classe, nos sindicatos e no próprio espaço da produção, demandando seu retorno ao campo que o poder masculino lhes circunscreveu: o espaço da atividade doméstica e ao exercício da função sagrada da maternidade. (6) Pouco importam os vários artigos que na imprensa operária cobram uma maior participação feminina nos movimentos reivindicativos da classe. Na prática, esses movimentos eram controlados por elementos do sexo masculino que certamente tinham maior liberdade de circulação, maior acesso à informação e maior organização entre si e as mulheres deveriam participar enquanto filhas, esposas ou mães, isto é, na condição de subordinadas aos líderes. Na França, Madeleine Reberieux registra o mesmo problema. (7) Ela explica a baixa taxa de sindicalização das operárias em comparação com os homens desde final do século XIX, em parte pela falta de disponibilidade, afinal as trabalhadoras também são donas-de-casa e mães, mas também pela "dificuldade de penetrar no mundo masculino dos sindicatos, frequentemente dirigidos por operários qualificados mais ou menos hostis." (p. 72) Até 1935, a CGT francesa defendia que somente as viúvas e celibatárias deveriam trabalhar pois "o homem deve alimentar a mulher", afirma Zeldin. (8)

Ao exigir o confinamento da mulher à esfera privada da vida doméstica, alienante e redentora, os militantes e trabalhadores em geral contribuíram para firmar sua própria posição social no processo produtivo, valorizando a força de trabalho masculina, qualificada ou não. Com muita frequência, as informações veiculadas pela imprensa operária testemunham a indignação dos homens quando substituídos pelas mulheres no processo de produção. A LUTA PROLETÁRIA, de 4/3/1908, afirmava:

"Convém notar que nesta fábrica (de fósforos A Paulicéia) estão empregados menores de 7 anos para cima e grande quantidade de mulheres. Os homens são ali muito poucos, pois são preferidas as mulheres e as crianças que se sujeitam com mais facilidades a todas as ladroeiras."

Alguns meses depois, A VOZ DO TRABALHADOR reclamava:

"A falta de uma resistência organizada e de um movimento sério tem dado lugar a que nas fábricas se tenha desenvolvido uma exploração desenfreada, torpe.(...) Ninguém cá fora sabe que pouco a pouco a gerência das fábricas de tecido vai substituindo os homens por mulheres. Igualmente se ignora que além de ser esse trabalho fatigante e aniquilador para a constituição débil da mulher, é retribuído com um salário irrisório, inferior ao do homem.(...)" (1/7/1908) (grifos meus - L.M.R.)

Doze anos depois, A PLEBE também lamentava:

"Os operários estão sendo boicotados sistematicamente, apenas o elemento feminino é aceito e os homens predestinados a viver à custa da própria esposa, mãe e irmã."

Num caso ou noutro, o sentimento de humilhação e de rebaixamento diante da sua substituição pelo trabalho feminino e a necessidade angustiante de proteger o espaço masculino ameaçado pela concorrência feminina na produção. No entanto, se a mulher foi juntamente com as crianças a força de trabalho preferida pelo capital industrial em seus inícios e se foi progressivamente lançada em cargos mais desqualificados e pior remunerados, como notam vários estudos, (9) raramente encontramos algum eco desta experiência na imprensa operária. Muito ao contrário, critica-se o emprego de trabalho feminino e infantil desqualificando-os e atribui-se esta preferência à docilidade e à submissão da criança e da mulher e ao fato de serem mais baratos para os industriais.

De fato, o trabalho feminino tanto quanto o infantil era remunerado com salários muito mais baixos do que os pagos aos homens mesmo que empregados nas mesmas atividades. Entre os têxteis, as mulheres constituíam 71% do operariado adulto e seu salário era cerca de 15% inferior ao dos operários do sexo masculino. (10) "Entre os costureiros, as mulheres representam

cerca de 95% do operariado adulto e seu salário é inferior à quele dos operários do sexo masculino em aproximadamente 20%." (p. 55) A imprensa anarquista não cessa de denunciar os abusos cometidos contra as mulheres, cujos salários eram muito inferiores aos dos homens embora a exploração do trabalho fosse a mesma.

No entanto, em se tratando da "passividade feminina", percebemos uma certa distância entre a imagem de submissão e de conformismo da mulher veiculada pela imprensa operária e as notícias que nos informam sobre sua intensa participação nos movimentos sociais do começo do século. Estas experiências vêm sendo recuperadas por alguns trabalhos recentes, como o de Mônica L. Barros, Esmeralda B. de Moura e Maria Valéria Juno Pena, ou ainda por estudos mais antigos como o de Paula Beiguelman. (11) Citando esta autora, Maria Valéria afirma:

"Indicações existem sobre a presença feminina como um elemento diretamente condutor dos movimentos paredistas da Primeira República, em São Paulo; em 1901, na fábrica de tecidos Sant'Ana; em 1902, na fábrica têxtil Anhaia; no mesmo ano e, novamente em 1905, na Sant'Ana; em 1907, na Anhaia e em oficinas de costura e fábricas de roupas feitas; em 1907 ainda, na Matarazzo e Cia., e, finalmente em 1917 no Cotonifício Crespi, onde as mulheres foram decisivas na deflagração do movimento. Entre 1901 e 1919, dados coligidos por Paula Beiguelman assinalam um total de 22 greves em fábricas têxteis, isto é, num ramo onde a mão-de-obra feminina era preponderante." (p. 182)

A construção de um novo modelo de mulher simbolizado pela mãe, devotada e inteira sacrifício, cujo campo natural de atuação deveria ser o "reino do lar", implicou na desvalorização intelectual, profissional e política da mulher, em todos os momentos de sua vida. Esta desvalorização é imensa porque parte do pressuposto de que a mulher em si não é nada, de que deve esquecer-se deliberadamente de si mesma e realizar-se a-

través dos êxitos dos filhos e do marido. É claro que, em grande parte, este modelo vitoriano de comportamento feminino determinou suas opções e condutas. Mesmo porque não faz muito tempo que os cursos de especialização profissional, tanto técnicos quanto universitários, estavam praticamente fechados às mulheres, destinadas a seguirem as carreiras de professoras primárias, enfermeiras, no caso das que tinham algum acesso a instrução e domésticas, operárias, costureiras, datilógrafas, telefonistas, nas camadas mais baixas. Em qualquer caso, o campo de atuação da mulher fora do lar circunscreveu-se ao de ajudante, assistente, ou seja, a uma função de subordinação a um chefe masculino em atividades que a colocaram desde sempre à margem de qualquer processo decisório. No caso da operária, mesmo num ramo onde sua participação era enorme, como a têxtil, "as alternativas de ocupação para os homens eram maiores." (12) Enquanto eles estavam presentes em quase todas as atividades ocupadas pelas mulheres, como a costura de sacos ou nas maçoqueiras, vários trabalhos eram interditados às mulheres, principalmente os cargos de chefia.

As Fábricas, esses Lupanares

"A OPERÁRIA"

*"Flor a se definhar nessa estufa doentia,
Onde impera o trabalho e reina a tirania,
Onde a fome voraz canta de sol a sol:
És pela Sociedade infame destinada
A sofrer, trabalhar e morrer estiolada
Sem veres da Alegria o primeiro arrebol...
Nessa furna sem ar e sem luz - a Oficina -
A Sociedade vil, corruptora, assassina,
Com ferozes grilhões para sempre te prendeu.
E o atroz Capitalismo o teu suor devora,
Como a águia do Cáucaso estraçalhava outrora
A carne, a robustez do heróico Prometeu..."*

*Para o mundo atual tu és unicamente
 Fonte da exploração, máquina inconsciente
 Que trabalha e procria o infeliz que amanhã
 Irá minas cavar, servo do potentado,
 Frequentar as prisões e hospitais... e embriagado
 Morrer no leito infiel de imunda barregã...*

*Ô mulher infeliz, luta, trabalha, morre!
 Mas o sangue, o suor que da tua frente escorre
 Vai formando esse mar de fúria e indignação
 Em que há de submergir um dia o Despotismo
 Que há de fazer nascer da lama deste abismo
 Um mundo mais humano e sem falta de pão!..."*

Raimundo Reis

A poesia que A TERRA LIVRE publica em 15/6/1910 reflete a imagem feminina construída pelo imaginário operário: romântica, sensível, ingênua, tímida, explorada, a figura da mulher é associada à idéia da flor frágil e desamparada, vítima do capitalismo vil, corruptor e assassino, "máquina inconsciente" destinada a trabalhar e a procriar, ao contrário do homem, dotado de razão, símbolo da força e da coragem, princípio objetivo da humanidade, ativo e poderoso. No entanto, o futuro está contido em germe em seu corpo: é do seu sangue e suor que se formará um "mar de fúria e indignação" que fará submergir o atual sistema de exploração do trabalho numa lama abismal da qual brotará o novo mundo. Como um deus-todo-poderoso, a mulher, figura frágil e explorada, é, no entanto, o símbolo da A narquia, força que há de parir a nova sociedade, livre das misérias e das injustiças sociais.

Entretanto, enquanto seu papel de agente reprodutora é valorizado, a ela cabendo a missão especial e sagrada de criar os futuros "servos do potentado", de enfrentar com resignação e paciência as agruras da miséria, apoiando moralmente o marido, aos homens cabe defendê-la e lutar pelos seus direitos, já que também politicamente elas são menos combativas, "máquinas inconscientes". A VOZ DO TRABALHADOR, de 15/3/1913, reclamava pelo fato de a mulher trabalhar nas fábricas

"(...) muitas vezes até o último mês de gravidez e depois durante os meses que amamenta, ou devia amamentar, dando assim à criança leite artificial, intoxicando o estômago com drogas que além de artificiais, os comerciantes falsificam para obterem mais lucro e enriquecerem rapidamente."

As denúncias que a imprensa operária publica sobre a situação de exploração do trabalho da mulher apelam, em primeiro lugar, para o problema moral da sexualidade e para os obstáculos à realização da função materna. A fábrica, "furna sem ar e sem luz" da poesia de Raimundo Reis, emerge como lugar da prostituição, como antro da perdição, como o espaço onde a mulher, frágil e indefesa, corre o risco de corromper-se física e espiritualmente: o lugar do trabalho é a antítese do lar. Em 5/7/1902, O AMIGO DO POVO condenava veementemente:

"as fábricas, isto é, esses lupanares, essas pocilgas onde se encerram milhares de proletárias, são sem dúvida possível, (...) focos permanentes de degradação e de prostituição."

Sobretudo a ameaça sexual representada pela relação de dominação exercida pelo superior hierárquico era denunciada:

"que a que não se submete às exigências arbitrarias, não já do burguês (...) mas às dos capatazes, ao serviço dos mesmos senhores é desacreditada e maltratada por esses homens sem consciência, até o extremo de ter de optar entre a degradação e a morte." (idem)

A vocação da mulher, afinal, é o santuário sagrado da família e não a fábrica, esse antro de degeneração. Retratando a miserável situação das classes trabalhadoras na Inglaterra, Engels também mostrava como o trabalho feminino nas indústrias "desorganiza inevitavelmente a família, e esta desorganização tem, no estado atual desta sociedade assente na família, as consequências mais desmoralizantes, tanto para os pais quanto para os filhos." (13) O sistema fabril, para ele, impedia ainda que

a mulher aprendesse os trabalhos domésticos e se tornasse uma boa dona-de-casa:

"Não sabem coser, tricotar, cozinhar ou lavar, as atividades mais vulgares de uma doméstica são-lhes desconhecidas, e ignoram totalmente como lidar com as crianças." (14)

O AMIGO DO POVO, 5/7/1902, lamentava no mesmo tom a degradação da mulher trabalhadora:

"Ah, proletárias! A vossa situação nas fábricas é insustentável; mais, é crime praticado sem risco pelos vossos tiramos, os homens, que contrariam a vossa vontade e esmagam o maior dos direitos - a liberdade. (...) Dada a atual organização das fábricas, a mulher de hoje é muito mais degradada que a d'outros tempos; a despeito da sua decantada liberdade, no atual momento histórico, ela continua a ser considerada como uma coisa."

O discurso operário masculino fala da e para a mulher trabalhadora, definindo-a simbolicamente como "sexo frágil", física e moralmente, numa atitude paternalista que visa protegê-la contra os "dom juans" das fábricas e conscientizá-la da importância da organização e da mobilização das entidades de classe. Nesse sentido, o movimento operário, mesmo o anarquista, atribui-se o direito de liderança sobre as mulheres, seja devido à sua "débil constituição física", seja devido à falta de combatividade que caracteriza a natureza feminina. São constantes os artigos incitando as operárias a organizarem-se, a sindicalizarem-se e a resistirem politicamente na luta contra os patrões que "para elas só tem dois tratamentos: o vocabulário indecente e vil da taberna ou as delambidices rufianescas." (A TERRA LIVRE, 13/10/1907)

Estabelece-se então uma relação pedagógica, paternalista, de subordinação mesmo da mulher frente ao homem, exatamente como no interior do espaço doméstico. O pai, o marido, o líder devem ser obedecidos e respeitados pelas mulheres, inca-

pazes de assumirem a direção de suas vidas individuais ou enquanto grupo social oprimido. Fenômeno que evidentemente não consideramos específico do movimento operário que se constitui no Brasil nem deste momento histórico. (15) Não raro a figura da mulher aparece nesta linguagem associada à da criança, o que sugere a medida em que ela é infantilizada através da imagem de desamparo, de incapacidade de pensar e de agir, espírito servil por natureza. A imagem da mãe-sacrifício e da criança-inocência completam-se nesta construção simbólica:

"A situação dos operários da fábrica 'Cruzeiro', de Andaraí, tornava-se insustentável sob todos os pontos de vista. (...) Na fábrica trabalhavam mais de 1.000 pessoas. Os homens, porém, não chegavam a 500; o resto era composto de mulheres e crianças de curta idade na sua maioria.

Explica-se assim porque o gerente e o contramestre se atreviam tanto. Não temiam a reação das debeis mulheres e das pobres criancinhas que sob as suas ordens estavam." (A VOZ DO TRABALHADOR, 22/11/1908)

A PLEBE, de 20/11/1920, registra as "Infâmias Patronais" cometidas contra as mulheres:

"Uma tecelã não pode protestar sem que seja demitida. Caladas e submissas como um cordeiro, têm que aturar os desmandos dos mestres, as exigências da direção e os caprichos libidinosos dos contramestres (...). Os operários estão sendo boicotados sistematicamente, apenas o elemento feminino é aceito e os homens destinados a viverem à custa da própria esposa, mãe ou irmã.

É a infâmia das infâmias. Que fazer?"

Humilhado diante da preferência patronal pela força de trabalho feminina e preocupado em proteger as mulheres, defendendo seu papel de agente reprodutora, o autor do artigo citado continua:

"Apeoar da lei que proíbe o trabalho noturno a mulheres e crianças, esses industriais e em especial S. Boyes e Cia. admitem crianças de 10 a 11 anos de idade e mulheres em adiantado estado de gravidez."

A preocupação dos jornais operários ao retratarem as condições de trabalho da mulher atêm-se, portanto, ao aspecto moral da relação de dominação exercida no interior da fábrica. A mulher como pessoa ingênua, pura, "calada como um cordeiro", pede a interferência e o socorro do militante masculino. Denunciando a exploração do trabalho feminino sempre sob o ângulo do atentado ao pudor, o discurso operário reforça a representação da fábrica como espaço pouco indicado para a delicada presença feminina e, deste modo, a intenção de preservação da mulher contra a imoralidade do processo de trabalho atua no sentido de defender o espaço masculino na produção e de valorizar a força de trabalho do homem. Por outro lado, pode-se pensar nestas construções do discurso anarquista como um contra-teatro operário que, ao enfatizar os apelos da repressão machista dos dominantes, abre caminho para uma tomada de posição protetora da mulher: se a mulher deve ser a figura frágil como clama o discurso do poder, por que não tratá-la como tal? Por que patrões e contramestres não se relacionam com ela como uma figura delicada, materna e sensível?

Discutindo sobre a substituição do homem pela mulher nas indústrias têxteis, um tecelão revoltava-se numa assembléia da UOFT:

"(...) nós não devemos ensinar (o trabalho) a essas mulheres que amanhã nos virão a substituir, mas devemos fazer-lhes compreender que o seu lugar é em casa, a tratar e educar seus filhos(...); oxalá que elas saibam compreender seu papel de educadoras daqueles que amanhã serão os nossos substitutos na luta do pão e na conquista do bem-estar da humanidade, pois, assim, demonstrarão à sociedade serem as verdadeiras rainhas do lar; o

papel de uma mãe não consiste em abandonar seus filhos em casa e ir para a fábrica trabalhar, pois tal abandono origina muitas vezes conseqüências lamentáveis, quando melhor seria que somente o homem procurasse produzir de forma a prover as necessidades do lar." (A RAZÃO, 29/7/1919) (16) (grifos meus)

Na maioria, os artigos acabam culpando os próprios operários pela situação de humilhação imposta às mulheres e pela desenfreada exploração do trabalho infantil, incitando-os a organizarem-se em sindicatos e a lutarem pelos direitos daqueles grupos impotentes:

"Quem é o culpado disto? Os patrões que ordenam tal abuso ou os operários que os toleram e não se revoltam?" (A VOZ DO TRABALHADOR, 1/7/1908)

É compreensível, portanto, que na luta pela reivindicação dos direitos da mulher trabalhadora fossem colocadas em primeiro plano a proibição do trabalho noturno, considerado imoral para o sexo feminino e a garantia da maternidade. Com relação à legislação trabalhista, a representação da mulher como ser frágil e naturalmente constituído para realizar a vocação de mãe sustentou práticas que buscaram o redirecionamento da mulher trabalhadora de volta ao lar. Assim, no debate que se estabelece na Câmara Federal sobre as condições do trabalho industrial da mulher e da criança tendo em vista sua regulamentação e a elaboração da Legislação Social, em 1919, vários deputados colocaram-se contra o trabalho da mulher e das crianças em defesa da moralidade familiar:

"(...) a família não fica organizada com o simples exercício do direito, que a cada um assiste, de constitui-la livremente pelo casamento, senão principalmente quando lhe sejam garantidas, pelo trabalho exclusivo de seu chefe, as condições materiais de sua existência. São assim, com efeito, poderã então a mulher exercer de fato, em cada lar, as suas funções de verdadeira sacerdotisa, presi-

dindo a educação moral e estética dos seus filhos e futuros cidadãos, e, ao mesmo tempo, estimulando moralmente o marido a bem cumprir os seus deveres cívicos." (17)

"Somos todos concordes em considerar que o trabalho é o aviltamento e a escravidão da mulher, por que é o fim da solidariedade conjugal, da família. O verdadeiro reino da mulher é o lar. Se ela o abandona, se ela não sabe a servir ao homem e aos filhos, acabou-se o seu poder, foi-se a sua influência." (idem) (Grifos meus - L.M.R.)

De fato, as primeiras medidas da legislação referentes ao trabalho feminino foram tomadas tendo em vista sua função de reprodução e de "guardiã do lar". O Código Sanitário de 1919 proíbe o trabalho de menores de 14 anos e o trabalho noturno para as mulheres, reivindicações incluídas nas demandas da greve de 1917. Em 1923, o Regulamento Nacional de Saúde Pública facilitava a licença-maternidade pelo prazo de 30 dias antes e após o parto e propunha a criação de lugares apropriados para a amamentação nos locais de trabalho.

Tanto quanto na legislação trabalhista, a mulher é pensada no discurso operário na linguagem romântica das classes dominantes, fundamentadas pelo saber médico, como encarnação das emoções, dos sentimentos, como subjetiva, irracional, incapaz de resistir, mesmo que os documentos da época nos revelem que as mulheres tenham participado em peso das mobilizações políticas, que muitas tenham paralizado as fábricas, ou sido demitidas como "indesejáveis" segundo os patrões, acusadas de roubos, de sabotagem, de boicote, dentro da fábrica. Assim como os industriais e os poderes públicos, o movimento operário participa do movimento que define o lugar da mulher na sociedade, privilegiando a esfera sagrada e privada do lar, construindo e impondo uma identidade que também as mulheres aceitaram ao interiorizarem a representação masculina e burguesa de sua figura. Aceitaram?

Desorganizada e Difusa, A Resistência Feminina

Na verdade, se poucas mulheres se destacaram na atuação política partidária ou sindical, como a socialista Ernestina Lesina, as militantes anarquistas Elisabetta Valentini e Elvira Boni, a escritora Maria Lacerda de Moura, ou a comunista Laura Brandão, não aceitamos com isto o mito da passividade feminina nas lutas sociais e políticas dos trabalhadores do começo do século. Alguns estudos, aliás, vem questionando estas construções mitológicas que desqualificam a resistência das mulheres, tanto no âmbito do trabalho quanto em outros espaços de sociabilidade.

As dificuldades de se conhecer as formas da resistência feminina às estratégias disciplinadoras exercidas no espaço produtivo ou no cotidiano da vida social e de se determinar seus limites, neste período histórico, advêm num primeiro momento da ausência de documentação disponível. Afinal, se ainda as mulheres das classes mais favorecidas dispõem da possibilidade de exprimirem-se através de cartas, diários, artigos e livros, o mesmo não acontece com as de situação social inferior. Além disso, a imprensa operária estava totalmente nas mãos de elementos do sexo masculino. Assim, a história da participação das mulheres nas lutas sociais da época é sempre registrada sob um prisma masculino, o que certamente nos faz perder outros momentos desta atuação que escapam à lógica de ação política predominante, mesmo dos anarquistas que negam a constituição do partido político revolucionário. Em 1901, por exemplo, explode uma greve na fábrica de tecidos Sant'Anna, situada no Brás, em que as operárias reclamam contra a introdução de uma nova tabela de remuneração por tarefa, que implicava em rebaixamento do salário real e incitava os operários a aumentarem a produção. O AVANTI publica com o título de

"A NOSSA VITÓRIA"

"Mais de 700 mulheres, despreparadas, privadas da mais elementar organização, débeis e indefesas, na suprema reivindicação dos mais elementares direitos, encontraram energia para triunfar contra a

prepotência do capitalismo esfaimador, na luta contra ele." (18)

O discurso operário traduz a manifestação vitoriosa das mulheres enfatizando novamente sua fragilidade, incapacidade de mando e desorganização, o que contrasta com a própria notícia veiculada. Afinal, estas 700 pobrezinhas totalmente "despreparadas" conseguem unir-se na luta contra o capital e serem vitoriosas.

É evidente que num proletariado constituído em grande parte pela força de trabalho feminina e infantil e principalmente no setor têxtil, considerado dos mais combativos, a participação das mulheres nas mobilizações políticas do período foi imensa. Em outubro de 1902, as operárias da fábrica de tecidos Anhaia, no Bom Retiro, iniciam um movimento grevista contra os maus-tratos do mestre de teares, "cujas arbitrariedades variam culminando com a expulsão da jovem Emma Sartorelli, de 17 anos de idade e, com 3 anos de serviço na fábrica." (19) Apesar dos obstáculos impostos pelos pais que pretendem deter o movimento, as operárias resistem até a vitória. Um mês depois, elas voltam à greve considerando que as exigências disciplinares não se haviam alterado. A 8/12/1902, as operárias da fábrica de tecidos Sant'Anna, do Brás, protestam contra a multa imposta pela gerência à falta num dia determinado que os operários consideravam santo. Vitória. Uma semana depois, um grupo de operárias da mesma fábrica exige a demissão de dois superiores hierárquicos e o patrão responde fechando a fábrica. A greve prossegue até janeiro de 1903. O CORREIO PAULISTANO noticia que ao chegar no Largo do Brás, uma operária de 42 anos que trabalhava na fábrica

"encontrou-se com uma grevista que a censurou acerbamente por ter ela voltado ao trabalho, traíndo a causa das companheiras. Chegaram outras companheiras que a agrediram a bofetadas e cacete."(20)

Em 1908, as mulheres e crianças que trabalhavam na fábrica de tecidos Matarazzo também entram em greve "por causa

do rebaixamento das suas tarifas de fome." (LA BATTAGLIA) Meses antes, eclodia a famosa greve das costureiras, segundo noticiava A TERRA LIVRE, de 26/11/1907:

"Uma das classes mais ignominiosamente exploradas, a classe das costureiras de carregaçãõ, na sua quase totalidade de mulheres, agitam-se atualmente em São Paulo para arrancar um aumento de salário aos patrões. Estes, quase todos de nacionalidade estrangeira, sôrdidos e exploradores em máximo grau, negaram-se a satisfazer o pedido das operárias. Estas declararam-se em greve imediatamente."

Mas é só em 1919 que as "abelhas do luxo", expressão utilizada pelo Jornal do Brasil para designar as costureiras, fundam a União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas, a partir da atuação de Elvira Boni, Noêmia Lopes, Isabel Peleteiro, Carmen Ribeiro, Elisa G. de Oliveira e tantas outras. (21) Em 1917, as mulheres iniciam o movimento grevista nas oficinas do Cotonifício Crespi: "Em todas as mobilizações, destacam-se as mulheres. Sua participação é notada nos discursos de rua, nas reuniões da Liga Operária da Mooca. Quando o delegado do bairro do Brás intima grevistas a comparecer à Delegacia, nos primeiros dias da paralização na fábrica Crespi, formam-se duas comissões - de homens e de mulheres - que são atendidas separadamente pelo delegado Bandeira de Mello", informa Boris Fausto. (22) À medida em que o movimento se alastra ganhando a adesão de inúmeros operários, toda a vida comercial e industrial da cidade é paralizada, armazéns e padarias assaltados, grupos investem contra uma feira livre que se realiza no Bexiga, os garotos destroem os lampiões de iluminação, atacam bondes forçando os motorneiros a dirigirem-se pelos caminhos que escolhem. O Estado de São Paulo noticia:

"o mais deplorável, é que um bando de mocinhas, infelizes operárias de fábricas, imitou o gesto da garotada, tomando conta de três elétricos no Largo da Sã." (13/7/1913) (23)

Acredito que mulheres que paralizam fábricas não poucas vezes, que se manifestam politicamente nas ruas da cidade, enfrentando a polícia, homens armados, que ocupam bondes e esbofeteiam outras operárias, cobrando uma solidariedade de classe, resistindo contra a exploração do capital pela ação direta, sejam menos dóceis, submissas e pacatas que o discurso masculino, patronal ou operário, acaba compondo. As duas imagens, sem dúvida, contrastam frontalmente. O que se evidencia, no entanto, é que na maior parte das vezes, a resistência feminina contra a dominação capitalista no processo de trabalho se exprimiu de forma não-organizada, espontânea, difusa, reivindicando melhores condições de trabalho, questionando diretamente a disciplina hierárquica seguramente mais pesada sobre as mulheres que sobre os homens.

Em geral, a recusa da participação nas organizações sindicais ou partidárias pelas mulheres foi vista como inconsciência política, como imaturidade e como atraso. Talvez possamos pensar se esta negação de participar das formas institucionalizadas de resistência política não atesta uma certa compreensão dos obstáculos intransponíveis com que se defrontava a mulher, não só na fábrica, mas na família, o pai que impede a filha ou a esposa de fazer greve e ainda nas entidades de classe, dominadas pelos homens, mesmo que anarquistas. A não-mobilização das mulheres no interior dos órgãos de classe não deve, no entanto, obscurecer a percepção da ocorrência de outras formas de resistência imperceptíveis para a lógica masculina da ação política. Não conhecemos até o momento algum trabalho que informe sobre as variadas formas que a resistência feminina assumiu no Brasil e que escapam às regras da organização, em geral dirigida pelos homens, ou ao tipo de movimentação valorizado pelos militantes. Lutas que tenham expressado um questionamento prático das imposições que pesaram sobre a mulher na própria definição de sua identidade e não apenas na condição de trabalhadoras. O trabalho de Eni de Mesquita, sobre A Família Brasileira, por exemplo, revela que as mulheres do século XIX, no Brasil a despeito da camada social a que pertenciam eram menos submissas do que a historiografia tradicional retratou e

que foram, na grande maioria dos casos, as responsáveis pelos pedidos de divórcio e anulação do matrimônio, num momento em que o casamento se apresentava como uma das únicas opções de vida. (24) Estamos sugerindo que talvez se possam encontrar outras expressões das lutas de resistência feminina fora do campo minado e masculino da política. Afinal, é sobre a questão moral que recai o maior peso da opressão sobre a mulher. A não-amamentação, a prática do aborto, a contestação do papel da esposa mãe-dona-de-casa poderiam ser pensadas como sinais de outro tipo de resistência das mulheres.

Assim, concordando com Maria Valéria, não se trata de querer recuperar outra imagem heróica da mulher, desta vez como figura combativa mas silenciada pelo discurso dos dominantes, uma vez em grande parte ela também foi conivente com a construção ou pelo menos com a aceitação da representação romântica da esposa-mãe-dona-de-casa a ela destinada socialmente. Nem de revelar uma outra história, encoberta por detrás das espessas brumas do discurso do poder, em que as mulheres operárias emergiriam como um movimento especificamente feminino, reivindicando seus direitos enquanto categoria marginalizada e oprimida inclusive pelo movimento operário liderado pelos homens. Também aí o movimento operário designou as demandas de suas manifestações. O que se coloca, a meu ver, é a necessidade de apreender as diversas formas que a resistência feminina assumiu nos diversos campos em que se travaram e, neste caso, especialmente no campo da moral. É nesta perspectiva que figuras como Maria Lacerda de Moura, como Pagu, e tantas outras ilustres desconhecidas adquirem um destaque diferenciado. Retomo a questão posteriormente.

O MITO DO AMOR MATERNO

Aos discursos masculinos e normativos dos poderes públicos, dos industriais e do movimento operário, que designam o lugar da mulher na sociedade e constroem sua identidade, vem

acrescentar-se uma outra fala que, "científica", fornecerá todos os suportes teóricos de sustentação àqueles: o discurso médico-sanitarista.

É principalmente recorrendo ao problema do aleitamento materno natural e à condenação da amamentação mercenária que o poder médico formulará todo um discurso, a partir de meados do século XIX, de valorização do papel da mulher representada na figura da "guardiã do lar". As várias teses de doutoramento defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro desde meados do século XIX procuram demonstrar a "missão sagrada" atribuída à mulher e sua "vocaçãõ natural" de procriação. Através de argumentos os mais variados, mas especialmente de cunho moral, este discurso pretende fundar um novo modelo normativo de feminilidade e convencer a mulher de que deve corresponder a ele. Na verdade, ela vai ser o centro de todo um esforço de propagação de um novo modelo familiar, orientado para a intimidade do lar, onde devem ser cultivadas as virtudes burguesas.

No discurso médico, dois caminhos conduzirão a mulher ao território da vida doméstica: o instinto natural e o sentimento de sua responsabilidade na sociedade. Enquanto para o homem é designada a esfera pública do trabalho, para ela o espaço privilegiado para a realização de seus talentos será a esfera privada do lar. Tudo que ela tem a fazer é compreender a importância de sua missão de mãe, aceitar seu campo profissional: as tarefas domésticas, encarnando a esposa - dona - de-casa-mãe-de-família.

Já em 1838, Agostinho Ferreira Bretas, dissertando sobre o aleitamento materno, criticava o abuso das mães que entregavam seus filhos para serem amamentados pelas escravas, deixando de lado o "dever sagrado de aleitar o filho", como citava o Dr. Moncorvo Filho em seu Histórico de Proteção à Infância no Brasil (1926):

"Ignoramos se o incremento deste abuso entre nós nasce de alguma idéia de honra, de vaidade de parecer rico, ou se da facilidade de encontrar a-

mas, produzidas pela existência de escravas; mas como não seja por isso menos patente a existência dele, parece-nos que a demonstração das vantagens que resultam à mãe, ao filho e à sociedade de uma prática tão perniciosa não é objeto sem utilidade."(25)

Tudo sugere que o destinatário destas teses que criticavam a prática do aleitamento mercenário eram as mulheres das famílias mais abastadas que possuíam escravas, empregadas também em função de amas-de-leite. Daí, o problema do abandono infantil era parcialmente explicado pelo desejo egoísta e narcisista de manter o corpo belo, de conservar a forma estética e pelo medo de perder o marido, a exemplo da aristocrata francesa. Na tese médica do Dr. J. A. Nabuco de Araújo, denunciava-se entusiasticamente a recusa do aleitamento natural pelas mulheres ricas:

"Muitas brasileiras, que frequentam, com assiduidade as altas sociedades, dizem que não podem aleitar, porque perdem o belo de suas formas; destruindo a firmeza das carnes e os encantos, que as tornam tão vaidosas.

Quanto é grande o seu erro! Longe de destruir os atrativos, o aleitamento os conserva e lhes dá toda a beleza." (p. 60) (26)

Nos dois exemplos citados, o motivo da prática da amamentação mercenária era buscado na vaidade da mulher e se no primeiro caso o médico apelava para as desvantagens advindas, no segundo procurava convencê-la dos benefícios resultantes do aleitamento natural para a estética. Assim, na medida em que o interlocutor do discurso médico é a mulher abastada, este procura persuadí-la de que, ao contrário do que o senso comum acredita, o aleitamento natural torna-a mais atraente e bonita e que não deforma o corpo já que faz parte da própria natureza feminina.

De modo geral, o grande argumento contra o aleitamento mercenário era a elevada taxa de mortalidade infantil e,

nesse sentido, o poder médico criticava asperamente o comportamento das mães de todas as classes sociais que não amamentavam seus pobres filhinhos. Os médicos propunham, então, que as mulheres fossem convencidas de sua "vocaçãõ natural" para a maternidade, persuadidas das vantagens da criação natural e aconselhadas sobre os perigos que a criança alimentada fora do seio materno poderia sofrer. O Dr. Amarante, do Departamento Nacional de Saúde Pública, publicava o artigo "Cuidados com o Lactante Normal", no jornal A FOLHA MÉDICA, em que desfilava uma série de atributos que tornariam o leite materno o principal alimento da criança, entre os quais sua própria composição química:

"É o leite materno um produto vivo, que contém fermentos solúveis ativos, verdadeiras vitaminas; além disso, encerra produtos endócrinos, como por exemplo os da tiróide, que agem como verdadeiros princípios hormônicos da espécie. (...) É, pois, um alimento completo." (27)

Na mesma direção, a tese de doutoramento de A. Azevedo Borba Jr., apresentada na década anterior à Faculdade de Medicina da Bahia (1913), com o título de O ALEITAMENTO MATERNO SOB O PONTO DE VISTA MÉDICO-SOCIAL, continha uma análise minuciosa da composição do leite materno, comprovando sua superioridade qualitativa inclusive em comparação com o animal:

ELEMENTOS EXAMINADOS	LEITE de MULHER	LEITE de VACA	LEITE de CABRA	LEITE de JUMENTA
Densidade a + 15,0c.	1.033	1.032,5	1.031,8	1.030,2
Gaz dissolvido	212 c.c. gr.	215 c.c. gr.	370 c.c. gr.	168 c.c. gr.
Assucar de leite	62,30	59,40	42,40	60,22
Manteiga	39,40	38,20	40,04	36,65
Caseina e Albumina	22,60	35,50	37,00	22,80
Chloreto de sodio	1,10	2,50	1,62	2,61
Outros saes	3,40	6,03	3,48	4,27
Total de Extracto secco	128,80	141,63	124,54	126,55
Estado da caseina	muito tenue	denso	muito denso	tênue

A contínua condenação do aleitamento mercenário, se atentarmos para o número de teses e artigos médicos publicados desde final do século XIX, persiste no seguinte, estendendo-se também aos setores sociais inferiores. Nestes, a necessidade do trabalho fora de casa constitui um obstáculo à realização da nova função de "guardiã do lar", exigindo que a mulher trabalhadora contrate uma nutriz para amamentar seu filho ou que se empregue como tal. Inconformado, o Dr. Pitágoras Barbosa Lima lastimava em sua tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1914, que esta "indústria" crescera muito, constituindo

"um abuso, pois, vemos mulheres, que podendo ser as próprias amas de seus filhos, vão entretanto buscar nutrizas mercenárias para amamentarem-nos (...)" (29)

O higienista Dr. Clemente Ferreira, constatando que de 45 a 85% do óbitos infantis se deviam ao aleitamento artificial, chegava a desejar que "pudéssemos (...) fazer que a mãe indigente seja a nutriz paga de seu próprio filho" (idem, p. 52), como forma de solucionar o problema das crianças pobres abandonadas pelas mães devido à precária situação financeira.

Chegando à conclusão da impossibilidade de erradicar o "mal" completamente diante da recusa tenaz das mulheres a seguirem seus "instintos naturais", o poder médico procura então garantir a alternativa de exercer um controle sobre ele, regulamentando a prática da amamentação mercenária:

"Está portanto, demonstrado que o aleitamento mercenário não pode desaparecer da sociedade; o nosso dever agora é cercá-lo de toda a vigilância possível e para este fim toda a regulamentação ou fiscalização concernente a esta indústria deve visar às três pessoas nela interessadas mais diretamente: a nutriz, seu filho e o lactante, a quem ela vai amamentar." (30)

O poder médico conclui que a amamentação mercenária deveria ser fiscalizada rigorosamente pelos especialistas com-

petentes, ou seja, os médicos, higienistas, puericultores, pediatras, filantropos e administradores. Assim, as práticas sociais condenáveis deveriam ser enquadradas e vigiadas atentamente na impossibilidade de serem eliminadas. Veremos que a mesma lógica rege o discurso médico sobre a prostituição. O médico acima citado, na mesma tese, propõe o que considera como um "Projeto de Regulamentação do Serviço de Amas de Leite", composto por onze itens. Destes, destaco o segundo por indicar que a nutriz só poderia exercer esta função desde que fosse autorizada após exame realizado por um médico que lhe forneceria um certificado, sem o qual seria multada.

Embora o cerne da questão sobre o aleitamento mercenário fosse a mortalidade infantil elevada e a preocupação com a nova força de trabalho do país, problema econômico portanto, é interessante observar que a discussão se trava muito mais com argumentos de cunho moral. Assim, o recurso à nutriz é apresentado no discurso médico como obstáculo à constituição da família moderna sadia, por contrariar os desígnios da própria natureza.

"O aleitamento mercenário entre nós é um cancro roedor de nossa fortuna em virtude do alto preço por que é hoje exercido, do nosso sossego no íntimo da família em razão da qualidade das pessoas que nele se empregam, e das inúmeras moléstias que afligem nossos filhos (...). Confiando ordinariamente a escravas, ou a outras mulheres, cujos hábitos e posições nem sempre as colocam ao abrigo dos vícios, e que além disto têm às vezes amamentado e criado seus filhos, fornecendo por isso um leite sem princípios nutritivos suficientes, ou o que ainda é pior, que sofreram ou sofrem de escrófulas, sífilis, houbas e outros incômodos, não só não cuidam das crianças com a atenção precisa, como ainda lhes infiltram o germen das enfermidades de que padecem, (...)." (p. 69)

O leite na nutriz, desde a escrava à ama-de-leite assalariada,

aparece no discurso médico-sanitarista como perigoso por ser portador de germens que afetarão o organismo da criança, debilitando-o, e também como ameaça de degeneração da família, "cão roedor" que corroe a harmonia e o equilíbrio familiares. O leite atua, então, como agente transmissor de doença. Mas a questão não é colocada apenas no sentido físico. Além da ameaça de contágio físico da criança amamentada pela nutriz, critica-se o aleitamento mercenário a partir de um ângulo moral: a nutriz surge neste discurso "científico" como pessoa de hábitos duvidosos, impregnada de vícios, como elemento estranho e pernicioso penetrando e destruindo a intimidade da família. Tanto quanto a escrava, a nutriz assalariada é condenada como portadora do vírus físico e moral de contaminação e possível destruição da família. A partir desta figura da anormalidade é que se constrói a imagem da boa mãe; daí o papel moralizador da nova figura materna proposta pela discurso médico como a "guardiã vigilante do lar".

Na verdade, a discussão que se trava em torno do aleitamento mercenário visando convencer a mulher da importância de seu cuidado direto e permanente com os filhos constituiu-se numa primeira brecha pela qual o poder médico penetra no interior da família, redefinindo os papéis de cada um.

O discurso masculino e moralizador dos médicos e sanitaristas procura persuadir "cientificamente" a mulher, tanto da classe alta como das camadas baixas, de sua tarefa natural de criação e de educação dos filhos. Além das teses publicadas e das campanhas empreendidas por higienistas, assistentes sociais, pedagogos e pediatras, o Dr. Moncorvo Filho imagina a realização de um concurso que funcionaria como incentivo às mães pobres para amamentarem seus próprios filhos, cumprindo então o papel social que a sociedade burguesa lhes destinou. Em 1902, este médico, fundador do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, no Rio de Janeiro, instituiu o "Concurso de Robustez":

"Uma iniciativa que imagináramos destinada a concorrer para a diminuição da mortalidade infantil: era a emulação das mães para que elas próprias a-

mamentassem seus filhos. O Instituto nomeava um jury de médicos, exigia a documentação necessária provando ser a genitora pobre, não ter a criança mais de um ano e haver sido alimentada exclusivamente por aquela, pelo menos até o 6º mês."(31)

O prêmio era dado em dinheiro. O concurso foi promovido em outros estados do país semestralmente.

Em 1909, o Dr. Graziano em sua tese sobre a Mortalidade Infantil em São Paulo reclamava que só existia um serviço de exames das nutrizas, instalado na Diretoria do Serviço Sanitário e a Gota de Leite, instituído na Policlínica de São Paulo desde 1905. (p. 51) Queixava-se de que no Departamento do Serviço Sanitário, eram raras as amas-de-leite que se apresentavam, apesar de todos os esforços de conscientização que faziam, a exemplo da publicação de um boletim de "Conselho de mães", ou no Rio de Janeiro, das inúmeras palestras que a equipe do Dr. Moncorvo Filho realizava para as mães pobres.

A valorização do papel materno e do novo ideal feminino elaborado e difundido pelo saber médico desde meados do século passado visa persuadir as mulheres de que elas amam naturalmente seus filhos, de que o amor materno é um sentimento inato, puro e sagrado e de que a maternidade e a educação da criança realizam a "vocação natural da mulher".

"A mulher que contrai casamento deve ser convencida das leis naturais e morais que obrigam-na a exercer o círculo completo das funções de mãe. Se a isto recusar é que há uma falsificação dos sentimentos contrariando as manifestações naturais e sacrificando o dever que é sacrificar a si e a prole e a humanidade. (...)

O aleitamento materno é uma função indispensável, é um dever para o qual a mulher é levada instintivamente, naturalmente, e só a leviandade desnaturada poderá descurá-lo criminosamente."(32)

Assim, aquela que não preenche os requisitos estipulados pela

natureza, inscreve-se no campo sombrio da anormalidade, do pecado e do crime.

Para fundamentar a divulgação do mito do amor materno e do novo modelo feminino no Brasil, o poder médico busca respaldo no conceito da nova mulher definido, entre outros, pelo teórico iluminista francês, Jean-Jacques Rousseau. Juvenal M. das Neves, em sua tese de doutoramento sobre o Aleitamento Natural, Artificial e Misto..., recorria ao filósofo das Luzes para informar suas conclusões:

"Un inconvénient qui devrait ôter à toute femme sensible le courage de faire nourrir son enfant par une autre, c'est celui de partager le droit de mère ou plutôt de l'aliéner". (p. 10)

Buscava-se assim, endereçar à mulher um discurso filosófico que falava a linguagem da felicidade, do amor e da igualdade ao defender os cuidados que ela deveria ter com a criança, procurando convencê-la das vantagens do aleitamento natural e de sua missão como mãe. O recurso à linguagem religiosa permitia assimilar a mulher à imagem da santa, símbolo da compreensão, da bondade, do espírito de sacrifício, da devoção, mas também figura dessexualizada. Neste contexto de redefinição do papel da nova mulher, reorientada em direção à vida doméstica, onde seria elevada à condição de "rainha do lar", a maternidade aparecia como complemento e realização do destino que a natureza tinha assegurado para ela. Não amamentar e não ser esposa e mãe significaria desobedecer a ordem natural das coisas, ao mesmo tempo em que se prejudicaria o futuro da nação.⁽³³⁾

De um lado, eram expostas as recompensas da carreira do casamento e da maternidade: uma relação mais sólida entre os membros da família, o amor do marido, a mulher como figura central deste pequeno núcleo amada por todos os filhos; de outro, as punições: o sentimento de culpa e a frustração, os castigos da natureza contrariada, os perigos de não procriar ou de reter o leite por muito tempo, as doenças, etc.

A "nova mãe" passa a desempenhar um papel fundamen -

tal no nascimento da família nuclear moderna. Vigilante atenta, soberana no seu espaço de atuação, ela se torna a responsável pela saúde das crianças e do marido, pela felicidade da família e pela higiene do lar, num momento em que cresce a obsessão contra os micróbios, a poeira, a sujeira, o lixo, tudo que facilita a propagação das doenças contagiosas. A casa é considerada como o lugar privilegiado onde se formam o caráter e a personalidade das crianças, onde se adquirem os traços que definirão a conduta da nova força de trabalho do país, daí a enorme responsabilidade moral atribuída à mulher para o engrandecimento da nação. O discurso masculino sobre a maternidade, econômico e filosófico, faz da mãe o pivot central da família, enquanto que o poder médico encontra nela a aliada segura na empresa de fixação da família: através dela, o poder médico penetra na casa, redefinindo os comportamentos, estabelecendo regras científicas e universais de conduta, examinando a intimidade de cada membro da família, designando seus respectivos papéis. Assim, o discurso médico concede à mulher uma autoridade na esfera doméstica, que pretende quebrar o poder do pai, enquanto que aquela que trabalha fora do lar será incumbida da atividade de civilização da classe operária: ela deverá impedir que o marido frequente o bar, que se embebede, que tenha más companhias, e que todos fiquem na rua até tarde. (34)

Ao mesmo tempo, o recurso a uma linguagem mística para definir a função da nova mãe eleva-a ao nível da Santa Maria e a comparação com os animais pretende provar que o amor materno pertence a natureza de todas as fêmeas:

*"Se a natureza, oh! mulher,
De ser mãe deu-te o prazer
Segue a lei da natureza
Cumpre de mãe o teu dever.*

*.....
Se os animais que não pensam
Cumprem de mãe a missão
São não saberá ser mãe
Tu que possues a razão?"*

(Dr. T. Vianna) (35)

Conferenciando às mulheres pobres no dia das mães, em 1925, o Dr. Moncorvo Filho exemplificava como o amor materno pode ser encontrado até nos seres irracionais pois é "um predi- cado inato aos seres vivos": as abelhas e as andorinhas "dão- nos maravilhosos exemplos de amor materno". Ora, "nos seres ra- cionais o amor materno vai mais longe"...

A mãe é considerada como a figura que, no interior da família, consegue melhor do que ninguém realizar a função moralizadora de vigilância e de controle de seus membros, "guardiã natural do lar". Elizabeth Badinter, em seu trabalho L'AMOUR EN PLUS, procura mostrar como a mudança que se produz na mentalidade francesa desde o final do século XVIII pretende re- definir o ideal de mulher e designar o novo lugar da criança a- poiando-se nas lições de Rousseau, primeiramente, contidas no ÉMILE e, posteriormente, complementadas por Freud. (36)

No ÉMILE, ao descrever o que entende por natureza fe- minina, Rousseau reproduz e aprofunda a representação burguesa da mulher, seguindo literalmente a ordem descrita na Gênese: Sofia a companheira de Émile, só entra em cena depois que Rousseau modelou o homem e que este precisa de uma companhia. Ele é definido como forte, corajoso, ativo, inteligente, pen- sante, enquanto que ela é naturalmente fraca, submissa, passi- va, complemento masculino. A mulher é definida por aquilo que o homem não tem, em oposição a ele, como sua sombra. Daí, ao definir como deve ser a boa educação da futura esposa e mãe, Rousseau acredita que a mulher não deve desviar-se do caminho já traçado pela natureza. Sofia deve aprender aquilo que con- vêm à sua natureza pré-determinada: desenhar, bordar, cozinhar, mas "não se meter nos negócios públicos", como diz Rousseau. Se- gundo ÉMILE:

"J'aimerais encore cent fois mieux une fille simple e grossièrement élevée qu'une fille savan- te et bel esprit qui viendrait établir dans ma maison un tribunal de littérature dont elle se ferait la présidente. Une femme bel esprit est le fléau de son mari, de ses enfants, de ses valets, de tout le monde. De la sublime élévation de son

beau génie, elle dédaigne tous les devoirs de femme." (37)

Para formar esta personalidade submissa e alienada recomendada pelo filósofo iluminista, ela deve viver enclausurada em seu ambiente natural, o lar, assim como uma freira que sabe se restringir ao convento; como esta, diz Rousseau, a boa esposa-mãe exemplar deve saber dirigir a casa e entender de sacrifício, de devoção, de compreensão e ternura. A maternidade, portanto, é concebida como sacerdócio e as responsabilidades maternas serão ampliadas à medida em que se procura limitar sua participação no mundo exterior e confiná-la às atividades domésticas. A proximidade do moralismo do discurso médico com o do filósofo francês, pelo qual é aliás inspirado, evidencia-se quando ele pretende qualificar a função da mãe na tarefa de educação da criança:

"Quão nobre esta missão que exige o devotamento no mais alto grau; a paixão pelo lar; o sacrifício contínuo do seu bem-estar e o esquecimento dos prazeres para só se ocupar dos cuidados íntimos da casa, do amor e da educação dos seus filhinhos",

pregava o Dr. Amarante em "Atividade Mental da Criança e a Educação", artigo publicado em 1927 em A FOLHA MÉDICA.

Identificada à religiosa ou mesmo considerada como santa à imagem de Maria, a mãe será totalmente dessexualizada e purificada, ainda mais que, ao contrário, a mulher sensual, pecadora e principalmente a prostituta, será associada à figura do mal, do pecado e de Eva, razão da perdição do homem. Assim, serão contrapostas no discurso burguês duas figuras femininas polarizadas mas complementares: a santa assexuada mas mãe, que deu origem ao homem salvador da humanidade, que padece no paraíso do lar e esquece-se abnegadamente dos prazeres da vida mundana, e a pecadora diabólica que atrai para as seduções infernais do submundo os jovens e maridos insatisfeitos. A primeira, toda alma e sacrifício - símbolo do bem; a segunda, exclusivamente carnal e egoísta-encarnação do mal. Ambas, no entanto, submissas, dependentes, porcelanas do homem, incapazes

zes de um pensamento racional e conseqüentemente de dirigirem suas próprias vidas. (39)

Na linha de raciocínio exposta por Rousseau no *ÉMILE*, o discurso médico, tanto aqui quanto em outros países europeus, definirá as características essenciais da personalidade do menino e da menina indicando juntamente com a pedagogia qual a educação que mais se ajusta a cada um, de modo a não contrariar os preceitos da natureza já determinados:

"Da menina, em sua simplicidade cãndida, o observador encontra feita uma análise completa da sua alma: grande sensibilidade, emotividade, facilidade de chorar e de rir, timidez e... faceirice desde os 5 anos. Como é bem diferente o menino. Sua fisionomia, seu olhar mais vivo, sua voz mais forte acusam já o caráter de mando que lhe domina os atos. Enquanto a menina em tudo se manifesta sua aspiração a ser a rainha de um lar, o menino sonha visivelmente com sua liberdade. (...) Na menina a espontaneidade e a facilidade de aprender prevalecem, ao passo que no menino domina a tenacidade, por isso que sua imaginação é mais estável."

(39)

À menina são atribuídos qualificativos como passividade, docilidade, desejo de poder em seu território natural, o lar, instinto de maternidade, romantismo, capacidade de imaginação e de vôo, enquanto que ao sexo masculino correspondem a vocação do poder, capacidade de tomar iniciativas, tenacidade, desejo de liberdade e racionalidade. A partir da constatação destes traços inatos da personalidade instituídos pela representação burguesa dos sexos, o poder médico define as tarefas do educador: incutir no menino "o dever de obediência, respeito e amor", ou seja, discipliná-lo para cumprir o papel social que a sociedade burguesa lhe reserva. Além disso, os filhos deveriam ser educados pela mãe, no lar, com o auxílio indispensável do médico da família,

"amigo solícito (que) ganhará em afeição tanto

quanto dá em esclarecida dedicação. Assistindo na família o desenvolvimento das crianças e as menores particularidades de sua saúde, previnirá um grande número de doenças. Sua visita, amiúde, ao lar que lhe está confiado será a salvaguarda da saúde das crianças." (idem, p. 207)

Vale atentar para a maneira pela qual o discurso burguês, ao estabelecer uma rígida linha de demarcação entre os sexos, dessexualiza a mulher. Assim, na representação santificada da mãe-esposa-dona-de-casa, ordeira, higiênica, vigilante, o aspecto sexual só aparece se associado à idéia de procriação. O direito ao prazer no ato sexual é reservado ao homem, enquanto que a mulher deve manter sua castidade e pureza mesmo depois de casada. A ascensão da figura da mãe pregada pelo discurso burguês inibe a sexualidade conjugal: a mulher, destinada à carreira da maternidade, não pode procurar o prazer do coito e a idéia do orgasmo materno se torna algo escandaloso ou mesmo impensável.⁽⁴⁰⁾ Na verdade, a ciência médica e a psiquiatria posteriormente procurarão mostrar que o homem tem um desejo sexual mais forte do que a mulher por sua própria constituição biológica, o que por sua vez justifica a busca da prostituta pelo marido que respeita a esposa, mas que precisa reafirmar cotidianamente sua virilidade. A influência do padre, multiplicando as interdições sobre o sexo conjugal, reforça este modelo de casal que permanece inquestionável até a década de 1960.

Não é de se estranhar que ao estudar O onanismo na mulher e suas influências sobre o físico e o moral, (1886), o Dr. A. D'Almeida Camilo apresente a masturbação feminina como um "terrível vício" e que encontre a causa desta prática condenável na ociosidade da mulher rica,

"que deixa a direção da casa entregue a seus fâmulos, ficando na inatividade, (e) revolve em seu espírito tudo que a imaginação pode oferecer de belo e fictício, dispondo assim de tempo superfluo para a libertinagem solitária." (p. 18)

Evidentemente, as conseqüências da prática da masturbação feminina, clitoriana ou vulvo-vaginal, não poderiam ser menos destrutivas tanto para o organismo quanto para o espírito: distúrbios digestivos, disfunções do aparelho circulatório e respiratório, rouquidão, tosse, ansiedade torácica, falta de desenvolvimento do tórax, até histeria, epilepsia, insônia, loucura, hipocondria eram apresentados como fantasmas físicos da "doença". Diagnosticado o problema, seguem-se as indicações de prevenção ou cura. No primeiro caso, desde pequena a criança deveria ser impedida de tocar em seus órgãos genitais ou de ser tocada, deveria evitar alimentos fortes e "bebidas espirituosas"; em compensação, deveria habituar-se aos esportes, como a natação, ginásticas, etc., exercícios que não lhe deixariam muito tempo livre e, finalmente deveria ser vigiada em todos os lugares por onde circulasse, assim como suas companhias, deitar exausta de cansaço e levantar bem cedo "de modo a combater a moleza."

Com relação aos métodos de cura da masturbação feminina, o poder médico aconselha o uso de uma cinta leve e metálica, perfurada, "que afastasse as coxas e só fosse retirada nas ocasiões de banhos de asseio", depois de discutir a insuficiência da camisola de força, da "infibulação (que) impedindo a passagem do pênis, não impede a passagem de um agulheiro, lápis, cabo de escova de dente, etc." e da "clirectomia".

O SEQUESTRO DA SEXUALIDADE INSUBMISSA

"... que possamos, de qualquer maneira, estar ao mesmo tempo em toda a parte..." Parent-Duchâtelet

Mulheres de má vida, meretrizes insubmissas, impuras, insignificantes, o que fazer com essas loucas que recusam o acolhimento do casamento, que negam a importância do lar e preferem circular enfeitadas pelas ruas, desnudando partes íntimas do corpo, exalando perfumes fortes e extravagantes, provocando

tumultos e escândalos, subversivas que rejeitam o mundo edificante do trabalho, surdas aos discursos masculinos moralizadores e que perseguem a todo o custo a satisfação do prazer?

Assim como a masturbação, a prostituição é classificada pelo saber médico e criminológico como "vício", "fermento corrosivo lançado no grêmio social", que tende a alastrar-se e a corromper todo o corpo social se não for eliminado, ou então, absolutamente regulamentado pelas autoridades competentes. "A tendência natural do vício é de alastrar-se n'um crescendo que tudo levará de vencida, se não se lhe opuser uma barreira, que contenha os seus ímpetos", afirmava enfaticamente em São Paulo o secretário da polícia Cândido Motta, em 1897.

(41) Como energia natural e selvagem irrompendo das profundezas do social, a prostituição deveria ser represada para que não transbordasse em práticas condenáveis, desconhecidas e clandestinas.

Tomando como referência central as análises sobre a prostituição do médico francês Alexandre Parent - Duchâtelet e de seus discípulos, como o Dr. Reuss, e seguindo as soluções adotadas pela polícia de costumes na França, os médicos-higienistas brasileiros, obcecados pela ameaça do "perigo venéreo", defenderão num primeiro momento o sistema regulamentarista de controle das práticas prostitucionais, inscrevendo-se posteriormente no debate que opõe regulamentaristas e abolicionistas franceses desde o final do século XIX.

Parent-Duchâtelet é a influência predominante no meio médico-sanitarista e entre a polícia de costumes brasileira, preocupada em conhecer minuciosamente a vida cotidiana das prostitutas para melhor vigiá-las e domesticá-las, já que todos concordam com o médico francês quanto à inevitabilidade da existência do fenômeno da prostituição. No relatório acima citado, Cândido Motta reconhece que o amor venal é um mal necessário, fundamentando-se na autoridade científica do médico francês:

"Les prostituées sont aussi inévitables dans une agglomération d'hommes que les égouts, les voi-

ries et les dépôts d'immondicies." (Parent-Duchâtelet)

A visão da "mulher pública" elaborada por Parent é assim reproduzida no país. Herdeiro da tradição agostiniana, este médico francês, especialista em esgotos e na higienização da cidade de Paris, identifica a prostituição às imundícies do submundo e reflete a nova obsessão com os miasmas e com o lixo que apavora as classes dominantes. Defensor ardente do projeto regulamentarista aplicado na França desde inícios do XIX, Parent realiza um minucioso estudo sobre as origens da prostituição, a vida cotidiana das meretrizes, faz um levantamento estatístico de sua proveniência, idade, estado civil, profissão, hábitos, clientela e preconiza as formas de controle das condutas sexuais extra-conjugais, confinadas nas casas de tolerância e nos bordéis registrados pela polícia. Na França, sua influência permanece incólume até o final do século XIX, quando os abolicionistas juntamente com outros grupos radicais questionam o enclausuramento da "sexualidade vagabunda". Não obstante, no Brasil, sua principal obra, LA PROSTITUTION À PARIS AU XIX SIÈCLE, concluída em 1836, tem larga difusão entre os "especialistas" da prostituição e das práticas sexuais "perigosas", mesmo depois de ter sido criticada e superada em seu país de origem. (42)

Seguindo seus passos, os médicos-sanitaristas brasileiros invadem e perscrutam o submundo da prostituição, classificam as mulheres "degeneradas", investigam seus hábitos, sondam seus gostos, esmiuçam suas atividades, diagnosticam suas doenças, procurando acumular todo um conhecimento sobre a mulher pública e fundar o estereótipo da puta, a partir do qual elas serão situadas para fora do campo da normalidade sexual e social. Nestes laboratórios de estudo em que são transformados os bordéis, os hospitais e as prisões das "perdidas", elaboram-se simultaneamente técnicas de saber e estratégias de poder destinadas a enclausurar e domesticar as práticas sexuais extra-conjugais.

Recorrendo aos mesmos argumentos moralistas de Parent-Duchâtelet, o médico F. Ferraz de Macedo em sua tese de

doutoramento sobre a prostituição no Rio de Janeiro, de 1873, conclui que entre as várias causas que favorecem a prostituição pública, destacam-se: a ociosidade, a preguiça, o desejo desmesurado de prazer, o amor do luxo, a miséria financeira, que leva a mulher a buscar recursos próprios fora do lar, o desprezo pela religião, a falta de educação moral e principalmente o temperamento erótico da mulher. (p. 127) Além disto, acrescenta, os bailes populares e as folias carnavalescas criam condições especiais para a emergência de práticas devassas e pervertidas, principalmente numa cidade quente e úmida como o Rio de Janeiro, onde predomina "o temperamento nervoso de seus filhos", "cujo produto é nada menos do que uma imaginação ardente - são poetas, romancistas, phantasmagóricos, etc." (idem) As inúmeras teses que, como esta, estudam o fenômeno da prostituição tendo em vista combater a propagação da sífilis e das doenças venéreas repetem os mesmos argumentos e a mesma metodologia dos regulamentaristas franceses.

Assim, é em nome da luta contra o "perigo venéreo" e portanto da saúde da população e da preservação da espécie que se estuda e medicaliza a sexualidade da mulher, que se aborda o problema da prostituição e que se estabelecem os padrões de comportamento da mulher honesta e casta e da vagabunda. Através de estatísticas realizadas com o apoio da polícia, estes estudos procuram mostrar que a grande maioria das prostitutas provém das camadas mais pobres da população, especialmente das "não-casadas das classes proletárias", na expressão de J. B. Leme (O PROBLEMA VENÉREO, 1926), que exerciam anteriormente atividades de floristas, costureiras, operárias, domésticas, artistas de teatro, entre outras. (43)

Evidentemente, a mulher pobre que se prostitui é associada à imagem da criança ou do selvagem que necessita dos cuidados do Estado e das classes dominantes na condução de sua vida. Imatura, ela é uma pessoa desorientada que se perdeu na vida e que precisa dos socorros dos especialistas para reencontrar o bom caminho e reintegrar-se na sociedade. Conclusão paradoxal já que a prostituta não é uma criminosa que deve arrepender-se e retornar à normalidade, pois "a prostituição numa cidade, numa villa, em qualquer lugar de certo movimento, é uma

necessidade vital, torna-se uma válvula de segurança social, com especialidade, coibindo vícios no elemento púbere varonil e mantendo um certo e determinado equilíbrio na acção popular da localidade,"(44)

O Dr. F. Ferraz de Macedo chega mesma a construir um mapa classificatório da prostituição na cidade do Rio de Janeiro, segundo o qual as prostitutas são divididas e subdivididas em classes, gêneros e espécies, a exemplo das borboletas e das mariposas:

"PROSTITUIÇÃO PÚBLICA	1. ^a Classe das Difíceis	1. ^o Gênero das Prostitutas "Trabalhadoras"	floristas
			modistas
			costureiras
2. ^a Classe das Fáceis	2. ^o Gênero das Prostitutas "Ociosas"	vendedoras de charutos, etc.	
		figurantes de teatro	
		comparsas, etc.	
3. ^a Classe das Facílimas	Prostitutas	isoladas em casas aristocráticas	
		reunidas em hotéis aristocráticos	
		de collégios de sobrados de estalagens, bordéis, etc.	
PROSTITUIÇÃO CLANDESTINA	1. ^a Classe	Mulheres	de inferiores reformadas ou gastas de zungús amancebadas
			Em boas condições
			Em baixas condições
2. ^a Classe	Práticas Anti-Physicas nas Mulheres	viúvas	
		casadas	
		divorciadas	
Sodomia ou Prostituição Masculina	Solteiras	livres	
		libertas	
		escravas, etc.	
Doutrinas lesbianas, coito contra a natureza Onanismo	pederastas, activos, passivos, mixtos	onanismo." (45)	

A partir deste quadro, o saber médico caracteriza as prostitutas catalogadas nos vários ítems. Assim, as mulheres públicas do primeiro gênero da primeira classe, isto é, as putas trabalhadoras (floristas, modistas, etc.) têm traços comuns como o tipo de roupa, a habitação, os costumes, as horas de trânsito, "o modo de se renderem, o modo de expressão (voz, estilo, termos, gestos, etc.). (...)"; as do segundo gênero da primeira classe, as prostitutas ociosas, vivem isoladas em casas aristocráticas, possuem "grande cópia de intimidades e relações escolhidas do sexo masculino. Bom número destas meretrizes é fornecido pelos theatros (...)". Já as da terceira classe das fáclimas "cuidam das paredes dos quartos com quadros e imagens de diversos santos!", enquanto que as prostitutas reformadas vivem em casas "de mais grosseiro aspecto e mais despida de adornos (...)". Geralmente as donas destas casas são pretas, pardas livres e libertas, mas todas gastas na idade e no vício (...)". Mas o que ele considera como o tipo mais degradante de habitação das putas é o zungu, "habitação sombria, verdadeiro antro de paredes enegrecidas pela fumaça de fogareiros e nauseabundos cachimbos dos frequentadores e habitantes (...)". (idem)

Os sanitaristas brasileiros retomam o perfil da prostituta desenhado por Parent-Duchâtelet e sucessivamente reproduzido pela literatura prostitucional, ou ainda pelos romancistas. Nesta direção, A. Corbin chega a lançar a interessante hipótese de que este modelo de prostituta, que teve aceitação universal, determinou o comportamento das próprias mulheres identificadas com a condição de putas. Além disso, ao referenciar o comportamento das prostitutas, o modelo da mundana construído pelo médico francês fortaleceu ao mesmo tempo o ideal da mulher honesta, mãe dedicada e submissa, na medida em que se diferenciava do contra-tipo da prostituta. Afinal, a dona-de-casa agarrou-se ao modelo da mulher casta tanto mais firmemente quanto ele se distinguia do modelo da "mulher da vida", símbolo da perdição.

Segundo este, um dos traços mais característicos da personalidade da mulher pública é a preguiça, a aversão ao tra

balho e a perseguição desenfreada do prazer. A prostituta é aquela que, ao contrário da mulher honesta e pura, vive em função da satisfação de seus desejos libidinosos e devassos. Ela "tem um andar, um sorriso, um olhar, uma atitude que lhe são próprios; é preguiçosa, mentirosa, depravada, extremamente simpática ao álcool, despreocupada do futuro, e muitas vezes destituída de senso moral." (46) Antítese da esposa honesta, a mulher da vida tem um "apetite sexual exaltado, (...) innato e incontido, que leva a precocidades, por vezes fantásticas, na prática de perversões ou mesmo do coito." (p. 87) É burra e ignorante: "Limitadíssimos são os seus recursos intelectuais, raríssimas mulheres poderiam sustentar uma conversação em que seja necessário o manejo do raciocínio ou pequena contribuição lógica (...)" (47) Leviana, inconstante, volúvel, irregular, adora o movimento, a agitação e a turbulência: "poucas há que persistam n'um mesmo domicílio durante o espaço de um ano." (p. 148) Instável física e espiritualmente: "Variáveis de opiniões, incapazes de seguir um assumpto até ao fim, levianas, exaltadas, irritáveis, e muitas vezes insolentes." A puta é aquela que, gulosa e incontrolável, adora os excessos: de álcool, de fumo, de sexo. Suas atividades, quando estão sozinhas, são fúteis e banais: "entregam-se à calaçaria (sic), ao sono, a conversações fúteis ou de um alcance limitado unicamente as virtudes, vícios, ou defeitos das collegas e de seus amantes ou frequentadores; outras vezes fumam, jogam, brincam, berram, cantam, dançam e concluem paramentando-se." (p. 48) As "aristocráticas" acordam tarde e passam o dia arrumando-se, embonecando-se, algumas vezes passeiam de carro ou ficam na janela. Sempre usam falsos nomes e adoram flores e animais. Mas chegam a ter boas qualidades: "O sentimento de caridade não são para as collegas como para o próximo é uma das virtudes mais salientes das prostitutas." Estão sempre dispostas a se socorrerem nas horas de infortúnio, são carinhosas quando encontram pessoas infelizes e carentes, mas "nunca essa virtude é fixa nellas". (p. 151) Ao contrário do que afirma Parent-Duchâtelet a respeito da puta parisiense, para nossos médicos as prostitutas brasileiras não são "excellentes mães", pois preferem abortar a ter seu corpo deformado pela gravidez. O nenê é visto como um obstáculo ao exercício de sua profissão, portanto, não podem amar o pró-

prio filho.

Quanto aos relacionamentos afetivos, as prostitutas sempre têm amantes, seja fixos ou eventuais. Em geral, apaixonam-se por rapazes de famílias abastadas que buscam aventuras e querem dar vazão aos seus desejos libidinosos. Já os amantes "persistentes" podem ser do sexo masculino ou feminino. Frequentemente, estes "rufiões" são sustentados pelas mulheres da vida apenas para lhes fazerem companhia quando vão às compras, ao teatro, aos bares ou bailes. Costumam bater nas amantes que, aliás, só exploram e não amam e amontoam-se nos cafés, nos bottequins e bilhares.

Assim, o retrato da mulher pública é construído em oposição ao da mulher honesta, casada e boa mãe, laboriosa, fiel e dessexualizada. A prostituta aparece então no discurso médico como a negação dos valores dominantes, como pária da sociedade que ameaça subverter a boa ordem do mundo masculino. Seu objetivo principal é a satisfação do prazer e, nesta lógica, prazer e trabalho são categorias antinômicas. Por isso, ela deve se enclausurada nas casas de tolerância ou nos bordéis, espaços higiênicos de confinamento da sexualidade extra-conjugal, regulamentados e vigiados pela polícia e pelas autoridades médicas e sanitárias, como pregam os regulamentaristas.

Vale lembrar como o primado do instinto natural se sobrepõe ao da miséria econômica na explicação das causas do fenômeno da prostituição. À medida em que se elabora o conceito de higiene social, a teoria da prostituição inata e hereditária ganha cada vez maior número de adeptos e só é contestada pelos grupos anarquistas no Brasil e na Europa. São também inúmeros os estudos que pretendem provar através da antropologia criminal que as prostitutas, assim como criminosos e anarquistas, possuem uma configuração do cérebro diferente e alguns sinais orgânicos que as distinguem da maioria das pessoas normais. Apoiando-se em Lombroso, para o qual as prostitutas se caracterizam por sua fraca capacidade craniana e por mandíbulas bem mais pesadas que as das mulheres honestas, o delegado de polícia Cândido Motta procura provar as semelhanças da constituição física dos criminosos natos e dos anarquistas, compa-

rando os crâneos de Ravachol, conhecido anarquista francês e S. Anna Leão, assassino espanhol:

"Ravachol, diz Lombroso, apresenta o typo mais completo do criminoso-nato não só na face mas no hábito do crime, no prazer do mal, na ausência completa do senso ético, no ódio que ostenta pela família, na indiferença pela vida humana. O que dá logo na vista ao contemplar-se a physionomia de Ravachol, é a brutalidade. A face que apresenta uma asymetria pronunciadíssima, distingue-se por uma enorme stenocrataphia, e exagero das arcadas superciliares, pelo nariz muito desviado para a direita, orelhas em aza e collocadas em nível diferente, emfim pela mandibula inferior enorme, quadrada e saliente, completando nesta cabeça os caracteres typicos do delinquente-nato.

É justamente o que se nota em S. Anna Leão. É o typo genuino de criminoso-nato. As mesmas asymetrias notadas no primeiro encontram-se neste, (...)"

(48)

A mesma tensão que percorre o discurso médico e criminológico sobre a prostituição reaparece quando se enfrentam os temas da criminalidade ou do "perigo" apresentado pela violência das classes trabalhadoras. Nesse sentido, a ameaça do perigo biológico é identificada à ameaça social representada por classes inferiores e incivilizadas, que os dominantes acreditam dever conter. Os programas de eugenia que se desenvolvem na segunda metade do século XIX na Europa e no Brasil nas primeiras décadas do século XX visam gerir as relações sexuais e sociais que se estabelecem nas diversas classes sociais.

Inspirados nos métodos da sociologia empirista e impulsionados pela idéia sanitarista, os médicos ligados aos órgãos públicos de controle da saúde da população, preocupam-se com a vigilância e o controle da prostituição, necessária porém perigosa. Não só o sexo pode ser afetado por suas próprias doenças, como pode transmitir outras. Por isso, precisa ser ad

ministrado pelos especialistas autorizados. O sistema regulamentarista de domesticação das práticas sexuais na França aparece num primeiro momento como exemplo a ser seguido no Brasil. De acordo com o estudo realizado por A. Corbin sobre a prostituição na França, o regulamentarismo, enraizado no racionalismo iluminista e cujo principal teórico foi Parent-Duchâtelet, assenta nos seguintes princípios:

- A prostituição deve ser confinada num ambiente fechado, longe da vista das crianças, moças e mulheres honestas. Atende assim à estratégia de exclusão, de marginalização e de sequestro das prostitutas, duramente criticada pelos abolicionistas, para melhor fiscalizar suas condutas.
- Este espaço fechado deve estar sempre sob a vigilância panóptica da administração e ser totalmente transparente para as autoridades públicas e sanitárias que o controlam, aberto para inspeções e visitas médicas inesperadas. Recomenda-se inclusive a ausência de travas nas portas dos quartos privados.
- Este espaço deve ser rigorosamente hierarquizado e compartimentado, de modo que se evitem as possíveis confusões de idades e de classes sociais. As donas dos bordéis e casas de tolerância devem impor respeito e autoridade às suas subordinadas e aproximarem-se do ideal da dona-de-casa, que administra eficazmente o lar.

Em suma, o projeto regulamentarista visa definir uma nova economia do sexo, disciplinarizando a prostituição de modo a impedir que as práticas sexuais extra-conjugais assumam formas chocantes e anti-naturais e que escapem ao controle das autoridades, já que as prostitutas, segundo a lógica dominante, são pessoas essencialmente exageradas, pervertidas, inesperadas e destituídas de auto-controle. Trata-se então de afastar da realidade, tanto quanto possível, as formas de sexualidade insubmissas, enquadrar a sexualidade extra-conjugal em lugares fechados, isolados e vigiados pela administração. O regulamentarismo pretende, então, estabelecer uma linha divisória entre a prostituição tolerada e institucionalizada e a clandestina, que deve ser eliminada. O ideal de puta para os regulamentaristas é a mulher recatada e dessexualizada que cumpre seus deve-

res profissionais, mas sem sentir prazer, sem entregar-se e sem gostar de sua atividade sexual. Inúmeros estudos são feitos também no Brasil no sentido de provar a debilidade física da prostituta ou ainda sua inferioridade biológica frente às mulheres honestas, mas sem muito êxito. O próprio Parent-Duchâtelet conclui perplexo que

"apesar de tantos excessos e de tantas doenças, sua saúde resiste mais que a da maioria das mulheres que têm filhos e que trabalham em casa." (49)

Ainda segundo A. Corbin, quatro ambientes fechados se complementam no sistema regulamentarista: a casa de tolerância, o hospital, a prisão e, eventualmente, o refúgio, espaço do arrependimento e da penitência. As casas de tolerância e os bordéis deveriam ser registrados na polícia e vigiados tanto pela administração quanto pelas autoridades sanitárias. Objetivava-se também acabar com a prostituição clandestina que escapava ao controle da polícia e dos médicos. Nesse sentido, o bordel deveria ser o anti-cortiço, o contrário do que representava a casa de prostituição clandestina, refletindo à sua maneira a intimidade conjugal burguesa. A polícia de costumes proibia nos bordéis qualquer prática de sexo grupal ou homossexual, muito embora na prática as interdições não fossem respeitadas.

Além de confinar as prostitutas dentro de espaços especiais, vigiados e marginalizados, os regulamentaristas defendiam que os bordéis e casas de tolerância estivessem localizados em bairros separados, longe das igrejas, das escolas, internatos, externatos. (50) As prostitutas deveriam ter poucas permissões de saída e ainda deveriam receber as visitas sanitárias a domicílio várias vezes por semana. Fica claro o desejo de controlar a circulação das "mulheres da vida" nos espaços públicos ou privados. Em São Paulo, a zona localizava-se, no começo do século, nas ruas Líbero Badaró, onde segundo depoimentos de Jorge Americano era famosa a casa de Mlle. Lily; (51) Benjamin Constant, Senador Feijó, Quintino Bocaiúva, rua da Esperança, "a da Caixa d'Água, a Capitão Salomão, a Rua da Conceição" (idem) e no bairro do Brás. (52) No Rio de Janeiro, eram procuradas também pelos homossexuais as "freguesias de Sa

cramento, Sant'Anna, Santo Antonio, Sta. Rita e São José." (53)

As prostitutas deveria ser registradas obrigatoria - mente na polícia, deveriam ser portadoras de uma carteira sanitária de identificação pela qual eram constrangidas a passar por um exame periódico, a exemplo do que se praticava na França e em outros países da Europa. A carteira de identificação conteria seus dados pessoais, nome real, idade, profissão atual ou anterior, naturalidade, estado civil. No caso de serem vítimas de alguma moléstia, receberiam tratamento adequado e as que não se submetessem aos exames médicos obrigatórios seriam multadas. Os regulamentaristas defendiam ainda a marginalização e o tratamento obrigatório de todas as prostitutas que fossem encontradas doentes.

Sabe-se que o projeto regulamentarista introduzido na França no século passado, apesar dos adeptos veementes e de sua obsessão frente à ameaça da prostituição, fracassou e foi violentamente contestado pela campanha abolicionista levada no último quarto do século. No Brasil, acreditamos que o mesmo processo tenha ocorrido se levarmos em conta o atual estado da prostituição no país e as frequentes denúncias de invasão das ruas e passeios pelas mulheres públicas, ou ainda as críticas de médicos que se insurgiam contra o regulamentarismo e defendiam o abolicionismo. No entanto, deixamos para um estudo posterior e mais aprofundado conclusões definitivas a respeito das estratégias de domesticação e de taylorização das práticas sexuais extra-conjugais no Brasil. De qualquer modo, a questão da prostituição pública, colocada em termos sanitários e morais, suscitou desde cedo a intervenção da polícia como forma de reprimir e de "prevenir toda ofensa à moral e aos bons costumes". Com esta intenção repressiva, é estabelecido um regulamento provisório da polícia de costumes, destinado a controlar o exercício da prostituição em 1897. Enclausuradas nas casas de tolerância e nos bordéis, as prostitutas eram obrigadas a sujeitarem-se às normas policiais:

"a) Que não são permittidos os hotéis ou conventillos, podendo as mulheres públicas viver

- unicamente em domicílio particular, em número nunca excedente a três.*
- b) *As janellas de suas casas deverão ser guarnecidas, por dentro de cortinas duplas e por fora de persianas.*
- c) *Não é permittido chamar ou provocar os transeuntes por gestos e palavras e entabolar conversação com os mesmos.*
- d) *Das 6 horas da tarde às 6 horas da manhã nos meses de Abril a Setembro, inclusive, e das 7 h. da tarde às 7 h. da manhã nos demais, deverão ter as persianas fechadas, de modo aos transeuntes não devassarem o interior das casas, não lhes sendo permittido conservarem-se às portas.*
- e) *Deverão guardar toda decência no trajar uma vez que se apresentem às janellas ou saiam à rua, para o que deverão usar de vestuários que resguardem completamente o corpo e o busto.*
- f) *Nos theatros e divertimentos públicos que frequentarem deverão guardar todo recato, não lhes sendo permittido entabolar conversação com homens nos corredores ou nos logares em que possam ser observados pelo público." (54)*

O modo obsessivo dos regulamentaristas diante do "aliciamento" dos transeuntes feito pelas prostitutas explica a interdição feita a elas nos itens c e d. Na verdade, tenta-se impor-lhes um modo de vida rígido e conventual, onde todos os horários, gestos, hábitos, maneiras de vestir sejam calculados e controlados. A prostituta e a casa de tolerância deveriam ser totalmente transparentes à vigilância panóptica da polícia de costumes e da polícia médica. E sobretudo o modelo da intimidade burguesa deveria prevalecer no interior dos bordéis.

Muitas vezes, no entanto, a repressão policial utilizou da violência física contra as prostitutas e homossexuais. Jacob Penteadó recorda que frequentemente a polícia prendia as

prostitutas do Brás que, quando não levavam uma surra, recebiam uma ducha de água fria e tinham suas cabeças totalmente raspadas. As resistências também se faziam sentir:

"Vingavam-se, porém, do delegado Bandeira de Mello, cantando:

*O Dotô Bandaio de Merda é home muito canaia.
Pega cabeça de nega e manda rapã a navaia!" (55)*

Procedimento que, aliás, prossegue nos dias de hoje. Apesar dos regulamentos da polícia de costumes visarem às prostitutas de todas as classes sociais, na prática eles incidem mais severamente sobre a prostituição clandestina popular.

A Campanha Abolicionista

Na década de vinte, o discurso médico criticava o sistema regulamentarista como imoral, injusto e ineficaz. Inspirado no abolicionismo, o Dr. Flávio Goulart retomava o debate que se produziria na França no final do século XIX opondo regulamentaristas conservadores e abolicionistas liberais. O sistema regulamentarista, em reconhecida decadência desde o último quarto do século naquele país, era denunciado e criticado ferozmente pela campanha abolicionista, reforçada por grupos feministas e por setores da esquerda radical. Segundo a nova corrente, o regulamentarismo apresentava muitas falhas: em primeiro lugar, visava apenas a mulher perseguindo-a por um tipo de relação em que o homem também estava envolvido. Assim, ela era sequestrada e confinada em casas isoladas e especiais, fichada na polícia como prostituta profissional, vigiada severamente pela polícia e pelos médicos, acusada de ser transmissora de sífilis e de outras doenças venéreas, sofrendo sozinho a repressão de práticas intoleráveis para a sociedade, enquanto que o homem ficava isento de qualquer responsabilidade. Além disto, o resultado do sistema regulamentarista então adotado fora o oposto do que se propusera: a prostituição clandestina aumentara a olhos vistos tanto aqui quanto em outros países. As prostitutas inscritas fugiam quando estavam doentes, ao

invês de apresentarem-se às visitas sanitárias e tornavam-se clandestinas. Mas o ponto sobre o qual incidia mais vigorosa - mente a crítica abolicionista aos regulamentaristas era que o registro legal das prostitutas prendia-as e impedia sua possível recuperação. A polícia de costumes era vista como uma máquina que transformava putas ocasionais em putas eternas: a prostituta inscrita acabava se tornando uma prisioneira perpétua da polícia.

Ao contrário dos regulamentaristas, os abolicionistas recusavam a legalização da prostituição pois viam neste ato uma medida de repressão e de controle sobre as mulheres públicas. O objetivo dos abolicionistas não era, no entanto, a eliminação da prostituição que também consideravam necessária, mas a libertação das prostitutas das garras da polícia que exercia sobre elas um poder arbitrário e violento e a destruição de um sistema que marginalizava as mulheres e violava o direito de liberdade individual. No entanto, se por um lado os abolicionistas defendem pontos como a liberdade individual, os direitos do homem, o fim da intervenção do Estado nas relações pessoais, por outro, a campanha abolicionista era levada em nome da decência da família, das ruas e da salvação do casamento. Evidentemente, não há nenhuma apologia do prazer.

Na França, o mentor do movimento abolicionista é Yves Guyot, cuja obra é uma "verdadeira antítese" do trabalho de Parent-Duchâtelet, segundo Alain Corbin: ele mostra como a sociedade marginaliza e exclui as prostitutas. A casa de tolerância é condenável porque desvia o operário do casamento. (56)

Os abolicionistas condenavam os regulamentaristas também do ponto de vista sanitário: as visitas forçadas e muito rápidas das mulheres, que não permitiam diagnosticar seguramente a sífilis; a brevidade dos tratamentos; o medo do internamento nos hospitais que faziam as prostitutas fugirem ou usarem diversos trucs para dificultar o exame, transformam-se em clandestinas durante o período contagioso, continuando portanto durante esse tempo a espalhar a infecção. Assim, a regulamentação, apesar de todos os seus rigores, não consegue ter re

gistrado e vigiado senão um número muito pequeno de prostitutas, bastando para comprovar a asserção, saber-se que em Paris, cidade onde nasceu o regulamentarismo, com suas 50 ou 60.000 prostitutas, dessas, 6.000 apenas são inscriptas, enquanto que as outras, as mais perigosas, em número muitíssimo maior, continuam a espalhar o mal, sempre ciosas do seu estado de clandestinas afim de não caírem nas injustas medidas da regulamentação", (57) comentava o Dr. Flávio Goulart.

Assim, os abolicionistas propunham no domínio sanitário a supressão dos hospitais-prisões e dos estabelecimentos especiais para os doentes venéreos. A sífilis era reconhecida como uma doença comum entre outras e não necessariamente característica da puta pois:

"A syphilis é uma moléstia em regra adquirida cedo, quando a mulher ainda é menor e não poderá portanto ser inscrita como prostituta." (idem)

A administração deveria oferecer tratamento gratuito às meretrizes e aos indigentes nos dispensários estabelecidos pela Saúde Pública. E as pessoas que abandonassem o tratamento receberiam cartas explicando e advertindo sobre os perigos do descuido físico. Nesse sentido, o Dr. Flávio Goulart registra a instalação, em 1921, de "10 dispensários distribuídos por todo o território do Districto Federal e funcionando diariamente, havendo em 4 delles serviço nocturno e em 2 serviço à tarde. A frequência desses dispensários tem sido acima de toda a expectativa (...)" (idem) Segundo este médico, a campanha que o Departamento Nacional de Saúde Pública promovia contra as moléstias venéreas era a primeira feita no país e portanto nenhum tratamento era obrigatório para a população.

No entanto, apesar do discurso liberal dos abolicionistas, vale lembrar que é em nome da ordem sexual, da repressão dos instintos, da interiorização da reserva e do controle das pulsões que eles batalham e nisso distinguem-se radicalmente dos anarquistas.

OS ANARQUISTAS E O CAMPO DA MORAL

Creio que não se pode afirmar tranquilamente que exista uma unidade absoluta de opiniões entre os anarquistas sobre questões como a nova família, a emancipação da mulher, o amor livre, que constituem o campo da moral. Um pequeno exemplo pode ser fornecido pela comparação entre as concepções de Proudhon e do utópico Fourier sobre a condição da mulher; enquanto para o primeiro apenas duas opções se colocavam para o "sexo frágil", o casamento e a vida doméstica ou a prostituição, este pensava a questão em termos feministas.

No entanto, apesar da abundância de reflexões individuais, tento desenhar os contornos de um projeto libertário relativo à nova moral. Enquanto crítica da ordem burguesa, as divergências se neutralizam e encontra-se uma unidade de temas e de valores interligando todos os assuntos discutidos na imprensa operária. E, fundamentalmente, a crítica endereça-se à sociedade burguesa que, fundada na exploração do trabalho, produz uma moral decadente, repressiva, opressora e relações sociais autoritárias, doentes e injustas. Assim, sem pretender definir absolutamente o projeto libertário de instituição de uma nova moral, tento perceber as intuições dominantes da reflexão anarquista em matéria de relações afetivas e da moral sexual, a partir da leitura dos artigos publicados na imprensa libertária.

Elegi três grandes blocos de temas que aparecem no discurso anarquista quando aborda questões que procuram definir uma nova economia do desejo: a emancipação da mulher; as relações afetivas e a moral sexual; e as práticas condenáveis.

A Emancipação da Mulher

Tema frequente na imprensa anarquista, a condição de opressão da mulher, não só da trabalhadora mas também da burguesa, é pensada e analisada por vários articulistas de tendência libertária. Contra o mito da mulher-passividade, sentimen-

to, abnegação, sombra do homem, várias vozes se levantam: mulheres como a já conhecida Maria Lacerda de Moura, professora, jornalista e escritora, Matilde Magrassi, Maria de Oliveira, Tibi, Josefina Stefani Bertéchi, Maria S. Soares, que assinam artigos nos jornais anarquistas. Além destas publicações defendendo a causa feminina, elas promovem reuniões, conferências, palestras educativas em vários cantos do país e fundam uma Federação Internacional Feminina.

Se é possível perceber no conjunto dos textos libertários uma representação masculina da mulher, que a torna símbolo da maternidade, da passividade e da fragilidade, a esta se opõe uma outra construção contestadora dos valores dominantes que, partindo de vozes femininas no interior dos anarquistas, propõe a emancipação da mulher de todas as classes sociais dos papéis que lhe são atribuídos socialmente. Assim, ao lado da tradicional representação da mulher como depositária dos atributos da submissão, da castidade e da subjetividade, emerge no discurso anarquista uma outra figura feminina, simboliza pela combatividade, pela independência, pela força, figura que luta pela transformação de sua realidade cotidiana, tanto a partir da própria presença destas ativistas, quanto pelas suas projeções. Maria Lacerda de Moura, por exemplo, discutindo as concepções dos "especialistas" sobre a inferioridade biológica da mulher, afirmava criticamente:

"Eu não discuto com um homem apenas, com o Sr. Bombarda (médico português, L.M.R.), com Lombroso ou com Ferri: protesto contra a opinião anti-feminista de que a mulher nasceu exclusivamente para ser mãe, para o lar, para brincar com o homem, para divertí-lo." (58)

E estendia mais vigorosamente sua crítica a Gina Lombroso:

"Acho imperdoável no livro de Gina Lombroso a ideia de que falta a espinha dorsal na mulher.

Além de ser deprimente, humilhante, é extremamente ofensivo: é a última coisa que se pode di-

zer a uma criatura. É a prova cabal do servilismo de quem o afirma em relação ao seu próprio sexo." (p. 251)

Não é ocasional, portanto, se encontrarmos nos jornais libertários artigos que, ao criticarem a situação social da mulher no sistema capitalista, apontem a instrução como arma privilegiada de libertação. Matilde Magrassi, por exemplo, propõe que a mulher operária não lute apenas por seus direitos no interior do espaço da fábrica, "a fim de melhorar um pouco a vossa crítica situação", obtendo uma jornada de trabalho mais curta e salários mais elevados, mas que procure instruir-se para poder defender-se melhor frente à exploração do capital. A educação da mulher trabalhadora aparece como instrumento de luta contra as classes dominantes, contra o poder da igreja e contra o Estado, na medida em que ela se conscientize de seus direitos pessoais e ainda, possibilitando a instrução dos próprios filhos, ajude a "impedir que sejam depois vítimas do injusto sistema social em que vivemos." (O AMIGO DO POVO, 17/1/1904) A instrução da operária será também fundamental para que ela desmistifique a religião e a figura imperiosa do padre como conselheiro e guia espiritual:

"Compreendereis que é inteiramente inútil que confieis aos padres as vossas dores. Aconselhando-vos a resignação, o que ele faz é impedir-vos de reagir contra quem vos oprime....)" (idem)

Revoltando-se, a mulher enquanto mãe e educadora servirá de exemplo aos filhos que, por sua vez, também se rebelarão. E poderá compreender ainda que a noção de pátria é uma ilusão,

"que os vossos filhos nenhum dever têm a cumprir para com ela; e que quando, em nome dessa pátria, os vierem arrancar aos vossos braços, deveis revoltar-vos contra semelhante lei (...)" (idem)

A idéia de que a mulher não é apenas portadora de sentimentos e emoções, mas de que possui a mesma capacidade de pensar, de questionar e de brigar que o homem e para a qual a educação é

uma arma importante na luta pela sua emancipação revela a recusa do modelo de feminilidade instituído pelo imaginário social. Izabel Cerruti reafirma esta posição ao analisar as causas da situação alienante e opressiva em que se encontra a mulher na sociedade burguesa. Esta só poderá libertar-se se compreender os motivos da exploração social e desmistificar a mitologia justificadora de sua condição:

"Antes de tudo, isso é o essencial, ela deve fazer uso do seu raciocínio para se despir dos vãos temores, dos tolos preconceitos e dos ridículos escrúpulos que lhe incutiu a falsa moral de Deus e da Pátria para assim, obter o seu pensamento emancipado." (A PLEBE, 20/11/1920)

A crítica à dominação ideológica do clero que impede a percepção da realidade massacrante em que vive a mulher é reforçada por Maria A. Soares ao incentivar a luta feminina de libertação social:

"Ele (o clero) conquistou a mulher pelos meios mais sofismáticos e indecentes, e foi preciso uma luta gigantesca para elevá-la ao relativo grau de consciência em que hoje se encontra."

As barreiras à superação da alienação da mulher não se localizam em sua natureza ou em sua constituição física como pretende o saber burguês, mas resultam da ação das classes dominantes juntamente com o Estado e com a igreja. O apelo à educação, à formação de uma consciência crítica como meio de desmistificar sua condição social e de derrubar as cadeias impostas pelo poder clerical, reaparece no artigo de Maria de Oliveira, "A Emancipação da Mulher", publicado pelo O AMIGO DO POVO, de 11/9/1902:

"Não podemos, não devemos continuar nesta apatia que nos avilta e desagrada.(...) Precisamos erguer-nos da abjeção a que nos atiram; urge que libertemos o nosso espírito da cadeia do fanatismo; que desenvolvamos, que cultivemos nossa inte-

*ligência para competir com o homem do qual não so-
mos nem escravas, nem senhoras, mas suas iguais
(...)"*

A questão da libertação feminina não se limita à operária. De modo geral, o discurso anarquista procura revelar a condição de sujeição, de dominação e de humilhação que sofrem as mulheres de todas as classes sociais, numa sociedade dominada pelo poder masculino. Por isso, elas devem preparar-se intelectualmente para poder enfrentar a concorrência masculina. Assim como a mulher trabalhadora, a burguesa é oprimida, teve sua vida decidida desde a infância, aprendeu a reprimir seus sentimentos e a dizer o que não sente, a "fingir dotes que não possui" (M.L. de Moura): também ela, que "não é livre nem feliz", deve participar da luta pela sua auto-emancipação.

Estas anarquistas sugerem que as proletárias se organizem em sociedades de resistência para que possam conquistar melhores condições de vida e de trabalho, incentivando a luta feminina pela própria libertação. Aliás, encontram-se frequentes apelos na imprensa libertária para a formação de grupos de estudo, ou de discussão, composto por mulheres operárias para discutirem sua situação na sociedade burguesa e as possíveis formas de resistência.

Os anarquistas defendem a libertação da mulher em todos os planos da vida social, desde as relações de trabalho até as familiares. Nesse ponto, a crítica que Izabel Cerruti endereça às feministas ligadas à Revista Feminina deixa clara a posição libertária com relação ao significado do conceito de emancipação. Segundo aquela revista, a mulher deveria lutar para conseguir a emancipação política, o direito de voto e de participação no processo eleitoral. Para as anarquistas citadas, evidentemente, esta proposta não é libertadora, uma vez que se restringe a lutar por conquistas estritamente políticas e ainda porque aceita e justifica a própria moral burguesa. Em suas palavras,

"O programa anarquista é mais vasto neste terreno; é vastíssimo: quer fazer compreender a mulher,

na sua inteira concepção, o papel grandioso que ela deve desempenhar, como fatora histórica, para a nossa inteira integralização na vida social."

(A PLEBE, 20/11/1920)

A luta das mulheres na concepção anarquista deve passar pelo questionamento das relações que se estabelecem no cotidiano, tanto no interior da família quanto no interior da fábrica. Não se trata de conquistar o direito de participação no campo da política instituído pelas classes dominantes, mas de batalhar pelo crescimento pessoal, completo, integral:

"Qualquer reforma nas leis vigentes que venha a conferir-lhe direitos políticos iguais aos homens, não a põe a salvo das chacotas e humilhações, não a livra de ser espezinhada pelo sexo forte e prepotente, enquanto perdurar a moral social que constrange e protege a prostituição. (...)" (A PLEBE, 20/11/1920)

Instaurando-se, a mulher poderá compreender as causas de sua escravidão social e perceber que estas se encontram nas "cadeias do capitalismo", que a obrigam a prender-se ao homem mesmo sem amor:

"Neste regime, onde impera o vil metal, despótico e sedutor, degradando o caráter masculino, tornando-o egoísta e perverso, a mulher jamais poderá ser emancipada."

Na verdade, a transformação radical da condição da mulher só será possível numa outra organização da sociedade, mais justa e mais perfeita, onde o amor livre assegure a integridade das relações familiares, onde os jovens possam escolher livremente seus companheiros e formar suas famílias, sem contar com os obstáculos econômicos aviltantes do mundo capitalista:

"Numa sociedade em que todos tenham esse direito assegurado não haverá imoralidade." (idem)

Assim a luta pela emancipação da mulher não passa pela reivindicação de aceder à esfera pública simplesmente, mas é primeiramente uma questão de ordem moral: trata-se da necessidade de libertar-se do modelo burguês que lhe é imposto e de construir uma nova figura da mulher, negadora daquela forjada pela representação burguesa e masculina. A mulher não é apenas sentimento e passividade, daí a necessidade de instruir-se, de utilizar seu potencial intelectual na crítica ideológica das instituições e das mitologias religiosas e de lutar pela própria independência. Decepcionada com o comodismo das mulheres que aceitam o papel que lhes é designado socialmente, Maria Lacerda de Moura, ao conferenciar no Centro Internacional de Santos, afirmava que "a mulher não quer emancipar-se". (A PLEBE, 10/5/24) Segundo este jornal libertário:

"Dona Maria tem certa razão. É assim entre as burguesas (...) e entre as proletárias (...) Pensar, lutar, batalhar, afrontar as regras estatuídas, levantar-se contra os preconceitos e as superstições, indispor-se contra os patrões, contra os padres, contra os bispos, dá dores de cabeça e elas não estão para isso."

No mês seguinte, a mesma pensadora conferencia na União dos Artífices em Calçados e comenta o seu último livro A MULHER É UMA DEGENERADA?, informa A PLEBE (28/6/1924). O mesmo sentido de decepção é apontado pelo jornal:

"mostrando não só o egoísmo do homem para com a mulher, como também lamentou o conceito que as próprias mulheres fazem do seu estado (...)"

Dentre as autoras que pesquisamos, a que nos parece mais inovadora e radical pelas suas indagações e propostas é Maria Lacerda de Moura, que além de vários livros publicados, dirige a Revista Renascença em 1923 e dois anos antes funda a Federação Internacional Feminina, com o objetivo de "canalizar todas as energias femininas dispersas no sentido da cultura filosófica, sociológica, ética, estética - para o advento de uma sociedade melhor." (A PLEBE, 15/4/1922) Ela realiza conferên-

cias em vários centros culturais, nos círculos operários ou na Federação Filosófica e Espiritualista de São Paulo, contando sempre com numerosa assistência. Na Revista Renascença, Maria Lacerda retoma, entre outras, a questão da emancipação tanto da mulher quanto de outros setores da sociedade. Respondendo a um artigo assinado por G. Vidigal - "O Feminismo e os Anti-Feministas" - lemos um texto da redação desta revista (nº 2, 3/1923) em que se afirma:

"A nossa Diretora, de fato, é propagandista da emancipação racional da mulher, entretanto os seus últimos trabalhos vão além: a emancipação feminina é um elo de corrente emancipadora de todo o gênero humano. Parte do seguinte ponto de vista: a mulher é a escrava dos escravos modernos. Num dos seus últimos trabalhos, diz ella:

'Em absoluto não há a causa de um povo, a causa de uma nação, a causa de uma teoria: há a causa da Humanidade, a causa da Equidade, a Verdade, a Beleza, a Perfeição.

O que a mulher altamente emancipada reivindica, na hora atual não é o simples direito de voto - é muito mais do que isso. Não é a concessão política, a entrada no parlamento ou um cargo administrativo - o que aliás não soluciona a questão da emancipação feminina. (...) E, porventura, os homens também não estão sacrificados? Toda a Humanidade está escravizada dentro da injustiça de uma civilização da chibata e azorrague (...) civilização que aceita como facto natural a venda dos corpos femininos, civilização que faz do trabalho au gusto o meio de morte de toda uma classe social.

Emancipar a mulher? Não! Emancipar o gênero humano."

Para Maria Lacerda a revolução nasce com a transformação íntima de cada pessoa, com o desejo de libertação de todos aqueles que se vêem negados pela sociedade capitalista mais do que com as mudanças especificamente econômicas ou políticas. Criar um ho

mem novo, uma outra natureza humana, mais equilibrada, consciente, justa e livre de preconceitos. Dirigindo-se "aos intelectuais", ela afirma:

"É preciso operar no inconsciente das massas e não se extirpam dos hábitos e das idéias ancestrais, num golpe de Estado ou de Ditadura, os vínculos do passado.

Modificam-se, substituem-se, transformam-se idéias: não se matam idéias." (59)

Debatendo a função da educação, Maria Lacerda adepta da pedagogia racionalista de Ferrier, realinha seu desejo de mudança radical da sociedade, a idéia da construção de um novo modo de ser e principalmente, prega a necessidade de aprendermos a conviver e a respeitar as diferenças de cada pessoa:

"(...) As repúblicas pregam o respeito às instituições e às leis, o culto dos símbolos nacionais, o amor e o respeito aos governos, etc.: a educação deverá consistir no preparo físico, intelectual e moral do indivíduo para os deveres patrióticos, de cidadão, de pai de família, para o respeito às leis e às autoridades constituídas. E a corrente moderna, avassaladora, do socialismo e do anarquismo quer a felicidade coletiva, o bem-estar individual e geral, não admite pátrias nem fronteiras, nem bandeiras e nem autocracias, nem riquezas acumuladas em uma só mão, nem fidalguias, nem guerras, nem força armada. E a educação para o socialismo e o anarquismo tem uma acepção muito mais vasta e muito diversa..."

Mas, qual deve ser o ideal de vida? A educação deve repousar sobre uma mesma base. Há preceitos que convêm a todos os povos, a todas as sociedades.

Qualquer que seja a categoria do indivíduo, ele precisa aprender a amar a Natureza, a respeitar as idéias e os indivíduos, a dizer só a verdade, a

reprimir suas paixões, suas más tendências, a cultivar em si sentimentos nobres, conhecer preceitos moraes que devem ser observados numa sociedade futura, melhor que a atual.

A educação física, os preceitos higiênicos para a conservação da saúde; o desenvolvimento intelectual para alargar as concepções e os ideais (...) esse, deve ser o ideal da educação nova.

(...) Essa ou aquela religião não pode monopolizar a Verdade: é dentro de nós mesmos que a Verdade mora, porque é una, indivisível, imutável como a essência íntima do nosso eu.(...)

É a vida que educa (...)" (grifos dela) (idem)

A condição feminina foi tema de reflexão contínua de Maria Lacerda, preocupada com a libertação da mulher da sujeição em que se encontra na sociedade burguesa e masculina. Ela prega a luta pelos seus direitos, a necessidade da instrução, da educação sexual aos jovens, a liberdade de amar, a maternidade "livre e consciente" e a independência da mulher em relação à imposição social do casamento. Crítica ferrenha das relações de dominação que se estabelecem entre homens e mulheres, pretendia conscientizar as mulheres de sua situação opressiva e mostrar-lhes a possibilidade de uma participação social efetiva:

"Até aqui, temos vivido a civilização uni-sexual, a mulher não passou de espectador no cenário da vida."

afirma em HAN RYNER E O AMOR PLURAL. (p. 34) Embora tentem libertar-se da dominação machista, as mulheres têm de enfrentar a oposição masculina dos que não querem perder seus privilégios:

"E o homem continua a querer entravar-lhe os movimentos e, portanto, a cercear-lhe o progresso. A mulher só tem direito de sair, de se locomover se vai trabalhar, ganhar dinheiro.

Continua dando conta ao homem de todos os seus passos e até do seu salário. É outra espécie de exploração.

É o castigo em família..." (p. 35)

Também para ela a questão da degradação das relações familiares só pode ser resolvido socialmente: apenas numa nova organização da sociedade, em que homens e mulheres tenham os mesmos direitos e as mesmas oportunidades, suas diferenças poderão ser respeitadas. Também outros problemas sociais como a miséria, o alcoolismo, a tuberculose, a sífilis, a prostituição, a exploração da mulher e da criança, "a exploração do fraco pelo forte, a voragem açambarcadora de tantas vidas na oficina, nos cortiços, na penúria, - tudo, tudo nasce do atual regime social cuja máxima se resume nestas palavras: - Se eu não arrancar os olhos do próximo, ele arrancará os meus." (A Mulher é uma Degenerada?, p. 257)

Mas a transformação radical das relações sociais, em sua opinião, não deve passar pela ditadura do partido político: posição que a aproxima totalmente dos anarquistas:

"A política de partidos é sinônimo de farça, astúcia, ambição pessoal, de hipocrisia, de preconceitos." (idem, p. 177)

As relações sociais, tanto na esfera da produção quanto no interior da família, ou na escola, ou em outros espaços de socialidade, não podem ser organizadas pelo partido político, mesmo que este se considere representante dos interesses do proletariado: é o caso, por exemplo, do amor impossível segundo ela de ser "organizado".

Em trabalho recente, Miriam Moreira Leite procura desvendar os Caminhos de Maria Lacerda de Moura, cujo pioneirismo em sua opinião "se deu basicamente na área de Estudos sobre a Condição Feminina."(60) Também em seu parecer, Maria Lacerda não poderia ser considerada como uma anarquista propriamente dita, ou como comunista ou socialista, no sentido de afiliação política. Na verdade, se esta escritora mineira em muito se a-

proxima dos libertários, ao negar qualquer vínculo com o partido político, ou nas críticas que endereça ao governo e ao clero, ou ainda na defesa de uma nova moral, do amor livre, da libertação da mulher, ela mesma nega qualquer rotulação política, considerando-se uma pensadora independente.

Ousada e combativa, Maria Lacerda (1887-1945) foi professora da Escola Normal de Barbacena, em Minas Gerais, transferindo-se posteriormente para São Paulo, onde convive com grupos anarquistas, feministas e culturais. Em 1921, funda a Federação Internacional da Mulher; em 1923, dirige a revista Renasça, de "arte e pensamento" e muda em 1928 para Guararema, onde procura participar de uma comunidade agrícola. Neste período, escreve grande parte de sua obra, abordando temas como a condição da mulher, a moral sexual, a educação, o ataque ao clero e ao totalitarismo.

Feminista, desde 1918 sente-se atraída pelo movimento associativo das mulheres existente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Defende os direitos da mulher, analisa sua situação de sujeição na sociedade burguesa e critica violentamente o machismo tanto do homem quanto das mulheres, combate o conformismo e a passividade que se lhes impõem, assim como sua redução ao papel de reprodução, em HAN RYNER E O AMOR PLURAL, de 1928; AMAI E ...NÃO VOS MULTIPLIQUEIS, de 1932; A MULHER É UMA DEGENERADA?, de 1924, e em muitos outros artigos.

Pacifista e anti-clerical, ataca ferozmente o clero, responsável pela difusão de uma série de preconceitos que inibem a libertação individual e que ensina aos oprimidos o servilismo, a obediência e a resignação. CLERO E FASCISMO - Horda de Embrutecedores, publicado em 1934, investe contra a igreja e contra o Estado totalitário e belicoso. No ano anterior, escreve SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO PARA A MULHER? RECUSO-ME: DENUNCIO.

Ligada aos ensinamentos pedagógicos de Ferrer, Maria Lacerda atribui papel fundamental à educação racional como instrumento de emancipação individual e social. Em 1934, publica FERRER, O CLERO ROMANO E A EDUCAÇÃO LAICA. Depois de 1930, as

preocupações místicas, com astrologia e ciências ocultas assumem cada vez maior dimensão em sua vida, afastando-se progressivamente dos temas políticos, educacionais e sociais.

* * * *

Se nos atermos ao ideal feminino defendido em vários artigos anarquistas principalmente escritos por mulheres como as já citadas, percebemos a negação da figura da mulher enquanto "rainha do lar", destinada exclusivamente à função de procriação. Por outro lado, não se trata de defender a feminista ultra-radical: a proposta da nova mulher de Josefina S. Bertacchi aponta para uma solução de equilíbrio. Em "O que deveria ser a mulher", ela explicita sua concepção de feminilidade:

"Entre a feminista ultra, forma hídrica, sexual e a massaia no sentido romano da palavra: "Stetti in casa e filò lana", existe o justo meio: a verdadeira mulher. A mulher, nem patroa, nem femina, nem angelica, nem asséptica nem messalina; mas a mulher amante e amada, que, recebendo no seu seio o novo germen, maturando-o na dor, consagrando-o com o seu sangue, dá à humanidade o milagre da vida para ele, nela e com ela, eternamente se renovando até ao infinito.

Deixemos as longas e inúteis discussões se a mulher é igual ou mais ou menos inteligente do que o homem. A mulher não é homem porque é mulher; e o outro não é mulher porque é homem.(...)

Se de um lado nós condenamos a feminista ultra (...) doutro lado não queremos tão pouco a mulher máquina, a mulher besta de carga, a chamada governadeira." (A TERRA LIVRE, 15/6/1910)

O ideal feminino que aparece nos textos anarquistas é delineado difusamente: não se pretende construir um modelo acabado evidentemente. De qualquer forma, fica patente a crítica ao modelo burguês da esposa-mãe-dona-de-casa, vigilante, tra

balhadora, assexuada e ordeira, como defendiam os médicos e filantropos do começo do século. Critica-se mesmo a exigência que se faz do trabalho excessivo da mulher neste modelo feminino burguês, que contraditoriamente lhe atribui características de indolência, passividade, inércia:

"Qual foi até hoje a noiva ideal ou a admirável mãe de família nas classes pobres e média? Aquela que sabe fazer tudo, que trabalha sem tréguas, e que por conseguinte (...) acaba com a própria saúde e envelhece antes do tempo",

já que não se diverte e que não tem tempo para si própria. Imagina-se então a possibilidade do crescimento pessoal da mulher, livre da prisão dos afazeres domésticos ou da extensa jornada de trabalho fora de casa:

"Com a subdivisão social do trabalho, pelo contrário, satisfeita a tarefa que lhe compete como costureira, tecedeira, lavadeira, cozinheira e educadora, artista ou talvez médica, (...) poderá depois dispor a seu bel prazer das horas livres, quer dedicando-se ao estudo ou a exercícios artísticos, quer gozando as diversões a todos proporcionados pela vida social." (A TERRA LIVRE, 15/6/1910)

A discussão sobre a necessidade da emancipação da mulher remete evidentemente à recusa do casamento monogâmico, da imposição dos cônjuges e leva à proposta de uma nova forma de relacionamento afetivo.

A Moral Sexual

AMOR LIVRE

I

*"Virgens: erguei o olhar que as sombras do convento
Acostumou a andar cerrado para a luz.
Deixai um instante só os êxtasis de cruz,*

e enchei-vos deste sol que brilha turbulento.

(...)

*Vinde gozar a vida em toda a plenitude
e não fareis assim a vossa juventude
com sonhos infantis duma banal pureza.*

II

*A virgindade é quase um crime. Cada seio
deve florir num ser tal como a terra em flores.
Vencei o preconceito e os falsos pudores
em que vos abismais num subitaneio enleio.
(...)*

*Como na antiga Grécia esteta, redivisa,
ô virgens, desnudai a vossa carne altiva
e fecundai, apôs, num sopro de energia.*

*E vós, homens do amor e vós que a desejaes,
Arrancae-lhes da frente as coroas virginais,
beijai-as livremente à grande luz do dia."*

C. Leite (A PLEBE, 21/10/1917)

Em um de seus livros, Maria Lacerda de Moura revela que o tema do amor livre "é hoje muito discutido e necessário nas rodas de intelectuais e proletários." (61) Afirmação intrigante para nós que acreditamos que esta questão fosse colocada recentemente. A crítica à virgindade, exigência "ridícula para o homem" e "profundamente humilhante para a mulher" segundo esta mesma autora, remete efetivamente à negação do casamento como relação monogâmica eterna, legitimada pelo clero e pelo Estado. Os libertários questionam a institucionalização das relações afetivas e a forma pela qual as relações sexuais se manifestam numa sociedade autoritária e repressiva de ponta a ponta. Por que esta necessidade obsessiva de enquadramento dos comportamentos sexuais principalmente, em rótulos prontos, acabados, aceitáveis ou condenáveis, perguntam. A despeito de toda acusação atual de moralismo dos anarquistas não se pode deixar de considerar avançadas suas propostas de relacionamento afetivo entre homens e mulheres.

Somente é válida uma união conjugal que se estabele-

ça livremente, independente dos interesses econômicos ou das obrigações sociais. Vários artigos publicados na imprensa anarquista discutem a questão do amor livre, procurando diferenciá-la de uma valoração burguesa. Vejamos:

"Amor livre, não é, como alguns pretendem e outros julgam, as relações sexuais havidas de momento em praça pública, ou num andar registrado sob um número de polícia. (...)

Amor livre é o mais belo sentimento de assimilação da vontade e do pensamento que se reúne em dois indivíduos de sexo diferente. É um todo formado pelo homem e pela mulher que se completam, que buscam a vida em comum, sem dependências de códigos ou leis que determinem as suas funções, juntando-os por simples convenção social.

Vivem juntos porque se querem, se estimam no mais puro, belo e desinteressado sentimento de amor; vivem juntos porque é essa a sua vontade e não estão ligados por determinação alheia nem por interesses que a um digam respeito. (...) Amor livre é a plena liberdade de amar e não a forma hipócrita do casamento em que o homem e a mulher ligados indissolavelmente pelo casamento civil ou religioso são obrigados pelo preconceito a suportarem-se pelo enjoo, (...)"

Antonio Altavila

(A VOZ DO TRABALHADOR, 1/2/1915)

Oreste Ristori, também preocupado em desfazer qualquer identificação entre amor livre e prostituição, comum na representação imaginária do sexo na sociedade burguesa, afirma que "Amor Livre e Livre União" não devem ser tomados como sinônimos, um podendo existir sem o outro:

"pois que enquanto a primeira - livre amor - se limita a indicar a condição de um sentimento, a outra - união livre - define a condição dum fato. (...) Assim como, por exemplo, temos a união li-

vre, sem amor livre, no fato de dois seres conviverem um com o outro por um tempo determinado ou indeterminado, sem contrato matrimonial e sem outro fim a não ser o interesse recíproco mais ou menos mascarado com o verniz do amor, assim temos, e muitas vezes, o amor livre sem livre união, na plena correspondência de afetos entre dois seres de sexo diverso, que se amam com toda a força de sua paixão (...) mas que, ou por intercessão de terceiros ou por um prejuízo moral acabam por se unir com o contrato legal ou religioso. (...)

O amor livre não significa a apropriação comum da mulher, mas quer dizer: a liberdade ilimitada para a mulher, como para o homem, de amar quem quiser, a liberdade de concentrar sobre uma pessoa, antes que sobre outra, todos os afetos. Quer dizer noutros termos: subtrair-se à terrível tirania dos pais, dos parentes e dos seus substitutos, que querem impor-lhe um marido do gosto deles, para amar livremente o objeto dos seus sonhos." (A TERRA LIVRE, 2/4/1907)

Na sociedade burguesa, as relações afetivas entre o homem e a mulher são falsas e imorais porque se fundam em interesses econômicos e consagram uma situação de dominação: a mulher se torna escrava do homem, a quem deve obedecer servilmente. Isto por sua vez significa sua total anulação social, refletindo a hipocrisia das relações sociais desta sociedade.

"O matrimônio apenas serve para abreviar a duração do amor, tornar odiosa a união. No lar, a mulher é a escrava, o homem é o senhor; este tem o direito de mandar, aquela o direito de...obedecer (...)

Como pode existir o amor entre uma escrava e um senhor? (...) Por isso se diz: o casamento é a morte do amor..." (O AMIGO DO POVO, 2/8/1902)

Tibi continua suas reflexões mostrando que a organização fami-

liar que se forma a partir do casamento monogâmico legal gera seu oposto: a prostituição. Aliás, pergunta, no casamento ou na prostituição, o amor não é objeto de um comércio?

"Ao menos, a prostituta não precisa fingir. Todos sabem que o seu amor é vendido, a ninguém engana."

Finalmente, conclui incitando as mulheres a revoltarem-se contra os papéis humilhantes que devem representar, já que não podem esperar que sua emancipação seja fruto da providência divina:

"A emancipação da mulher há de ser obra dela própria." (idem)

Embora acreditem na possibilidade da constituição de uma nova família na sociedade anárquica, como os marxistas, os libertários não se aprofundam no exame da natureza do laço conjugal futuro. No regime capitalista, a família se funda sobre relações de interesse e pretende manter unidas pessoas cujos interesses são divergentes, cujas ligações são artificiais, que se ofendem, que se violentam, ou que se odeiam, pois umas oprimem as outras. Trata-se portanto de desmistificar os dois pilares de sustentação da ordem burguesa: tanto o contrato de trabalho quanto o contrato de casamento. Ao contrário, no "comunismo anárquico" a base única da família é o amor e não uma relação mercantil: livres de preocupações econômicas, seus membros se respeitam e se aproximam por amizade. Se acaso estas relações se alterarem e tornarem-se insuportáveis, dissolve-se a família e a comunidade ampara seus filhos. Não a nada a temer. (A PLEBE, 12/10/1919) Condenando o casamento indissolúvel, portanto, os anarquistas defendem o divórcio, que ao contrário do que se afirma, não virá trazer a discórdia no interior da família, mas

"oferecer um abrigo seguro, um porto de salvação àqueles para os quais não mais sorria na terra a esperança de um clarão de ventura. (...)

O divórcio não facultará a separação completa

dos casais, senão em casos perfeitamente definidos e quando a separação dos cônjuges redundar em felicidade relativa para ambos.(...)" (A LANTERNA, 10/8/1912

O divórcio é uma necessidade fundamental numa sociedade que não sabe amar, que não tem tempo para isto, que consome as energias dos indivíduos explorando-os até os limites de suas forças. Preocupadas com a sobrevivência material, como podem as pessoas neste sistema social relacionarem-se de outro modo que não competitiva e autoritariamente, ameaçadas o tempo todo de perderem seu ganha-pão, humilhadas pelos dominantes, ou nas classes privilegiadas, lutando para se auto-afirmarem continuamente? Quem tem "O Direito de Amar"?, pergunta A. Vizzotto, no artigo que A PLEBE, de 18/7/1917, publica:

"Quando o proletário, (...) após uma jornada de 10 a 12 horas de trabalho, volta exausto de forças para sua casa, poderá, se é só e quer uma família, procurar tranquila e serenamente aquela que terá de ser a sua companheira (...)? Terá tempo, vontade, disposição para orientar-lhe o caráter, conhecer-lhe os sentimentos e as aspirações? Terá, ao menos, força para exprimir-lhe o seu carinho?

A resposta tem de ser forçosamente negativa.(...) Mas não é só. Existe uma infinidade de preceitos, de mentiras convencionais. Pois bem. Para vos unir-vos ao ente que vos é caro, para fazerdes dele a vossa companheira e amiga não basta que o ameis com toda a força, (...) é preciso, é indispensável, sob pena de terríveis anátemas, que legalissem a vossa união, comparando diante de um indivíduo para vós estranho, que nada se incomoda com a nossa vida e que deverá pronunciar as palavras sacramentais por meio das quais se entra no rol das honestas pessoas casadas.(...)"

Portanto, o amor entre duas pessoas deve ser livre, porque não comporta regras, não pode ser enquadrado nas formas

já definidas pelo imaginário social, deve fluir sem imposições. A liberdade de amar, explica Maria Lacerda, refere-se à liberdade interior de cada um "aprender a amar", sem regras, livremente, sem qualquer interferência externa sobre as opções individuais, sem imposições sociais ou ainda sem a orientação do partido:

"(...) sonhar com o domínio de um partido ou de uma ideologia para todo o orbe e 'organizar' o amor segundo os interesses desse partido ou dessa classe ou ideologia - é sufocar a liberdade, desprezar as experiências do passado(...)". (62)

Maria Lacerda diverge de Alexandra Kollontai, membro da Oposição Operária do Partido Bolchevique, em relação ao enquadramento do amor pela moral proletária:

"Porque Kollontai acha que 'o amor não é questão privada', logo, para ela, que está dentro do 'partido', o amor deve ser 'organizado', de acordo com os interesses desse partido." (63)

Ora, diz ela, quando se esquece do partido Kollontai afirma coisas muito interessantes, mas o amor deve ser livre e plural, isto é, não institucionalizado. Não se trata, evidentemente, da "cooperativa amorosa sujeita à lei da oferta e da procura", como a ideologia burguesa quer fazer crer, mas da possibilidade de se criarem novas formas efetivas de relacionamento:

"Deixem o amor livre, absolutamente livre. Homens e mulheres encontrarão, nas leis biológicas e nas necessidades afetivas e espirituais, o seu caminho, a sua verdade e a sua vida... A solução só pode ser individual. Cada qual ama como pode..." (64)

O casamento monogâmico, afirma Maria Lacerda, produz "anomalias sexuais", porque nele os dois sexos estão em absoluta desigualdade de direitos: é impossível o amor entre pessoas que se oprimem, que tem medo de perderem-se, que vivem uma relação de dependência e de posse: o amor-plural, o amor-camara

dagem, que é o oposto do amor exclusivista e possessivo que conhecemos, libertará a mulher e o homem, acabará com a exploração feminina, com o infanticídio, com as figuras humilhantes criadas pela representação burguesa dos papéis atribuídos à mulher, a exemplo da "solteirona" e da prostituta. A mulher poderá então unir-se a quem amar e ser mãe quando quiser:

"Por que são divinizar a Maternidade dentro do casamento legal? (...) Aceitar um senhor imposto pela religião, pela lei ou pelas conveniências é que é imoralidade." (65)

Apesar da radicalidade e da novidade de suas posições, a crítica libertária desta pensadora mineira à organização burguesa das relações sociais esbarra com os limites da assimilação de idéias que dominavam o pensamento cultural do momento: é o caso da idéia de eugenia, do aperfeiçoamento da raça, da influência do positivismo e do evolucionismo em seus escritos e ao mesmo tempo, a explicitação de uma postura moralista diante de certos temas como a condenação dos "tangos e (...) da fanfarra louca do Jazz-Band infernal - meio seguro de abafar vozes interiores." (66) No entanto, diante da prostituição, Maria Lacerda se sente indignada com a marginalização e com a infantilização de mulheres a quem se qualifica como "perdidas", como "a peste das pestes", (67) refletindo uma posição muito próxima dos anarquistas. Para estes, o fenômeno da prostituição é visto como mal necessário observável em todo tipo de sociedade desde os tempos antigos. No sistema capitalista, a sobrevivência da família burguesa, forma de prostituição não-oficial pois fundada a partir de um contrato comercial, exige o funcionamento deste comércio sexual ignóbil. As jovens privilegiadas não podem participar da iniciação de seus namorados, enquanto que uma série de interdições sexuais recaem sobre a casada. Além do que, muitas vezes, a mulher se casa com um homem escolhido pelos pais e não por ela própria.

Fundamentalmente, a prostituição é denunciada no discurso anarquista em relação à dominação de classe: o burguês é um sedutor que explora operárias inocentes; a fábrica é um antro da perdição e a miséria financeira leva as mulheres pobres

a venderem o próprio corpo para garantirem o sustento da família. A origem do problema é essencialmente econômica:

"Sabemos, e temos consciência de estar com a verdade, que a mulher de nossa época que recorre à vida ignominiosa e anti-natural da prostituição, a ela foi levada principalmente por motivos econômicos." (A PLEBE, 19/1/1935)

Nisto, o discurso anarquista segue um caminho diametralmente oposto ao burguês, que apresenta o estado de prostituição como antinômico ao de trabalho. A prostituta trabalha, se cansa, é usada e explorada tanto quanto a operária. Por isso ela não deve ser desprezada nem marginalizada, dizem os libertários, já que é mais uma vítima da exploração do capital. Basta observar a origem social de grande parte das mulheres públicas para se dar conta de que o proletariado fornece o contingente principal. O burguês sedutor, eternamente insatisfeito, vai buscar a satisfação de seus caprichos libidinosos nas jovens de classe social inferior, iludidas com promessas de luxo, de ascensão ou de conforto, e não entre as mulheres de sua própria classe, embora isto também possa ocorrer.

Ao contrário do que dizem os médicos burgueses, a "vocação para a prostituição" não nasce de um instinto natural, mas provém de um problema econômico. A imprensa libertária se insurge contra a teoria da prostituta-nata e, nesse sentido, são os únicos a reintegrarem a puta na sociedade. Os médicos e os sociólogos, "esses falsos homens de ciência que folheiam os livros e reviram bibliotecas, com o intuito de, por todos os meios, mesmo os mais repugnantes fazerem a defesa do atual regime", afirma A PLEBE (19/1/1935), querem explicar a existência da prostituição por outros motivos que não os econômicos:

"Esses médicos e sociólogos que sempre viveram confortavelmente, vão descobrir em todas as prostitutas supostas taras hereditárias no sistema nervoso, ou então, pronunciada preguiça e incapacidade para a luta (...). Dessas supostas taras hereditárias (...) eles, os "homens de ciência", procuram fazer todo o fundamento da prostituição."

Na verdade, dizem os anarquistas, o saber burguês não pode explicar devidamente o problema prostitucional porque teria de fazer a crítica do sistema capitalista, do governo e da família burguesa, teria de encarar a questão social e econômica e desejar sua superação:

"Tocar, também nos motivos verdadeiros da prostituição, seria mostrar uma das calamidades do atual sistema capitalista, e, assim desprestigiar um pouco a tão celebrada organização econômica-política em que nos encontramos."

A eliminação da prostituição, portanto, só poderá ocorrer com a revolução social e a mudança radical das estruturas econômicas, com o fim do Estado e sobretudo com a reversão da moral burguesa:

"Querendo como queremos, o desaparecimento da prostituição, devemos lutar por uma nova sociedade em que o homem e a mulher estejam em pé de igualdade para a luta." (idem)

Na nova ordem social, a mulher terá condições de decidir livremente a sua sorte, independente tanto do marido que sustenta a casa quanto do sedutor que a obriga a frequentar bordéis. Então existirá uma nova moral, elaborada para os homens e para as mulheres que determinará uma nova forma de comportamento entre os sexos. Ambos se aproximarão naturalmente, impedidos por uma simpatia e atração mútuos e não pela imposição da miséria ou das frustrações inerentes ao casamento burguês. A prostituição deixará de ser necessária:

"A nova economia e a nova moral (esta consequência daquela) darão um golpe de morte naquela calamidade social tão antiga." (idem)

O "direito ao prazer" que os libertários reivindicam para as mulheres e para os homens só poderá ser concretizado na nova sociedade, onde todos estarão livres da sujeição às necessidades materiais imediatas e também dos preconceitos e fanatismos impostos pela religião. Os jovens não precisarão bus-

car as prostitutas para se iniciarem na vida sexual, nem as moças manterem-se virgens até o dia do casamento:

"A virgindade é quase um crime. Cada seio deve florir num ser tal como a terra em flores".

Muitas vezes, os anarquistas têm sido qualificados de moralistas e acusados de não terem praticado o amor livre que tanto exaltaram e de condenarem práticas como dança, carnaval, fumo, bebida, como veremos no próximo item. Na verdade, uma certa moralização da classe operária se evidencia no discurso libertário: o vício é incarnado pelo burguês, o patrão é censurado por só pensar nos prazeres materiais. Ele é apresentado como um "bon vivant", cercado de luxo e refestelando-se em orgias, "don juan" infatigável, enquanto que o operário honesto e sem defeitos trabalha ininterruptamente. Ao mesmo tempo, uma certa defesa dos padrões familiares e do modelo sexual burguês pode ser percebido no discurso anarquista: em alguns momentos, a luta contra a prostituição se move em defesa da moralidade de uma família operária cujos valores se assemelham em vários aspectos àqueles que fundam a família burguesa: castidade pré-conjugal, fidelidade, exaltação da maternidade. Como pensar esta ambigüidade?

As Práticas Condenáveis

Já se tornou conhecida a crítica ao moralismo dos anarquistas quando condenam o carnaval, o baile, o álcool, o fumo e até mesmo o futebol como vícios, sinais da degeneração da sociedade burguesa. De fato, uma certa assimilação das representações burguesas do bar, do sexo, do alcoolismo ou do fumo, pode ser constatada no discurso libertário, que revela a nítida intenção pedagógica de controlar as formas de lazer do proletariado. Por outro lado, é insuficiente constatar a contradição que permeia este discurso que, ao mesmo tempo em que prega o amor livre e o direito do prazer para homens e mulheres, condena a dança, o bar, a bebida ou o esporte. Talvez se possa enumerar por uma outra direção e perguntar sobre os objetivos e

os adversários visados pela doutrina anarquista. O que dizer sobre as necessidades que estavam por trás destas censuras?

Examinemos num primeiro momento que tipos de práticas os libertários reprimem e sob que justificativas. Em princípio, todas as formas de organização do lazer promovidas pelas classes dominantes, do baile ao futebol, são censuradas como práticas imorais que visam enfraquecer e entorpecer a classe operária, desviando-a do cumprimento de sua função histórica revolucionária. O carnaval é associado à idéia de degradação do indivíduo, é visto como ato de imoralidade, representando o momento em que o trabalhador perde a sua dignidade, abandona a família, gasta suas energias e seu salário em atividades inúteis e nocivas. A VOZ DO TRABALHADOR, de 15/2/1914, ilustra esta concepção:

"ABAIXO O CARNAVAL"

"(...) O que é o carnaval? Uma tradição popular das mais tolas que por toda a parte existem. (...) Quantos operários perdem seus empregos, deixam os lares sem pão, entes que lhes são caros, enfermos, atirados, despresados, sobre o leito quando adoecem, e morrem, vitimados pela sua própria culpa, perdendo noites de sono, ingerindo refrescos gelados, tendo o corpo a suar por todos os poros, caminhando horas inteiras, sob um sol causticante, rufando caixas, tocando bombos, empunhando estandartes (...)

O carnaval é uma imoralidade!

Todo homem que se preza não põe máscara no rosto, não veste trajés caricatos, não aplaude este ou aquele club, (...)"

A TERRA LIVRE, de 1/3/1910, complementa veementemente:

"Pois bem, do carnaval uma só coisa resta: o palpamento de nádegas e de peitos... e de outras coisas belas.

*Resta a conquista do macho, a da fêmea, o exci-
tamento forçado dos sentidos e os consequentes chi-
fres para os maridos que, todos contentes, levam
as mulheres para o meio das correrias e do aperto,
provocado intencionalmente por todos os rapazotes,
que esperam o carnaval para buscarem aventuras e
arranjarem um belo pedaço de mulherzinha alheia
(...)"*

A mesma imagem do trabalhador que abandona o aconchego do lar em troca do bar, deixando seus filhos doentes e famintos chorando, enquanto a mulher se desespera e a filha se prostitui, tal como aparece nos romances naturalistas do século XIX, a exemplo do Germinal de Émile Zola, é sugerida no discurso anarquista ao criticar o bar:

"PELAS FÁBRICAS"

*"É vergonhoso para homens que vivem neste século fazer levantar às 5 horas da manhã, seus filhos com 6 ou 7 anos de idade, para os meter na fábrica ganhando 500 réis nas 10 longas horas do dia, em um trabalho penosíssimo para a sua tenra idade,
(...)"*

*Direis vós que não pode ser de outra forma porque o ordenado que vos pagam não chega para sustentar a família; mas refletindo um pouco vereis que as poucas horas de descanso que tendes, se em lugar de as passar na taverna ou em outros antros do vício, se as passásseis nas associações discutindo e trocando idéias uns com os outros sobre os assuntos que vos interessam mais de perto, ou nas bibliotecas lendo os livros dos grandes escritores, chegareis à conclusão de que é melhor, mais digno, mais humano exigir do patrão um ordenado suficiente para sustentar a família do que trabalharem mulher e filhos para o próprio sustento
(...)" (grifos meus - L.M.R.)*

Albino Moreira"

(A VOZ DO TRABALHADOR, 19/3/1913)

Recrimina-se o operário que ao invés de lutar pelos interesses de sua classe, aliena-se nos antros do vício que são os bares, bebendo, jogando, fumando, desperdiçando tanto seu dinheiro quanto suas energias, enfim fazendo exatamente o jogo do inimigo. O trabalhador politizado é aquele que se mantém lúcido, consciente da guerra cotidiana que se trava entre as classes, que acumula energias para empregá-las no momento certo, e que, portanto, sabe quão importante é reforçar os laços de solidariedade que o une aos seus familiares e a seus companheiros de luta. A taberna deve ser evitada porque é um espaço privilegiado da alienação política, lugar onde se contraem os grandes vícios e se perdem as grandes idéias. É interessante observar que exatamente pelo motivo oposto o bar é condenado no discurso burguês, ou seja, porque é o lugar da germinação e da propagação de idéias subversivas, entre outros vícios.

A TERRA LIVRE, de 23/10/1906, publica um artigo endereçado "Aos Jovens":

"A vós que só pensais em vos divertir, que para nada vos ocupais da vida social, que, ao sair da oficina, correis à taberna ou ao lupanar, a vós me dirijo, como muitos outros tem feito pedindo-vos que sejais verdadeiros, que deixeis de ser bestas como tendes sido, embora penseis o contrário, que estudeis, trocando a venda e o lupanar pelo centro de estudos, alcançando a dignidade e a força de ser pensante e consciente dos seus direitos e do seu valor.

Para bem de todos, é preciso que abandoneis essa vida inútil e venenosa que levais, em que deixais sem combustível o cérebro e vos fazeis um mal recíproco, permitindo ao mesmo tempo que o burguês, a quem tirais submissos o chapéu se sirva de vossa abjeção e inconsciência para oprimir e explorar tranquilamente os trabalhadores. Vós que estais prontos a usar uma arma contra um companheiro pelo mais leve motivo, mostrais para com o patrão uma humildade, que contrasta violentamente

com a vossa arrogância habitual com os outros.

Essa energia, que tão mal empregais, usai-a no estudo e na defesa de vossos direitos e da vossa classe para vosso bem e para bem de vossos filhos, para que estes não maldigam os pais. Entrai nobom caminho e marchemos todos à conquista do bem-estar e da paz social."

José Postigo

O centro de estudos versus o bar ou o bordel; o estudo, a conscientização versus os prazeres da bebida, do sexo, do fumo; a razão versus os sentidos; o espaço ventilado, arejado e higiênico versus o salão abafado, escuro, aglomerado de corpos. Além do que, a taberna é o lugar onde o operário aprenderá a beber, se tornará um alcoôlatra e será perdido para a revolução social. Dupla arma dos capitalistas, o álcool deve ser combatido: aqueles interessa o aumento de seu consumo pela classe operária, tanto economicamente quanto por mantê-la num estado de ignorância e de alienação política. Assim, o álcool é condenado no discurso anarquista como flagelo das classes trabalhadoras porque degrada o operário, transforma-o num ser embrutecido, arrasta-o para o submundo, entorpece seu raciocínio, retira-lhe as forças, a perspectiva e a iniciativa para a luta de emancipação social. O AMIGO DO POVO, de 22/11/1903, publica sob o título de

"ÁLCOOL E TABACO"

"No alcoolismo e no tabaco, nós vemos, primeiro do que tudo efeitos da organização capitalista, dos preconceitos autoritários que combatemos. Entretanto, estes efeitos (especialmente o alcoolismo) são por sua vez causas: contribuem para a manutenção da mesma organização que os produziu. Tu do se liga e encadeia.(...) Nós precisamos de homens de forte vontade. Ora, o alcoolismo, por exemplo, aniquila a vontade e a energia, entenebrece a inteligência, entorpece os músculos.(...) Há vítimas cuja salvação é já impossível, são seres

inúteis e incapazes, estorvos que ficarão à margem, abandonados (...)"

Na medida em que condena a bebida e o fumo por enfraquecerem e corromperem física e moralmente o trabalhador, o discurso anarquista se aproxima do burguês, segundo o qual são necessários homens fortes e sadios para "construírem a riqueza da nação". Num e noutro, o bordel, o bar, a bebida, o fumo e o jogo são condenáveis porque destroem a saúde e o caráter do trabalhador: para os libertários, o operário aliena-se, despolitiza-se e degenera-se; para os dominantes, ele se perde como força produtiva e se corrompe porque adquire idéias e hábitos subversivos. Não existe no pensamento burguês uma linha divisória entre vícios morais e idéias políticas: ambas são nefastos para o espírito do trabalhador e para o crescimento da nação. Evidentemente, no discurso anarquista ou operário em geral, a causa do alcoolismo nos meios populares encontra-se no tipo de sociedade em que vivemos, onde a bebida, o fumo, o jogo surgem como válvulas de escape diante de um cotidiano massacrante. No discurso do poder, por seu lado, a questão remete à falta de cultura, de educação e de civilização dos pobres, ainda em estado selvagem ou pré-civilizado. Maria Lacerda de Moura realiza conferências condenando o alcoolismo entre as mulheres segundo A PLEBE de 27/1/1923, que conclui:

"Sabemos perfeitamente que esse terrível tóxico está avassalando o meio proletário e a razão principal deste fato não é outra senão a miserável condição econômica do proletariado."

O baile, por sua vez, é censurado como prática imoral, alienante e corrompida, pelas tentações que desperta ao aproximar os corpos de sexos diferentes:

"Na verdade, além de causadora da desgraça de tantas raparigas, a dança é também corruptora de numerosos rapazes..." (A PLEBE, 30/10/1917)

Os anarquistas concordam com a moral burguesa que condena a dança diante da ameaça que representa o contato físico

dos jovens e por alienar o trabalhador de sua missão histórica:

"Os modernos filósofos e moralistas, (...) condenam o baile, analisando todas as consequências que dele podem derivar em prejuízo de quem o pratica; e de fato não podemos desconhecer a degeneração que ele provoca entre as massas trabalhadoras, que, em vez de atender a coisas melhores para a sua emancipação, perdem-se em jantostismos de arlequim, capazes de as corromperem definitivamente, aniquilando-lhes o bom-senso." (A TERRA LIVRE, 5/2/1907)

"Quando começa o baile, assiste-se à cena mais repugnante deste mundo, capaz de nausear as próprias meretrizes. A orquestra entoa as primeiras notas para saltar, e todos aqueles espasmados manecos correm como loucos em busca da mais bem feita, para satisfazer a ânsia de a apertar nos braços, de lhe revelar - sob forma de amor - todo o seu desejo de posse, pois daquele (...) enlace libidinoso (...), daquelas côcegas, não pode resultar senão a excitação dos sentidos." (idem)

O baile, além de não ser instrutivo, porque não é "ginástico", é "só serve para manter os sentidos excitados", não é higiênico nem moral.

"É indiscutível que como este D. Juan são quase todos os sócios componentes dos tais círculos onde se desperdiçam à toa tão belas energias de jovens operários, energias que, empregadas em favor de sua emancipação econômica e moral, dariam bons resultados." (A TERRA LIVRE, 23/2/1907)

Até mesmo o futebol não escapa à crítica veemente dos anarquistas como prática degradante que embrutece o trabalhador e desperdiça suas energias que deveriam ser canalizadas na luta pela transformação revolucionária da sociedade, isto é, na militância política:

"Presentemente, a juventude está corrompida pe-

Los divertimentos mais prejudiciais ao organismo e à educação.

Uma infinidade de rapazes atira-se inconscientemente à dança e ao futebol, duas calamidades modernas que dizimam milhares de seres humanos. (...) O futebol atrai, igualmente, milhares de rapazes que se exercitam no funesto jogo com um selvagismo atroz." (A PLEBE, 30/10/1917)

Não obstante a frequência destes artigos na imprensa anarquista reprimindo estas práticas festivas, devemos lembrar que também eram comuns os anúncios ou comentários de festas libertárias incluindo bailes após as sessões de conferência ou de outra manifestação política. A título de ilustração, um cartaz de A PLEBE, 22/7/1922, convidava:

"GRANDE FESTIVAL PRÓ - A PLEBE"

"Organizado pelo Centro Libertário "Terra Livre" realizar-se-á no dia 12 de agosto às 20 horas, no Salão Celso Garcia, sito à rua do Carmo, 23. Este festival obedecerá ao seguinte

PROGRAMA

- I - 'A Internacional', pela orquestra;*
- II - Conferência;*
- III - Será levado à cena o belo drama histórico e social, em quatro atos: OS CONSPIRADORES*
- IV - Baile Familiar*

Nos intervalos haverá quermesse e venda de flores."

Boris Fausto registra a realização no teatro Andrea Maggi de uma festa do Círculo Educativo Libertário Germinal comemorando seu primeiro aniversário que encerra com um baile familiar. (p. 87/88) A PLEBE, de 22/5/1920, publica "AS VELADAS SOCIAIS DE SÁBADO", anunciando que as duas festas sociais realizadas no sábado nos bairros operários do Brás e do Bom Retiro haviam sido muito animadas:

"O salão da Federação Espanhola ficou repleto, a

gradando bastante as peças representadas, após as quais foi dado começo ao baile, que se prolongou pela madrugada."

O baile fora realizado pelo Centro Feminino Jovens Idealistas. O artigo prossegue elogiando o festival realizado no salão da rua da Graça em benefício deste jornal, e que termina com outro "animado baile".

Fica evidente a intenção pedagógica que permeia o discurso anarquista, preocupado em formar o militante político consciente, combativo, produtivo e disciplinado. Nessa medida, entende-se o moralismo desta doutrina que visa atingir um número cada vez maior de trabalhadores e trazê-los para a causa da revolução, fazê-los manter uma constância relativa na participação nos centros de estudo, na leitura dos jornais operários, nas discussões com seus companheiros e nas manifestações públicas. Uma maneira de viver, pode-se dizer, está comprometida com este discurso: não se trata apenas de introduzir uma série de interdições, impedindo que os operários joguem, dancem ou bebam nas horas de lazer, mas de interferir positivamente, fazendo com que se engajem politicamente e que abram mão de uma atividade em benefício de outras.

Além disto, pode estar em jogo uma questão mais profunda. A condenação veemente das atividades festivas, de bebedeiras, farras, frequências a bares e bordéis, fumo, nesta perspectiva, visaria menos à repressão e à vigilância efetivas, isto é, teriam menos uma função negativa do que visariam funcionar como mecanismo de auto-defesa e de proteção da classe trabalhadora frente à violência da dominação classista. Com outros tantos grupos políticos que se consideram representantes do proletariado, os anarquistas se vêem na obrigação de defender os representados contra a ação punitiva dos dominantes. Reprimir o alcoolismo, a embriaguez, o fumo, condenar o boteco e o bordel, significa proibir tudo o que possa dar margem ou pretexto para o poder atacar. O reforço da sanção moral poderia ser uma maneira de escapar da penalidade do Estado e da violenta repressão policial que recaíam sobre o trabalhador e os pobres em geral. (69) Além disso, esta tentativa de regula-

mentar a moralidade cotidiana da vida social seria uma maneira que os trabalhadores teriam de assegurar sua própria ordem e, deste modo, destruir a imagem operária fabricada pelo adversário, segundo a qual os elementos das classes sociais inferiores são seres pré-civilizados, irresponsáveis, de vida desregada e de hábitos perniciosos. O que por sua vez justificaria a mobilização de um enorme aparato policial e judicial repressivo. O que estaria em jogo na condenação das práticas referidas seria, então, a luta para desmistificar no plano do real a imagem imoral do trabalhador construída pelo discurso do poder e convencer a opinião pública de que o imigrante poderia comportar-se de acordo com a ética moral dominante, negando assim a necessidade do aparato policial constantemente mobilizado pelos patrões e pelo Estado para conter os impulsos populares. Ao anarquista perigoso, estrangeiro, subversivo, corruptor de menores, assassino, ladrão, promíscuo, viciado e grevista, que a lei Adolfo Gordo expulsou do país, contrapor-se-ia o operário produtivo, honesto, virtuoso, educado, comportado, disciplinado, cumpridor de seus deveres, mas consciente de seus direitos. Trata-se, portanto, de demarcar nitidamente as fronteiras que separam o vagabundo, o desordeiro, o imoral, de um lado e o trabalhador pobre, sério, produtivo, disciplinado e civilizado, de outro.

A condenação moral de certas práticas sociais visaria consequentemente garantir o controle sobre a organização do lazer operário, proteger o proletariado contra a violência do exercício da dominação burguesa, já conhecida, e formar o militante combativo, dedicado, laborioso, figura com a qual deveriam identificar-se os trabalhadores urbanos do período. A construção deste modelo normativo de comportamento militante refletiria como num espelho a imagem do trabalhador que, inúmeras vezes, aparece desenhado nas páginas do jornal operário: jovem, forte, saudável, símbolo do crescimento econômico e do progresso da nação, garantia da possibilidade do novo mundo, contra-imagem da projeção burguesa. A imagem do operário bêbado, sujo, fumante, libertino, decaído, imoral, selvagem e arruaceiro, o trabalhador sóbrio, sério e produtivo; a operária prostituta,

debochada, irresponsável, ameaçadora para os casamentos monogâmicos das classes privilegiadas, a trabalhadora esposa-dona-de-casa-mãe-de-família, austera e asseada. Ao jovens que levam "uma vida inútil e venenosa", os militantes estudiosos, combativos, enérgicos, higienizados. Em suma, a imagem do mundo operário confundido com o submundo da marginalidade e da criminalidade, contrapor-se-ia o mundo do trabalho e da luta, associado à noção de produtividade e de progresso.

NOTAS

- (1) Beguin, F. "Les Machineries Anglaises du Confort", Recherches: L'Haleine des Faubourgs, nº 29.
- (2) Basch, F. Les Femmes Victoriennes. Roman et Sociêté, Paris, Payot. 1979.
- (3) A questão também é discutida por Leite, Míriam M. Caminhos de Maria Lacerda de Moura, São Paulo, tese de doutoramento, 1983, mimeo, p. 50 e seguintes.
- (4) Maria Lacerda de Moura fala desta contradição da sociedade industrial: "Criticam a mulher médica, a advogada, a escritora, a concorrente afinal. Entretanto, a ordem moral da atualidade obriga a mulher a se empregar nas estradas de ferro, como carregadoras em docas, como construtoras, pedreiras, a trabalhar em fábrica de papéis pintados e na manipulação do mercúrio." A Mulher é uma Degenerada? Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1932, p. 90.
- (5) Saffioti, H. A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade, Petrópolis, Vozes, 1979, p. 215.
- (6) Saffioti, H. op. cit.; Pena, Maria Valéria J. Mulheres e Trabalhadoras. Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- (7) Reberlioux, Madeleine. "L'Ouvrière", in Misérable et Glorieuse. La Femme du XIX^e Siècle, Fayard, 1980.
- (8) Zeldin, Theodore. Histoire des Passions Françaises. I. Ambition et Amour, Paris, Seuil, 1980, p. 402.
- (9) Pena, M. Valéria J. op. cit.; Ribeiro, Maria Alice R. op. cit.; Saffiotti, H. op. cit.; Fausto, Boris. op.cit., etc.
- (10) Moura, Esmeralda B. Mulheres e Menores no Trabalho Industrial: os Fatores Sexo e Idade na Dinâmica do Capital, Rio de Janeiro, Vozes, 1982, p. 55.

- (11) Barros, Mônica L. O Anarquismo e as Mulheres Trabalhadoras, Campinas, dissertação de mestrado; Beiguelman, Paula. Os Companheiros de São Paulo, São Paulo, Ed. Símbolo, 1977.
- (12) Ribeiro, Maria Alice R. op. cit., p. 136.
- (13) Engels, F. op. cit., p. 190.
- (14) Idem, p. 193.
- (15) A respeito, vide Reberlioux, M. op. cit.; Scott, J. e Tilly, L. "Women's work and the Family in Nineteenth-Century Europe", in Comparative Studies in Society and History, jan. 1975, vol. 17, nº 1.
- (16) Citado em Fausto, Boris. op. cit., p. 116; ver Scott, J. e Tilly, L. op. cit., p. 64.
- (17) Documentos Parlamentares, Legislação Social, 1ª vol., p. 208, in Moura, E. op. cit., p. 132.
- (18) Beiguelman, Paula. op. cit., p. 23.
- (19) Idem, p. 29.
- (20) Idem, p. 30.
- (21) Rodrigues, E. Alvorada Operária, Rio de Janeiro, Ed. Mundo Livre, 1979, p. 217.
- (22) Fausto, B. op. cit., p. 194.
- (23) Idem, p. 197.
- (24) Mesquita, Eni. A Família Brasileira, São Paulo, Brasiliense, p. 69.
- (25) Moncorvo Filho, A. História de Proteção à Infância no Brasil, 1976, p. 60.
- (26) Araújo, J.A. Nabuco. Aleitamento Natural e Mercenário, tese de doutoramento, apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1883.

- (27) Amarante, João. "Cuidados com o Lactante Normal", A Folha Médica, 1/7/1927, p. 136.
- (28) Borba Jr., A. Azevedo. O Aleitamento Materno sob o Ponto de Vista Médico-Social, tese de doutoramento, 1913, p. 12.
- (29) Lima, Pitágoras B. O Aleitamento Mercenário e sua Fiscalização, tese de doutoramento, 1914, p. 52.
- (30) Idem, p. 52.
- (31) Moncorvo Filho, A. op. cit., p. 56.
- (32) Assunção, F. Vitorino. Garantia Sanitária da Prole, tese de doutoramento, Bahia, 1909, p. 35/36.
- (33) Era o que acontecia nos países decadentes como o Brasil, segundo a crítica de Godofredo Barnley e Rodolfo Teófilo. Nas sociedades perfeitas que imaginaram no começo do século, em São Paulo no Ano 2.000, escrito em 1909 ou em O Reino de Kiato, de 1922, respectivamente, ambos opunham à mulher vaidosa que se "masculiniza", ao penetrar nos espaços públicos assistindo às sessões científicas e literárias, "a mulher no lar, cuidando da educação dos filhos, da formação do caráter deles nos moldes da sã moral, da sua educação física." (p. 64) Esta prestava maior serviço à pátria cumprindo sua função natural do que "no parlamento ditando leis" pois "o exercício de profissões liberais está em completo desacordo com seu organismo". (p.64) in: Del Fiorentino, Teresinha A. Utopia e Realidade. O Brasil no Começo do Século XX, São Paulo, Ed. Cultrix, 1979.
- (34) Donzelot, J. A Polícia das Famílias, Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- (35) Borba Jr., A.A. O Aleitamento Materno sob o Ponto de Vista Médico-Social, tese de doutoramento, Bahia, 1913.
- (36) Badinter, E. op. cit.; veja-se também Shorter, E. Nais - sance de la Famille Moderne, Paris, Seuil, 1977, p. 238.

- (37) in Badinter, E. op. cit., p. 240.
- (38) Alain Corbin mostra como o pudor será a principal virtude feminina desde o século XIX: discrição no trajar, perfumes leves e delicados como o cheiro das flores, recato e delicadeza dos gestos. Ao contrário da meretriz, associada ao fruto proibido, a mulher-flor natural deveria conter os impulsos e sentimentos fortes, evitando todo sinal que pudesse sugerir a ameaça da animalidade e do desejo sexual, como faziam as prostitutas, sempre muito enfeitadas, pintadas e exalando perfumes extravagantes. Les Filles de Noce, Paris, Flammarion, 1982, p. 218.
- (39) Amarante, J. "A Atividade Mental da Criança e a Educação", A Folha Médica, 7/7/1927, p. 206.
- (40) Carl Degler mostra o esforço dos médicos ingleses para impor uma dessexualização à mulher, embora conhecessem nitidamente suas reações orgásticas. "What ought to be and what was: women's sexuality in the nineteenth century", in The American Historical Review, vol. 79, nº 5, dez. 1974.
- (41) Motta, Cândido. Prostituição, Polícia de Costumes. Lenicínio. Relatório apresentado ao Exmº Dr. Chefe de Polícia, São Paulo, 1897.
- (42) Parent-Duchâtelet, A. La Prostitution à Paris au XIX^e Siècle, Paris, Seuil, 1981, (org. A Corbin).
- (43) Vide ainda Borges, J.I. de Oliveira. A Regulamentação da Prostituição, tese de doutoramento, Rio de Janeiro, 1900.
- (44) Silva, Simões da. Fiscalização da Prostituição no Brasil em Favor da Infância, 1924.
- (45) Macedo, F. Ferraz. Da Prostituição, tese de doutorado, Rio de Janeiro, 1873.
- (46) Leme, J.B. O Problema Venéreo, 1926, p. 74.
- (47) Macedo, F. Ferraz. op. cit., p. 96.
- (48) Motta, Cândido. Classificação dos Criminosos, dissertação para concurso na Faculdade de Direito de São Paulo, São Paulo, 1897.

São Paulo, 1897.

- (49) Corbin, A. op. cit., p. 23.
- (50) "(...) as autoridades determinaram o fechamento de 56 casas de tolerância funcionando nas ruas: Almeida Lima, Aurora, Conselheiro Crispiniano, Couto Magalhães, Barão de Duprat, Glória, Guaianazês, Figueira, Anhangabaú, (...)" diante dos protestos da vizinhança" que exigia providências policiais". Fonseca, Guido. História da Prostituição em São Paulo, São Paulo, Ed. Resenha Universitária, 1982, p. 164.
- (51) Americano, Jorge. São Paulo Naquele Tempo (1895-1915), São Paulo, Ed. Saraiva, 1957, p. 141.
- (52) No ano de 1930, Jorge Americano registra o deslocamento da zona de meretrício da Rua Líbero Badarô para as ruas Ipiranga, Timbiras e Amador Bueno, em função do alargamento daquela. E prossegue: "Veio a moralizadora Revolução de 1930 e desalojou-as dali para as Ruas da Vitória, Gen Osório e Gusmões, vizinhas ao Gabinete de Investigação e Costumes. Não tardou muito que a polícia as desalojasse de novo, para uma zona demarcada, no Bom Retiro," op. cit., p. 45. Vide ainda Fonseca, Guido. op. cit., p. 154.
- (53) Macedo, F. Ferraz. op. cit.
- (54) Motta, Cândido. Prostituição, Polícia de Costumes. Lenocínio, op. cit., p. 8/9.
- (55) Penteado, Jacob. Memórias de um Postalista, São Paulo, Livraria Martins Ed., p. 56.
- (56) Corbin, A. op. cit., p. 322.
- (57) Goulart, Flávio. Profilaxia da Sífilis, tese de doutorado, Rio de Janeiro, 1922, p. 43.
- (58) Moura, Maria Lacerda. A Mulher é uma Degenerada?, op.cit., p. 62.

- (59) Moura, M.L. Revista Renascença, 1923, nº 2.
- (60) Leite, Miriam M. Caminhos de Maria Lacerda de Moura, São Paulo, tese de doutoramento, 1983, p. 44.
- (61) Moura, M. Lacerda. Religião do Amor e da Beleza, São Paulo, "Typ. Condor", 1926, p. 110.
- (62) Moura, M.L. Han Ryner e o Amor Plural, São Paulo, Ed. Unitas, 1932, p. 128.
- (63) Idem, p. 128.
- (64) Idem, p. 132.
- (65) Moura, M.L. Religião do Amor e da Beleza, op. cit., p.45 e 78.
- (66) Moura, M.L. A Mulher é uma Degenerada?, op. cit., p. 259.
- (67) Idem, p. 260.
- (68) O 2º COB (1913) aconselhava a todas as organizações operárias a promoção de "uma intensa, extensiva e ininterrupta campanha contra o alcoolismo", através de conferências, panfletos, cartazes propagandísticos, etc. Hall, M. e Pinheiro, P.S. op. cit., vol. I, p. 199.
- (69) Thompson, E.P. "Lucha de Clases sin clases?", in Tradição, Revuelta y Consciencia de Clase, Barcelona, Ed. Crítica, 1979. Neste excelente artigo, o autor mostra como a cultura dos dominantes pode ser reapropriada no interior das práticas dos trabalhadores. Para Thompson, o conceito de hegemonia está intimamente ligado à idéia de encenação e de teatro. Neste, a construção de um contra-teatro por parte dos dominados marca a possibilidade da imprevisibilidade da ação.
- Foucault, M. La Verdad y Las Formas Jurídicas, Barcelona, Edisa, 1980, 4ª Conferência.

III - A PRESERVAÇÃO DA INFÂNCIA

A APROPRIAÇÃO MÉDICA DA INFÂNCIA

"De hoje em diante ficais sabendo que a higiene é a parte da medicina que cuida da saúde de pessoas, estabelecendo as regras do modo de viver com cuidados imprescindíveis, sobre a habitação, a alimentação, o vestir, o dormir, a educação, etc."

Dr. Moncorvo Filho, 1901.

Na empresa de constituição da família nuclear moderna, higiênica e privativa, a redefinição do estatuto da criança pelo poder médico desempenhou um papel fundamental. De uma posição secundária e indiferenciada em relação ao mundo dos adultos, a criança foi paulatinamente separada e elevada à condição de figura central no interior da família, demandando um espaço próprio e atenção especial: tratamento e alimentação específicos, vestuário, brinquedos e horários especiais, cuidados fundamentados nos novos saberes racionais da pediatria, da puericultura, da pedagogia e, posteriormente, da psicologia.

Se até o final do século XVIII, a medicina não se interessava particularmente pela infância nem pelas mulheres, como afirmam Ariés e Donzelot, o século XIX assiste à ascensão da figura do "reizinho da família" e da "rainha do lar", cercados pelas lentes dos especialistas, deslumbrados diante do desconhecido universo infantil e do novo território incógnito e inexplorado da sexualidade feminina. (1)

A conquista deste novo domínio de saber, o objeto-infância, abriu as portas da casa para a interferência deste novo corpo de especialistas, os médicos-higienistas, no interior da família. Através de três eixos privilegiados de preocupação - a elevada taxa de mortalidade infantil, o problema do menor abandonado e a necessidade da figura do médico na medicalização da família, célula básica do corpo social desde o século XVIII -, o poder médico defendeu a higienização da cultura popular, isto é, a transformação dos hábitos cotidianos do

trabalhador e de sua família e a erradicação de crenças e de práticas consideradas primitivas, irracionais e nocivas. Sobretudo em relação aos cuidados com a criança e o recém-nascido, domínio até então reservado das mulheres, as práticas tradicionais transmitidas oralmente, sem a intervenção dos médicos, foram desautorizadas como supersticiosas, selvagens e infundadas. Assim, a criança foi percebida pelo olhar disciplinar, atento e intransigente, como elemento de integração, de socialização e de fixação indireta das famílias pobres e isto antes mesmo de afirmar-se como necessidade econômica e produtiva da nação. (2)

Constituindo a infância em objeto privilegiado da convergência de suas práticas, o poder médico procurou legitimar-se como tal, demonstrando para toda a sociedade a necessidade insubstituível de sua intervenção como orientadores das famílias e como conselheiros da ação governamental. O recorte e a circunscrição daquilo que se configurou como o tempo da infância e sua objetivação pela medicina atenderam, então, ao objetivo maior de legitimação das práticas de regulamentação e de controle da vida cotidiana. Os médicos procuraram apresentar-se como a autoridade mais competente para prescrever normas racionais de conduta e medidas preventivas, pessoais e coletivas, visando produzir a nova família e o futuro cidadão.

Philippe Ariès mostrou em seu estudo sobre a criança e a família que uma longa evolução entre os séculos XVII e XVIII assistiu ao nascimento do "sentimento da infância", acoplado ao moderno sentimento da família e ao de classe. A criança, cuja experiência de vida se inscrevia no mundo dos adultos, foi progressivamente destacada deste e considerada como "idade da inocência", à medida em que a família se privatizava, afastando-se da rua, da praça, da vida coletiva, transformando-se num refúgio contra o mundo exterior e retraindo-se sobre si mesma. (3)

Segundo ele, uma outra mudança substancial acompanha o nascimento do sentimento da infância: a passagem da aprendizagem da criança do contato direto com os adultos para

a educação disciplinar exercida pela escola. Assim, surge no século XVII a noção de que uma instituição disciplinar deveria realizar a tarefa de socialização das crianças, incutir-lhes idéias, valores e hábitos físicos e morais, segregadas do convívio com o mundo exterior e com o outro sexo, preservando-as contra os "vícios" dos costumes condenáveis da sociedade. Esta função moralizadora da infância foi obra dos educadores e moralistas do século XVII, cujo discurso se dirigia às famílias ricas da burguesia européia. O sentimento que se forma entre eles acaba progressivamente por inspirar toda a educação dos séculos seguintes, num movimento descendente entre as classes sociais. (p.162)

Na França, é a partir do final do século XVIII que entra em cena um novo corpo de especialistas, os médicos e higienistas, determinados a redefinir as condutas, os procedimentos e os hábitos familiares a partir da produção de um novo domínio de saber. Um novo olhar disciplinar lançado sobre a família penetra pela habitação e analisa o cotidiano das práticas de higiene, de alimentação, de afetividade e de sexualidade definindo-a como um novo campo de intervenção. Neste movimento de moralização da família, burguesa e operária, a redefinição da infância e a construção do modelo da boa mãe-esposadona-de-casa assumem importância fundamental.

A preocupação médica com a preservação da infância no Brasil esteve presente desde meados do século XIX e intensificou-se nas primeiras décadas do XX, em função mesma do desenvolvimento industrial e da constituição do mercado de trabalho. Neste momento, uma ampla literatura procura dar conta da infância, explicar suas fases, entender suas necessidades e definir seus contornos: em suma, dizer o que é a criança, como se caracteriza, como deve ser tratada e educada, impondo portanto uma infantilização exterior à criança. Desta nova aquisição, emerge toda uma produção de saberes científicos voltados para a condição da infância e que fornecem categorias de percepção social da criança: a pediatria é introduzida na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no final do século (4) e progressivamente os ensinamentos científicos da puericultura,

inexistente até 1890 enquanto "corpo coerente de conhecimentos teóricos e de regras práticas" (5), vão reger os primeiros cuidados com a criança. (6)

É também neste momento que surgem as primeiras instituições de assistência e proteção à infância desamparada e os primeiros institutos profissionalizantes: em 1901, o dr. Moncorvo Filho funda o Instituto de Proteção e Assistência à Infância no Rio de Janeiro, destinado a "abrigar todas as crianças pobres, doentes, desamparadas e moralmente abandonadas da capital"; em 1902, surge o Instituto Disciplinar de SP, destinado a "incutir hábitos de trabalho" e educar profissionalmente os "pequenos mendigos, vadios, viciosos e abandonados"; em 1909, são criados os Institutos Profissionais para menores pobres e em 1911, as Escolas Profissionais masculina e feminina. Ou são reorganizados antigos institutos como a Escola Propagadora de Instrução, criada em 1873, que se transforma posteriormente no Liceu de Artes e Ofícios de SP, uma das primeiras instituições destinadas a formar operários especializados na cidade. A partir de 1890, fundam-se as primeiras escolas primárias de SP, totalizando 4.417 até o ano de 1919. Em 1909, é criado um outro tipo de escola isolada, além das existentes nas zonas rurais: as destinadas para crianças operárias, que deveriam localizar-se nas proximidades das fábricas onde os menores trabalhassem. Na capital, são criadas escolas junto à Fábrica Nacional de Fósforos Segurança, Fábrica de Vidros Santa Marina, Indústrias Reunidas Fco Matarazzo, Fábrica de Calçados Melilo, Cia. Ítalo-Brasileira de Chapêus, Cia. Cerâmica S. Caetano, segundo informa Ana M. Infantosi, em A ESCOLA NA REPÚBLICA VELHA. (7)

Também em sua opinião, esse interesse pela educação dos operários desde a infância reflete a intenção disciplinadora de formar trabalhadores "convenientes corretos, decentes, ou seja, pessoas que deveriam internalizar a obrigação de comportarem-se de modo a não ameaçar a ordem social". (p. 98) Além do que, a educação funcionava como arma de pressão diante das manifestações grevistas dos operários. Sabe-se que durante uma greve na Vidraria Santa Marina, em 1909, os patrões demitiram

os grevistas, fecharam a escola e o armazém, e "ordenaram o despejo do mestre e dos escolares", de acordo com o jornal *La Battaglia*, de 19/9/1909.

Assim, desde o final do século XIX, a preocupação com o destino da criança, rica ou pobre, ocupa cada vez mais os horizontes dos médicos higienistas, pedagogos e governantes. Através da apropriação da infância, o poder médico procura projetar-se no mundo da política, outorgando-se um papel de importância vital para a sobrevivência física e moral dos habitantes, das crianças aos adultos, de todas as classes sociais. De fato, os médicos adquirem uma crescente participação no aparato governamental, seja dirigindo o Serviço Sanitário, seja definindo dispositivos estratégicos de regulação dos comportamentos e da vida íntima dos diversos setores da sociedade. A tarefa de recuperação da infância abandonada, neste contexto, cumpre a função de justificar a crescente intervenção da medicina no campo da política e sua interferência no domínio privado da família.

O Problema do Menor Abandonado

Empenhados na tarefa social de regeneração física e moral das crianças desamparadas e alarmados com os elevados índices de mortalidade infantil registrados no país, os médicos e sanitaristas discutem a situação da criança carente, refletem sobre as causas do fenômeno e, tendo em vista "os interesses do Estado", tentam encontrar soluções para evitar o despovoamento da nação e para formar os futuros cidadãos. Afinal, como dizia o Dr. Moncorvo Fº, resumindo a posição dos especialistas:

"Os pequeninos de hoje serão os grandes de amanhã; é nela (infância) que ponho as esperanças da grandeza atual do regime pela regeneração da pátria". (8)

Por ser o Brasil um país muito grande, precisava contar com um vasto contingente de força de trabalho,

"braços que lhe explorem a terra, lhe cultivem os campos, lhe preparem as indústrias e lhe assegurem o progresso da ciência, elevando-o (o país) ao mais alto grau de civilização". (9)

Percebendo a criança como corpo produtivo, futura riqueza das nações, este discurso econômico procurava alertar os governantes para o deprimente quadro da infância desamparada e para a elevada taxa de mortalidade infantil do país, indicando que só com o apoio da medicina o Brasil poderia fazer frente a estes problemas e suprir a necessidade de produzir um maior número de trabalhadores sadios no futuro. Mas era, ao mesmo tempo, um discurso político: dar assistência médica e proteção à infância significava também evitar a formação de espíritos descontentes, desajustados e rebeldes. Confinando o menor abandonado, os pequenos mendigos, os órfãos, que perambulavam às soltas pelas ruas, fumando, jogando, fazendo Deus sabe o quê!, nas instituições assistenciais, a nação estaria salvando-o do perigo das ruas, esse espaço onde se contraem todos os vícios e onde as crianças acabam "aparelhando-se para todos os crimes".

No discurso do poder médico, a rua era representada como "a grande escola do mal", espaço público por excelência onde se gerariam os futuros delinquentes e criminosos irrecuperáveis. O dr. Moncorvo relembra o discurso de Lopes Trovão proferido no Senado no final do século XIX:

"não preciso declarar, senhores, que me refiro à rua, à "nossa rua", ao mais ligeiro sopro da viração, com as suas imundícies a corromperem o ar, com os seus boeiros a evaporarem a morte, com os muros e paredes das casas que as marginam de coradas de figuras e frases torpes, com os ébrios incorrigíveis que nela cambaleam importunando injuriosamente os transeuntes conhecidos, (...). Pois bem, senhores, ... (...) é nesse meio, peçonhento para o corpo e para a alma, que boa parte da nossa infância vive às sol-

tas, em liberdade, incondicional, ao abandono, imbuindo-se de todos os desrespeitos, saturando-se de todos os vícios, aparelhando-se para todos os crimes.

Quantas crianças temos nós encontrado, isoladas ou em maltas, seminuas sôrdidas, maltrapilhas...-acocoradas ou deitadas, durante o dia, no limiar das casas particulares?...a dormirem, à noite nas escadarias dos edifícios públicos ou nos canos destinados à rede de esgotos das matérias feccais (...) a fumarem com o desembaraço que só o hábito confere? ... a beberem até ao abuso os álcools fortes que as falsificações das indústrias produzem? ...abeiradas das rótulas dos prostibulos em derrickos delinquentes com as suas inquilinarias? (sic) (...) a servirem de guarda avançada aos vagabundos, aos mendigos, aos larâpios, aos desordeiros professos que infestam a nossa cidade, sem receios da policia nem temores dos tribunais (...)" (10)

Matéria facilmente moldável, o Estado deveria preocupar-se em formar o caráter da criança, destilando nela o amor ao trabalho, incutindo-lhe o respeito pelos superiores em geral, fazendo-a introjetar as noções de bem e mal, de ordem e desordem, de civilização e barbárie, enfim, os princípios da moral burguesa. Ora, interiorizar novos comportamentos significaria desenraizar hábitos tradicionais, incompatíveis com a industrialização, segundo a lógica do poder médico:

"Temos uma pátria a reconstruir, uma nação a firmar, um povo a fazer, e para empreender esta tarefa, que elemento mais dúctil e moldável a trabalhar do que a infância?! (...) a necessidade se impõe ao Estado de lançar olhos protetores, de empregar cuidados corretivos para a salvação dos pobres menores que vagueiam por não terem família ou que, se a tem, esta não lhes edifica o cora-

ção com os princípios e os exemplos da moral". (p. 132)

Na representação que os dominantes se fazem da infância, está é percebida como superfície chata e plana, facilmente "moldável", mas ao mesmo tempo como ser dotado de características e vícios latentes que deveriam ser corrigidos por técnicas pedagógicas para constituir-se em sujeito produtivo da nação. Enclausurar a criança pobre nos espaços disciplinares dos institutos profissionais ou das escolas públicas apareceu como a maneira mais eficaz de adestrar e controlar um contingente potencialmente rebelde e selvagem da população, aos olhos dos médicos, filantropos e da classe dominante como um todo. Na verdade, a preocupação policial de luta contra a vagabundagem e a pequena criminalidade urbana esteve na origem da criação das instituições de sequestro da infância, antes mesmo que a preocupação econômica de formação de novos trabalhadores para a indústria. Além do internamento das crianças pobres nos orfanatos, o poder médico defendia o aprendizado de uma atividade profissionalizante, muito mais em função do aspecto moral - manter a criança ocupada, "incutir hábitos de trabalho" - do que com a intenção econômica de prover braços para o mercado de trabalho em constituição. Alvo que por sua vez também era visado. Por isso, não era qualquer atividade que se valorizava para os menores. No discurso de um criminologista, Azevedo Noé, o trabalho infantil de vender jornais na rua, por exemplo, era considerado como altamente perigoso, justamente por se efetuar neste espaço público contaminado moralmente:

"Ainda que ociosas no lar (as meninas) preservam-se do contágio corruptor; ao passo que o trabalho dos menores na rua lhes traz necessariamente maus costumes. Toma ares de paradoxo mas é uma verdade: um vício, a ociosidade no lar, produz menos mal, que uma virtude, o trabalho nas ruas". (11)

Estratégia disciplinar suave e sutil de adestramento dos corpos e do espírito, a terapia do trabalho visava manter

os menores ocupados o tempo todo no interior das escolas particulares ou na esfera do lar, para os ricos, nas instituições assistenciais ou nos patronatos e orfanatos, no caso dos pobres. Tratava-se de fixar as crianças e, conseqüentemente, toda a família no interior da habitação e impedir que se organizassem atividades fora da intimidade doméstica, no espaço público e incontrolável das ruas. É evidente que a preocupação em retirar os menores da rua, internando-os em instituições disciplinares ou dentro de casa recai inicialmente sobre a criança pobre das cidades, sobre os órfãos, mendigos, pequenos vagabundos, que apareciam para os médicos e especialistas em geral, como possíveis criminosos do futuro.

Ainda segundo A. Noë, a profissão de vendedor de jornais nas ruas ocupada por grande número de meninos estava na raiz do fenômeno da delinquência infantil e constituía uma porta aberta para o crime:

"Mas que outra profissão lhe convém mais que a de vender jornais? Correr e gritar pelas ruas, querem coisa mais conforme ao temperamento irrequieto dos menores? Subir nos veículos, saltar com agilidade, disputar o freguês aos companheiros, tudo serve de diversão. Entretanto (...) os trabalhos feitos na rua são os que fornecem a mais avultada porcentagem de delinquentes(...)".
(p. 30)

E perguntava: "Não podemos estender a todas as profissões da rua essa mesma evolução, que da vida honesta à delinquência realiza o menor?" (p. 33). (Grifos meus)

Com relação às crianças das famílias abastadas, o poder médico recomendava o preenchimento das horas vagas com leituras selecionadas e ginástica, medida preventiva contra os vícios da imaginação e a prática onanista:

"o menino ágil e forte é raras vezes dado a este vício, enquanto que o indolente e fraco só por milagre escapa a ele". (12)

O dr. João Amarante reforçava o argumento, décadas depois:

"Compete, portanto, aos educadores incutir no espírito das crianças e principalmente dos adolescentes o gosto pelos exercícios físicos, mostrando-lhes ainda toda a vantagem tanto dos banhos de sol como da vida ao ar livre. Bem dirigir a atividade física dos jovens é conduzi-los à saúde, ao vigor e à beleza moral.

As atitudes viciosas têm nos adolescentes, mormente nas meninas, consequências assaz sérias, pois que lhes trazem sempre graves alterações na forma do peito, na coluna vertebral e na bacia, às quais já são elas particularmente predispostas".

(13)

Nas escolas privadas e instituições disciplinares da infância desamparada, à antiga disciplina "quase militar", punitiva e violenta, que recorria aos castigos corporais, os médicos, higienistas, pedagogos, assistentes sociais do começo do século contrapunham as vantagens da educação voltada para a alma, a disciplina "inteligente", imperceptível, doce, sedutora, preocupada em constituir cidadãos modernos, à semelhança do que pregava Roberto Simonsen em relação à taylorização do processo de produção, no final da década de 10. Este outro regime disciplinar proposto tanto na esfera produtiva quanto na educação e assistência à infância, aparece no discurso de vários especialistas, referenciados pelas práticas assistenciais e pedagógicas dos países europeus "mais civilizados":

"Por toda a parte do mundo civilizado continuou e continua a mesma preocupação, o mesmo espírito de previdência social. A Bélgica fundou as "Escolas de Beneficiência" para substituir as casas penitenciárias e as escolas de reformar, inclinando-se pela louvável prática do sentimento, da emulação e da ação da autoridade moral, ao invés do exercício, quase sempre ineficaz, da repressão". (14)

A educação punitiva e repressiva era substituída pela idéia de uma educação preventiva. No Seminário Sant'Ana, criado com o objetivo de "sustentar, vestir e educar" meninos órfãos e pobres, em 1825, em SP, o regulamento interno proibia, décadas depois, os castigos corporais, substituídos por tecnologias moralizadoras de humilhação e de exclusão: em casos graves, "reclusão solitária por uma hora em local escuro; ficar sentado no "banco de desprezo" em que estivesse pintada a figura de um burro", durante o período das aulas; "trazer sobre o ventre e atada à cintura com barbante um papel com o letreiro em maiúscula - VADIO - DESCUIDADO - DESORDEIRO - COMILÃO, ou outra palavra que publique o vício, defeito ou culpa". (p. 57)

Também para as crianças ricas, a função da nova escola era educar, adestrar o caráter e não o físico. O Colégio Caetano de Campos, por ex., abolia os castigos corporais e substituíam-os por uma rígida disciplina que deveria incidir sobre a alma, de acordo com os preceitos da nova pedagogia. Da mesma forma, a Escola Americana (Mackenzie College), reformulada pelo casal Lane, educadores norte-americanos, adotava "os métodos intuitivos e objetivos", abandonando os castigos corporais tradicionais, já no começo do século.

Mesmo assim, a violência física exercida contra as crianças permanece constante. Descrevendo o cotidiano no interior do Instituto Disciplinar de SP, Jacob Penteado afirma que as crianças levavam uma vida difícil: os horários eram rigidamente estabelecidos:

"Levantavam às 4 horas no verão, e às cinco, no inverno. Após o banho no Tietê, tomavam café e iam, sem mais demora, para o guatambu, cultivar a imensa área, aos dois lados do rio".

O Instituto vendia legumes, frutas e verduras à população. Muitas crianças fugiam "devido aos maus tratamentos dos feitores, que lhes batiam com rabo de tatu(...) Quando apanhados, eram açoitados e metidos em banho de salmoura".

O autor relata ainda que para assustá-lo, seus tios ameaçavam entregá-lo à "carrocinha de meninos", que levava os moleques para o internato, o que nos dá uma medida do rigor e da violência desta instituição. (15)

A Mortalidade Infantil

Refletindo também sobre os crescentes índices de mortalidade infantil no país, a literatura médica investiga as causas do fenômeno, elabora estatísticas e quadros comparativos referentes ao aumento da mortalidade infantil nos estados ou entre países. Evidentemente, este não era um problema novo, mas neste momento histórico, aparece como um dos interesses privilegiados do saber médico sob dois aspectos: ela é responsabilizada pela ameaça de despovoamento da nação; a avaliação do número de mortes de crianças exige a adoção das práticas de contagem, estatísticas, gráficos.

O dr. Moncorvo Filho, entre outros, fazendo a história da assistência à infância carente no Brasil afirmava que até 1874, a higiene infantil jamais fora objeto de preocupação dos médicos, a não ser em raríssimas exceções. Lançava críticas contundentes aos raros asilos existentes no país que mais abandonavam do que protegiam os menores carentes. Criticava o Estado pela situação de desamparo em que se encontravam os pequenos, tanto os recém-nascidos entregues nas rodas dos enjeitados, por sua vez, em péssimas condições de higiene e sem verbas, quanto os mendigos e órfãos que segundo Tolstói Ferreira ficavam nos orfanatos até atingirem uma determinada faixa etária, sendo então novamente abandonados. (16) Grande número destas crianças morriam devido à situação precária de vida nestas instituições. Desde a instalação da Roda da Santa Casa de Misericórdia em São Paulo, em 1825 até 1831, haviam entrado 109 crianças das quais 60 tinham morrido; no Rio de Janeiro, a média percentual de mortes dos nenês entregues na Casa dos Expostos, situada na Glória, era de 82%, segundo o dr. Francisco de Paula. Para o dr. Paula Souza, "faleceram em 1920 na capital 3.473 crianças, número que se reduziria a 488 apenas ,

se favorecesse a nossa infância a situação que goza a de Pittsburgh". (17) São inúmeros os estudos que discutem o tema entre o final do século XIX e as décadas iniciais do séc. XX.

Levantando as causas gerais da mortalidade infantil, o discurso médico apontava a hereditariedade, a ignorância e a pobreza como as mais importantes. Entre as particulares, os transtornos digestivos, os distúrbios respiratórios e as causas natais e pré-natais. Evidentemente, também a amamentação mercenária era colocada num dos primeiros lugares na hierarquia das origens das doenças infantis.

A hereditariedade patológica abrangia moléstias como a sífilis, "maior responsável pela mortalidade infantil", pois debilita o organismo da criança; e o alcoolismo pois

"A doença não é só o micróbio. As substâncias tóxicas modificam a vitalidade das células, lhes diminuem o poder de defesa, que é de si tão pequeno na criança, e, esta, assim enfraquecida ou mesmo privada do que tem de mais necessário em sua vida, facilmente se contamina, adocece e morre". (Dr. Amarante, op.cit., p. 111)

A idéia de que a ingerência excessiva de bebidas alcoólicas destruíria o organismo do indivíduo e que teria sequelas drásticas nos filhos reaparece não apenas na literatura médica. O discurso dos criminologistas, pedagogos, assistentes sociais, reafirma a mesma convicção. Na origem da morte ou do desvio do caráter das crianças estava a família mal constituída, desequilibrada, formada por pais bêbados e moralmente decaídos:

"Ao alcoolismo do homem junta-se em breve o alcoolismo da mulher, e sobrevirá fatalmente o dos filhos. Uma das mais tristes conseqüências do alcoolismo está em que ele estraga não somente o organismo do bebedor, mas atinge também sua descendência, segundo a lei inflexível da hereditariedade. O alcoolismo ameaça a própria raça". (A. Noé, p. 26).

Do mesmo modo, a ignorância das mulheres também era responsabilizada pela alta taxa de mortalidade das crianças, u ma vez que as mães desinformadas e ignorantes das classes pobres não sabiam cuidar da higiene dos recém-nascidos e nem dos que sobreviviam. O problema da ignorância era identificado, no discurso médico, ao da miséria e portanto considerado como específico das camadas populares. Esta situação justificava por si mesma a interferência da medicina no agenciamento do cotidiano dos pobres, na conformação de seus atos às regras científicas elaboradas pelo poder médico.

O discurso médico, partindo das classes dominantes, condenava autoritariamente quase todas as práticas populares de cuidados com a infância, transmitidas oralmente de geração a geração e que expressavam o saber autônomo das mulheres, como o uso de remédios caseiros no tratamento das doenças, a utilização da chupeta, a alimentação dos recém-nascidos com farinhas diversas em substituição ou em reforço ao leite, o uso da faixa, etc. O saber médico já não admitia a existência de uma pluralidade de saberes sobre o corpo, procurando reinar soberana e exclusivamente. A inobservância das prescrições higiênicas, transmitidas como regras morais, era ameaçada com o perigo da morte dos nenês ou com o risco da deformidade física, culpabilizando-se a mãe. Portanto, visitar as mulheres pobres, convencê-las da importância dos ensinamentos científicos da puericultura, eliminar hábitos atrasados e irracionais, não seria um meio de proteger a infância, de diminuir o índice de mortalidade infantil, de construir uma família mais sa dia e, finalmente, de contribuir para o crescimento da nação?

Com esta intenção, o dr. Moncorvo Filho e sua equipe partem para um trabalho de esclarecimento gratuito das mães po bres, já nos primeiros anos do século, realizando conferências mensais sobre os vários temas da higiene infantil. Ensinam-se às mulheres um novo modo de alimentação do nenê, a importância do aleitamento natural, os casos em que se poderia re correr à amamentação artificial, como combater as moléstias infantis, o perigo do emprego das "panáceias", como o chá de laranja ou o sabugueiro, a seleção dos jogos infantis, a hi-

giene bucal, etc. Os médicos se lançam numa verdadeira guerra contra práticas que consideravam fundadas em superstições deploráveis e em credices arraigadas, como o uso de figas e amuletos, "o uso de colocar nas crianças bugigangas as mais esdrúxulas", que eram "um traço do selvagem, uma demonstração de ignorância, própria dos espíritos pouco cultivados", contra o hábito preconceituoso das mães que ingeriam vinho para se fortalecerem no período em que amamentavam, contra "o conselho da vizinha, do barbeiro, da comadre", contra "o clássico xarope de chicória", contra a resistência daquelas que se recusavam a vacinar seus filhos em tempo de epidemia de varíola. Os exemplos se sucedem e penso que podem nos interessar por revelarem algumas das práticas populares da época. Ainda a título de ilustração, os médicos insurgem-se contra o costume "absurdo" de se levar as crianças ao Gazômetro para receber os vapores do gaz de iluminação para curar a coqueluche; contra os banhos ou mesmo a ingestão de sangue no Matadouro para se vencer as anemias; contra "a prática do uso do camarão cru esfregado na gengiva da criancinha" para facilitar a dentição, sem falar nos amuletos feitos de fragmentos de sabugo de milho, os colares de caroços de feijão, os caroços de azeitona, a cabeça da casca de abóbora, os búzios ou os colares de dentes de animais. (18)

As conferências se estendem por dois anos e abrangem temas que se referem à vida privada dos pais, conselhos às esposas para que mantivessem a casa sempre muito limpa e para que impedissem os maridos, trabalhadores braçais que se esgotavam em pesadas atividades físicas, de ingerirem bebidas alcoólicas, etc. Na verdade, em nenhum momento procura-se pensar positivamente as práticas tradicionais das mães no cuidado com os filhos e explicá-las em função de uma outra racionalidade. Marie-France Morel mostra, por exemplo, que nos meios populares franceses a sujeira tinha uma significação simbólica aparecendo não só como proteção ao frio mas ainda contra os "humores malignos". (19) Ao contrário, o poder médico visa impor-se como o único competente para determinar as regras universais de conduta da população não apenas em relação ao corpo, desautorizando todos os saberes antigos fortemente enraizados nos meios populares. Batalha que certamente não foi vencida.

A pobreza, na medida em que se refletia na má alimentação das mães e dos filhos, no trabalho excessivo das mulheres, especialmente das gestantes, influía diretamente na constituição orgânica da criança ou resultava mesmo em sua morte, segundo a lógica do discurso médico. A criança pobre, mal vestida, mal nutrida, sem resistências imunológicas orgânicas, vivendo agrupada com muitas pessoas em cubículos estreitos, sombrios, insalubres, estaria muito mais sujeita às enfermidades do que as mais favorecidas. O dr. Amarante completava este quadro dramático:

"É bastante conhecida a chamada casa de comodos, onde vivem em um só quarto, sem ar e luz, três a quatro criancinhas juntamente com seus pais. Se além do alimento tira-se à criança luz e ar, como esperar sua criação?" (20)

Segundo o dr. Vicente Graziano, a maior taxa de mortalidade infantil encontrava-se entre as crianças pobres "que vivem aboletadas em grande número na mesma casa". Daí a necessidade de os poderes públicos examinarem o problema da habitação popular, principalmente a da classe operária. (21)

Ao mesmo tempo, a crítica à amamentação artificial e mercenária encontrava na alta taxa de mortalidade infantil seu argumento mais convincente. Segundo o dr. Amarante, escrevendo em 1927:

"As estatísticas mostram que em 100 crianças alimentadas ao seio apenas três morrem por transtornos digestivos, ao passo que dão um número muito mais elevado de 30 a 40%, para as que se criam artificialmente". (p. 112)

Quase duas décadas antes, o dr. Moncorvo Filho apelava para o instinto materno frente à questão do abandono das crianças à amamentação mercenária e a consequente mortalidade infantil:

"Aludindo à grande mortalidade infantil no Brasil, não posso deixar de reportar-se à questão do aleitamento entre nós, tantas vezes causa da miséria

ria da infância que a totalidade dos que vivem à farta desconhecem, imaginando que nesta terra, jamais se sentiu a penúria. Essa questão, quão bem conhecida, merece tal importância que Gretty, considerando o coração de uma mãe como a obra-prima da natureza, gravou em nobres caracteres a grande influência que o aleitamento exerce sobre os costumes e portanto sobre a ordem social". (p. 318)

Este médico, que dedica sua vida à proteção da infância desamparada, fundando o Instituto de Proteção e Assistência à Infância no Rio de Janeiro em 1901, ocupa-se com a tutela da família pobre por todo o país durante mais de duas décadas. Seu instituto incluía serviços como proteção à mulher grávida pobre, inclusive com assistência do parto em casa; distribuição de roupas, alimentos e remédios às mães e filhos carentes; criação da Gota de Leite, do serviço de regulamentação das nutrizes, propaganda da higiene infantil via conferências e posteriormente com a edição de uma revista, de folhetos e até mesmo de filmes; criação do Dispensário Moncorvo para atender às crianças doentes.

Em 1907, o dr. Moncorvo quer entrar nas escolas públicas para trazer as crianças doentes ao seu Dispensário, mas é barrado pelos poderes públicos, segundo seu próprio depoimento no Histórico de 1926. No entanto, ele consegue fazer uma inspecção entre os aprendizes da Imprensa Nacional e também na Casa da Moeda, onde conclui que das 88 crianças examinadas, 63 eram tuberculosas. Nos Institutos Profissionais Municipais registra em 65% a taxa dos menores tuberculosos.

Seu Instituto de Proteção à Infância estabelece filiais em vários estados do país: em Minas Gerais, em 1904, em Curitiba, no Rio Grande do Sul; em Pernambuco, em 1906; em 1911 no Maranhão cria-se um Dispensário, o Hospital Infantil "Moncorvo Filho" e uma creche enquanto que em São Paulo seu discípulo, o pediatra Clemente Ferreira, funda como dependência do Serviço Sanitário do Estado uma "consulta de Lactantes" e um "Gabinete de Exame de Nutrizes Mercenárias". Em 1914, é

criada outra filial do Instituto em Santos. Graças aos seus esforços, em 1916, funda-se a Sociedade Eugênica e em 1919 o "Departamento de Criança no Brasil", visando proteger as crianças desamparadas de todos os modos possíveis. Em 1922, realiza-se por sua iniciativa o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância. Em suma, são inúmeras as atividades e campanhas empreendidas pelo dr. Moncorvo e seus discípulos tendo em vista a preservação da infância carente no país.

Realizando estatísticas sobre o índice de mortalidade infantil em função do aleitamento mercenário em vários estados do Brasil, o dr. Moncorvo conclui que dado ao elevado índice de crianças entregues a esta prática, seria necessário instituir um serviço de regulamentação do serviço das nutrizes, ao lado das campanhas para convencer as mulheres analfabetas e ignorantes da importância do aleitamento natural. Em 1907, é aprovado o projeto que regulamenta o serviço de amas-de-leite, estabelecendo-se entre as inúmeras cláusulas, a obrigatoriedade do exame médico das nutrizes, o pagamento de multas em caso de infração da cláusula e a de apresentar uma caderneta "com as informações precisas dos diferentes patrões em cuja casa se houver empregado". (22) Em 1914, é instituída a obrigatoriedade do porte da caderneta da ama-de-leite, liberado pelo Instituto e a submissão das nutrizes aos regulamentos internos do mesmo.

Assim, diagnosticados os motivos responsáveis pela crescente mortalidade infantil, o poder médico propõe toda uma série de medidas preventivas de contenção do problema e que se referem fundamentalmente à redefinição dos hábitos cotidianos das famílias pobres: evitar o nascimento de crianças debéis, prematuras ou doentes, medida que se inscreve na perspectiva eugênica de preservação da raça; favorecer o aleitamento natural, principalmente entre as mulheres pobres; dar assistência à infância desamparada, órfãos, mendigos ou mesmo pequenos operários das fábricas.

No primeiro caso, para impedir o nascimento de crianças defeituosas, os médicos propunham um cuidado especial

com as gestantes, determinando sua alimentação, higiene corporal, atividades físicas e mentais e aconselhavam o estabelecimento de centros de ensino e de educação para elas. Deste modo, o poder médico redefine o comportamento da mulher visando produzir a nova figura da mãe-dona-de-casa, determinando as normas de conduta que ela deveria observar para parir e criar crianças fortes e saudáveis. Na higiene da gestante, recomendava-se uma alimentação leve, evitando-se evidentemente qualquer tipo de bebida alcoólica, exercícios matinais leves e passeios a pé, de bonde, mas nunca de carro devido aos seus "solavancos"; evitar "a dor moral" que divertimentos tensos como o cinema poderiam causar; muito repouso e no caso das operárias, os médicos apelavam para que o Estado zelasse pela maternidade, não apenas criando maternidades e creches mas regulamentando as condições do trabalho feminino nas fábricas.

Com relação ao aleitamento natural, já mostramos como um dispositivo estratégico de construção e de difusão do mito do amor materno, correlato à construção de uma nova representação da mulher como "guardiã do lar", responsável pela tarefa social de constituir "uma raça forte, preparada no físico para os escolhos da vida e dispostas às conquistas e vitórias para felicidade desta pátria" ("Conferências do Moncorvo às mães pobres" (p. 4)), procura convencer a mulher de sua nova identidade. Ora, a partir das práticas de criação e de educação do nenê, a relação pais-filhos é totalmente disciplinada. A pedagogização da maternidade aparece então como meio privilegiado de vencer as resistências e as opacidades dos meios populares. Resistência que, em vista dos esforços empreendidos e dos resultados alcançados, segundo a avaliação do próprio discurso médico, não deveria ser das mais brandas. É sintomática a inquietação do dr. Jaime Americano que, ao estudar a condição do filho da mulher trabalhadora em sua tese DA PROTEÇÃO AO LACTANTE EM NOSSO MEIO OPERÁRIO, de 1924, apontava a organização de um serviço de assistência à infância e à mulher grávida da fábrica MARIA ZELIA como empreendimento modelar. Mas lamentava, perplexo, que esta tentativa também fracassara dado ao número muito reduzido de mulheres que o procuravam:

"Essas mulheres fecham os ouvidos à propaganda feita no estabelecimento sobre as vantagens da creche e só vão bater à sua porta quando os filhos, com os constantes desvios dietéticos a que se acham sujeitos, apresentam a saúde em estado muito precário". (p. 15)

Por isso, diante de tamanha incompreensão dos benefícios prestados pelos serviços criados pelo industrial Jorge Street, aquele médico sugeria a instituição de matrículas e frequências obrigatórias "sob pena de multas às mães que fugissem a esse dever" (p. 14), isto é, o de levar seus filhos às creches ali instaladas para serem amamentados por elas durante os intervalos do trabalho e receberem os cuidados das enfermeiras encarregadas.

Em suma, a discussão sobre o problema da elevada taxa de mortalidade das crianças pobres permitia colocar a questão da necessidade da reestruturação dos hábitos e dos comportamentos da família operária, cujo modo de viver e de relacionar-se ainda não fora racionalizado, desodorizado e sujeitado aos padrões e valores das classes dominantes. Num mesmo movimento introduzia-se uma política de proteção às crianças pobres, abandonadas ou não, e uma política de fixação e de tutela da família popular. Fundamentadas na teoria do meio, as prescrições médicas pretendiam circunscrever os espaços onde deveriam se desdobrar as relações intra-familiares, a começar pela relação mãe-filho. Nesta direção, um dos alvos privilegiados de ataque do poder médico e criminológico será a aglomeração da família no quarto do casal e "o sistema do leito único". Aos olhos moralistas dos médicos, filantropos, pedagogos e criminologistas, o amontoamento de pessoas de idades e sobretudo de sexos diferentes, mesmo que vinculadas por relações familiares só poderia produzir comportamentos promíscuos e provocar a desintegração da unidade familiar. Em defesa da intimidade privada, A. Noé depunha:

"São muitos os escritores que estudam a influência da promiscuidade em habitações exíguas sobre

a degradação dos costumes e, conseqüentemente a erosão da criminalidade. (...) Não há palavras capazes de exprimir o que de nefasto o comportamento único produz, quer sob o aspecto físico, quer sob o ponto de vista moral. Conduz sempre, como observado, ao sistema do leito único. (...) Casos há em que, nos mesmos quartos em que dormem os filhos adultos, são recebidos estranhos, desenvolvendo-se naturalmente a imoralidade. (...) uma grande quantidade de incestos e de casos de prostituição da infância origina-se da aglomeração excessiva". (23)

A preocupação com a mortalidade infantil e com as moléstias e fatores que a originam remete então a uma questão de ordem moral e política: trata-se de eliminar os hábitos selvagens e promíscuos de uma população ainda não civilizada, de regenerar o trabalhador e sua família, incutindo-lhes valores morais de cima, quebrar seus *modus vivendi*, ensinando-lhes uma pedagogia das virtudes. Por isso, neste discurso moralista, político, econômico e filantrópico, ignorância, pobreza, alcoolismo, sífilis, tuberculose e criminalidade são tratados como doenças da mesma ordem, focos infecciosos que atuam e se a'astram no interior do corpo social, provocando sua decomposição e degenerescência. As palavras do dr. Moncorvo são, a este respeito, ilustrativas:

"Os três grandes fatores da degeneração humana - a tuberculose, a avaria, o álcool - ao lado dos grandes males tão deploráveis quando aqueles, como: a mortalidade infantil, os vícios do regime, a ignorância, o analfabetismo, os preconceitos, etc, em relação íntima com o problema da infância, levaram-nos a empreender a extensa e profícua cruzada de amparo à mãe e à criança com a fundação, há mais de 22 anos, do 'Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro' (...)" (24)

A Necessidade do Médico

Todos estes males causadores da degeneração dos pobres, segundo o discurso médico, deveriam ser sanados pela atuação imprescindível dos médicos, higienistas e sanitaristas, que se apresentam desde o final do séc.XIX como as autoridades responsáveis pela saúde e pela higiene da cidade, pelo crescimento econômico do país e pela formação de uma "raça de trabalhadores" saudáveis física e moralmente. A figura do médico-sanitarista era apresentada no discurso do poder médico como indispensável para a tarefa de melhorar as condições de vida da população. O novo médico não deveria, assim, preocupar-se tão somente com a cura da doença individual, mas deveria realizar uma obra de caráter social, prevenindo o mal onde quer que se manifestasse. Comparando o trabalho dos médicos - sanitaristas e enfermeiros à luta travada por um exército, o primeiro é identificado à figura do general que deveria assumir o posto de comando e dirigir seus subordinados na guerra patológica. Sua função seria social e militar acima de tudo: vigilância e controle da vida social nos mínimos detalhes:

"Na moderna obra de saúde pública, o sanitarista é o general que tem de coordenar os esforços parciais para o resultado total, utilizando principalmente os práticos de várias especialidades médicas". (25)

A medicina definia sua relação com o Estado colocando-se como condição de possibilidade da normalização da sociedade, no que concerne à questão da saúde. Nesse sentido, os médicos-sanitaristas pertencentes ao aparelho do Estado, como o dr. Paula Souza, que dirige o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo de 1922 a 1927, formulam todo um projeto médico de recuperação da sociedade. Sua função não é mais meramente curativa, mas deve ser preventiva.

Tendo estudado nos Estados Unidos e influenciado pela medicina preventiva norte-americana, o dr. Paula Souza ilustrava esta mentalidade:

"A medicina curativa começa onde falha a preventiva; pois cuida aquela da doença que é objetivo desta evitar e, como antes previnir que reprimir, é predominante a função do higienista". (26)

A atuação do médico sanitarista apresentava-se como mais importante e vital que a do médico clínico nesta perspectiva, por se dirigir para a população:

"Não é demais que se insista sobre a importância do sanitarista na obra de saúde pública. O obstetra, o pediatra, o fisiologista, como o microbiologista e o químico, nenhum deles, por mais sábio, por mais prático, pode tomar a si a direção de um trabalho de saúde pública. Ao sanitarista, médico especializado em higiene e administração sanitária, que a sua instrução médica acrescentou um curso de aperfeiçoamento de saúde pública, cumpre exercer, em cada coletividade, a função de coordenar as técnicas diversas que utiliza a moderna organização sanitária". (27)

A despeito de todos os esforços médicos, pedagógicos assistenciais dirigidos para a conservação da infância, em especial do menor abandonado e das crianças das famílias operárias, o trabalhador infantil continuou a ser massivamente empregado nas indústrias instaladas nas primeiras décadas do século, não raro sofrendo uma exploração muito mais violenta que a que enfrentavam os adultos. Na fábrica, a criança vivenciava não apenas uma pesada carga de trabalho físico, mas todas as implicações decorrentes de uma relação que se estabelece entre desiguais, social e fisicamente.

A CONDIÇÃO DO TRABALHADOR INFANTIL NO IMAGINÁRIO OPERÁRIO

Bastaria dizer como chocam as notícias calamitosas, flagrantes impiedosos colhidos pela imprensa operária retratando pobres criancinhas espancadas, esbofeteadas, humilhadas, exploradas por este mundo adulto vil, ignóbil, desumano, que desrespeita os pequenos, suga-lhes todas as energias, transforma-os em seres franzinos, raquíticos, sem vida? Maltrapilhos trabalhando ininterruptamente 10, 12, 14 horas seguidas, caindo de sono diante do ritmo alucinante das máquinas, exaustos de cansaço, vigiados continuamente por contramestres sem escrúpulos, vilões, carrascos, em benefício do capitalista voraz, cuja ambição desmesurada cega os próprios atos, eliminando qualquer vestígio de um gesto de ternura e delicadeza? Pobres criaturas engolidas por máquinas infernais... É suficiente querer colocá-las nas fábricas e destruir a tão querida época de brincar, de poder viver livremente, preparar-se para o futuro? Por uns poucos réis! Não deveriam as crianças serem reti das dos presídios industriais e enviadas para o lugar que merecem, o mais apropriado para elas, seu espaço natural: a escola?

A preocupação com a recuperação da infância também está presente na imprensa operária. Em sua defesa, vários artigos são publicados denunciando as condições desumanas do trabalho infantil nesses "antros infernais de corrupção" que são as unidades fabris. Se uma representação simbólica da mulher sustenta o discurso masculino que a redireciona de volta ao lar, a noção de que na infância deve formar-se o caráter e inculquem-se as virtudes remeterá a criança em direção à escola. Cada um em seu espaço próprio. Por caminhos divergentes, também o discurso operário se apropria da questão da infância e participa deste movimento de redefinição do estatuto da criança e de reestruturação das relações intra-familiares, nas primeiras décadas do século.

É basicamente reforçando as noções da inocência e da fraqueza da criança que a imprensa operária denuncia a ampla utilização da força de trabalho infantil no processo de industrialização do país, contra-argumentando as principais

justificativas levantadas pelo patronato. Ser frágil, indefeso, tímido, irracional, a criança pobre deve ser protegida, assim como a mulher, contra as garras afiadas dos capitalistas e enviadas para a escola, lugar de formação do novo homem. A fim de evitar a degeneração social e moral dos menores, o movimento operário coloca-se na obrigação de defender os direitos da infância e de evitar a desintegração familiar.

Aos olhos do patronato, a função moralizadora do trabalho justifica a introdução de um vasto contingente de menores nas indústrias, especialmente nas têxteis. O trabalho, nesta perspectiva, aparece como uma maneira salutar de impedir a vagabundagem e o desperdício das energias das crianças. Não raro, os pais participam da ética puritana do trabalho, coniventes com a representação imaginária do trabalho como atividade redentora e enobrecedora, formadora do bom caráter do cidadão, ou seja, como uma virtude. Segundo o industrial Jorge Street, proprietário da fábrica Maria Zélia, que empregava em suas empresas grandes quantidades de trabalhadores infantis, sem a atividade fabril as crianças ficariam

"ao abandono, entregues a si mesmas, nas ruas, à disposição de todas as seduções e de todos os vícios, indo engrossar ainda mais o já tamanho número dos abandonados e dos futuros delinquentes em tenra idade". (28)

Ele se vangloriava de dirigir em suas fábricas "um grande número de crianças entre doze e quinze anos, cerca de trezentas, de ambos os sexos", que trabalhavam cerca de dez horas diárias como todos os adultos:

"Na sua grande maioria, eles são filhos, irmãos ou parentes dos meus próprios operários, que trabalham, portanto, na mesma fábrica e muitas vezes na mesma sala. Estas crianças ocupadas em trabalhos leves e compatíveis com as suas forças, ganham, conforme as idades, salários que variam entre 1\$200 e 2\$000 por dia. (...) Eu tenho na fábrica uma disciplina bastante branda para es-

sas crianças: assim elas só prestam serviços leves e compatíveis com a sua idade e forças; além disso é-lhes permitido levarem consigo certos alimentos, como pão, frutas, etc, e quando querem, a qualquer hora, comer o que consigo levam. (...) É de surpreender ver-se essa pequenada trabalhar e sempre tenho a impressão que eles o fazem sem grande esforço, impressão esta confirmada pelo modo como é feita a saída, depois do trabalho terminado. É uma verdadeira revoada alegre e gritante que sai à frente dos maiores, correndo e brincando. (...) A criança, entre nós, é mais precoce do que na Europa, e, entretanto, mesmo lá, em muitos países, o trabalho fabril é permitido desde os dez anos de idade e na sua maioria, desde os doze anos". (idem)

Afinal, como a mãe que trabalha o dia todo numa indústria poderia cuidar devidamente de seu filho, impedindo-o de decidir seus próprios atos e certamente de cair nas malhas fatais da delinquência, da criminalidade e da corrupção? Não era preferível uma disciplina branda e suave exercida sobre as crianças pelo contramestre à vigilância irritante e obsessiva da mãe, dividida entre um sem-número de atividades? Não fazia um benefício o patrão que aceitava em sua propriedade pais e filhos permitindo que trabalhassem lado a lado, aprendendo juntos nesta escola das virtudes que é a fábrica?

Antonio F. Bandeira Júnior, que realiza um dos primeiros levantamentos sobre a situação da indústria no Estado de São Paulo, também defendia arduamente a participação das crianças no trabalho fabril, representado como atividade disciplinadora, positiva e vantajosa tanto por evitar a emergência de marginais e ociosos na cidade, quanto por formar o caráter e propiciar a aprendizagem de uma profissão aos futuros homens da nação.

"É considerável o número de menores, a contar de cinco anos, que se ocupam em serviços fabris,

percebendo salários que começam por duzentos réis diários; mais do que isso, têm esses menores a vantagem de adquirir hábitos de trabalho, aprendendo um ofício que lhes garante o futuro, ao passo que não aumentam a falange dos menores vagabundos que infestam esta cidade. (...)

Em vez de colônias correcionais, que imprimem desde logo no menor o estigma de vicioso e indisciplinado, e da jurisdição orfanológica que o coloca como criado de servir, posição que o habilita à humildade e ao servilismo, tirando-lhe a energia, a vontade e a opinião, melhor fora entregá-lo mediante certas condições recíprocas de garantia, aos proprietários de estabelecimentos fabris, compensando-os de um modo fácil e prático: conferindo-lhes o Ministério da Agricultura, diplomas de benemerência por certo e determinado número de menores preparados e classificados operários no fim de cada ano. Se o industrial faz questão de colocar em lugar de honra os diplomas das exposições e Comícios industriais, muito mais se usará com os títulos que lhes forem dados pelo poder executivo, atestando um serviço ou serviços reputados de grande valor". (29) (Grifos meus)

Por que não premiar então essas almas generosas que aceitam benevolamente empregar crianças de até mesmo cinco anos de idade, garantindo-lhes com um ofício a sobrevivência futura, ao mesmo tempo que auxiliando os pais na árdua tarefa de educação dos filhos? Nada disso! responde o discurso operário. A realidade do trabalho infantil nas fábricas é algo muito diverso do que esta construção falaciosa pretende insinuar: os maus-tratos, as surras, as bofetadas, os pontapés, os espancamentos, os insultos, as multas, toda sorte de castigos corporais que os mestres, patrões e, às vezes, os próprios pais infligem aos menores é o que constitui o cotidiano da garotada. Nada de lanchinhos, sorrisos, carinhos ou ... virtudes. Pancadas e safanões, isto sim!

"Nas fábricas de fósforos marca OLHO, em Niterói, onde o capitalismo voraz dizima sem pudor nem piedade os filhos dos proletários, o mestre José (...) espancou há dias uma pobre criança por uma coisa insignificante.

Na fábrica de fósforos Brilhante, do sr. M. M. Ferreira (...) além de uma correia enorme que o mestre Octávio faz cantar todos os dias nos lombos de desgraçadas crianças que ali enriquecem o capitalista e se arruina por toda a vida o filho do patrão (...) não se farta de seduzir e corromper as raparigas que pode nas fábricas (...)",

noticiava A TERRA LIVRE (22/6/1907). A VOZ DO TRABALHADOR (1/7/1908) também se insurgia recomendando aos jornalistas burgueses que deixassem as belas confeitarias e fossem visitar as fábricas, onde poderiam constatar que ali trabalhavam crianças de 6 a doze anos "em trabalhos superiores às suas forças e que, muitas vezes inexperientes devido à sua idade deixam-se fatalmente apanhar pelas máquinas", ou que com medo dos castigos dos contramestres limpavam as máquinas "com elas em movimento, do que resulta ficarem despedaçados nas engrenagens".

A vida cotidiana do trabalhador infantil nas fábricas, retratada pelo discurso operário, dissipa qualquer ilusão rósea de um ambiente festivo, educativo, descontraído e saudável. Nada disso. As energias infantis se atrofiam, a falta de iluminação, a péssima ventilação, o odor fétido exalado pelos gases, óleos, vapores das máquinas e materiais industriais, a impossibilidade de uma boa alimentação, as longas horas de trabalho ininterrupto, tudo favorece a propagação de moléstias perigosas na fábrica, ameaçando dizimar esta geração de pequenos proletários. Onde buscar os trabalhadores do futuro? A degeneração física e moral da infância operária: primeira preocupação do movimento libertário na luta pela preservação da criança. É possível evitar as consequências sociais e morais desastrosas da exploração do trabalho infantil nessas galeras?

"Nas fábricas de tecidos de São Paulo, (...) a exploração chega a proporções as mais incríveis. Nessas galeras se paga de maneira irrisória e se liquida os míseros ganhos dos operários com muitas iniquidades e extorsões de toda espécie. Nesses infernos se arruinam centenas e centenas de crianças e de jovens que a grande necessidade, e frequentemente a grande avidez de seus pais egoístas e inconscientes sacrificam ao Moloch capitalista". (Avanti, 8/4/1907) (30)

Poucas crianças não apresentavam o organismo definhado tanto por causa da rudeza do serviço quanto devido à deficiência alimentar: sua saúde se consumia no trabalho fabril, alertava A TERRA LIVRE (18/8/1907), comentando os resultados do relatório do Dr. Moncorvo Filho:

"A tuberculose opera livremente e o seu campo de ação é dos mais propícios. (...) Verificou o diretor do Instituto de Assistência à Infância, no exame que fez nos trabalhadores menores da Imprensa Nacional, que todas as crianças que trabalhavam no serviço de impressão acham-se tuberculosas (...)".

Ora, afirmavam os industriais, os próprios pais operários desejam que seus filhos trabalhem em nossos estabelecimentos, pois isto representa um alívio no orçamento doméstico. Os dois lados saem beneficiados deste contrato: os patrões economizam empregando uma força de trabalho não especializada, desvalorizada e, portanto, mais econômica; os pais lucram, completando seu rendimento financeiro. O emprego de uma mão-de-obra tão jovem não deveria então chocar, apela o discurso patronal, pois atende aos interesses dos próprios operários.

O argumento moralista utilizado pelo discurso patronal procura eximir-se de qualquer acusação de barbárie, de desumanidade, de monstruosidade, legitimando-se perante a opinião pública. Afinal, quantas crianças não haviam sido retiradas dos orfanatos, das casas de caridade, dos juizados de menos

res, onde viviam abandonadas em condições muito precárias, para serem empregadas nas primeiras fábricas instaladas no país? Como na Inglaterra ou na França, muitos empresários das indústrias têxteis algodoeiras, informa Stanley Stein, recrutavam sua força de trabalho não especializada nestas instituições de (des)proteção à infância ou ainda, entre os mendigos, órfãos, e desempregados das cidades do litoral.(31) A idéia de que o trabalho viria regenerar e moralizar esta população desocupada e abandonada assumia a forma do exercício da caridade. Por a ordem no mundo da miséria: a atividade do trabalho redimiria esta população indolente e ociosa por natureza. Os pobres, segundo o imaginário social, eram figuras culpadas por que se recusavam a pertencer ao mundo da produção, colocando-se à margem da sociedade; por isso deveriam ser reintegrados a todo custo. S. Stein registra que os editores de um jornal de província de São Paulo saudaram com enorme satisfação a instalação da fábrica São Luiz, em Itú que empregava

"crianças e mulheres... nas máquinas, as primeiras transformando o tempo desperdiçado no ócio em trabalho útil e as mulheres empregando seu tempo de modo mais vantajoso".(32)

O trabalho assalariado de "centenas de órfãos e crianças abandonadas" nos asilos, nas instituições de Irmãs de Caridade e nas Sociedades Beneficentes reduziria os encargos da sociedade para com esta população miserável. Um grupo de industriais afirmava, em 1870, que "não há empreendimento mais humanitário e filantrópico do que proporcionar emprego apropriado para essa grande e crescente parcela da comunidade".(idem)

Não proporcionavam os patrões moradia, vestimenta, alimentação e instrução para essas crianças abandonadas que se tornariam no futuro hábeis operários e cidadãos "bons, inteligentes e habilidosos"? No discurso patronal, o industrial beneficiava econômica e moralmente os pequenos que contratava pois, trabalhando nas fábricas, as crianças estariam "dando alguns anos de sua vida útil numa idade em que seu caráter está em formação e os hábitos regulares da diligência podem ser adquiridos".(33) Em 1883, a tecelagem União Itabirana, no in-

terior de Minas Gerais, propunha que o governo subvencionasse as fábricas de algodão que empregassem "órfãos pobres e sem instrução" e os formassem profissionalmente. "Cinquenta anos depois do aparecimento das primeiras fábricas têxteis", informa ainda Stein, a tecelagem carioca América Fabril empregava 15 "enfeitados" de um hospital de caridade do Rio de Janeiro. Ainda um outro industrial sugeria ao governo que construísse um asilo para "veteranos mutilados de guerra" junto à sua fábrica, em terreno cedido por ele mesmo, prometendo em troca empregar os que estivessem em condições de trabalhar na fiação ou tecelagem.

A estratégia disciplinar de confinamento das crianças no interior das unidades produtivas, retirando-as das ruas ameaçadoras ou do abandono dos asilos, e ainda dando-lhes uma ocupação profissional em período integral justificava-se como meio de formar o novo trabalhador, modelando seu caráter desde cedo. Num campo oposto, o discurso operário denunciava a exploração do trabalho infantil, economicamente mais barato e politicamente mais submisso, desmistificando as vantagens do tipo de adestramento que a atividade fabril poderia propiciar à infância: exaurir suas forças, enfraquecê-las, embutir sua inteligência, atrofiar seus músculos, impedir seu crescimento físico e espiritual. Sô isso. A PLEBE, 24/5/1919, exclamava:

"É na verdade revoltante a opressão que esses industriais exercem, aproveitando-se covardemente da fraqueza das crianças. (...)"

Segundo o discurso operário, nem a fábrica propiciava um ensino profissionalizante aos menores, nem este recebia uma remuneração compensadora dos desgastes que sofria. Anos depois, o mesmo jornal lamentava desolado que as condições de exploração do trabalho infantil haviam se alterado em muito pouco, persistindo o mesmo quadro desanimador das décadas anteriores:

"Com efeito, basta permanecer à porta de qualquer fábrica, à hora de principiar ou de cessar a laboração, para se constatar que uma enorme le-

gião de crianças, entre os 9 e 14 anos, se definiha e atrofia, num esforço impróprio de sua idade, para enriquecer os industriais gananciosos, os catalistas ladrões e bandoleiros. (...)

Hodiernamente, as condições de trabalho para os menores pouco se modificaram. A jornada está, é certo, reduzida a 8 horas para muitas fábricas; os salários aumentaram (...) em muitos centros de trabalho, uns tristes reaes (sic). Mas que importa isso? Os mestres, os encarregados, os diretores das fábricas, que para os filhos são todos blandícias e carinhos, para as crianças proletárias mostram-se uns verdadeiros arrascos. Há por aí muita bastilha de trabalho onde impera a maior das iniquidades, o pior dos despotismos. Maltratam-se crianças com mais insensibilidade do que se espanca um animal.

Edificante, não acham?" (A PLEBE, 10/9/1919)

Evidentemente, a utilização do trabalho infantil, como do feminino, permite um acréscimo do lucro do capitalista, já que os salários pagos a esta força de trabalho são muito mais baixos e a exploração é maior. Este motivo econômico da preferência pelo emprego das crianças e mulheres no trabalho fabril no começo do século não foi poucas vezes denunciado pela imprensa operária. A PLEBE, de 18/9/1919, reclamava que os proprietários de uma fábrica de tecidos haviam despedido 17 antigos operários para contratar menores em seu lugar, "porque as crianças são exploradas mais facilmente e contentam-se com pequena remuneração".

Em outro artigo, o mesmo jornal comparava que na fábrica "Pedro Stefato", composta por uma grande maioria de moças e crianças, os operários melhor remunerados ganhavam 350 réis por hora, perfazendo 2\$800 em 8 horas, enquanto que as moças com até 15 anos de idade, ganhavam por hora 70 réis, o que significava 560 no mesmo período de 8 horas de trabalho. (A PLEBE, 23/9/1919)

Em alguns momentos, o próprio patronato confessa suas motivações. Na França, em 1837, diante da Câmara de Comércio de Lille, um industrial abria o jogo:

"é uma economia notável devido à inferioridade do salário exigido pelas crianças para os trabalhos que exigem menos força do que habilidade". (34)

De fato, a absorção das crianças no processo de industrialização das primeiras décadas do século atinge cifras elevadas, que estudos consagrados já analisaram. (35) Maria Alice Rosa Ribeiro, estudando as condições de trabalho nas indústrias têxteis paulistas mostra que em 1894, em cerca de 5019 operários empregados nas indústrias localizadas na capital, 840 pertenciam ao sexo feminino e 710 eram menores, "correspondendo a 16,74 e 14,15% respectivamente do total do operariado paulistano" (p.151) E a despeito de algumas medidas legislativas de proteção ao menor, como a regulamentação do trabalho infantil incluía no Código Sanitário de 1894, que proibia o emprego de menores de 12 anos nas fábricas, ou o regulamento de Serviço Sanitário de 1911, que proibia o trabalho noturno de menores de 18 anos, assim como o emprego de menores de 10 anos nas unidades produtivas, poucos industriais respeitavam estas disposições, conforme os inquéritos estatísticos denunciavam.

Segundo dados fornecidos pelo DET, a fábrica Mariângela empregava 612 menores de 12 a 16 anos num total de 1903 operários, no ano de 1912, dos quais 513 pertenciam ao sexo feminino e 99 ao masculino. Entre essas crianças, 6 ainda não tinham completado 12 anos. No Cotonifício Crespi, ainda segundo os resultados da inspeção do DET,

"É grande o número de menores em serviço que trabalham nas massarocas, fiação e franjaria: 337 menores de 16 anos, em um total de 1305 operários". (36)

Em 23 fábricas visitadas, dos 10.204 operários recenseados, 2.648 pertenciam ao sexo masculino e 6.801 ao feminino. Destas, 1706 eram menores de 22 anos, 2.966 tinham de 16 a 22 a-

nos, 1885 situavam-se na faixa dos 12 aos 16 e 244 tinham menos de 12 anos. Entre os operários, 1825 eram de idade inferior a 16 anos, 696 tinham idades compreendidas entre 12 e 16 anos e 127 eram menores de 12 anos. Inúmeros outros dados são fornecidos por Esmeralda Blanco Moura.

Contra esta situação, é criado em 1917, alguns meses antes da greve geral que paralisaria São Paulo, um Comitê Popular de Agitação Contra a Exploração dos Menores nas Fábricas, pela iniciativa do Centro Libertário de São Paulo. Propunha-se a luta pela libertação das crianças da "escravidão dos ergástulos do trabalho". (A PLEBE, 9/6/1917). As notícias sobre a movimentação promovida pelo Comitê não duram muito meses. De qualquer forma, os líderes anarquistas insurgiam-se contra o abandono em que se encontravam as crianças entregues à livre exploração do capital, arruinando sua saúde, vítimas de doenças contraídas em função da miséria e do trabalho extenuante. Em vários manifestos, o Comitê procura ganhar a adesão da opinião pública, dos médicos, educadores e autoridades sanitárias e políticas, além evidentemente do próprio movimento operário, em vista de "preservar as novas gerações dos danos morais e materiais que podem resultar de seu trabalho precoce". (Fanfulla, 12/3/1917). (37)

Colocando-se absolutamente contra a exploração do trabalho infantil nas indústrias, o movimento procurava convencer os pais de que deveriam poupar seus filhos de tamanho sofrimento, em favor do futuro da criança. Assim, em vez de empregar seus filhos nas "bastilhas industriais", por que não reivindicar através de um movimento organizado, melhores condições de trabalho e salários mais elevados?

"Sabe-se que a situação da classe operária é bastante difícil, que esta classe não ganha o necessário à sua sobrevivência, mas por consciência, por misericórdia, não venha a romper a corda pelo lado mais fraco, lançando sobre a infância o pesado fardo destas vicissitudes da vida. (...)

Procurem as classes operárias uma solução mais

justa, mais honrada para suas condições. Reclamem dos patrões a redução das horas de trabalho, a fim de diminuir o número de operários desocupados; exijam aumento de salário; promovam movimentos tendentes a fazer reduzir os preços dos alugueis, dos gêneros de primeira necessidade; protestem contra os exorbitantes impostos federais, estaduais e municipais, a fim de que a classe operária possa alimentar honestamente os seus filhos e fornecer-lhes uma instrução intelectual e profissional, e ao invés de criar um rebanho de raquíticos, enfermos e estúpidos, possa fazer surgir uma geração sã, forte e inteligente, apta ao trabalho, disposta a concorrer eficazmente à felicidade do seu lar, pelo progresso e pela liberdade". (38)

Além de toda a agitação em prol da preservação da infância operária, o movimento liderado pelo Comitê Popular parece também preocupado em redirecionar a criança à escola para garantir o espaço masculino do trabalho frente a concorrência desta força de trabalho mais barata. Trata-se também de um movimento de defesa do emprego do trabalhador adulto frente à concorrência do trabalho infantil e das mulheres. Vários artigos evidenciam esta preocupação mesmo antes da constituição do Comitê. Em 1904, O TRABALHADOR GRÁFICO lamentava-se da substituição do trabalho masculino adulto pelo da criança ou da mulher:

"Aos encadernadores:

*(...) Por conveniência própria, em prejuízo de honrados pais de família, exploram vergonhosamente meninos aprendizes, usurpando os suores dessas pobres crianças pela miserável quantia de 500, 1\$000 e 1\$500 por dia, enquanto deixam de lado criminosamente aqueles que têm certa responsabilidade social, que têm grande prática do ofício. Mas como reclamar, se os patrões no seu egoísmo fe-
roz preferem o serviço mal feito ao bem feito e correto, desde que corra em seu proveito?" (39)*

Alguns anos depois, o jornal *Il Piccolo* criticava os pais que permitiam a utilização de seus filhos menores nos trabalhos extenuantes das fábricas, trabalhos estes que deveriam ser realizados por homens adultos, mais preparados física e tecnicamente para enfrentar a exploração cega dos capitalistas.

"O homem que manda seu filho à idade de sete ou oito anos, para trabalhar numa fábrica, comete um delito, condena o seu pequeno à morte prematura, ao esgotamento progressivo do organismo, à degeneração.

Antes dos 14 anos não se pode, sem atentar contra sua vida, fazer com que as crianças realizem trabalhos exaustivos, como realizam, hoje, em muitas fábricas.

O trabalho das crianças não resulta em nenhum proveito à produção geral, e vem, ao contrário, concorrer para o total detrimento da sociedade. Nas fábricas há milhares de crianças que trabalham, mas fora há também milhares de homens jovens e fortes que não encontram trabalho. (...)" (idem)

No discurso operário a questão do trabalho infantil assumia a dimensão de luta pela preservação do campo de trabalho do homem adulto, mas ao mesmo tempo refletia a preocupação de proteger as crianças contra a degeneração física e moral advinda da atividade fabril. Nesse sentido, também o movimento operário atuava no sentido de enviar a criança à escola, como a mulher ao lar, refletindo uma representação imaginária da criança como ser frágil, irracional, inocente, que deveria ser moldado e preparado gradualmente para a vida adulta.

A Resistência Infantil

Mas como pensar esta realidade desumana e massacrante ou edificante e saudável do mundo do trabalho na perspecti-

va das crianças mesmas, cujas vozes nunca podem ser ouvidas? Suposições, inferências, deduções... alguns registros de atos de revolta. Os constantes castigos, surras, bofetadas, espancamentos que os contra-mestres infligem aos pequenos poderiam revelar uma resistência surda e abafada das crianças às imposições disciplinares da produção. Jacob Penteado, em seu livro de memórias BELENZINHO, 1910, relembra o episódio de resistência dos pequenos trabalhadores que, na saída da fábrica, escondem-se nos morros, cavam trincheiras e esperam com estilingues de borracha a passagem do contra-mestre sobre o qual lançam chuvas de pedras:

"Os maus tratos foram tantos e tão frequentes que, certa noite, as vítimas resolveram vingar-se. Reuniram-se em grupo e acoitaram-se num terreno baldio, localizado no trajeto que Casanova costumava percorrer (...). Local ótimo para o fim que almejavam: um campo ermo, com as trevas bastante densas, (...).

Quando perceberam que Casanova se aproximava, cambaleando, sob a ação do álcool, levantam-se e descarregaram tamanha saravada de pedras, pedregulhos e cascos de tijolos no gringo, que este se viu impotente e, aturdido e ferido, caiu gemendo com a cabeça rachada (...)"(40)

Difícilmente encontram-se relatos sobre a resistência infantil à organização capitalista do trabalho mesmo na imprensa operária. No entanto, as frequentes denúncias dos maus-tratos e repressões sofridos pelas crianças por parte da hierarquia fabril fazem supor a existência, frente à violência do mundo adulto, da evasão da criança no ato de brincar, de correr, de conversar por entre as máquinas durante o período do trabalho. Impossível deixar de imaginar como a fábrica deve ter representado para elas um mundo entediado, repetitivo, monótono, sem graça, severo e rígido como um internato de religiosos onde elas se tornam prisioneiras. A TERRA LIVRE, de 1/6/1907, registra um episódio ilustrativo:

"Tecelagem - (...) Presenciei, porém, há dias um fato que pode ser referido como amostra do que ali se passa. Um pequeno, que o mais que podia ter era 8 anos, andava na sala do pano a apanhar canelas vazias para levar à fiação; de repente, porém, levado por impulsos próprios da sua idade, pôs-se a brincar com um boneco que ali improvisara, não sei como.

Estava o pobre menino nisso quando o mestre do pano o surpreendeu por trás com um tremendo sopro na cabeça, deixando-o estendido no chão.(...)".

As fugas dos locais de trabalho também requeriam esta vigilância física, atenta, constante sobre as crianças-operárias. Jacob Penteado descreve esta forma de resistência infantil no interior de uma fábrica de vidros:

"Não havia instalações sanitárias, apenas fossas ou o ...mato. Onde houvessem latrinas, os meninos, à hora da saída, eram obrigados a limpá-las; isto é, a fazer faxina, como nos quartéis. Para isso, os porteiros não os deixavam sair, antes de cumprida tal obrigação. Muitas vezes os meninos atacavam o porteiro a pedradas e pulavam o muro, fugindo pelos capinzais que circundavam as fábricas". (p.142/3)

A resistência das crianças no interior do processo de trabalho não se manifesta apenas na forma de deserção ou fuga ao trabalho, no "freio" à produção nas prováveis brincadeiras não contadas que tornavam os contramestres tão furiosos e violentos sobre os menores. A PLEBE, de 1/5/1927, discorrendo sobre a greve dos tecelões de Sorocaba nos dá um importante testemunho da participação infantil na deflagração e na sustentação do movimento paredista, na fábrica Votorantim:

"(...) O PRIMEIRO SETOR DE ATAQUE"

No dia 25 do mês passado foi afixado um aviso de que a fábrica passaria a trabalhar 10 horas e que, de 1º de abril em diante, passariam a ser

pagas como ordinárias as horas até então contadas como extraordinárias, ficando dependendo da gerência o aumento ou a diminuição das horas de trabalho.

(...) O INICIO DA GREVE

No dia imediato, à hora de começar o trabalho, (os trabalhadores paralizam a fábrica). Ao mesmo tempo que os mais conscientes os chamavam (aos inconscientes) ao cumprimento do seu dever, a criançada (vítimas prediletas da exploração burguesa), com a irreverência e a rebeldia espontâneas próprias da infância, fê-los recuar a pau e a pedrada num gesto animador de consciência nascente, ao grito de - Viva a jornada de 8 horas!"

Quinze anos antes, o Comitê de Greve da fábrica Voto-rantim publica um panfleto explicando os motivos que levaram ao movimento paredista naquela indústria:

"(...) Hoje, ainda hoje, mais um crime revoltante acaba de perpetrar-se naquela bastilha: - Centenares de crianças que ali se estiolam na seção de fiação, cansadas de serem exploradas miseravelmente e, ultimamente coagidas a trabalhar 9 horas por dia, resolveram abandonar o trabalho, para fazerem respeitar a jornada de 8 horas. Foi quanto bastou para que os janízaros (...) trancassem todas as portas e janelas da fábrica, querendo, assim, evitar que os pequenos mártires do trabalho pudessem regressar a seus lares. (...)" (Gritos meus)

O texto termina lembrando aos operários que "neste instante estão reunidos todos os industriais de Sorocaba, para estudarem os meios mais práticos de submeterem os pequenos grevistas. Se o vosso apoio não chegar a tempo, as crianças serão vítimas de seus algozes, que algozes nossos são". (41)

E em 30/10/1909, A VOZ DO TRABALHADOR noticia a luta dos operários infantis pela elevação de seus salários:

"A 9 do mês de setembro findo, os portadores (meninos de 10 a 15 anos de idade) da fábrica de vidros Santa Marina, pediram à diretoria da fábrica 500 réis de aumento nos seus salários. O gerente Basilio Monteiro da Silva recebeu-os com insultos e modos grosseiros, próprios dum escravocrata, motivando, assim, a greve dos portadores".

Os operários da fábrica aderem totalmente ao movimento grevista e lançam uma campanha de boicote a todas as marcas de cerveja da fábrica Antártica para pressionar a Cia. a ceder às suas reivindicações. Para intimidar os grevistas, a Companhia intima-os a abandonarem as casas da empresa. Todos mudam instalando-se em casas de amigos ou arranjam-se de outro modo. A solução encontrada por um grupo de trabalhadores foi a seguinte:

"no terreno dum amigo dos operários os grevistas construíram habitações à moda da roça, com paus a pique e cobertos de sapê, ali vivem todos em comum, fazem a comida em comum, o pão é feito pelos próprios grevistas, enquanto que uns vão ao mato buscar lenha para o forno ou fogão, outros se encarregam de outros afazeres, tudo em benefício deles próprios.

Quando é à tarde escuta-se o canto CARMIGOLE ou da INTERNACIONAL". (42)

A industrialização no Brasil foi realizada em grande parte por esse pequeno produtor, que trabalhava tanto quanto os adultos, senão mais, mas que recebia menos por ser menor. Nas fábricas de vidro, seu trabalho era indispensável, assim como em outras indústrias. O industrial Matarazzo, por exemplo, chega a adquirir máquinas pequenas, adequadas ao tamanho das crianças, para aumentar a produtividade do trabalho na fábrica Mariângela. Jacob Penteado descreve ainda o trabalho infantil

no interior da Cristaleria Itália, também chamada de Fabriqui-
nha, onde as crianças acabavam sendo exploradas também pelos
operários de quem eram ajudantes. Prática comum nas unidades
produtivas. Naquele estabelecimento fabril, os pequenos deviam
chegar antes que os oficiais

*"porque tinham que encher de água os latões e
tinas, onde as peças eram reaquecidas para o aca-
bamento". (p. 117)*

Com isso, as crianças operárias acabavam trabalhando ainda mais
que os adultos e "quando a fusão do vidro retardava, aumenta-
vam para onze, doze e até quinze horas de trabalho". (p.117) As
crianças carregavam pesados latões de água ou as tinas de 20 a
30 quilos e a água transbordante secava diretamente em seus
corpos.

Podemos comparar as informações fornecidas por Jacob
Penteado com as observações do historiador Jean Sandrin sobre
o trabalho das crianças nas fábricas francesas: as mesmas vio-
lências. A exploração do capital exercida na figura do contra-
mestre ou do patrão, soma-se a exploração dos operários adul-
tos que as crianças deveriam ajudar:

*"Em inúmeras profissões o trabalhador adulto
escolhe, sem informar particularmente o patrão,
seu ajudante infantil. Advinha-se que abusos es-
tas práticas favoreciam". (43)*

Como pensar então na infância como idade do desgover-
no e da desrazão, zona muito próxima do campo da loucura, ou
na imagem de fragilidade, inocência, incapacidade da criança,
imersa no mundo da fantasia e da imaginação, que toda uma tra-
dição cultural nos tem legado? Salta à vista toda uma série
de adjetivos pejorativos construídos pela linguagem dos adul-
tos para qualificar o menor, que acaba rebaixando-os e des-
locando-os para um outro campo do social, a começar pela
própria ambiguidade do adjetivo infantil. Até que ponto esta
representação imaginária da infância instituída num lento movi-
mento de séculos, como mostra Ariès, não se choca contra o fa-

to de o proletariado, não só no Brasil, ser constituído em grande parte por esta força de trabalho específica que além de produzir a riqueza social lutou de maneiras as mais imperceptíveis contra a dominação do capital?

A PEDAGÓGIA LIBERTÁRIA E A FORMAÇÃO DO HOMEM NOVO

Mas então, como formar este novo personagem capaz de conviver livremente com as mais variadas diferenças, de idade, de sexo, de cor, de regiões, sem todos esses preconceitos que nos atravessam criando enormes muralhas entre as pessoas, dificultando toda comunicação e entendimento, responsáveis insensatos por tantos desencontros, por tantos desajustes? Adultos, já nos perdemos. Seremos capazes de quebrar tantas molduras, desfazer-nos de nossas máscaras? Nossa grande esperança está aí, diante de nós: a infância. Uma educação especial, capaz de respeitar sua especificidade, de deixá-la falar na linguagem que preferir, sem ter de suportar tantas obrigações, tantos deveres, tantas punições, todas estas coisas que jogamos sobre seus ombros, sobre seu corpo mesmo, da roupa ao brinque-do, que a fazemos literalmente engolir nos horários que determinamos. Por que não deixá-la fazer e dizer o que deseja, expressar sua diferença, sem recriminações? Suportaremos não nos ver refletidos em suas pulsões infantis como diante de um grande espelho cujas formas projetassem nossas imagens reduzidas?

As experiências daquele homem abrem perspectivas luminosas. Afinal, na Espanha, em Barcelona, 1901, consegue por em prática suas idéias, seu projeto educativo e fundar a "escola moderna": Francisco Ferrer y Guardia. Por vários anos, a imprensa anarquista o homenageia na data de sua morte: fotos, artigos, poesias, manifestações públicas e passeatas. O fuzilamento em 1909 pelo governo espanhol é comemorado na poesia:

À MEMÓRIA DE FERRER

*"Educar para a vida a mocidade.
Para uma vida forte e sem mentira?
Horror! Isto é a anarquia, isto conspira
Contra o céu, mais o troco, mais o abade!*

*Morte ao infiel, ao que à loucura aspira!
A Terra é muito mais nossa propriedade,
Não deixemos morrer a autoridade,
Como se esvae o fumo duma pira!*

*Morte ao infiel - E a terra horrorizada
Viu a ressurreição de Torquemada
Dum mar de sangue, horrível e iracundo;
Num nacer da inquisitoria sanha,
Viu Ferrer aucumbir dentro da Espanha,
- Para viver no coração do mundo!"*

Beato da Silva (A PLEBE, 14/10/?)

O que se pode esperar da educação tradicional, senão que constitua indivíduos padronizados, dóceis, disciplinados e profundamente autoritários? É para isso que serve a escola burguesa: para fazer as pessoas aceitarem cegamente as normas estabelecidas, para incutir valores sociais e morais da classe dominante, para produzir e reproduzir indivíduos concebidos à sua imagem. E isto através de relações autoritárias, punitivas, coercitivas, estabelecidas entre professores, de um lado e alunos, de outro. A escola não nasceu para disciplinar, como afirma Ariès?

O eixo da crítica formulada pela pedagogia libertária dirige-se contra o exercício do poder nas relações sociais em todos os espaços de sociabilidade em que se produzam: na escola, na casa, no trabalho, nos lugares de lazer. Não importa. Ferrer propõe um tipo de escola que não incentive a concorrência e o espírito de competição entre as crianças, como ocorre nos institutos disciplinares burgueses, mas que crie condições para a descoberta de novas formas de convivência basea

das na cooperação, na confiança e no respeito mútuo. A escola racional ou moderna não pretende realizar uma grande obra de ortopedia social, nem segrega as pessoas segundo as suas diferenças. Ela pode ser frequentada por indivíduos de meios sociais diferentes, de idades variadas, de ambos os sexos. As escolas mistas facilitam o convívio e o conhecimento entre homens e mulheres, colocando-os numa relação de igualdade desde cedo.

A educação anarquista deve fazer da criança um "animal selvagem", na expressão da pedagoga sueca Ellen Key (1849-1926), colaboradora do Boletim da Escola Moderna publicado por Ferrer entre 1901/1909 e admirada por Maria Lacerda de Moura: porque ela deve ter iniciativa, vontade firme, tornar-se um conquistador, um ser observador, cheio de imaginação, forte o suficiente para poder resistir e afirmar-se na vida contra esta educação cotidiana que se faz pelas condições circundantes ensinando-a a acomodar-se, a não se rebelar, a obedecer às inúmeras interdições: "é proibido"... O novo homem deve ser capaz de andar sobre as próprias pernas, voar com asas seguras para espaços novos e desconhecidos, aventurar-se, mergulhar profundamente. Nada disso é possível com uma educação que exige obediência e submissão: aos pais, aos mestres, aos chefes, aos governantes, aos preconceitos, a toda sorte de imposições. E que cobra um alto preço aos que se recusam, aos que querem escolher um caminho próprio.

A concepção libertária da formação do homem novo se choca frontalmente com o preconceito burguês de que os castigos e a repressão são instrumentos necessários e fundamentais para a formação do caráter desde a mais tenra idade. Na representação burguesa, a criança se assemelha a um selvagem em que prevalecem os instintos que, por natureza, são perigosos, maléficos e que devem ser domesticados pela razão. Esta oposição entre natureza e cultura aparece nitidamente numa comunicação apresentada no 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância por Taciano Basílio, em 1922, cujo eixo é a defesa do "CASTIGO ÀS CRIANÇAS":

"Com essa orientação racional, só há vantagens em reprimir com firmeza as más inclinações, infligindo-se gradativamente os castigos em geral, para que a criança perceba obter maior lucro para si na abstenção da prática de determinados atos. Ligarã então a idêia de bem ao que lhe é permitido e de mal ao que lhe é vedado ou na linguagem familiar será bonita se não desagradar aos pais e feia no caso contrário.

Isso porque a sua inteligência não pode alcançar a substância dos princípios de ordem moral, nem mesmo aquilatar as conseqüências imediatas ou remotas de suas ações.

Assim sendo, terá para regular o móvel de seu procedimento, a vigilância paterna que atuarã antes de qualquer punição pela simples inflexão da voz, severidade do olhar ou por significativo silêncio". (p. 11)

A repressão das tendências naturais da criança deverá, segundo ele, ser tanto física, através dos castigos corporais, safanões, palmadas e bofetadas, quanto passar de modo sutil pelo gesto, pelo jogo do olhar, pelo tom da voz, ou pelo silêncio pesado. A concepção libertária da educação propõe exatamente o oposto desta forma de relacionamento opressivo com a criança: busca formar pessoas críticas, desenvolver a espontaneidade criadora, libertar o homem das superstições, credices e preconceitos que inibem seu crescimento pessoal, através de um outro procedimento pedagógico. Partindo de uma outra representação da criança, os anarquistas não aceitam que ela seja esta "cera mole", na expressão do dr. Moncorvo Filho, onde devem ser inscritos os preceitos de uma moral puritana ou um perigoso selvagem em quem predominam instintos potencialmente criminosos. Ao contrário, para os libertários, a criança possui aptidões naturais positivas que as práticas pedagógicas devem ajudar a desenvolver. A educação deve respeitar a personalidade infantil, atribuindo importância às necessidades reais e profundas da criança. Recuperando a fê rousseauniana na bonda-

de natural do homem, os anarquistas consideram que não há por que reprimirem-se as tendências naturais da infância por uma educação autoritária e vitoriana.

Ferrer criticava os métodos de ensino da escola tradicional, instrumento da dominação de classe: a escola racionalista não deveria ser esta "espécie de aparelho para exame ininterrupto que acompanha em todo o seu cumprimento a operação de ensino", como diz Foucault(44). Nada de exames codificando, registrando, anotando, informando-se sobre cada gesto do aluno. Nem prêmios, nem punições, nem castigos físicos ou morais, hierarquizando os indivíduos, distribuindo-os nas escalas do melhor ao pior, do mais comportado ao preguiçoso, estimulando as rivalidades, e catalogando... Contra o sufoco da educação burguesa, Ferrer pretende que a escola moderna consiga fazer de cada aluno seu próprio professor. E "si un dia, con el ardor y la libertad que nos deberán, combaten los dogmas de nuestra imperfecta sabiduria, tanto mejor!"(45)

A escola racionalista é laica e privada, pois sendo a religião e o Estado sustentáculos dos privilégios sociais só podem oferecer um ensino autoritário e dogmático, a serviço dos dominantes. A cultura deve ser democratizada, seu acesso facilitado às camadas desfavorecidas da população e deve estar adaptada às suas necessidades, sem a parafernália dos conhecimentos livrescos e inúteis. Nenhuma classe ou grupo social tem o direito de deter o monopólio da cultura: na sociedade burguesa, o saber torna-se uma arma nas mãos dos poderosos; a verdade sempre lhes pertence. Mas não se trata simplesmente da apropriação do saber. É também a própria ciência, que se constitui para legitimar a dominação, que deve ser questionada. Com Bakunin, Ferrer compartilha da desconfiança do cientificismo, considerando a ciência não como um saber neutro mas como "instituição de classe". Não é a toa, afirma ele, que aqueles que detêm o poder "esforçando-se por conservar as crenças sobre as que antes se baseava a disciplina social, trataram de dar às concepções resultantes do esforço científico uma significação que não poderia prejudicar às instituições estabelecidas".(46) Bakunin, por sua vez, opunha à ciência ofi-

cial posta a serviço da burguesia, a ciência popular, que deveria estudar e aprofundar os pensamentos e as esperanças do povo.

Segundo a doutrina anarquista, o conhecimento deveria basear-se na experiência, na observação direta, na descoberta individual e não nas "longas e fatigantes preleções e recitações fastidiosas e sem sentido". (A TERRA LIVRE, 23/2/1907).

Assim, *"O que é verificável pelo próprio aluno, o que é demonstrável, o que é acessível, claro, lógico para a criança, o que ela pode por si mesma descobrir ou desenvolver - isso será preferido a todas as divagações metafísicas ou filosóficas, a todas as afirmações impostas pela autoridade do pedante, que não podem senão habituar à preguiça intelectual. E por isso a escola não será religiosa, nem anti-religiosa, não será política, não será dogmática, mas irá buscar a lição de coisas, à natureza vivida e provocada, ao vasto campo das ciências exatas, ao raciocínio espontâneo e fácil, os motivos de agradável estudo para as inteligências que desabrocham (...)"*. (idem)

Sebastien Faure propõe que a criança seja afastada da mentira, do erro, da preocupação e que conheça e ame a verdade. No entanto, pergunta:

"Mas onde está a verdade? Quem a possui? Quem pode considerar-se como seu detentor?"

E responde:

"A verdade não existe, cria-se; não está de traz de nós, mas diante; é como a cidade que se vai edificando e que dia a dia se embeleza e se ilumina. Unicamente os dogmáticos e os metafísicos se podem ensoberbecer em vão com a posse da verdade e a julgar-se com o direito de impor aos outros. (...) Já que a verdade se acha dentro de nós, é necessário deixar que a criança procure

por si mesma essa verdade cada vez mais grande e luminosa para a qual nos dirigimos. (...)" (1/1/1910)

Ao contrário da concepção originária de educar - do latim educare - que significa endireitar o que está torto, concepção que justifica a adoção de métodos repressivos e autoritários de enquadramento da infância e da adolescência, a escola racionalista pretende favorecer o desenvolvimento das tendências positivas da criança. O professor tem pouco que ensinar mas deve observar muito, aproveitar as circunstâncias para que seu aluno descubra por si mesmo os inúmeros fatos de todo gênero, as múltiplas relações que mantêm entre si. Ferrer explica: na escola moderna, "toda imposição dogmática era rechaçada, qualquer incursão na área da metafísica abandonada e, pouco a pouco, a experiência formava a nova ciência pedagógica, não sô por meu empenho, mas pela ação dos primeiros professores e, em ocasiões, até pelas dúvidas manifestadas pelos alunos". (47)

O processo de aprendizagem deveria realizar-se de maneira prazerosa e as práticas lúdicas, como os jogos, eram valorizados visando

"arrancar o aluno das salas de aula com mutismo e quietude insuportável, características da morte, substituindo-as pela alegria e bem-estar infantil".

Afinal, continuava A TERRA LIVRE (23/2/1907), a escola não deveria ser um lugar de tortura, rígido e assustador para as crianças,

"mas um lugar de prazer e de recreio, onde elas se sintam bem, onde o ensino lhes seja oferecido como uma diversão, procurando aproveitar a sua natureza irrequieta e alegre, as suas faculdades e sentimentos, falando mais ao olhar que ao ouvido, dedicando-se mais à inteligência do que à memória, esforçando-se por desenvolver harmonica e

integralmente os seus órgãos".

A experiência e os ensinamentos de Ferrer y Guardia, que na década de oitenta viajara para a França, onde entrara em contato com pedagogos e com instituições educativas inovadoras, são discutidas na imprensa anarquista em inúmeros artigos, ao lado de outros teóricos libertários como Sebastian Faure e Eliseu Réclus. Seu projeto educativo é propagandeado desde antes de sua morte, embora as primeiras escolas modernas no Brasil surjam em 1912. Os comitês pró-escola racionalista debatem as idéias pedagógicas daquele espanhol por vários anos antes da sua fundação. Em A TERRA LIVRE (1/1/1910) eram expostos os objetivos deste projeto educacional:

"A Escola Moderna propõe-se libertar a criança do progressivo envenenamento moral que por meio de um ensino baseado no misticismo e na bajulação política, lhe comunica hoje a escola religiosa ou do governo; provocar junto com o desenvolvimento da inteligência a formação do caráter, apoiando toda concepção moral sobre a lei de solidariedade; fazer do mestre um vulgarizador de verdades adquiridas e livrá-lo das peias das congregações ou do Estado, para que sem medo e sem restrições lhe seja possível ensinar honestamente, não falseando a história e não escondendo as descobertas científicas.

O ensino racional baseando-se sobre a razão e não se curvando à fé, plasmará, portanto, indivíduos independentes, capazes amanhã de escolher o próprio caminho na sociedade e indivíduos humanos, pois não se fará da escola o que hoje é, uma causa da rivalidade, uma fonte de idéias absurdas e de preconceitos rancorosos (...)

Possivelmente o ensino será integral, exercitando o aluno progressivamente em todos os conhecimentos intelectuais e físicos. Havendo recursos será também cultivado o ensino profissional.

Enfim a Escola Moderna propõe-se fazer da criança um homem livre e completo, que sabe porque estudou, porque refletiu, porque analisou(...)

Estas são as normas fundamentais que servirão de base à Escola Moderna. (...)"

Assim como Proudhon e Bakunin, Ferrer propunha a superação da divisão entre trabalho manual e intelectual, de modo que a humanidade pudesse recuperar sua unidade originária perdida. A sociedade cindida entre aqueles que detêm o saber e aqueles que executam as tarefas braçais só pode comportar relações de dominação; assim, a superação da divisão social do trabalho só poderia ser conseguida na medida em que todos pudessem exercer simultaneamente atividades manuais e intelectuais sem privilégio da instrução a uns e todo o trabalho físico e alienante a outros, autômatos escravizados. Portanto, desde a própria escola, o aluno deveria participar da fabricação dos instrumentos didáticos, da manutenção das salas, do cuidado com os jardins e com as bibliotecas, tornando-se um sujeito ativo no processo pedagógico em todos os sentidos. O que seria também uma maneira de quebrar a hierarquia e a distância dos papéis atribuídos a professores, alunos e funcionários, evitando que cada um se especializasse rigidamente em uma atividade limitada. Além disso, defendia-se a aprendizagem de um ofício manual na escola que habilitasse os alunos pobres a enfrentarem as contingências da vida. João de Barro completava:

"(...) Uma escola para crianças pobres falsearia o seu fim se não desse a essas, de todos os meios de ganhar o pão nosso de cada dia, aquele que é de mais rápida remuneração". (A TERRA LIVRE, 18/3/1907)

A preocupação com a valorização da criança em todos os sentidos, com o respeito à sua particularidade, como ser que tem vontade própria e diferente da dos adultos constitui um dos principais pontos da proposta de educação libertária. A denúncia do abandono dos pequenos a uma educação embolorada, tradicional e alienante, "em que a vontade individual era tida como um defeito, que a todo transe era necessário expurgar" (A TERRA LIVRE, 2/4/1907) remete à questão do direito das

crianças:

"Pois à pergunta: a quem pertence a criança? respondo resolutamente: nem à família nem ao Estado, mas a si própria. E ao suposto direito da Família e do Estado cujas entidades não tem respeito pela criança débil, ignorante e desarmada mais que deveres, oponho o direito Criança.

A criança tem direito ao pão do corpo, desenvolvimento físico; ao pão da inteligência, desenvolvimento intelectual, e ao pão do coração, desenvolvimento do seu ser afetivo; por conseguinte, a educação tem por fim fisicamente, formar corpos sãos, robustos e belos; intelectualmente, constituir inteligências cultivadas, e moralmente desenvolver corações bons, generosos e fraternais". (A TERRA LIVRE, 1/1/1910). (48)

A educação anarquista pretende ser "integral", eliminando as fronteiras que separam e opõem o trabalho manual e o intelectual e as relações de dominação decorrentes. Meio de superar a alienação do homem, a "instrução integral" impediria que o saber estivesse nas mãos de uns poucos que ditariam a todos os demais o caminhos a serem percorridos, permitiria o desenvolvimento harmonioso de todas as potencialidades humanas. Assim, a criança trabalhadora que na sociedade burguesa é marginalizada, transformada desde cedo em "burro de carga" por que muito nova precisa entrar na fábrica e submeter-se às vontades dos patrões, dos contramestres, dos próprios operários e ainda às exigências da máquina, poderia emancipar-se, aprendendo a autogovernar-se, a defender-se, a fazer valer seus próprios desejos desde cedo. Afinal, mesmo que na sociedade burguesa a criança pudesse frequentar a escola e o trabalho infantil nas fábricas fosse proibido, analisa Eliseu Réclus, que tipo de instrução receberia? Um saber incompreensível, absurdo, decorativo, que lhe seria passado à força, como obrigação:

"Depois do absurdo alfabeto que lhe faz pronunciar as palavras de maneira diferente do modo como as escreve, e que acostuma previamente a todas as tolices que lhe são ensinadas, vem as regras gramaticais que recita de memória, em seguida as bárbaras nomenclaturas a que dão o nome de geografia, e ainda por cima relato de crimes reais conhecidos com o nome de história.

E, como pode, mais tarde, a criatura - ainda a melhor dotada - desembaraçar o seu cérebro de todas estas coisas que fizeram encasquetar à força, umas vezes à custa de um trabalho excessivo, outras até com a ajuda do chicote? Além disso, não tem essas escolas a sua escravidão: horas de aula e grades nas janelas?

Se se desejar uma geração livre, é mister começar por destruir as prisões chamadas colégios e liceus". (14/10/1917)

O absurdo da educação e do saber burgueses: obrigam-se as crianças a assimilarem todo um conjunto de informações desnecessárias para sua vida prática, no interior de espaços celulares, fechados, onde se exerce uma vigilância panóptica ininterrupta sobre todos. Crianças: vocês não devem brincar, nem fazer algazarras, gritar ou agitar, nem devem colar nas provas, nem virar para o lado. As cadeiras já estão fixas nos devidos lugares, todos perfeitamente enfileirados. Tudo o que importa é garantir a ordem aqui dentro, lá fora e em toda a parte, literalmente. Sem turbulências, sem agitação, sem risinhos e cochichos. Crianças-operárias, crianças-estudantes, o controle disciplinar não faz distinções de alvos: incide sobre todas. Ela deve aprender a respeitar, isto é, a temer, a submeter-se aos superiores hierárquicos, aos horários, aos regulamentos, às instruções, responder devidamente aos estímulos, na instituição escolar ou no processo de trabalho. A própria materialidade dos edifícios, com grades e cercas por todos os lados, deve servir para instruí-las quanto ao código ético aprovado.

De certo, mais que em outras doutrinas, o interesse pela educação ocupa posição de relevo no pensamento anarquista. A preocupação em alfabetizar e instruir um número cada vez maior de possíveis leitores da imprensa libertária e de suas publicações doutrinárias e propagandísticas justifica também seu interesse pelo projeto educativo. Sabe-se que os jornais desempenham um papel de destaque no processo de conscientização do proletariado e atuam como centro organizatório da classe. Os inúmeros jornais libertários existentes no começo do século no Brasil, como *A Lanterna*, *A Terra Livre*, *A Voz do Trabalhador*, *O Amigo do Povo*, *La Battaglia* e *A Plebe*, entre outros, tiveram uma tiragem relativamente expressiva em São Paulo e no Rio de Janeiro, durante sua existência. Alguns possuíam uma biblioteca, como *A Terra Livre*, *O Amigo do Povo* e *A Plebe*, cujo acervo era constituído por obras de teóricos do anarquismo: Malatesta, Kropotkin, Bakunin, Neno Vasco, José Oiticica, Gigi Damiani; de romances de autores nacionais e estrangeiros, entre os quais figuram Eça de Queirós, Fábio Luz, Afonso Schmidt, Emile Zola, A. Dumas, Tolstoi, entre outros. (49) *A Lanterna*, cujo primeiro número aparece em março de 1901, dirigido por Benjamin Motta, tem inicialmente a expressiva tiragem de 10.000 exemplares, aumentando depois para 26.000, embora posteriormente se estabilize em cerca de 6.000 números. *A Voz do Trabalhador*, refundado em 1913, atinge uma tiragem de 3.000 exemplares iniciais e em 8 meses passa para 4.000, segundo informa o 3º COB. Portanto, como o próprio Congresso Operário Brasileiro afirmava, a imprensa aparecia para os anarquistas como "o meio mais eficaz para orientar as massas populares". (50)

Segundo Henri Arvon, esta valorização especial do projeto educacional libertário, negligenciado pelos marxistas, também pode ser explicada pela não aceitação de uma necessidade objetiva inelutável inscrita no desenvolvimento histórico. Os libertários não acreditam em um progresso teleológico que estaria "cientificamente assegurado" no curso da história levando à criação da nova sociedade. Para eles, qualquer mudança radical dependeria do esforço pessoal de cada um no sentido de sua auto-emancipação e aí caberia um papel fundamental à

educação enquanto formadora do homem novo. O esforço educativo, nesse sentido, figura como uma ação moral e como um dos meios da ação direta: tanto quanto o boicote, a sabotagem ou a greve, a educação, meio de superar a alienação a que o homem está destinado na sociedade burguesa, é uma arma de luta do proletariado por sua auto-emancipação, sem depender das falsas mediações representadas pelas escolas públicas autoritárias ou pelo parlamentarismo. (51)

Aprofundando esta discussão, creio que o que torna a educação um valor social para os anarquistas é sua própria concepção da revolução social. A transformação radical da sociedade, ao contrário do que pregam os marxistas, não exige primeiramente o assalto ao poder do aparato estatal para posteriormente serem reestruturadas todas as relações sociais, a partir daquelas que se constituem no âmbito da produção. Na doutrina anarquista, a recriação da sociedade não é obtida pelo jogo político; a tomada do aparelho do Estado não se constitui numa preocupação primeira. O poder deve ser destruído. O Estado, que impede a livre organização da sociedade, deve ser suprimido e não apropriado para possibilitar a transformação da estrutura econômica e social. Por isso mesmo, os anarquistas recusam a participação na luta política parlamentar, ou então, a constituição de um partido político centralizado que deveria dirigir o movimento revolucionário de transformação da sociedade. Recusa que a historiografia tradicional considerou como índice da fragilidade de sua capacidade organizacional e não enquanto produto de uma outra lógica, que revela uma concepção diferenciada da política e uma outra leitura do real.

Ao contrário do marxismo, o anarquismo não se afirma como ciência, nem pretende obter um conhecimento totalizante, científico e objetivo da realidade social como fundamento para a atuação política. Nem mesmo se coloca como uma teoria completa ou como um sistema acabado, único capaz de conhecer cientificamente a história e, portanto, de elaborar as estratégias e táticas de luta "verdadeiras e corretas" para a ação revolucionária. Bakunin afirmava explicitamente: "não temos de ensinar o povo, mas de incitá-lo pela revolta". (52) Criticando o cien-

tificismo dos marxistas, Bakunin considerava que sendo a teoria e a ciência "patrimônios de uns poucos", esta postura acabaria levando à idéia de que "estes poucos devem dirigir a vida social; não apenas fomentar e estimular, mas reger todos os movimentos do povo". E completava:

"Segundo eles, no dia seguinte da revolução, a nova organização social não tratará de estabelecer-se sobre a livre integração das associações de trabalhadores, povos, comunas e regiões, de baixo para cima ou conforme às necessidades e ao instinto do povo, mas sobre o poder ditatorial desta minoria ilustrada, que supostamente expressa a vontade geral do povo.

(...) As palavras "socialismo instruído" e "socialismo científico", que se encontram constantemente nos trabalhos e discursos de Lassalle e dos marxistas apenas provam que o pretendido Estado popular não será senão o governo despótico das massas trabalhadoras por uma nova aristocracia, numericamente pequena, de verdadeiros ou falsos científicos". (53)

O anarquismo apresenta-se como uma doutrina política que comporta variações em seu interior. Não opera com os pressupostos do marxismo, muito embora autores como Pierre An-sart procurem mostrar que a proximidade do pensamento de Proudhon e de Marx, herdeiros da tradição saint-simoniana, seja muito maior do que a memória histórica construída a partir de uma luta política pelo controle do movimento operário internacional afirmou. (54) No entanto, para os anarquistas, a instituição da sociedade igualitária decorre da criatividade dos sujeitos históricos reais de acordo com suas experiências vivenciais e não do desenvolvimento inelutável das forças produtivas, em virtude do acirramento das contradições inerentes ao sistema capitalista. Diferentemente do marxismo, o anarquismo não atribui um papel essencial ao proletariado industrial, classe portadora do universal para Marx e seus discípulos. Nem mesmo o conceito de classe é fundamental para o pensamento a-

narquista como o é para os marxistas. Os anarquistas não reconhecem este ser do proletariado revolucionário determinado por sua inserção no processo de produção. Bakunin apostava muito mais nos "deserdados do sistema" em geral, em todos os tipos de trabalhadores e de pobres, naqueles que "nada têm a perder", inclusive no lumpenproletariado tão marginalizado e desprezado pelos marxistas. Bakunin chega mesmo a defender o banditismo na Rússia, não obstante ter criado discípulos tanto entre operários franceses, como entre os artesãos especializados e letrados tipo os relojoeiros do Jura suíço. Considerava o proletariado vulnerável aos apelos da ideologia dominante por sua situação privilegiada em relação aos demais trabalhadores ou desempregados. Como a revolução social não decorreria, segundo os libertários, do desenvolvimento necessário e positivo das forças produtivas, não acreditavam que a transformação radical da sociedade começasse nos países mais industrializados, onde os operários seriam mais conscientes, como dizem os marxistas. Segundo Bakunin:

"O advento da revolução social não está mais próximo em nenhum outro país do que na Itália. Na Itália não existe, nos outros países europeus, uma classe privilegiada de operários, que, graças aos seus salários consideráveis, se orgulham das habitações literárias que adquiriram; são dominados pelos princípios burgueses, pela sua ambição e vaidade, de tal modo que diferem apenas dos burgueses pela sua situação e não pela sua maneira de pensar". (55)

Embora anarquistas e comunistas sonhem com a instituição da sociedade igualitária, sem Estado e sem classes, em que os meios de produção pertençam à coletividade, diferem quanto às suas concepções da política e da sociedade. Para os anarquistas, a transformação radical da sociedade se trava no interior de um outro campo que, de certa forma, abrange as múltiplas formas das relações sociais. Trata-se da redefinição do conteúdo destas relações que, na sociedade burguesa, se caracterizam por serem coercitivas e autoritárias, dado que se

fundam sobre a exploração do homem pelo homem. A sociedade anárquica, ao contrário, deve evidenciar a ausência desta exploração e de toda forma de dominação: entre classes sociais, entre sexos, entre idades, entre pessoas de cores diferentes, no interior da família, da escola, do trabalho ou em qualquer outro espaço de sociabilidade. Não se pretende instituir um outro regime político em que as relações que se estabelecem no cotidiano permaneçam inalteradas, mesmo que provisoriamente. A transformação revolucionária da sociedade passa pelo questionamento prático e imediato das relações de poder, onde quer que se constituam, o que evidentemente inclui todo um sistema ético e um conjunto de valores estabelecidos pela cultura burguesa num longo e lento processo. Mas esta revolucionarização da maneira de viver depende fundamentalmente da atuação dos sujeitos históricos em busca de uma nova forma social e não do amadurecimento das "condições objetivas", independentes da ação subjetiva voluntária.

Assim sendo, todos devem estar empenhados nesta mudança revolucionária da sociedade, porque ela parte de uma vontade pessoal. Nesse sentido, os anarquistas afirmam uma concepção da história que faz dela um processo de criação permanente dos sujeitos históricos e não o resultado de determinações econômicas independentes da intervenção humana. Se a história é criação, a pedagogia, visando formar um homem novo, constitui o valor social mais seguro e indispensável para a construção do novo mundo. A questão se coloca, portanto, em um campo de luta que podemos definir como sendo o da moral e não o da política propriamente dito. Elísio de Carvalho, numa das conferências pronunciadas por ocasião da fundação da Universidade Popular de Ensino Livre, em 1904, afirmava que a educação anarquista visava desenvolver nos indivíduos o espírito libertário em oposição ao espírito capitalista, e para isto

"mudar a natureza moral, transmutar a estrutura psíquica íntima dos organismos individuais, realizar aquilo que os gregos chamam de metarrythmisis, sem o que não se terá a solução definitiva do problema econômico (...)". (O Amigo do Povo, 16/4/1904).

O tipo de sociedade que os libertários pretendem instituir deve construir-se a partir da cooperação natural e da "ajuda mútua", como diz Kropotkin, entre indivíduos que se solidarizam. No lugar do Estado, "fonte de todos os males", a federação livre, a livre organização das associações de produtores em comunas locais que, por sua vez, se agrupariam livremente em federações das comunas. O Estado, para os anarquistas, pretende estabelecer uma unidade artificial que violenta as tradições, os costumes e os interesses dos diversos grupos sociais, na tentativa de anular a diversidade do social e de criar aquilo que Lefort comentando La Boétie definia como a "ficção do Um". Por isso, deve ser destruído e não apropriado, assim como todas as suas instituições: os bancos, as universidades, a polícia, o exército, etc.

Tendo como horizonte a instituição de uma organização social formada por comunas autônomas livremente federadas, os anarquistas recusam a construção de um partido político revolucionário que deveria liderar a classe operária enquanto sua "vanguarda revolucionária". Acreditam que esta instituição, de origem burguesa, acabaria por reproduzir em seu interior, a divisão social entre aqueles que concebem e mandam e os que executam e obedecem, recriando assim relações hierárquicas entre seus próprios membros, tanto quanto entre a "vanguarda" esclarecida e a massa inconsciente. Para os anarquistas, os instrumentos utilizados para a instituição da sociedade libertária devem desde já refletir a natureza da sociedade projetada. A revolução, como processo de transformação das relações sociais, começa aqui e agora e não depois do salto que "um dia" será dado, salto revolucionário, depois que a ditadura do proletariado, momento transitório segundo Marx, for extinta.

Bakunin em seus ESCRITOS DE FILOSOFIA POLÍTICA criticava a social-democracia alemã, que afirmava a anterioridade da revolução política sobre a revolução social, duvidando que a extrema concentração do poder nas mãos de um grupo dirigente - "a nova classe científico-política privilegiada" - não significaria um prolongamento da dominação sobre o trabalhador, pois para ele a idéia de um Estado popular é uma contradição em ter

mos: o povo não pode nunca ser amigo do soberano mesmo que este se diga seu representante legítimo, porque o Estado encarna a divisão social do trabalho e enquanto existir haverá "governantes e governados, amos e escravos, exploradores e explorados". (56)

A revolução deveria resultar do "acordo voluntário e considerado dos esforços individuais para o fim comum". (57) Se admite alguma organização no processo revolucionário, Bakunin afirma que nenhuma função deve ser permanente e todos os cargos devem ser temporários e revogáveis: "A ordem hierárquica e a promoção não existirão, de modo que o comandante de ontem pode tornar-se o subordinado de amanhã. Ninguém está acima dos outros, e se por momentos o estiver é só para não estar daí a momentos, como as ondas do mar, que vão e vêm segundo um salutar nível de igualdade". (58)

Esta posição evidentemente contrasta radicalmente com a marxista para a qual "uma revolução é certamente a coisa mais autoritária que existe", como escrevia Engels, defendendo a organização centralizada do partido e a necessidade histórica da ditadura do proletariado. Emma Goldman, crítica mordaz do comunismo, deixava claro sua opinião sobre o fracasso da revolução russa, em 1924:

"Mostrei ainda que não foi apenas o bolchevismo que fracassou, mas o próprio Marxismo. A experiência da Revolução Russa provou que o CONCEITO DE ESTADO e o princípio da AUTORIDADE estavam falidos. Se tivesse de resumir meu ponto de vista numa só frase, eu diria que a tendência do Estado é concentrar, limitar e monopolizar todas as atividades sociais; a natureza da Revolução é, ao contrário, crescer, alargar, espalhar-se em círculos cada vez maiores. Em outras palavras, o Estado é institucional e estático; a revolução é fluente, dinâmica. Essas duas tendências são incompatíveis e mutuamente destrutivas. O conceito de Estado acabou com a Revolução Russa e deve ter provocado os mesmos resultados em todas as outras

revoluções". (59)

O Enraizamento do Discurso Anarquista no Campo da Educação

Segundo dados fornecidos por Edgar Rodrigues e registrados pela imprensa anarquista, os libertários tiveram intensa participação em atividades culturais e especificamente preocupados com a educação popular, fundaram pelo menos 25 Escolas Livres ou Modernas, centros de ensino profissional, grupos de estudo, centros de cultura proletária, centros de educação artística, grupos dramáticos e musicais. (60)

Em São Paulo, em 1909, fundou-se a Escola Moderna dirigida por João Penteado e situada à av. Celso Garcia, 262, com aulas diurnas e noturnas para crianças de ambos os sexos e também frequentadas por adultos. Logo depois, surge a Escola Moderna nº 2, localizada à rua Maria Joaquina, nº 13, no Brás, sob a direção de Adelino de Pinho e em São Caetano a escola operária dirigida por José Alves. No Rio de Janeiro, surge a Escola 1ª de Maio, de Vila Izabel, situada na rua do Senado, 63 e a Associação Escola Moderna. Em 1912, A Lanterna noticiava a fundação de uma outra escola livre dirigida por João Penteado em São Paulo, localizada na rua Cotegipe, 26, no Belenzinho, onde as aulas eram ministradas nos períodos diurnos e noturnos para meninos e meninas:

"As suas aulas tanto diurnas quanto noturnas já estão funcionando com regular frequência de alunos e a inscrição para a matrícula se acha aberta, mediante a contribuição mensal de 3\$ para as aulas diurnas e 4\$ para as noturnas.

O fornecimento de livros e materiais é feito gratuitamente aos alunos da escola afim de facilitar aos operários a educação e a instrução de seus filhos segundo o método racionalista". (31/5/1912)

Seu diretor informa ainda que consta do programa as seguintes matérias: português, aritmética, história do Brasil, geografia e princípios de ciências naturais, devendo esta programação ser

alterada posteriormente.

A Liga Operária de Campinas também cria nesta cidade uma Escola Livre principalmente para crianças, em 1907. (A LANTERNA, 23/2/1907). Em Sorocaba, Santos, nos estados do Rio de Janeiro, Belém do Pará, Recife, Porto Alegre, em Niterói e Petrópolis, também foram fundadas escolas racionalistas, referenciadas pelos ensinamentos do pedagogo espanhol. Em Belém, funcionava a Escola Racional Francisco Ferrer até 1927 pelo menos, segundo notícia A Plebe em 26/2/1927. No entanto, 1919 marca o momento em que a repressão estatal aniquila as mais importantes experiências educativas libertárias, as escolas modernas de São Paulo, situadas no Brás e no Belenzinho. João Píñheiro e Adelino de Pinho recebem ofícios da polícia estadual informando que

"tendo sido verificado pela Secretaria da Justiça que as suas escolas 'visando a propaganda das idéias anárquicas e a implantação do regime comunista, ferem de modo ineludível a organização política e social do país'. Por isso foi decretado o seu fechamento". (A PLEBE, 13/12/1919)

A ausência de informações sobre o funcionamento das escolas racionalistas, sobre o número de alunos inscritos, sobre as atividades realizadas, com raríssimas exceções como por exemplo, as fiéis comemorações do aniversário da morte do pedagogo Ferrer, impossibilitam qualquer afirmação ou conhecimento mais aprofundado destas práticas pedagógicas. Seus limites, portanto, ficam para ser determinados. Alguns poucos artigos informam sobre os cursos introduzidos na escola moderna do Belenzinho, dividido em: curso primário, médio e adiantado. No primeiro, estudavam-se rudimentos de português, aritmética, caligrafia e desenho; no médio, gramática, aritmética, geografia, princípios de ciências, caligrafia e desenho e no adiantado: gramática, aritmética, geografia, noções de ciências físicas e naturais, história, geometria, caligrafia, desenho e dactilografia. Mas nada além disso. De qualquer maneira, os artigos e apelos propagandísticos recorrentes na imprensa anarquista

ta sugerem que o desejo de criar estes centros de cultura operária, organizar os proletários alfabetizando-os, conscientizando-os e mobilizando-os, enfim, criando condições para o florescimento de uma cultura operária foi imenso e teve de enfrentar não poucas barreiras. Sua prática efetiva, entretanto, deve ter sido de alcance limitado, principalmente na década de vinte, em que os artigos sobre a tão fascinante e otimista pedagogia libertária vão progressivamente escasseando na imprensa anarquista.

Ainda um outro sonho deste primeiro movimento operário no país merece ser registrado. Trata-se da fundação da Universidade Popular de Ensino Livre, no Rio de Janeiro, em 1904. Organizada nos moldes preconizados por Ferrer y Guardia, este centro intelectual tinha por objetivo a "instrução superior e a educação social do proletariado". (O AMIGO DO POVO, 2/4/1904)

Além dos cursos, a universidade deveria organizar conferências sobre assuntos variados, em especial os de interesse dos trabalhadores, fundar um museu social e uma biblioteca, promover saraus musicais, festas libertárias, excursões científicas, artísticas, publicar um boletim informativo, "estabelecer, enfim, um centro popular tendo por fim às vezes o prazer e a instrução - e a união moral entre os cooperadores". (idem)

A universidade era dirigida por um conselho administrativo do qual faziam parte Elísio de Carvalho, Vitor Schönel, Tito de Miranda, Mota Assunção, entre outros, e deveria ministrar cursos em todas as áreas: Psicologia, Biologia, História, Literatura, Direito, Antropologia, Matemática, Sociologia, etc contando com a adesão de vários intelectuais de formação positivista. Segundo O AMIGO DO POVO, de 9/4/1904, a idéia da criação de uma universidade popular tivera um precursor em Georges Deherme, operário tipógrafo francês, em 1898, informava Elísio de Carvalho em conferência pronunciada no Centro das Classes Operárias. A instituição era paga e contava também com consultório médico e jurídico. A duração de tal empreendimento foi muito breve e encontramos apenas suscintas

referências à sua existência.

A atividade das Bolsas de Trabalho francesas, movimento criado pelo anarco-sindicalista F. Pelloutier, também referenciou as práticas culturais de cunho pedagógico desenvolvidas pelos sindicatos brasileiros. Várias atividades culturais como conferências, representações de peças dramáticas, apresentação de grupos musicais, formação de círculos de discussão e estudo foram organizados pelos sindicatos de orientação anarco-sindicalista no Brasil. Em 1907, A TERRA LIVRE convidava os operários para participarem das palestras organizadas pelo Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros, "com o intuito de alargar a propaganda entre o elemento operário" dos ideais do anarquismo (1/6/1907):

"A de domingo último foi sobre o tema - A Solidariedade Operária, - e falaram os companheiros França, Carlos Dias e Romero. (...)".

Noticiava ainda a realização de conferências na sede da Associação dos Carroceiros e Anexos, assim como de sessões públicas de propaganda organizadas aos domingos no Sindicato dos Carpinteiros e Pedreiros. Os operários têxteis também possuíam seus grupos de cultura proletária, através dos quais pretendiam lançar *"mão do meio mais urgente - a difusão da cultura entre as massas proletárias das fábricas de tecidos, fazendo com que em breve tempo os trabalhadores fiquem compenetrados do valor da organização e compreendam qual deve ser a sua conduta perante a associação. (...)"* (A PLEBE, 22/7/1922)

NOTAS

- (1) Ariès, Ph. - História Social da Criança e da Família, Rio de Janeiro, Zahar, 1981, 2.^a ed.; Donzelot, J. - A Polícia das Famílias, Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- (2) Boltanski, Luc - Prime Éducation et Morale de Classe, Paris, Mouton, 1969, p. 124.
- (3) Ariès, Ph. - op.cit.
- (4) Loyola, Andréa - "A Cultura Pueril da Puericultura" - Novos Estudos Cebrap - vol. 2, nº 1, abril, 1983; p. 41:
 "Já em 1881, tendo como titular o prof. Moncorvo de Figueiredo, foi instalada, na Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, a cadeira de Clínica e Policlínica Médica e Cirúrgica de Crianças(...)".
- (5) Boltanski, Luc - op.cit., p. 36.
- (6) Kathleen Jones nota que também nos USA entre 1881 e 1901 "a pediatria emergiu como um ramo distinto da profissão médica. Nestas décadas, médicos interessados pelas doenças da infância e dos recém-nascidos (infancy and childhood) formaram uma rede de sustentação de organizações e canais para trocarem informações; a afiliação a estas instituições por sua vez definia-os como membros da nova especialidade". A. Jacob, "pai" da pediatria americana fez com que a American Medical Association criasse em 1881 uma seção especial para discutir doenças infantis. Em 1887, é organizada a American Pediatric Society dedicada ao "avanço da Psicologia, da Patologia e da Terapêutica da Infância e dos Recém-Nascidos". (In "Sentiment and Science: The Late Nineteenth Century Pediatrician As Mother's Advisor", p. 80, Journal of Social History, outono de 1983).
- (7) Infantosi, Ana M. A Escola na República Velha, São Paulo, EDEC, 1983, p. 96.
- (8) Moncorvo Filho, A. Histórico da Proteção... op.cit., p.127

- (9) Amarante, J. "O Problema da Criança em Saúde Pública", A Folha Médica, 1/5/1927, p. 112.
- (10) Moncorvo Filho, A. op.cit., p. 128/131.
- (11) Noé, A. Dos Tribunais para Menores, 1920, p. 30.
- (12) Guimarães, A.A. Ribeiro. Higiene dos Colégios, tese, Rio de Janeiro, 1858, in Machado, R. - Danação da honra, Rio de Janeiro, Graal, 1978, p. 304.
- (13) Amarante, João. "Cuidados com o lactante normal", A Folha Médica, 1/6/1927, p. 134/135.
- (14) Paiva, Ataúlfo. "Reflexões Necessárias", in Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro, Comemoração do Centenário da Independência Nacional, 1922.
- (15) Penteado, Jacob. Belenzinho, 1910 (Retrato de uma época), São Paulo, Martins, 1962, p. 80.
- (16) Ferreira, Tolstoi de Paula. "Subsídios para a História da Assistência Social em São Paulo", in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, ano VI, vol. LXVII, junho/1940, p.70.
- (17) Paula Souza, G. "Algumas Considerações sobre a Mortalidade Infantil", dezembro 1923, ano XI, nº 12, Anais Paulistas de Medicina e Cirurgia, p. 198.
- (18) Moncorvo Filho, A. Higiene Infantil às Mães Pobres, 1901/3, Rio de Janeiro.
- (19) Morel, M.F. "Savoirs Populaires, Pouvoir Médical", in Politiques D'Aujourd'hui, maio-junho 1976.
- (20) Amarante, João. op.cit., p.112.
- (21) Graziano, Vicente - Mortalidade Infantil em São Paulo, São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, 1909, p.101.
- (22) Moncorvo Filho, A. Higiene Infantil, Rio de Janeiro, 1918 p. 170.
- (23) Noé, A. op.cit., p. 26

- (24) Moncorvo, Filho, A. História da Proteção..., op.cit., p. 159.
- (25) Paula Souza, G. "A Moderna Saúde Pública", A Folha Médica, 15/5/1927, p. 128.
- (26) Paula Souza, G. "Organização da Higiene Pública", A Folha Médica, 1/11/1927.
- (27) Paula Souza, G. "A Moderna Saúde Pública", A Folha Médica, 16/5/1927.
- (28) Moraes Filho, Evaristo (org.) Idéias Sociais de Jorge Street, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa-MEC, 1980, p. 378.
- (29) In Hall, Michael e Pinheiro, P.S. - op.cit., vol. II, p. 31.
- (30) idem, p. 49.
- (31) Stein, Stanley - op.cit., p. 66.
- (32) idem, p. 64.
- (33) idem, p. 67, nota 24.
- (34) Sandrin, J. Enfants Trouvés, Enfants Ouvriers, Aubier, 1982, p. 105.
- (35) Simão, Azis. op.cit.; Fausto, Boris. op.cit., Stein, S. op.cit.; Ribeiro, M.Alice, R. - op.cit.; etc.
- (36) "Condição do Trabalho na Indústria Têxtil na Cidade de São Paulo", Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, 1912, p. 35/77.
- (37) In Moura, Esmeralda. op.cit., p. 106.
- (38) idem, p. 108.
- (39) idem, p. 114.
- (40) Penteado, J. op.cit., p. 122/123.

- (41) in Hall, M. e Pinheiro, P.S. op.cit., p. 125.
- (42) idem, p. 251.
- (43) Sandrin, J. op.cit., p. 106.
- (44) Foucault, M. Vigiar e Punir, op.cit., p. 166.
- (45) Eysinga, H. Hoorda Van. "Le Pedagogue n'aime pas les enfants", (1918), in Boletín de la Escuela Moderna, Barcelona, Tusquets Editor, 1978, p. 15.
- (46) Mayol, Albert (org.). Boletín de la Escuela Moderna, op.cit., p. 14.
- (47) Tragtenberg, Maurício. "Francisco Ferrer e a Pedagogia Libertária", in Educação e Sociedade, nº 1, 1978, p. 30.
- (48) A mesma preocupação aparece no pensamento de Maria Lacerda de Moura, in A Mulher é uma Degenerada?, op.cit., p. 144.
- (49) A respeito, vide Rodrigues, E. Nacionalismo e Cultura Social, Rio de Janeiro, Laement, 1972; Fausto, B. op.cit.; Hardman, F. Nem Pátria, nem Patrão, São Paulo, Brasiliense, 1983.
- (50) Hall, M. e Pinheiro, P.S. op.cit., p. 198 e 217.
- (51) Arvon, Henri. El Anarquismo en el siglo XX, Madri, Taurus Ediciones, 1979.
- (52) Joll, James. Anarquistas e Anarquismo, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1977, p. 105.
- (53) Bakunin, M. Escritos de Filosofia Política, Madri, Alianza Editorial, 1978, vol. 2, p. 37 e 42.
- (54) Ansart, P. Marx y el Anarquismo, op.cit.
- (55) Joll, James. op.cit., p. 103.
- (56) Bakunin, M. op.cit., vol. II, p. 45/56

(57) In Joll, James. *op.cit.*, p. 235.

(58) *idem*, p. 125.

(59) Woodcock, George. Os Grandes Escritos Anarquistas, Porto Alegre, LPM, 1981, p. 144.

(60) Rodrigues, E. *op.cit.*; Fausto, Boris. *op.cit.*; Hardman , F.F. *op.cit.*

IV - A DESODORIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Gestão Higiênica da Miséria

A habitação do pobre não escapará ao desejo de disciplinarização do proletariado manifestado pelos dominantes. Na moradia operária, a burguesia industrial, os higienistas e os poderes públicos visualizam a possibilidade de instaurar uma nova gestão da vida do trabalhador, transformar sua natureza psíquica, reformular seus hábitos, controlar a totalidade de seus atos, ao reorganizar a fina rede das relações cotidianas que se estabelecem no bairro, na vila, na casa, e dentro desta, em cada compartimento. Destilando o gosto pela intimidade confortável do lar e o sentimento de privacidade, a invasão da habitação popular pelo olhar vigilante e pelo olfato atento do poder assinala a possibilidade de constituir a família nuclear moderna, privativa e higiênica, nos setores sociais oprimidos.

A preocupação inicial com as condições de habitabilidade do trabalhador urbano parte dos higienistas sociais, ligados aos poderes públicos. Ocupados com a medicalização da cidade, com a desinfecção dos lugares públicos, com a limpeza dos terrenos baldios, com a drenagem dos pântanos, com o alinhamento e calçamento das ruas, com a retificação do curso dos rios, com a arborização das praças, os médicos-sanitaristas, influenciados pela teoria biológica do meio, alarmam-se com os surtos epidêmicos que dos bairros pobres se alastram pela cidade, ameaçando invadir as casas elegantes dos recentes bairros ricos, com a ausência de esgotos e instalações sanitárias privativas, com a exalação dos odores fétidos e miasmáticos gerados pela aglomeração perniciosa da população pobre em cubículos estreitos e escuros.

A estratégia sanitária que se constitui neste momento histórico de formação do mercado livre de trabalho no Brasil pretende realizar o projeto utópico de desodorização do espaço urbano, através de uma ação que, pontual num primeiro momento, torna-se depois permanente e sistemática, liderada pe-

los médicos e higienistas sociais. Desde o final do século XIX, São Paulo e Rio de Janeiro passam por toda uma reurbanização que implica na implantação de uma série de obras públicas aceleradas durante as prefeituras de Antonio Prado e de Pereira Passos, respectivamente. A década de 1910 assiste em São Paulo à abertura da Praça da Sé, ao alargamento de ruas do Centro Velho como a Libero Badaró, ao saneamento das várzeas do Anhangabaú e do Carmo, à construção de edifícios solenes, a exemplo do Teatro Municipal. (1) No Rio de Janeiro, as campanhas de saneamento, a demolição de antigos quarteirões, a abertura de novas avenidas e os serviços de melhoramento do porto são desenvolvidos durante a prefeitura do engenheiro Pereira Passos, assessorado pelo médico Oswaldo Cruz. Como parte desta política sanitária de purificação do espaço urbano, a ação dos higienistas sociais deve incidir sobre a moradia da classe trabalhadora, de acordo com o desejo de constituir a esfera do privado, tornar a casa o espaço da felicidade confortável afastada dos perigos ameaçadores das ruas e dos bares.

Segundo a lógica do poder médico, as autoridades sanitárias, competentes e necessárias, que acreditam deter um saber transparente e independente das particularidades sociais, têm o dever moral de vistoriar minuciosamente as habitações populares, realizar visitas domiciliares sistemáticas, incentivando o asseio e a higiene e impondo autoritariamente "sob penas legais a execução de medidas higiênicas". (2)

Os médicos higienistas acreditam-se na condição de estabelecer uma série de medidas normativas de controle global da população pobre e de gerir seu espaço doméstico, na medida em que a "casa imunda", o cortiço e a favela, constituem focos que originam os surtos epidêmicos, os vícios e os sentimentos de revolta. E o mal deve ser extirpado pela raiz. O medo da "invasão pestosa" incita a penetrar nesses "antros de infecção a que chamamos geralmente 'casas de habitação coletiva', ou mais precisamente cortiços". (3) A doença adquire, na ordem do discurso médico-sanitarista, a dimensão de um problema econômico, político e moral, enquanto que a miséria se tor-

na o novo veículo de contágio:

"São as casas imundas o berço do vício e do crime.

O socialismo destruidor e pernicioso para o progresso de uma nação, encontra nesses antros das grandes cidades, uma atmosfera favorável para seu engrandecimento.

Os indivíduos que vivem na miséria e abrigados aos pares, em cubículos escuros e respirando gases mefíticos, que exalam de seus próprios corpos não asseados, perdem de uma vez os princípios da moral e atiram-se cegos ao crime e ao roubo de forma a perderem sua liberdade ou a ganharem por essa forma meios de se alimentarem ou dormirem melhor". (4)

A vida miserável, o odor fétido do trabalhador mergulhado dia e noite nas fábricas, a falta de hábitos regulares de higiene corporal, a imundície de sua casa, traduzem a incapacidade de o proletariado gerir sua própria vida autonomamente e pedem a intervenção redentora da ação dos especialistas civilizadores. Na habitação popular, os indivíduos se amontoam assim como o lixo, os fluxos não circulam, os miasmas pútridos estagnam. A aglomeração de gente, de cheiros fétidos, de detritos, de animais domésticos e de germes congestionam o cortiço e o bairro operário, impedindo a livre circulação do ar, da luz, da água, a penetração salutar dos raios solares, elementos fundamentais para garantir a saúde do organismo. Produzem a doença, dão origem às epidemias, como a cólera-morbus ou a febre amarela, que ameaçam espalharem-se inexoravelmente por toda a cidade, rompendo a linha que progressivamente vai dividindo os bairros ricos dos pobres. A ameaça da peste sobre os novos bairros elegantes da burguesia, como os Campos Elíseos ou Higienópolis (Cidade da Higiene), reforça a vontade de evacuação do lixo e dos pobres para longe dos espaços refinados da cidade.

A estratégia norteadora da intervenção dos higienistas sociais na urbanização da cidade consiste então em sepa-

rar os corpos, distribuir individualizadamente os pobres, designando a cada um lugar específico. O esquadrinhamento "científico" rigoroso da população trabalhadora facilita a empresa de desodorização das casas e das ruas, interdita os contatos muito estreitos, permite exercer um controle "científico-político" do meio. Destruir os miasmas é também destruir os odors da corrupção moral. O burguês desodorizado vê nestes lugares de amontoamento dos pobres o perigo das emanações pútridas, da massa dos "vapores" acumulados pela reunião de massas confusas e misturadas. Esta política sanitária de descongestionamento dos corpos define a produção do espaço urbano e ao mesmo tempo determina a invasão da casa do trabalhador, persegue-o em todos os espaços de sociabilidade, impondo novas formas de conduta, novos regimes sensitivos e uma nova disciplina corporal.

O inspetor sanitário do Estado de São Paulo, Evaristo da Veiga, continua seu relatório ansioso e repulsivo sobre a situação da classe trabalhadora, no final do século XIX:

"A população italiana, calculada em 70.000 almas, só na Capital, composta na sua maior parte de indivíduos recém-chegados e de operários paupérrimos é um fato grave perante a hygiene do Estado.

Basta, como nos tem inúmeras vezes acontecido, penetrar na habitação aglomerada de italianos para se depreender desde logo, que o menor preceito de hygiene e de moral, que é a base do edificio social, ali não existe.

Nos bairros do Bom Retiro, Bexiga e Brás, casas existem com acomodações para 6 ou 8 pessoas e que abrigam, em completa promiscuidade, 30 a 40 indivíduos.

No Largo da Memória, na Ladeira do Piques, na Rua da Consolação e em várias ruas desta florescente Capital, são inúmeros os casarões abrigando

durante a noite centenaes de pessoas sem luz, sem ar e que fazem durante o dia a cozinha em alcovas escuras, por meio de fogareiros volantes envenenando ainda mais esta atmosfera, já deletérea e perniciososa". (idem)

No Rio de Janeiro, o Dr. A.M. Pimentel descreve no mesmo tom repugnante os cortiços, penetrando pelo interior das

"habitações anti-higiênicas por excelência (...). As moradas de mínima dimensões, em alguns compõem-se de uma saleta, um ou dois pequenos quartos ou alcovas, cozinha com fogão de tijolos para uma ou duas panelas, noutras nem há fogão, mas um simples fogareiro de ferro; e, na maioria dos cortiços, porém, faltam a saleta e o fogão de tijolos, e tudo se reduz ao quarto de porta e janela e uma recamara sem ar, sem luz, humida e doentia". (5)

A dimensão reduzidíssima da moradia operária, a escuridão e a umidade dos compartimentos nauseabundos, a exiguidade dos quartos de dormir, a utilização comunitária de tanques e latrinas, o fedor exalado pela merda acumulada nas fossas ou nos latões, o convívio promíscuo de pessoas e de animais nos mesmos espaços, a crosta de lama que recobre o assoalho, assustam as exigências dos sentidos refinados das classes privilegiadas. Apavorado com o aumento vertiginoso dos cortiços e favelas cariocas, o poder médico registra que, em 1869, existiam cerca de 642 cortiços na cidade do Rio de Janeiro, contendo 9.671 quartos habitados por 21.929 pessoas, das quais 13555 homens e 8.374 mulheres. Em 1888, os cortiços aumentavam para 1.331 com 18.966 quartos habitados por 46.680 pessoas, de acordo com dados fornecidos pela Inspetoria Geral de Higiene. (6)

Todos são unânimes em afirmar que a origem das doenças se encontra na habitação suja e miserável, onde se aglomeram os pobres maltrapilhos e feios que se degradam na mais ampla promiscuidade. Na tese de doutorado sobre A HIGIENE DAS HA

BITAÇÕES NA BAHIA, de 1915, o dr. Monteiro de Almeida reforça-va estas crenças:

"O contato de muita gente (...) favorece a propagação das moléstias infectuosas e a acumulação das sujidades, o que é difícil combater e vencer".

Da mesma forma, procurando detectar a origem dos focos de infecção e das moléstias contagiosas que ameaçam a cidade, o inspetor sanitário de São Paulo antevê na higiene das habitações populares a possibilidade de erradicar a raiz do problema e de recuperar a saúde dos desfavorecidos. Desaglomerar os pobres, descongestionar o espaço doméstico do trabalhador, arejar e iluminar os compartimentos, fazer circular os fluidos e eliminar os miasmas, observando a mais rigorosa higiene constituem tecnologias disciplinares do poder médico. Tática de anti-aglomeração, primeiro passo para a formação do sentimento de intimidade e para a "difusão do narcisismo" (Corbin), dimensões da vasta empresa de moralização e de integração social do proletariado.

Destruir os Miasmas

No século XIX e começo do XX, os higienistas concebem a cidade como um meio-ambiente, onde os fatores externos atuam sobre o organismo dos indivíduos: fatores geográficos como o clima, o tipo de solo, o relevo, têm influência sobre o caráter do homem embora de forma menos determinante que os fatores químicos, a humidade e a sujeira, que podem provocar a erupção de moléstias contagiosas e outros tipos de doença. As condições ambientais são consideradas como os principais responsáveis pelas modificações experimentadas pelos seres vivos. O pensamento higienista de então, que rege a cidade e detém-se principalmente sobre os bairros pobres, procura prevenir a doença tanto física quanto moral, estabelecendo uma rede de interdições sobre os aglomerados humanos, repartindo os corpos, proibindo a nudez, decompondo as pluralidades confusas, di

vidindo, distanciando, para melhor vigiar.

"Quando falamos em contágio nos referimos tanto aos contágios físicos quanto aos contágios morais que entram, em muito, na salubridade das cidades, das habitações. (...) Há moléstias morais, como há moléstias físicas, que contagiam o meio e que concorrem, em grande parte, para o mal geral(...)". (idem) (7)

Uma das principais doenças do período, a tuberculose, famosa desde o romantismo, aparece diagnosticada no discurso médico-sanitarista como "uma doença da habitação":

"A casa, e principalmente a casa insalubre, é uma causa não específica da tuberculose; ela acumula, conserva e facilita o contágio e quando insalubre favorece os efeitos do contágio pela sua ação deprimente da saúde e, portanto, deprimente das forças defensivas do organismo contra a infecção. (...) A tuberculose é quase inteiramente uma doença "da domesticidade", cuja transmissão é favorecida ao máximo e torna-se inevitável nos quartos superhabitados da ventilação deficiente". (8)

De acordo com a teoria dos fluidos, que domina o pensamento médico desde o século XVIII, o ar e a água são considerados veículos mórvidos, portadores de emanações fétidas e pútridas, conhecidas como miasmas, transmissores da doença. A inalação dos miasmas poderia provocar uma ruptura do equilíbrio do organismo, obstruindo as vias de circulação do sangue e ocasionar, deste modo, o surgimento da doença, da febre pestilencial, do escorbuto, da gangrena. Atribuía-se ao ar um papel patogênico uma vez que, acreditava-se, o ar exercia uma ação direta sobre o organismo ao veicular miasmas, ou ainda porque se pensava que o ar agia diretamente por ação mecânica, pressionando diretamente o corpo. (9) O miasma era dotado de um poder destrutivo que se estendia a toda matéria viva, aos vegetais, aos alimentos expostos ao ar livre, etc. (10). Daí a procura de antisépticos capazes de destruir os miasmas. Ao

contrário, o movimento tinha o poder de purificar, impedindo a desorganização pútrida da cidade e da vida de seus habitantes, representado pelos pântanos e por todo local onde a água ficava estagnada e acumulavam-se detritos, dejetos, substâncias estranhas, insetos e matérias em decomposição.

A teoria dos micróbios, formulada por Pasteur na década de 1870 vem questionar as mitologias do período anterior, ao mostrar que as doenças contagiosas não se transmitiam pela inalação do ar contaminado, mas por germes infecciosos propagados pelo contato indireto estabelecido entre as pessoas, através de objetos como o dinheiro, os telefones públicos ou as roupas experimentadas nas lojas. Para ele, os micro-organismos, responsáveis pelas moléstias contagiosas, não surgiam espontaneamente nas substâncias fermentícias como então se acreditava, mas eram gerados por outros similares que impregnavam o ar. Tratava-se então de descobrir a bactéria específica e a vacina que poderia destruí-la.

No entanto, mostra Corbin, a revolução pasteuriana, não provoca uma transformação marcante nas estratégias de desodorização do pobre. A higiene pública vê-se na obrigação de garantir o controle da circulação dos fluidos, do ar, da água, da luz, responsáveis pela saúde do organismo. As casas, as ruas, as cidades, as fábricas, as escolas, os hospitais, as prisões deveriam ser bem iluminados, bem ventilados, ter amplos espaços que permitissem a livre circulação dos fluidos para a boa saúde dos habitantes, dos trabalhadores, dos escolares, dos enfermos, ou dos prisioneiros. Afirmações como a do dr. Francisco Horta Prata são recorrentes na literatura médica do período:

"Ar, luz, sol, calor e água são, pois, elementos essenciais para a salubridade, fixados pela natureza e exigidos tanto para o luxuoso prédio como para a modesta e simples casa do operário". (11)

Ainda segundo este médico, a revolução provocada pela teoria dos micróbios de Pasteur, não invalidara a idéia de que o solo e o ar podiam servir de meios de transmissão das infecções: "E

é incontestável a sua influência na salubridade dos domicílios". (p. 17)

Na linha de pensamento herdada por Augusto Comte e Etiènne Saint-Hilaire, de Lamarck e dos médicos do século XVIII, a vida não poderia ser pensada se não se considerassem as influências exteriores que interagiam sobre ela, daí a importância dos conceitos de "circunstâncias influentes", construído por Lamarck e o de "meio-ambiente", difundido por Saint-Hilaire. (12) O ser vivo deveria ser pensado então em relação com o meio-ambiente e em relação com as influências externas como o clima, a luz, o ar, o sol, a água, que atuavam sobre seu organismo,

É nesse contexto que no Brasil o saber higienista, influenciado pelas teorias médicas francesas, elabora estratégias ainda pontuais de eliminação dos focos que consideravam responsáveis pela emergência dos surtos epidêmicos que assolavam a cidade. Sanear o meio-ambiente significava a possibilidade de produzir indivíduos sadios:

"(...) é preciso que os cortiços desapareçam e os moradores, retirados da promiscuidade em que vivem, sejam disseminados, nos arrabaldes servidos por meios de fácil e barata condução, em habitações que não lhes dêem tão ingrata hospedagem(...)". (13)

Na mesma linha de argumentação, afirmava anos depois o dr. Figueira de Mello:

"A habitação higiênica que se possa oferecer ao nosso povo, ao nosso operário é o preparo inicial do importante problema orgânico. A melhoria da habitação operária, a grande massa da população é de tão grande importância que quase se pode dizer acarreta consigo a resolução de uma série de necessidades, que tem por origem, vícios e defeitos de ordem moral e física, gerados seguramente, na convivência e nesse ambiente confinado, nessa

atmosfera deletária ao corpo e ao espírito". (14)

Os saberes da higiene, tanto a teoria dos miasmas quanto a teoria pastoriana dos germes, vão informar as campanhas de erradicação das habitações sujas, insalubres e fétidas dos pobres, como passam a defender os higienistas sociais. A questão da habitação insalubre permite-lhes aplicar táticas de "correção do meio", visando satisfazer tanto este desejo obsessivo de distribuição disciplinar dos indivíduos no espaço, obstaculizando toda forma de aglomeração e de contato, quanto o de densificar as relações e os sentimentos familiares ao propor a união dos membros da família em casas higiênicas, confortáveis e baratas: forma de gestão dos sentimentos e das vontades individuais.

A intolerância aos cheiros fortes, aos fedores da cidade, às emanações fétidas exaladas pelos excrementos, fossas, lixos, cadáveres e multidões e a fascinação pelo espaço oxigenado acentuam-se progressivamente desde o final do século XVIII europeu, mostra Corbin, em seu excelente estudo *LE MIASME ET LA JONQUILLE*. A emergência de uma nova sensibilidade olfativa define uma releitura da sociedade segundo as novas concepções médicas e biológicas do determinismo físico e moral e reafirma a partilha que se opera entre o burguês civilizado e desodorizado e o povo selvagem e infecto. (p.64)

Os riscos de infecção são denunciados de forma alarmista pelos médicos que acreditam na influência terapêutica da circulação dos fluidos, referenciados pelo modelo organicista da circulação sanguínea de Harvey: o movimento se opõe à estagnação, permite a renovação do ar, a eliminação dos miasmas, assim como o vento favorece o escoamento das águas. Os cheiros pútridos, sentidos como nunca pelas classes privilegiadas, engendram a doença, esgotam o psiquismo e provocam a inquietação, segundo este imaginário. A sujeira obstrui os poros, favorece a fermentação e a putrefação das matérias, o que não autoriza, entretanto, o excesso de banhos. Conclusão: o povo incivilizado necessita de uma pedagogia popular de higiene privada que lhe ensine hábitos salutareos de asseio e de disciplina in-

tima e a cidade precisa ser saneada, os pântanos pestilenciais secados, os polos de estagnação do ar pútrido eliminados, as ruas lavadas. Os higienistas recomendam a privatização dos banheiros, a instalação de esgotos que afastem as imundícies para longe da cidade, a canalização da água, a evacuação do lixo, a introdução de plantas e flores na decoração da casa, a instalação de jardins e de hortas, a desodorização dos quartos. A "cura pelo ar", especialmente nas altitudes das montanhas, permite o distanciamento vertical das aglomerações fétidas e perigosas da classe trabalhadora. Segundo a Comissão de Melhoramentos do Rio de Janeiro, em 1875,

"A utilidade das árvores como abrigo contra a ação do sol, sua influência sobre a purificação do ar, e, mais que tudo, sua ação benéfica como meio de combater a insalubridade produzida pelas matérias orgânicas e a grande humidade do solo, são fatos incontestáveis que a comissão julga desnecessário encarecer". (15)

A burguesia carioca curtia o verão no começo do século em suas chácaras tranquilas de Petrópolis, longe dos ratos e das ameaças epidêmicas da cidade.

É preciso destruir os recantos obscuros, onde se estagna o ar viciado, onde se corrompem física e moralmente os indivíduos de espírito fraco como os pobres. O amontoamento dos corpos dos trabalhadores, que cheiram mais como animais do que como homens, segundo a nova sensibilidade burguesa, ameaçando constantemente o equilíbrio natural, exige uma política sanitária capaz de impor normas reguladoras da vida social. Em 1886, é decretado o Código de Posturas do Município de São Paulo, contendo um capítulo especial aos "Cortiços, Casas de Operários e Cubículos", onde se prescrevem uma série de medidas higiênicas que definem as condições de construção das habitações dos pobres. Mas é o espectro das epidemias que se encontra na origem deste novo projeto médico de saneamento da cidade, de arborização das praças, de proteção da população pela evacuação das imundícies e dos lixos sociais. No horizonte dos higienistas brasileiros, referenciados pelos médicos europeus,

privadas, esgotos, prostitutas, pobres, doentes, loucos e negros vão ser associados no século XIX numa mesma operação simbólica, a exemplo dos escritos do médico francês A. Parent-Duchâtelet.

Logo após a epidemia de febre amarela de 1893, forma-se uma comissão para inspecionar as habitações operárias e os cortiços do bairro de Santa Ifigênia. Os resultados a que a comissão chega afirmam que:

"1º) o mal appareceu, prosperou e evoluiu onde as condições de meio, de topographia e de população foram especialmente propícias.

2º) A população operária pagou o maior tributo por isso mesmo que as suas condições de vida impellem-na a accumular-se onde encontra mais facilidade de viver, e esta facilidade só a obtêm em sacrificio de saúde.

Estes dous factos bastam para explicar a intervenção do poder público em bem da saúde de todos". (16)

A comissão coloca-se na responsabilidade de penetrar nos cortiços insalubres que são convertidos em laboratórios de observação, de classificação e de análise sobre a classe trabalhadora. Conhecer para melhor intervir e vigiar. Os higienistas sociais atribuem-se uma função de correção do meio, desde as "más condições da topographia urbana, regulando de modo severo as condições a preencher não só a habitação de character particular como as habitações communs, isto é as estalagens, cortiços, hotéis, casas de dormida, etc.". (idem)

Em 1894, o Código Sanitário decretado pelo Estado estipula um capítulo sobre as "Habitações das Classes Pobres", no qual se determina que

"deve ser terminantemente proibida a construção de cortiços, convindo que a municipalidade providencie para que desapareçam as existentes, (...) não devem ser toleradas as grandes casas subdivididas, que servem de domicílio a grande número de indivíduos". (17)

Outras leis do mesmo teor se sucedem nos anos posteriores, tentando eliminar as aglomerações dos trabalhadores nestas formas de habitação.

Na verdade, a despeito das estratégias desodorizantes e da legislação urbana, a crescente classe operária continua a se aglomerar nas habitações que os poderosos consideram insalubres e repugnantes.

As repetitivas descrições dos inspetores sanitários, dos médicos e dos filantropos relativas às péssimas condições de habitabilidade dos trabalhadores, que se sucedem por várias décadas, nos levam a crer na existência de uma resistência surda à imposição da política de desinfecção do pobre. Em 1917, o dr. Clemente Ferreira, presidente da Liga Paulista contra a Tuberculose, afirmava que continuava a ser exercida a inspeção sanitária nas habitações operárias intimando os moradores através de multas a observarem os regulamentos da polícia sanitária. A necessidade obsessiva de impor autoritariamente a obediência às normas higiênicas não nos levaria a pensar na existência de contra-poderes nos meios populares que recusam a aceitar a forma burguesa de habitar, com todas as suas implicações? Continuemos com o Dr. Clemente Ferreira:

"A questão das casas econômicas, dos alojamentos baratos e higiênicos para as classes proletárias continua preocupando a atenção dos Poderes Públicos, sem que se tenha por ora conseguido resolver satisfatoriamente tão angustioso problema sanitário.

A crise de domiciliamento do operariado subsiste em todos os seus malefícios para a saúde coletiva, pois os esforços de algumas Cooperativas, de

Sociedades Mútuas e de diversas Emprezas fabris , não são de molde a dar solução cabal a esta premente questão hygiênica(...)". (18)

Anos depois, a higiene privada do trabalhador continuava sendo objeto de preocupação das autoridades sanitárias . Denúncias de casas sujas e fétidas, onde se amontoam os indivíduos, de crianças abandonadas vagabundeando pelas ruas, descargas e maltrapilhas, de pessoas que urinam nos muros e defecam nas calçadas, atestam a existência da recusa à aceitação da disciplina desodorizante das classes privilegiadas: recusa do arejamento, recusa da espacialização dos corpos, recusa da "disciplina fecal", recusa da "desodorização da linguagem" (Corbin) emergem como contra-poderes que se exercem no interior da vila, da casa e do bairro operário.

Em 1926, as conclusões do dr.F.Figueira de Mello, membro da Inspetoria Sanitária da Santa Ifigênia, continuam retratando o mesmo quadro repugnante e nauseabundo:

"Nesses cortiços não moram, amontoam-se os pobres seres, em telheiros de zinco, em porões, nos quais seres irracionais não ficariam! (...) Pois encontramos em um cortiço, num só comodo, reunidas a cozinha e a privada! E note-se que visitamos um bairro relativamente central, em que as condições de vida não são de todo más(...)" (19)

1938: Samuel Lowrie demonstra a mesma preocupação quanto aos hábitos anti-higiênicos da classe trabalhadora em pesquisa realizada em São Paulo:

"(...) As cozinhas não existem em grande número de casos. Chuveiro, privadas, tanques e fontes de água são muito comumente, ou melhor, na maioria dos casos, coletivos". (20)

1942: a Revista do Arquivo Municipal publica uma série de artigos dedicados aos problemas da habitação, que evidenciam as estratégias desodorizantes mobilizadas pelos especialistas, médicos, engenheiros, sociólogos, visando disciplinar a classe

trabalhadora. Bruno Rudolfer, engenheiro-chefe da Sub-Divisão de Documentação Social da Prefeitura de São Paulo, resume as conclusões da inspeção das habitações populares na cidade, concluindo pelos péssimos hábitos higiênicos da população:

"Existe, portanto, o problema de como influenciar os costumes da família em relação com a questão do mobiliário em pequenas habitações de modo que se possa conduzir o melhor ajustamento da vida da família às condições de espaços proporcionados. Existem dois aspectos do problema: de um lado mobiliário da melhor maneira possível a habitação; de outro, modificar os hábitos da família, educando-a de forma a que possa fazer o emprego mais eficiente das condições de habitação que lhe são oferecidas.

(...)

A habitação é, muitas vezes, empregada de modo diferente daquele para que foi prevista a sua construção e, quase geralmente, em detrimento do bom padrão de habitar". (21)

Outro artigo nos informa sobre a situação das crianças nos cortiços:

"Os menores ficam sujeitos a duas promiscuidades: a interna e a externa. A primeira devido deficiências de acomodações e a segunda devido ausência de separação entre as "casas" e vizinhança de focos de imoralidade, condicionadas pelo salário e educação insuficientes, que, por sua vez, se condicionam". (22)

Até que ponto esta insistência obsessiva e ansiosa sobre a falta de educação higiênica dos trabalhadores não evidencia a sabotagem silenciosa das práticas autoritárias da pedagogia "científica" dos especialistas?

Do Público ao Privado: Um deslocamento Tático

Se num primeiro momento as estratégias higienistas de desodorização do espaço urbano e de desaglomeração dos corpos são constituídas e testadas nos laboratórios representados pelo quartel, pelo navio, pelo hospital e pela prisão, e não distinguem os odores sociais na multidão que deve ser repartida, desde o final do século XIX elas serão transportadas para a habitação do pobre. O poder médico persegue a infecção no espaço privado do combatador, invade sua casa, inspeciona seu quarto, prescreve normas de conduta já testadas anteriormente nos espaços públicos. Cada um deve dormir em sua cama individual, assim como já se tinha defendido a necessidade higiênica de cada doente ter seu próprio leito ou de cada cadáver ter seu próprio caixão. Como os hospitais, as prisões e os cemitérios, as casas operárias federão menos e perderão esta marca negativa de ameaça pestilencial e de perigo iminente, promete o saber médico.

Desde o começo do século XIX, uma carta régia proíbe o enterro dos mortos nas igrejas e ordena a construção de um cemitério afastado da cidade. Em 1839, a Santa Casa de Misericórdia constrói o primeiro cemitério extra-muros da cidade, mostra R. Machado. (p. 294), seguindo as prescrições médicas de combate aos miasmas morbíficos emanados pelos cadáveres. A reorganização do quartel que se processa no mesmo momento atende às necessidades de arejamento e de iluminação dos alojamentos:

"Para que eles sejam bem arejados, convém que a sua posição seja no alto da localidade, circunstâncias tão vantajosas nas cidades, onde o ar circulará mais livre e puro, como nos campos, onde estará mais isento desses miasmas, que a humidade, entretida pela corrente das águas ou pelas marés, desenvolve sempre com uma intensidade variável". (23)

A mesma preocupação obsessiva de ventilação e de separação dos corpos aparece nas teses médicas relativas ao espaço peniten-

ciário:

"Porque a sociedade deve exigir a reparação da ofensa a si feita, não quis de certo que para isto fossem os desgraçados presos sepultados em vida numa úmida, infecta e escura masmorra, (...) que, em vez de ar puro, só respirassem o ar corrupto e impregnado de emanações miasmáticas; (...)"
(idem, 318)

Elaboradas nestes espaços públicos, as estratégias disciplinares que visam "desfazer as confusões" individualizando os corpos, arejando os espaços, iluminando-os, são transportadas tanto para a fábrica quanto para o espaço privado do trabalhador. Desde o final do século XIX, a preocupação com este esquadramento da população distingue ricos e pobres e focaliza nestes a origem dos problemas. Os perigos detectados nos espaços públicos são transferidos pela imaginação dos médicos para a habitação insalubre e suja do pobre:

"O ar viciado pela respiração pulmonar e cutânea vehiculando matérias, muita vez, em vias de decomposição, alterado ainda por emanações provenientes das cozinhas ou de compartimentos de descuido asseio, no fim de certo tempo, não será só insufficiente, mas também prejudicial e perigoso"

previne o dr. Horta Prata em sua tese sobre a higiene das habitações. (24) O poder higienista define então as condições da construção da casa salubre do trabalhador:

"art. 38 - Toda habitação será provida de banheiro, latrina e, sempre que possível, de reservatório de ferro galvanizado, hermeticamente fechado, com capacidade suficiente para o uso doméstico.

art. 364 - Todos os aposentos de dormir deverão ter as aberturas exteriores providas de venezianas ou de dispositivos próprios para assegurar a renovação do ar, pro-

vocando permanente tiragem"

estipula o Código Sanitário do Estado de São Paulo de abril de 1918.

Cada vez mais no século XIX, a preocupação com os odores fétidos da terra, da água estagnada, dos amontoamentos do lixo, refletida na literatura dos higienistas cede terreno para os "odores da miséria", para o fedor do pobre e sua habitação infecta. Deslizamento da vigilância olfativa da natureza para o social do exterior para o interior, que induz uma estratégia disciplinar na qual desinfecção e submissão são assimilados simbolicamente: o sonho de tornar o pobre inodor sugere a possibilidade de construir o trabalhador comportado e produtivo. (25) O discurso médico registra este deslizamento nos próprios conjuntos de palavras empregadas: frequentemente à associação limpeza/saúde/ventilação/iluminação/trabalho/jovem, contrapõe-se a de sujeira/doença/estagnação do ar/escuridão/ociosidade/velhice, no universo simbólico dos dominantes.

A revolução pastoriana do último quarto do século XIX desloca o miasma da cena científica ao mostrar que os germes infecciosos é que transmitem a doença e que a doutrina da "geração espontânea" da matéria, revivida pelos regulamentos urbanos do século XIV, não se sustenta cientificamente. Para Pasteur e Koch certas doenças infecciosas eram causadas por micro-organismos. Em poucos anos, identificam-se os micróbios da tuberculose, da lepra, da cólera, entre outras doenças. Cai então por terra a antiga crença de que o ar fétido ou os "humores" desequilibrados provocavam a doença. As infecções são agora causadas por agentes materiais. Assim, desacredita-se da teoria segundo a qual as exalações que se elevam das águas estagnadas veiculam miasmas: o odor fétido deixa de ter um papel patogênico. No entanto, as estratégias desodorizantes fundadas nas mitologias pré-pastorianas não são questionadas; ao contrário, são reforçadas: mais que nunca o povo infecto e fedido e sua casa nojenta aparecem como ameaça à saúde do burguês desodorizado e perfumado e sua casa arejada por jardins-de-inverno.

A Disciplina das Vilas Operárias

Tanto na perspectiva da higiene pública quanto na dos industriais, a classe operária juntamente com toda a população pobre é infantilizada ou representada como animalidade pura, dotada de instintos incontroláveis, ausência de racionalidade, selvagem, assimilada a cheiros fortes, a uma sexualidade instintiva, incapaz portanto de elaborar idéias sofisticadas e de exprimir sentimentos delicados. Esta representação imaginária do pobre, que o assimila a um estágio pré-civilizado de vida, o que pode ser empiricamente constatado pelo olfato ou por sua maneira desregrada de habitar, justifica a elaboração e a aplicação de uma pedagogia totalitária, que vai ensinar ao povo hábitos racionais de comer, de vestir-se, de limpar-se, de defecar e de morar.

No discurso dos higienistas, dos industriais ou ainda dos literatos, a representação imaginária do pobre estrutura-se em função da imundície. O pobre é o outro da burguesia: ele simboliza tudo o que ela rejeita em seu universo. Portanto, ele é feio, animalesco, fedido, rude, selvagem, ignorante, bruto, cheio de superstições. Nele a classe dominante projeta seus dejetos psicológicos; ele representa seu lado negativo, sua sombra. Como Parent-Duchâtelet ou os médicos brasileiros, Aluizio Azevedo sente náuseas com o cheiro repugnante do povo amontoado nos cortiços, gerados espontaneamente como vermes:

"E naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a minhocar, a esfervilhar, a crescer um mundo, uma coisa viva, uma geração, que parecia brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro, e multiplicar-se como larvas no esterco". (26)

O industrial e médico Jorge Street, como já mostramos, acreditava que ao contrário dos empresários norte-americanos, os capitalistas brasileiros deveriam comportar-se como "conselheiros e guias" dos operários, incapazes de gerirem suas

vidas privadas autonomamente. Segundo a crença no determinismo físico ou moral, a burguesia pretende fabricar e moldar indivíduos produtivos e submissos, a partir do modelo que ela se faz da classe trabalhadora: nesse sentido, a questão da habitação dos pobres constitui-se num domínio que os poderosos procuram solucionar a partir da imposição de normas precisas de habilidade.

Na medida em que a casa "imunda e insalubre" do pobre é apresentada como origem da doença e da degradação moral, eliminam-se os obstáculos ideológicos que se poderiam antepor ao desalojamento dos trabalhadores dos cortiços e das favelas e à sua transferência para as habitações higiênicas e desodorizadas construídas pela classe dominante. Todo um discurso racionalizador procura justificar a interferência planejada da burguesia nos mínimos detalhes da vida cotidiana do trabalhador, instaurando uma disciplina que designa novos modos de higiene pessoal e de vida.

A solução ideal preconizada pela higiene pública para a questão da habitação popular desde o final do século XIX no Brasil é a construção das vilas operárias pelos poderes públicos ou por capitalistas particulares, nos bairros periféricos da cidade. Combina-se assim a luta sistemática e obsessiva contra a insalubridade da moradia do pobre com o utilitarismo reinante. Afinal, a construção das "habitações higiênicas e baratas" se tornará um negócio lucrativo tanto para os industriais/senhórios quanto para as companhias de saneamento. (27)

"Para corrigir este mal o único meio que vemos e que nos parece fácil por oferecer igualmente moderado juro ao capital empregado são as Villas Operárias, tão em uso na Europa toda e já introduzida na Capital Federal",

defendia o inspetor sanitário de São Paulo em 1894. Segundo o relatório da Comissão de Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços de Santa Ifigênia, do mesmo ano,

"Em torno da cidade de São Paulo, num raio de 10 a 15 quilômetros não faltam lugares preenchendo estes requisitos (facilidade de transporte e barateza dos terrenos) como vamos rapidamente descrever. (...) As villas operárias serão construídas, de preferência nos subúrbios em terrenos escolhidos e saneados, offerecendo ao operário fácil acesso para a cidade ou para o lugar onde elle diariamente se occupa".

Ao prometer a construção das vilas operárias como resposta para o problema da saúde da população pobre da cidade, os higienistas abrem caminho para a realização da utopia burguesa de domesticação e de fabricação da classe trabalhadora dócil e produtiva, combinando imperativos econômicos e políticos. Na verdade, muito mais que uma maneira de morar, as vilas representam a vontade de impor de forma sutil um estilo de vida: maneira pela qual se concretiza a fantasia patronal de formação de um novo trabalhador, submisso e rentável, no interior de um novo modo cultural. Através da imposição das vilas operárias, vilas punitivas e disciplinares, estabelece-se todo um código de condutas que persegue o trabalhador em todos os espaços de sociabilidade, do trabalho ao lazer. As vilas, antíteses dos cortiços, permitem que o poder disciplinar exerça um controle fino e leve sobre este novo continente que são as pequenas relações cotidianas da vida do trabalhador. Eliminando todos os intervalos que separam vida e trabalho do dia-a-dia do operário, a forma burguesa de habitação designada para o pobre instaura um novo campo de moralização e de vigilância. Segregado nos bairros periféricos e distantes da cidade, o proletariado é ainda internado nos limites da mini-cidade que a vila pretende constituir, possibilitando uma gerência patronal absoluta sobre todos os seus atos e comportamentos: da disciplina do trabalho à "disciplina fecal". (Corbin)

No Brasil, nas primeiras décadas do século XX, são construídas várias vilas operárias, em geral ligadas a uma fábrica: Vila Maria Zélia, no Belenzinho; Vila Prudente, construída pela Falchi em 1890, no Ipiranga; Vila Crespi, na Mooca; Vi-

la Nadir Figueiredo, Vila Economizadora, Vila Beltramo, Vila Cerealina, Vilas de Votorantim e de Santa Rosália, enfim, uma infinidade delas proliferam na organização do espaço urbano pelo capital em São Paulo, no Rio de Janeiro e em outros centros produtivos.

Em 1889, é constituída a Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro, sob a direção do engenheiro civil Arthur Sauer, destinada a construir "habitações para operários e classes pobres" e à qual o governo concede facilidades e isenções de impostos. No relatório apresentado ao Presidente da República pelo dr. Sabino Barroso Junior, Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, em 1902, informa-se que 26 prédios e terrenos tinham sido adquiridos na zona urbana e à margem da Estrada de Ferro Central do Brasil para a construção de vilas operárias. Cinco haviam sido instaladas comportando cerca de 3000 a 5000 pessoas e pretendia-se construir mais 19 para acomodar quase 40.000 pessoas. A Cia. destruíra antigos cortiços e estalagens insalubres e transformara-os em vilas para operários. A vila operária Ruy Barbosa foi instalada na rua dos Inválidos, a Arthur Sauer, perto da Fábrica de Tecidos Carioca; a Senador Soares, no Andaraí Grande, próxima à Fábrica de Tecidos Confiança Industrial; a vila operária Maxwell, na rua do mesmo nome e a vila Sampaio no Engenho Novo, servindo à Estrada de Ferro Central do Brasil, como tantas outras. (28)

Estratégia patronal de fixação da força de trabalho ao redor da unidade produtiva, neste momento histórico de constituição do mercado de trabalho livre no país, a construção das vilas operárias permite controlar a economia interna do trabalhador e seu próprio tempo fora da esfera e do tempo de trabalho, vigiar seus passos, delimitar o espaço em que ele pode circular e produzir a classe trabalhadora desodorizada, incutindo normas e valores burgueses. Satisfeito com a instalação da vila Maria Zélia ao redor de sua fábrica de tecidos, em 1916, o industrial Jorge Street explicitava seus sonhos:

"Quero dar ao operário não só ótimas condições de trabalho e consciência do seu valor na produção na qual coopera, mas um verdadeiro bem-estar na sua casa, tanto do ponto de vista financeiro, quanto higiênico e moral. Por isso comprei uma grande área de terreno, no Belenzinho, muito maior do que a necessária para uma indústria, e, enquanto no centro instalei uma fábrica modelo, onde os operários trabalham não como brutos, mas como seres humanos iguais a nós todos. Em redor mandei construir casas para moradia dos trabalhadores, com toda a comodidade e conforto da vida social atual (...) depois um grande parque com coreto para concertos, salão para representações e baile; escola de canto coral e música, um campo de football; uma grande igreja com batistério; um grande armazém com tudo o que o operário possa ter necessidade para sua vida, (...) uma sala de cirurgia-modelo e uma grande farmácia (...) uma escola para os filhos de operários e creches para lactantes (...). Quis dar ao operário (...) a possibilidade de não precisar sair do âmbito da pequena cidade que fiz construir à margem do rio, nem para a mais elementar necessidade da vida(...). Consegui, assim, proporcionando, também, aos operários, distração gratuita dentro do estabelecimento, evitar que frequentem bares, botequins e outros lugares de vício, afastando-os especialmente do álcool e do jogo". (29) (Grifos meus).

A vila deve instaurar um espaço de conforto, satisfação e moralidade, de onde o trabalhador não precisa sair nem mesmo para divertir-se. Vinculado ao aparato da produção através deste mecanismo sutil de dominação, que é a própria habitação, espaço da intimidade e do diálogo interior, o discurso do poder promete ainda ao operário abrigá-lo da contaminação moral das ruas agitadas e dos bares viciados e escuros, situados do outro lado do mundo. A vila-cidadela projetada pe-

la arquitetura da vigilância oferece aos seus moradores a proteção e o conforto de toda uma rede de equipamentos coletivos e comerciais capazes de atender às suas mais simples necessidades: creche, escola, armazém, farmácia, bar e restaurante, teatro e quadra de esporte, entre outras coisas. Nesse sentido, o poder disciplinar cria dispositivos estratégicos de estreitamento dos vínculos que unem os membros da família, mas também entre esta e o patrão, numa mescla de sentimentos que incluem gratidão e cumplicidade. Jorge Street tem claro que para conseguir a adesão dos operários que emprega, deve neutralizar seus sentimentos de revolta e estabelecer laços emocionais de dependência paternalista. E que para tanto é de fundamental importância atingir como alvo privilegiado e seguro esta construção da sociedade moderna: a família nuclear. A casa deve constituir-se neste novo espaço normalizado de relações estáveis, naturalizadas e assépticas, onde podem se aprofundar os sentimentos familiares e estreitarem-se os vínculos entre os membros da família:

"A família! Eis o meio de tornar o operário honesto, laborioso e de afeiçoá-lo à indústria em que coopera. (...)

Quer ver como é simples tocar o coração do operário, vencendo com pouco aquele seu instinto de revolta contra a riqueza do patrão?". (30)

Este industrial explica neste depoimento prestado a Alfredo Cusano na década de 1920, como pensa elevar seus lucros, impedindo a emergência da consciência de classe entre os operários. Jorge Street relata que, sabendo um dia que os operários de seu estabelecimento entrariam em greve a exemplo do que ocorria na cidade, participa da festa realizada por sua mulher onde, dizia-se, seria feito um discurso por algum operário convidando os demais a engrossarem a luta social. Antes que alguém se pronunciasse, o industrial se levantou e perguntou se existia algum trabalhador descontente com sua fábrica. Diante do silêncio, acrescenta enfaticamente:

"Estou certo que entre mim e vós não existe e não pode existir divergência. Somos unidos. E ainda que houvesse alguma coisa que nos dividisse, aqui há um elo intangível entre nós, um elo que fará sempre, em qualquer caso, desaparecer mal-entendidos e malquerenças entre nós - são os vossos filhos.

Assim dizendo, tomei dos braços de uma operária, que estava próxima a mim, o seu filho lactante - um daqueles que vinham sendo nutridos e educados em nossa creche - e mostrei a criança à multidão.

Um longo aplauso ressoou pela sala e todos os olhos brilhavam de comoção, muitos choravam". (idem)

Segundo ele, no dia seguinte a fábrica volta a funcionar melhor ainda. O governo da família constitui-se numa tática consciente para dobrar o trabalhador aos desígnios do capital, enlaçando-o numa totalidade arquitetônica e emocional que não permite os intervalos. Da fábrica à casa, o poder disciplinar circula extraíndo do operário o trabalhador produtivo e silencioso, adestrando seus gestos, regularizando seus hábitos, determinando seu comportamento. A mesma lógica manifestou-se na construção das moradias para operários pela Fepasa: fixar o trabalhador junto ao aparato da produção, garantindo ainda assiduidade, pontualidade e regularidade nos hábitos de trabalho.

"Empenhada em dar ao problema solução capaz de resolvê-lo em suas diferentes modalidades, isto é, oferecendo-se aos seus auxiliares habitação higiênica a preço módico e junto ao trabalho, único meio de tornar o pessoal estável e garantir a regularidade dos serviços a cargo da Companhia, principalmente nas estações de baldeação, em que é necessário manter grandes turmas de trabalhadores, geralmente compostas de gente que não prima pela constância no serviço - vem a Diretoria, já de al

guns anos a esta parte, promovendo a construção de casas em larga escala em diferentes pontos de linha (...)". (31)

Os industriais defendem juntamente com os higienistas sociais a construção de habitações confortáveis, higiênicas e baratas que fixem o trabalhador não apenas no emprego, mas dentro do lar nos momentos de folga. O sonho patronal de moldar trabalhadores obedientes, cumpridores de seus deveres, silenciosos e inodores, habitando suas residências, está intimamente ligado à idéia de fazer da casa um ambiente aconchegante e perfumado, na guerra contra a sedução das ruas movimentadas e dos bares. O próprio Street pensava as casas operárias que mandava construir como:

"Morada sã com bastante sol e luz e os cômodos de acordo com as necessidades das famílias operárias mais comuns. Dois, três ou quatro quartos foram os tipos adotados, dando-se a eles um aspecto alegre e convidativo, construindo as casas em um só pavimento e em ruas largas, tirando assim em aparência e de fato qualquer idéia de promiscuidade". (p.448)

As "Lembranças do Cotonifício Scarpa", álbum publicado por Nicolau Scarpa que adquire a Vila Maria Zélia em 1926, permite que penetremos em seu interior de uma maneira mais concreta, tomando conhecimento dos pequenos fatos de sua vida cotidiana, da organização do espaço interno desta minicidade, cujo modelo se assemelha em muito ao de um convento ou mesmo ao da prisão. Descrevendo a vila, ilustrada por várias fotos, lê-se que era composta até então por quase 200 casas "higiênicas", vendidas a preços módicos aos operários, descontados nos seus salários.

"E assim, a Cia. torna desde já os seus operários co-participantes dos seus lucros (...)" A creche é um "estabelecimento modelar onde as mães enquanto trabalham deixam os seus filhos entre-

gues à solicitude das "Irmãzinhas da Imaculada Conceição" (...) O serviço religioso e a direção da creche, Jardim da Infância e Grupo Escolar, na parte educacional, está confiado ao Diretor da Organização Social, que é o Reverendíssimo Capelão (...) Sobre todas as crianças do grupo e do jardim da infância, a ação do capelão é direta. (...) Após o trabalho, é preciso recrear o espírito. Eis porque a Companhia organizou uma boa fanfarra, com trinta figuras, instrumental de primeira ordem, fardamento, etc. Esta música é obrigada, quinzenalmente a dar uma retreta no pavilhão que enfeita o lindo jardim bem como tocar nas festas religiosas e cívicas que se realizam na vila (...) Patrocinado pela sociedade, que gratuitamente dá sede, zelador, água e luz, há uma sociedade de futebol, a qual faz parte da divisão municipal, tendo seu campo próprio (...) Organizam-se festas atraentes sob a rigorosa fiscalização de seus criteriosos diretores (...) O Reverendíssimo Sr. Capelão fundou "A Cruzada Eucarística" com ótimo resultado. É um meio eficaz de conservar as virtudes da pureza, da obediência, da docilidade, nos corações das crianças que Nosso Senhor tanto ama. Crescendo dentro deste ambiente os meninos de hoje serão os honestos operários de amanhã. (...) Eis como a Sociedade, com 2100 operários, observando as sábias lições da "Rerum Novarum" do papa dos operários, Leão XIII, resolve admiravelmente os complexos problemas da Questão Social, e soluciona o conflito entre o capital e o trabalho, que tanto vem preocupando a humanidade". (32)

O texto diz muito, talvez dispense comentários. A aliança entre patrões e igreja não passou despercebida aos operários, assim como os intuitos de organizar de ponta a ponta a vida social do trabalhador

internado dentro dos muros da vila e da fábrica, ou ainda o objetivo de criar mesmo uma "nova raça", a dos trabalhadores industriais, a partir da própria infância, ponte de penetração do poder disciplinar na mais funda atividade da vila familiar. A rigorosa disciplina e vigilância exercida no interior da vila, explicitada pelo próprio discurso do poder, não dispensa o auxílio dos elementos da igreja nem mesmo a dos diretores e policiais que a dirigiam. A organização deste espaço modelar, celular e punitivo, visa impedir as aglomerações, evitar a emergência de hábitos pouco sóbrios ou de uma vida contagiada pelo trânsito confuso de desconhecidos, pelas festas espontâneas e alegres de rua a que fazem referência os habitantes dos cortiços ou casarões do Bexiga ou do Brás, em São Paulo. Afinal, cercada por muros, o acesso à vila era totalmente controlado e restrito aos seus moradores, como fazem pensar as reclamações dos operários veiculadas em sua imprensa. (33)

Os operários foram os primeiros, aliás, a desmistificarem a ideologia da assistência social das obras de Street, tido como um dos industriais mais progressistas do período, ou de outros como Luís Tarquinio na Bahia, admirado até mesmo por um operário como Jacob Penteado. Os trabalhadores denunciam na imprensa anarquista que são obrigados a alugar as casas dos proprietários/senhórios, não só pelo contrato de trabalho, afinal o aluguel era descontado no salário mensal e a fábrica só empregava quem residisse em suas casas, mas ainda pelas técnicas compulsórias externas que os industriais elaboram e aplicam. Exemplifiquemos. Segundo o jornal operário A TERRA LIVRE, de 11/11/1906:

"Votorantim, mil e uma maneira de explorar".

"Os operários pagarão com juro a festa do dia 15, (...) Desde este dia cessará o trem que conduz os operários de Sorocaba a Votorantim e vice-versa. Os operários serão obrigados a morar nas casas da Companhia proprietária da fábrica ou a perder o lugar (...). Forçados a alugar as casas da Companhia, os operários têm também de fazer as suas compras na cooperativa que reabriu há pou

co, prometendo vender mais barato que em Sorocaba, mas fazendo precisamente o contrário. Ao mesmo tempo, foi proibido a entrada aos vendedores e padeiros: não há remédio senão comprar no armazém da fábrica, chamado ironicamente "cooperativa". Demais, no armazém compra-se com cartões". (Grifos meus)

Os operários são então induzidos a gastarem seus salários irrisórios nos estabelecimentos da própria fábrica, o que evidentemente significa um aumento nos lucros do capitalista. Mas talvez aí não esteja seu principal significado. Pois a própria limitação das lojas e das alternativas de comércio impede que se desenvolvam hábitos prazerosos de consumo, esta "dança do desejo em torno das coisas", incentivando o operário a levar uma vida sóbria, "protestante", de economia e poupança, regrada e moralista. A internação dentro dos muros da fábrica, no momento de trabalho ou dentro dos muros da vila, nas horas de lazer, impede toda comunicação com o mundo exterior e as "aberturas de cabeça" que, bem ou mal, possibilitam. Vida monástica, sem dúvida. Elogiando a construção de uma vila operária ligada à fábrica da Boa Viagem, em Salvador, pelo industrial Luís Tarquínio, Jacob Penteado acaba indiretamente por mostrar como se exercia este controle miúdo sobre os mínimos detalhes da vida cotidiana dos empregados:

"Os costumes, igualmente, eram objeto de zelo. Não se admitiam mulheres de vida duvidosa (mulher-dama), bêbados, nem namoro nos portões, que eram fechados às vinte e uma horas. Qualquer infração ao regulamento era rigorosamente punida". (34)

Através da organização do espaço urbano, a classe dominante pode vigiar e cercar o trabalhador minuciosamente, desde os momentos mais íntimos e recônditos de sua vida cotidiana. Todos se conhecem, dos proprietários aos vizinhos e se observam, se espiam, se controlam. As preocupações se deslocam para os aspectos mais corriqueiros da vida diária e instala-se esta concorrência mesquinha entre os moradores das casas vizinhas: quem tem o jardim mais transado, qual casa é a mais lim-

pa, com quem conversam as esposas, quais os problemas dos casais, quem tem o filho mais comportado na escola, quem casa ou "se perde", com quem ...

Na Vila Maria Zélia, ainda hoje considerada como a vila-modelo do período, o toque de recolher soa às nove da noite, a ingerência de bebidas alcoólicas é proibida, a recepção dos visitantes passa pela guarda de vigilância instalada na guarita. Na Votorantim, "os operários têm que sofrer a fiscalização dos mais íntimos pormenores de sua vida privada", reclamavam os trabalhadores:

"Se, por exemplo, um operário quer unir-se livremente com uma companheira, por espontâneo e mútuo consenso, o moralista tsar apresenta aos dois este dilema: ou casarem-se civil e canonicamente ou rua!"

A fiscalização vai até às visitas recebidas pelos operários. É certo que as casas dos operários estão num recinto cercado de arame, propriedade particular: mas nelas habitam homens livres(?) , inquilinos que pagam, e muito, e não servos da gleba (...)". (A TERRA LIVRE, 16/5/1906), grifo dele)

Certamente, a burguesia interessava-se em incentivar o casamento monogâmico e a organização da família operária, fixando os trabalhadores ao redor de suas fábricas. Que melhor espaço senão a vila operária para a mulher realizar sua "vocação sagrada e natural", recolher marido e filhos dos perigos da rua, evitando que procurassem os cabarês ou as "pensões de meretrizes estrangeiras, mestras em todas as artes do gozo e no esgotar garrafas de champagne e de whisky", corrompendo os jovens e propagando a sífilis e outras doenças venéreas? (35)

A revolta contra a forma capitalista de organização do espaço habitacional, que complementa a exploração do trabalho no interior da fábrica, manifesta-se constantemente na

imprensa anarquista das primeiras décadas do século:

"No Feudo 'Maria Zélia', um escândalo em foco".

"Referimo-nos à fábrica 'Maria Zélia', a cujo redor a Companhia Nacional de Juta construiu uma cidadela isolada inteiramente do convívio social e onde a vontade patronal, tendo por servidores seus capatazes e o padre da igreja da vila, impera discricionariamente, de maneira absoluta, encontrando-se os que por necessidade ali vivem numa situação de escravos livres". (A PLEBE, 18/2/1920).

O autor denuncia na figura do padre o exercício da dominação física e espiritual *"contra trabalhadores que não se sujeitam passivamente ao seu mandonismo, frequentando com assiduidade a sua taberna religiosa. (...) Agora aparece este santo (...) acusando-se-o de ter abusado de uma pobre moça a quem estavam confiadas as crianças que frequentam a escola onde se amoldam as consciências infantis à submissão ao domínio clérico-capitalista (...)"*. (idem, grifos meus)

Este artigo traduz, entre outras coisas, e graças ao anti-clericalismo dos anarquistas, a percepção operária da vila não como benefício nem como espaço róseo e seguro de tranquilidade, imagem que os dominantes construíram junto com as residências, mas como "cidadela", como prisão "isolada", socialmente segregada, onde a vontade patronal associada à dominação religiosa procura exercer um controle e uma vigilância absoluta sobre a vida cotidiana do trabalhador e de sua família, tanto ao nível estritamente econômico, definindo onde, como e o que consumir, quanto ao nível moral: imposição de todo um código autoritário de condutas: frequentar assiduamente a igreja, onde as noções de tempo útil, trabalho, disciplina, produtividade/pecado/culpa, condenação da ociosidade, etc, são veiculadas. A educação também cumpre a função de determinar os comportamentos racionais: o amoldamento das "consciências infantis à submissão do clérico-capitalista". Na vila, funciona uma micro-penalida-

de que classifica os indivíduos, premiando os disciplinados e punindo os insubmissos, como na fábrica:

"Se em vez de Vila Operária fosse chamada de Vila Correccional, não haveria exagero, como facilmente podem ver...",

dizia A TERRA LIVRE, de 5/10/1907, referindo-se à vila construída na Bahia pelo "Empório Industrial do Norte".

Os poderes circulam em todos os espaços de sociabilidade do trabalhador: na fábrica, na habitação, na escola de seus filhos, evidentemente separada por sexo, no armazém, na igreja, ou no teatro. Do trabalho ao lazer, nenhum espaço, nenhum intervalo é esquecido por esta penalização diária e difusa da existência. Além dos regimentos internos de fábrica, já analisados, os operários devem obedecer aos regulamentos externos que estipulam as normas de conduta de cada um em cada espaço e em cada momento, complementando a empresa de constituição dos "soldados do trabalho" para além dos muros da produção. Os "códigos de obrigação" da Fábrica Cedro e Cachoeira, a título de exemplo, proíbem:

"Art. 1 - Consentir ou dar em casa jogos, batuques ou reuniões imorais, consentir bebedeiras, de sordens, espancamentos e tudo o mais que perturbar o sossego público. (...)

Art. 8 - Fazer algazarras pelas ruas, praças ou casas, perturbando o sossego público - principalmente depois das nove horas da noite".

Função corretiva, os regulamentos estipulam sanções que visam normalizar a vida dos habitantes: multas, prisões, expulsão em caso de reincidência, etc.

"As casas devem ser lavadas cada 8 dias e cuidadas umas plantas que cada um tem na frente sob pena de multa. Os operários que são encontrados conversando particularmente com uma moça, ou são despedidos, ou obrigados a casar. Quem rir den-

tro da fábrica é multado". (A TERRA LIVRE, 5/10/1907)

Os equipamentos coletivos que a vila possui como creche, jardim da infância, escolas para meninos e meninas, armazém, bar, farmácia, campo de futebol, banda de música, centro de escoteiros, etc, cercam o operário por todos os lados satisfazendo suas necessidades elementares, mas ao mesmo tempo criam outras, como participar das atividades religiosas, festas de comemoração, ou num nível mais invisível, indicando os espaços adequados para cada ato, confinando a sexualidade normalizada do casal ao quarto, condenando as relações perigosas, interditando os encontros não-institucionalizáveis. Prestemos um pouco de atenção a este campo aparentemente vago e solto da vida do trabalhador durante as horas livres, horas do não-trabalho: o momento de lazer.

Desde cedo, o discurso operário critica este controle total sobre as horas livres do trabalhador, pelos patrões, que impõem recreações moralizadoras e alienantes, impedindo que cada um disponha livremente de seu próprio tempo, interrompendo os fluxos que podem levar a encontros indesejáveis, a conversas não controladas, a agrupamentos espontâneos, a ... quem sabe! articulações conspiratórias, nessa paranóia do medo da aglomeração dos dominados que assusta os patrões. Segundo A VOZ DO TRABALHADOR, de 15/8/1908:

"Estã dando os bons frutos que eram de esperar a sociedade "Progresso", organizada pelo estado maior da fábrica de tecidos Vila Izabel afim de arregimentar e escravizar ainda fora da fábrica seus operários. (...) (que) caíram no lago como carneiros, entrando para a dita sociedade, formando uma banda de música que serve para engrossamento dos que os exploram e para aproveitamento dos adulões". (gm)

"Não basta aos senhores feudais proprietários da fábrica de tecidos 'Corcovado' serem donos

dos corpos dos operários que exploram. Querem também dominá-los espiritualmente e, para isto conseguir, apelam para todos os meios". (A VOZ DO TRABALHADOR, 9/12/1909) (grifos meus)

Cito quase que integralmente o artigo recolhido em A PLEBE, de 17/7/1920, por me parecer ilustrativo da maneira pela qual a crítica operária desmistifica a imagem "paternalista" e "quase socialista" do empresário Jorge Street, ainda hoje amplamente difundida e por criticar o conteúdo ideológico da educação veiculada nas escolas da vila, tão elogiadas pelo discurso do poder:

"O BENEMERITO DR. STREET"

"Como operário do dr. Street (que Deus no-lo conserve por muitos anos) venho lembrar-te alguns benefícios que ele nos tem feito. Tu deves saber que o nosso caro patrão professa a religião israelita (...). Pois bem. Ele com pena que as nossas almas fossem para as caldeiras do Pedro Botelho, transigiu com as suas crenças religiosas e mandou construir para nós a Capela de S. José, na "Maria Zélia" dando-nos a honra de ir lá todos os domingos à missa (...). E pensar tu que isso representa pouco sacrifício de sua parte, em nosso favor?

Enganas-te. Repara que isso é o mesmo que um judeu comer carne de porco!. E os cobres que ele gasta são para nós termos uma capela mesmo "Nossa"? São ao Santo padre Bastos ele paga um conto de réis por mês! (...) Vais ver que nós nos vamos também tornar santos por obra e graças do dr. Street e do padre Bastos. Imaginas tu o que seria de nós, se não tivéssemos por patrão o dr. Street e por conselheiro o padre Bastos, em uma cidade como esta, com uma raça de anarquistas (grifo meu) que quanto mais o Virgílio os expulsa mais aparecem! (...) E o que dizer das escolas?! São os gastos enormes que ele faz só para

ver os nossos filhos instruídos! Sim, instruídos, não te estejas a rir. Tenho lá na escola uma rapariga há coisa de um ano, e queria que tu visses como está instruída! Já sabe a santa doutrina que é um gosto ve-la dizer o padre-nosso, a ave-maria, o credo; até estou em dizer que era capaz de dizer missa. Cantar, então, não te digo nada; é hino à Virgem, ao Epitácio, ao Street, ao Bandeira de Mello, (...)

Agora vê tu que se o nosso caro patrão não gastasse os seus ricos cobres, eu tinha que pagar por aí uns 5.000 réis por mês, e a rapariga só saberia a, b, c, que a França é na Europa, e a terra gira sobre si mesma, coisas estas sem importância comparadas com um padre-nosso e um hino de louvor ao dr. Street. Até era capaz, a pequena, de já ser anarquista!"

O tom irônico da crítica operária reforça sua profundidade: a escola como instrumento de dominação ideológica e de disciplinarização da criança, onde não se aprende nada que interesse à realidade concreta de cada um, mas onde se passam conteúdos altamente moralistas, comprometidos e alienantes, onde o industrial, a igreja e o Estado são elevados à condição de personagens principais e sacralizados.

As vilas operárias tiveram ainda função importante como arma direta dos patrões para quebrar a resistência dos trabalhadores, pressionando no sentido de evitar a emergência dos movimentos grevistas com a ameaça poderosa de despejo e de demissão. Tal recurso repressivo foi utilizado inúmeras vezes e ainda o é, como na greve deflagrada pelos ferroviários de Jundiaí, em 1906; ou na greve que eclode na Vidraria Santa Marina, a que aludi, e em que "o patrão declarou, então, demitidos os operários, para constrangê-los à rendição incondicional, dando ao mesmo tempo uma ordem de despejo para os que ocupam as casas da Companhia (...) também o armazém fornecedor de víveres, cúmplices da Companhia, fechou a porta aos operários", informava LA BATTAGLIA, de 19/9/1919.

A arquitetura da vigilância reproduz na construção das vilas operárias a estrutura hierárquica e despótica presente no interior da fábrica. Também aqui o modelo inglês parece referenciar o projeto arquitetônico dos industriais no Brasil: as casas são dispostas em torno da fábrica, ou ao contrário, as casas são circundadas pelas instalações da fábrica. (36) Nos dois casos, uma disposição panótica: maneira pela qual a arquitetura a partir dos princípios de Bentham pôde resolver o problema de permitir a um só olhar vigiar e controlar o comportamento de muitos, fazendo com que a própria idéia de um olhar atento e vigilante ininterrupto fosse internalizada pelas pessoas sobre as quais recaísse de fato ou não. (37)

A aquisição das casas e sua própria construção material hierarquiza-se de acordo com critérios estabelecidos na organização do processo produtivo: a Vila Penteado, construída no começo do século, só alugava casas para mestres e contra-mestres. A maior parte das vilas possuía internamente casas de tipos e tamanhos diferentes, diferenciando-se de acordo com a categoria dos operários/inquilinos. A Cia. de Calçados Clark, por exemplo, que empregava cerca de 450 operários por volta de 1913, possuía casas construídas somente para os contramestres, em geral estrangeiros. A Cia. Antártica possuía na Mooca residências apenas para os "cervejeiros", considerados mais especializados que as outras categorias empregadas. (38) As vilas operárias implantadas pela FEPASA, em Bebedouro, em Barretos, em Jundiaí, etc, são eram fornecidas a ferroviários, "cujo trabalho era diretamente ligado ao trem. Eram os chamados "empregados de emergência": maquinistas, guarda-trens, foguistas, ajustadores, eletricitas e pessoal da estação". (39) Do mesmo modo, a vila de Paranapiacaba era formada por casas que são eram entregues aos funcionários considerados hierarquicamente superiores. A forma de organização do espaço habitacional visava, portanto, garantir a permanência junto à unidade produtiva de uma força de trabalho especializada, numa época em que a mecanização da indústria ainda não desqualificara totalmente o saber-fazer profissional.

A Gestão "Científica" da Habitação Popular

Se num primeiro momento a construção das vilas operárias aparece como a solução ideal que as classes dominantes concebem para a questão da habitação popular, mesmo que atinja um número bastante reduzido de trabalhadores, desde meados da década de vinte constitui-se um novo dispositivo estratégico de moralização do proletariado, cujos enunciados se explicitam no 19 Congresso de Habitação, realizado em 1931.

A estratégia de disciplinarização da figura do trabalhador e a redefinição da rede de relações familiares a partir da construção das vilas operárias e de toda a organização do lazer operário, possibilitado por seu internamento num espaço arquitetônico literalmente cercado e fechado, caracteriza o período de formação do mercado de trabalho livre no país, nas primeiras décadas do século. Aqui, as disciplinas pontuais se exercem de forma coercitiva, direta, visível, fazendo-se sentir pela compulsão de prender o trabalhador no interior das "prêsas domiciliares", embora também indireta e sutilmente através da instalação, no seu interior, de todo um equipamento coletivo para preencher necessidades básicas. Os operários identificam o exercício do poder disciplinador na figura dos industriais/senhórios, personalizam a dominação na autoridade do patrão/proprietário de suas residências, como nos fazem perceber as críticas publicadas nos jornais anarquistas.

Ora, a partir de meados da década de vinte, um outro regime disciplinar se insinua através da ação da burocracia im-
 pessoal, técnica e racional, que discute e resolve aquilo que ela própria determina como seu objeto de interesse e de conhecimento. O saber sobre a questão da habitação, presente inicialmente na fala dos higienistas e médicos, legitima agora o poder de outras falas que se articulam sobre o social: de engenheiros e de arquitetos principalmente, mas também de sociólogos e de advogados. Embora os higienistas ainda desfrutem de uma posição importante na tarefa de gerir a cidade, novos atores entram em cena assumindo papel de destaque e definindo as soluções práticas para os novos problemas urbanos.

A noção de disciplina sofre, então, um deslocamento progressivo neste momento histórico de emancipação do trabalho. Da punição exemplar, severa, física, passa-se para a "sanção normalizadora", que se concretiza no poder da norma: o exercício do poder localizado, na perspectiva operária, na figura do "benemérito dr. Street" cede lugar ao exercício invisível das técnicas disciplinares impostas através das soluções aventadas por todo um corpo de "especialistas": poderes diluídos que, como na fábrica taylorizada, se manifestam inscritos nos saberes específicos, únicos autorizados para solucionar os problemas de uma classe operária infantilizada e pouco civilizada. A vigilância mecânica, inerente ao aparato de produção, dotada de exterioridade e de objetividade, prolonga-se na dominação imperceptível que emana da burocracia especializada para resolver a questão da habitação popular: a tecnização dos problemas sociais revela a sofisticação das estratégias burguesas de disciplinarização das "classes perigosas". (40)

No entanto, uma mesma operação ideológica percorre tanto o discurso inicial dos higienistas e dos industriais enquanto estratégias pontuais que vão se constituindo paulatinamente diante das questões que as transformações sócio-econômicas produzem, quanto a fala acaba^{do} é elaborada de todos os outros especialistas que se apropriam posteriormente da questão urbana. De ponta a ponta, recorre-se à mesma operação conceitual que vincula pobreza-saúde-imoralidade. A questão da habitação popular é tematizada e construída por todo o arsenal de conhecimentos mobilizados pelos dominantes menos como problema material ou financeiro do que como questão moral: a preocupação que sustenta toda a discussão sobre o problema da moradia dos pobres está centrada muito mais na vontade de regenerar as classes populares decaídas, segundo a representação imaginária do poder, do que no sentido de responder funcionalmente ao problema habitacional. Não devemos estranhar, nesse sentido, que a cidade e sobretudo as vilas e os bairros sejam, como afirmam Murard e Zylberman a propósito das vilas mineiras, muito mais "filhos do saber da higiene" do que da arquitetura. (41)

A problemática da habitação operária, que é inicial

mente construída pelo saber médico-higienista e progressivamente incorporada pelos saberes técnicos e "objetivos" da engenharia e da arquitetura, da sociologia e da criminologia, sofre um deslocamento conceitual através de operações em que as imagens e representações imaginárias se acoplam ou se opõem, criando todo um campo de dimensão simbólica do real. Assim, da constatação do problema da habitação popular - as péssimas condições de vida e moradia dos trabalhadores e pobres em geral -, passa-se a discutir a questão da saúde dos incivilizados, no sentido de diagnosticar as doenças para previni-las ou extirpá-las. Da questão da doença e do perigo da emergência de focos de contágio, desloca-se para o problema moral: a degenerescência da raça, a degradação do espírito, a corrupção do trabalhador.

A associação pobreza-saúde-promiscuidade cola-se deste modo a um objetivo econômico: é preciso recuperar o proletariado, corrompido e degenerado, para promover o progresso nacional. O ser produtivo deve ser o trabalhador de hábitos regulares, que obedece servilmente às imposições do capital, que não se deixa imbuir por idéias "estranhas e estrangeiras" que corroem os valores fundantes da sociedade, tanto na fábrica quanto fora de seus muros.

Para este soldado disciplinado do trabalho a solução ideal de residência visualizada pela burocracia é a "casa isolada" ou as "cidades-jardins". A imagem do jardim/natureza oposta à do botequim/sociedade, herdeira do pensamento rousseauro, reforça a proposta burguesa de exclusão da classe operária para a periferia da cidade. Assim, a problemática da habitação popular é utilizada pelo capital como pretexto para a aplicação de regimes disciplinares de espacialização dos corpos, distribuição dos indivíduos desde o espaço urbano até o interior da casa, de modo a fabricar comportamentos desejáveis e facilitar a gerência da vida dos dominados até mesmo em sua intimidade. A vigilância panóptica que se exerce no âmbito da fábrica invade o interior da moradia operária: a noção de culpabilidade introjetada pelos indivíduos deve impedir que se desviem dos papéis familiares produzidos externamente para a mãe, para o filho, para o pai e dos lugares em que devem ser representados.

O 1º Congresso de Habitação

Em maio de 1931, engenheiros, arquitetos, higienistas e sociólogos de todo o Brasil reúnem-se em São Paulo no 1º Congresso de Habitação, realizado sob os auspícios do Instituto de Engenharia e da Prefeitura de São Paulo. (42) Seu objetivo: discutir e buscar soluções para os problemas do urbanismo, entre eles, a questão da habitação das classes trabalhadoras.

Tomando como parâmetro respostas aplicadas em países "mais civilizados", como a Inglaterra, a França e os Estados Unidos, os engenheiros procuram diagnosticar as origens de "um dos aspectos mais dolorosos da questão proletária (que) é sem dúvida a do alojamento precário, insalubre e quase sempre nojento". (p.142) Recorrem para tanto a um amplo arsenal de conhecimentos técnicos - a "ciência da engenharia", a arquitetura industrial, a medicina, a sociologia, o direito - para dar conta dos problemas criados pelas péssimas condições de moradia do trabalhador brasileiro.

O discurso burguês tematiza a questão da habitação popular e elabora dispositivos tecnológicos de poder apresentados como "científicos", a fim de regenerar a figura corrompida do operário, habitante dos cortiços e favelas. Centrei minha atenção sobre três artigos que me parecem exprimir com maior clareza o pensamento dos dominantes sobre esta problemática: "Sugestões para a solução do problema das casas operárias", "Habitações econômicas" e "Casas Populares - Cidades-Jardins". Nestes, uma mesma postura que os situa na linha do "modelo progressista" do urbanismo europeu, caracterizado pela valorização positiva da ciência, da técnica, do aproveitamento dos novos padrões e da mecanização da indústria e por uma concepção funcional e pragmática que pretende construir a cidade do trabalho. (43) A "eficácia moderna" é o termo chave para se compreender esta tendência do pensamento urbanístico que desde 1928 "encontra seu órgão de difusão num movimento internacional, o grupo dos C.I.A.M." (Congressos Internacionais de arquitetura moderna), e que em 1933 formula seus princípios na

Carta de Atenas.

Ao mesmo tempo, um mesmo percurso ideológico marca o discurso aparentemente despolitizado dos especialistas, no sentido de deslocar a temática da habitação popular do plano material para pensá-la como questão de moralidade, de disciplina e de ordem, responsáveis pelo crescimento econômico da nação e pelo ideal eugênico de aprimoramento da raça. Daí a enorme preocupação com a questão da saúde e da higiene que caracteriza o pensamento urbanístico "progressista", ao contrário do "culturalista", voltado para a recuperação da totalidade cultural orgânica perdida pela cidade industrial. No entanto, estas distinções entre as duas tendências do urbanismo não devem ser consideradas rigidamente. Por exemplo, como os culturalistas, os engenheiros do 1º Congresso brasileiro visualizam nas cidades-jardins a possibilidade de resolução do problema da habitação operária, criado pela industrialização acelerada. Entretanto, esta proposta passa a ser pensada na lógica dos "progressistas", isto é, tendo em vista a eficácia e o rendimento para o capital, eliminando-se os bares, a aglomeração dos pobres nos espaços públicos, as calçadas, etc. Esta convicção é expressa nitidamente nas conferências de abertura do Congresso:

"Na casa, à grande luz radiante do sol, nascem, desenvolvem-se e amadurecem as forças que conduzem a humanidade para o progresso constante. No bar e no club, em escuridão propícia à vida microbiana, pululam as forças contrárias". (p.48)

A habitação popular passa a ser, no discurso dos especialistas, para além de uma questão meramente técnica e prática, a que os saberes neutros e racionais da engenharia e da arquitetura devem resolver, uma questão de moralidade e de eugenia. A casa e a cidade aparecem como espaços totalitários de produção de novos comportamentos "racionais" e da instauração de relações utilitárias numa sociedade cuja forma básica de sociabilidade se funda na troca.

Reclamando uma ação mais efetiva dos poderes públicos, a exemplo dos países mais avançados, responsáveis pelo

abandono em que se encontram as classes trabalhadoras, ao contrário das classes médias, ou em outros momentos, justificando-os, já que se trata de um problema técnico e não político, cujo insucesso deve ser atribuído à carestia dos meios materiais de construção, os engenheiros e arquitetos constataam as péssimas condições em que vivem o proletariado urbano e o trabalhador rural, entregues "às enfermidades, à prostituição, aos crimes elementos que representam os músculos de nossa economia incipiente". (p.52)

Atribuem-se então a missão redentora de salvar o proletariado nacional do estado de degeneração física e moral em que vive. Neste discurso, a moradia popular, precária, insalubre, fétida é detectada como a origem das doenças, de acordo com a teoria biológica do meio que influencia o pensamento científico desde o século anterior. A casa é responsabilizada pela produção de comportamentos desviantes, como a prostituição e o crime, que revelam a baixa moralidade das populações pobres. Por isso, a questão da habitação popular constitui um entrave ao progresso econômico da nação, que necessita de trabalhadores fortes, sadios e laboriosos. Daí, a conclusão de que não se trata simplesmente de buscar soluções arquitetônicas de barateamento dos custos da construção, embora se valorize a racionalização e a geometrização do espaço, ou de localização das casas populares nos arredores dos locais de trabalho, mas de que é preciso construir um tipo racionalizado e moralizado de espaço domiciliar. Segundo o eng. Henrique Doria, autor do primeiro artigo citado:

"A solução será tanto sob o ponto de vista das dimensões, custo, financiamento e legislação - o que tornará praticável a construção para todas as pessoas pertencentes às classes inferiores - como também, sob o ponto de vista de higiene e conforto - o que proporcionará melhores valores humanos e, conseqüentemente, o progresso das condições gerais da coletividade". (p.53)

Segundo ele, as soluções para o problema da habitação popular deverão ser ditadas pela razão técnica, dependendo da "or-

ganização científica, do taylorismo em ação:

*"Ciência em vez de empirismo;
Harmonia em vez de discórdia;
Cooperação em vez de individualismo;
Rendimento máximo em vez de produção reduzida;
Formação de cada homem para lhe proporcionar o rendimento e a prosperidade maximum". (p.53)*

A ciência e a técnica devem indicar soluções para superar os obstáculos que os homens enfrentam em sua relação com o meio. As inovações tecnológicas, os métodos da estandarização e de mecanização da indústria devem ser aproveitados na remodelação da cidade, na linha do pensamento urbanístico "progressista", assegurando a saúde e a higiene dos habitantes: zonas verdes, espaços abertos, muito sol e luz. Os fluxos de circulação no interior da cidade ou no interior da casa devem ser organizados racionalmente de modo a facilitar a movimentação dos homens-mercadorias.

Segundo o engenheiro Bruno Simões Magro, autor do artigo "Habitações Econômicas", apesar dos esforços de alguns industriais humanitários que haviam se preocupado com seus empregados, construindo vilas operárias ou conjuntos residenciais, o problema da habitação popular permanecia inalterado. Os pobres continuavam a viver entulhados em pequenos compartimentos, frequentemente subalugando algum cômodo para um "pensionista", "elemento prejudicial ao sossego de espírito dos donos da casa, não raro tornando-se um germen de discórdia e mesmo de dissolução da família, portanto, um indesejável". (p.57)

Fissurados com o desejo de desaglomerar os pobres em todos os espaços de sociabilidade, mas fundamentalmente no interior da casa, os especialistas sentem um verdadeiro horror diante da presença do celibatário no interior da rede de relações cotidianas da família. O "pensionista" é visto como uma ameaça dissolvente dos laços familiares, como um empecilho desestabilizador da cruzada de moralização da classe trabalhadora e da constituição da noção de intimidade. Num momento em que se busca incutir no operário os valores burgueses da priva

cidade, da regularidade dos hábitos, da produtividade, impondo novas condutas disciplinadas, a presença deste intruso no lar vem romper o equilíbrio que se pretende conseguir através de todo um conjunto de tecnologias mobilizadas. Afinal, a questão da habitação popular funda-se sobre o desejo burguês de produzir a família higiênica nos setores sociais inferiores. Trata-se de construir uma habitação e uma forma de morar, que interdite relações impuras, localizando o amor, codificando a sexualidade, eliminando tudo que represente libertinagem, orgia, desordem e anarquia.

Os engenheiros defendem a construção de um tipo de moradia popular econômica, porém, dividida em um "número suficiente de compartimentos" para evitar a promiscuidade e em que os quartos sejam suficientemente isolados uns dos outros como "o deseja a família brasileira, por tradição discreta em rígida moralidade". (p.57) Espaços menores, porém, mais divididos que permitam individualizar os corpos, distanciá-los, localizá-los e estabilizá-los, impedindo a proximidade física e o contato ameaçador e destilar o gosto pela privacidade. Esta função saneadora compete ao técnico, responsável como "formador do ambiente moral "das classes populares, segundo o discurso do engenheiro Simões Magro:

"Ao tratar do abrigo operário convém estudar-se o modo de agenciamento das casas, visando evitar a promiscuidade. Em princípio, só há uma solução boa, qual seja a da casa isolada (...)". (p. 59)

O autor de "Habitações Econômicas" preconiza também que se analise a administração interna da casa, os móveis "essenciais" localizados em lugares que não impeçam a livre circulação do ar, assim como o abastecimento da água potável e a instalação de sanitários e de esgotos, que permitam o asseio e a higiene corporal e doméstica. Todo um conjunto de saberes é deste modo acionado e produzido para que a sociedade burguesa realize seu sonho de constituir indivíduos dóceis e laboriosos. Além do isolamento dos compartimentos internos, que permite vigiar e gerir mais eficazmente os comportamentos induzidos

pela própria distribuição espacial, os especialistas são favoráveis ao isolamento da classe operária nos bairros periféricos da cidade, como veremos adiante.

Jardins X Botequins

O engenheiro Marcelo Taylor de Mendonça, autor de "Casas Populares - Cidades-Jardins", apresenta como solução ideal para o problema da moradia operária, (note-se que a residência burguesa não se constitui como problema), "sob o ponto de vista higiênico e social" a construção de cidades ou bairros-jardins, a exemplo do que já vinha sendo praticado em Chicago, na Inglaterra ou na França.

A idéia da cidade-jardim, formulada por Ebenezer Howard no final do século XIX, pretendia realizar a síntese da cidade e do campo, recuperando as projeções da cidade do futuro dos utopistas da primeira metade do século XIX. Desejava-se, então, criar um espaço descongestionado instalando uma cidade planejada que não deveria ultrapassar uma certa quantidade de indivíduos e onde se poderia usufruir tanto dos benefícios da vida urbana, como os serviços públicos e as atividades sociais, quanto as vantagens do campo: ar puro, zonas verdes, tranquilidade, muito espaço, hortas e animais domésticos. (44) Para Howard, influenciado pelos utopistas e por Pier Kropotkin em especial, a cidade-jardim deveria concretizar o sonho da comunidade perfeita e auto-suficiente, realizando o almejado equilíbrio entre a indústria e a agricultura, a cidade e o campo, o manual e o intelectual. No entanto, o conceito da casa cercada por jardins, reapropriado pelo conservadorismo da cultura vitoriana, visava reforçar a intenção de privatização dos indivíduos, retirando-os da promiscuidade da grande cidade. Este é o aspecto que predomina na apropriação da proposta pelos engenheiros, que é portanto esvaziada de todo o conteúdo social e político originário, destinando-se agora a disciplinar os pobres e assegurar a ordem social.

No discurso dos congressistas brasileiros, a cidade-

-jardim opõe-se à solução das "habitações coletivas", que poderiam ser adequadas para os trabalhadores europeus acostumados a "uma certa educação higiênica, harmonia entre seus moradores, o hábito da limpeza e duma conservação sistemática da casa" (p.142), mas dificilmente para os brasileiros, "pessoas ainda mal iniciadas na vida moderna e que só se poderá conseguir depois de um certo grau de civilização". O saber técnico diagnostica o problema habitacional no país: nas favelas e "cabeças de porco" do Distrito Federal, desenvolvem-se os baixos instintos, o alcoolismo e a tuberculose: "pode-se dizer que (nelas) tem início todas as misérias morais e materiais e todos os vícios". (p. 141) Novamente, a não-casa que é o cortiço ou a favela é apresentado como lugar privilegiado da origem do mal, imagem que se contrapõe implicitamente à representação do lar, onde se formam indivíduos privativos e felizes no interior da família unida. Pobreza e sujeira são assimilados à idéia de degeneração moral, na representação do cortiço imundo como fonte de aquisição de vícios físicos e morais. Na lógica do engenheiro, que expressa a mentalidade dos dominantes, a decadência do trabalhador e de sua família e sua adesão às doutrinas políticas subversivas são produzidas pela ausência de um lar aconchegante e feliz. O operário busca o boteco e o cabaré para se refugiar da casa insalubre e nojenta; no álcool e no jogo, procura as compensações que lhe faltam dentro do ambiente doméstico, quer divertir-se e esquecer: "vai ele pouco a pouco, entregando-se ao vício do jogo e da bebida". (p.141)

O fantasma do botequim popular (o boíte ou o café burgueses não são objetos de degenerescência) aparece na representação deste imaginário como instituição ameaçadora para os valores da sociedade, pois é o lugar do pecado e do vício. A imagem do operário que ao sair da fábrica se instala no bar, porque lhe é insuportável ficar em sua casa, que gasta os seus míseros tostões na bebida ou no jogo, ou divertindo-se com prostitutas, e que ao voltar para casa encontra os filhos chorando e bate na esposa é recorrente na história da literatura e do cinema.

Os industriais do CIFTSP também apelam para o mesmo recurso imagético, quando se posicionam contra a lei de férias para os operários:

"Que fará um trabalhador braçal durante quinze dias de ócio?

Ele não tem o culto do lar, como ocorre nos países de climas inóspitos e padrão de vida elevado. Para o nosso proletariado, para o geral de nosso povo, o lar é um acampamento - sem conforto e sem doçura.

O lar não pode prendê-lo e ele procurará matar as suas longas horas de inação nas ruas.

A rua vale muitas vezes pelo desaprochar de vícios latentes, e não vamos insistir nos perigos que ele representa para o trabalhador inativo e inculto, presa fácil dos instintos subalternos". (45) (Grifos meus)

Trata-se, portanto, de retirar todos da rua, de esvaziá-la das hordas barulhentas de bárbaros, concentrá-los dentro das casas junto das mulheres, das crianças e dos velhos, sequestrar os improdutivos na casa e internar os produtores na produção.

Além de fonte de vícios, na medida em que empurra o trabalhador para a rua, a casa "nojenta e desconfortável" é causa dos maus sentimentos do ódio e da inveja do operário que se sente um "pária" da sociedade. Estes sentimentos levam a atos de rebeldia, de indisciplina, de revolta. Quanto à criança, a habitação popular suja e infecta é prejudicial por formar os "piores hábitos" nos pequenos que vivem misturados "sem distinção de sexos", hábitos pecaminosos e perniciosos que serão depois difundidos na escola ou na fábrica. As crianças se tornam pequenos delinquentes, pois entre permanecer num quarto sujo e abafado preferem a rua onde podem respirar e brincar livremente. Finalmente, a casa insalubre aparece na representação burguesa como responsável pela perda da dignidade e do pudor das jovens. Em suma,

"as favelas e as cabeças de porco são as causas diretas da desorganização operária; são um empecilho absoluto ao reerguimento físico e moral da classe operária". (p.191)

Portanto, "lutar contra as favelas e cabeças de porco" é batalhar pela elevação da moralidade popular e pela melhoria física da raça. Degradação moral, enfraquecimento físico e miséria participam de um mesmo conjunto simbólico, formando um mesmo problema que o saber técnico dos engenheiros e arquitetos promete regenerar, construindo a cidade eugênica. Para tanto, os bairros ou cidades-jardins são apresentados como respostas satisfatórias:

"Repetirei que os governos encontrarão na criação das cidades-jardins a melhor solução para maior parte dos grandes problemas nacionais presentemente". (p.142)

Vejamos as razões apresentadas. Na cidade-jardim, constituída por habitações privadas e independentes os homens se tornarão melhores, mais fortes e mais sadios. No jardim, o trabalhador encontrará um espaço agradável, claro, luminoso, arejado, estará em contato com a natureza e, além disso, poderá dedicar-se a atividades saudáveis como o cultivo da horta, atividade relaxante e econômica que o afastará dos caminhos desviantes da cidade. A imagem clara, aberta, iluminada, arejada e privada do jardim é assim contraposta ao ambiente escuro, fechado, esfumaçado, escuro, viciado, corrompido e público do boteco. O jardim liga o espaço do trabalho à vida fora da fábrica. (46)

"Satisfeitos em seu lar, tendo que cuidar do seu jardim e de sua pequena horta, o operário não precisa procurar esquecimento na bebida e no jogo". (p.142)

A jardinagem e o cultivo da horta aparecem, portanto, como aliados na luta pela eliminação do conflito social na fábrica e na família. Possibilitam silenciar o operário que briga contra o patrão, o marido que agride a esposa, o pai que bate nos

filhos. Promovem a união da família em sua intimidade e de patrões e empregados na "comunidade" fabril. Na cidade-jardim, os homens desenvolvem hábitos regulares de higiene, limpeza pessoal e doméstica, "coisa que dificilmente se obtém entre pessoas ainda mal iniciadas na vida moderna". Sozinho, o pobre não se interessa pela limpeza corporal, por andar arrumado, cuidado, cheiroso. É preciso uma pedagogia, uma puericultura que ensine os bons hábitos higiênicos, físicos e morais desde a mais tenra idade.

Em complementação à tese da construção da cidade-jardim, o saber da engenharia preconiza a variedade das habitações e seu isolamento. A monotonia e a homogeneidade das casas provoca o desinteresse de seu morador; já a possibilidade de manifestar seus próprios gostos e preferências pode despertar no operário o desejo de tornar-se proprietário, sentimento imprescindível para afastar o perigo das idéias socialistas. As casas devem ser isoladas umas das outras o máximo possível para evitar o contato íntimo entre vizinhos e entre diferentes alojamentos operários. O agrupamento das casas, segundo esta estratégia de anti-aglomeração, favorece a promiscuidade perigosa tanto social quanto sanitariamente, sobretudo nos períodos de peste. Portanto, as habitações proletárias devem estar localizadas nas zonas suburbanas, onde se encontram maiores extensões de terra. Em conclusão:

"A cidade-jardim é uma obra essencialmente social, que favorece não somente as condições financeiras e econômicas, mas também as morais". (p. 142)

Imagens Libertárias da Cidade do Futuro

Para os operários, a proposta burguesa de exclusão da classe trabalhadora nos bairros situados na periferia da cidade é percebida agressivamente como tática de segregação e de controle sobre sua movimentação. O caráter marginalizador do projeto arquitetônico das classes dominantes é denun-

ciado em vários artigos da imprensa anarquista. Ao criticar o Congresso Têxtil realizado pelo patronato do Rio de Janeiro, A PLEBE, de 21/7/1923, discutia a própria idéia então defendida de construção de "casas para operários", questionando uma classificação que reflete a divisão interna do social:

"O mesmo pelo que se refere à tese de casas para operários.

Por que casas de operários? Então operário não é gente? Então há um modelo único, um padrão especial, uma técnica de encomenda para as casas destinadas aos trabalhadores? Há falta de casas? Então façam moradias, construam o maior número de las, grandes e pequenas, caras e baratas, para todos os gostos e para todas as posses e não bairros especiais, monótonos e uniformes, onde o operariado fica isolado, bloqueado, segregado da convivência das outras classes da sociedade".

No discurso do poder, ao contrário do anarquista, a separação espacial das classes sociais e a localização do proletariado nas zonas urbanas periféricas são justificadas através de argumentos sofisticados, legitimados pelo saber "científico e técnico" que os fundamenta. Argumenta-se que a instalação dos trabalhadores nestas regiões periféricas seria vantajosa para eles porque poderiam desfrutar de um espaço muito maior, onde disporiam de terras livres em maiores quantidades, onde cultivariam suas hortinhas, possuiriam seus animais domésticos e dedicar-se-iam à jardinagem, em vez de aglomerarem-se nos cortiços do centro. Num campo oposto, os operários desmistificam estas racionalizações ideológicas, investindo contra as formas engenhosas de exclusão e de enquadramento daqueles que ameaçam a existência dos privilégios sociais pela própria presença. Em outro artigo, questionavam até mesmo o conceito de pobreza instituído pela imaginário burguês, que o associa à idéia de preguiça e de vagabundagem:

"O POBRE É UM VADIO?"

"Pobres não são (...) somente os mendigos que esmolam pelas ruas. Pobres são todos os operários e trabalhadores rurais explorados pelos patrões, que lhes pagam apenas o necessário para não morrerem de fome. Pobres são todos aqueles que, numa sociedade que repousa sobre o direito inviolável e sagrado da propriedade, vêem-se obrigados a vender, por vil preço, a força de seus músculos ou da sua inteligência, em proveito exclusivo da burguesia capitalista e parasita, que vive à custa do suor e dos esforços alheios". (A PLEBE, 9/7/1917)

Os trabalhadores abordam a questão da habitação popular de um ângulo totalmente oposto, embora não elaborem um projeto habitacional propriamente dito. A discussão em torno do tema da moradia popular e mesmo da organização do espaço urbano aparece no discurso anarquista muito mais numa perspectiva de crítica às imposições e aos "benefícios" que partem dos proprietários ou dos poderes públicos, na luta contra a exploração econômica do trabalhador pelos altos custos das residências alugadas e na constituição de movimentos como a Liga dos Inquilinos, formada em 1907 ou a Liga Popular de Agitação contra a Carestia da Vida. Não se formula um projeto propriamente dito de habitação ou de re-organização do espaço urbano, o que não significa negar a existência de projeções libertárias sobre a cidade do futuro. Mas os artigos que denunciam a exploração dos locatários, que cobram preços abusivos pelo aluguel de suas propriedades ou que obrigam os operários a fixarem-se nas residências que circundam as fábricas situam-se muito mais numa perspectiva negativa diante das imposições capitalistas. Vale lembrar que, afinal, o "problema da habitação popular" e o desejo de purificação do espaço urbano são preocupações fundamentalmente das classes dominantes e não questões colocadas pelo movimento operário num primeiro plano.

No entanto, talvez possamos perceber nas concepções libertárias de reorganização da vida produtiva e de toda a vida social algumas imagens da cidade futura e que, evidentemente, se inspiram nas projeções de utopistas como Fourier e de anarquistas como Proudhon e Kropotkin. Mas, ao contrário do projeto burguês de urbanização da cidade e de construção de um tipo definido de habitação popular, que são formulados pelos saberes científicos e técnicos de especialistas, engenheiros, arquitetos e higienistas, não se encontram nos meios operários estes especialistas. Entretanto, as projeções anarquistas sobre a paisagem urbana do futuro, ou mesmo a crítica da organização burguesa do espaço público e privado revela um saber operário que, evidentemente, não é nunca consultado pelos dominantes. Há também aí uma outra questão. Segundo a doutrina anarquista, não se trata de apresentar ao proletariado e aos oprimidos em geral soluções prontas, modelos acabados e definidos de reorganização da vida social. Esta postura contraria a própria idéia da autogestão da sociedade pelos produtores diretos. Em um artigo de A TERRA LIVRE, de 3/9/1908, publicava-se:

" A Anarquia não vem com um plano de Sociedade futura que quer substituir à sociedade moderna. Os anarquistas têm-se sempre recusado a dar qualquer detalhe sobre a organização íntima da sociedade a crata, pela simples razão que não sabem, que ninguém sabe como terão que se arranjar as coisas".

Sabe-se que para os anarquistas, como também para os marxistas, na sociedade futura inexistirão propriedades privadas e, conseqüentemente, casas de burgueses ou "casas de operários". Muitos serviços serão realizados por empresas públicas, como "lavar roupas, cozinhar, costurar, etc", imaginava Lucas Mascolo. (A TERRA LIVRE, 6/11/1910) "Criar-se-hão grandes lavanderias, grandes cozinhas aperfeiçoadíssimas, grandes ateliers de costura, (...)", o que, por sua vez, traduz a intenção do aproveitamento racional das facilidades da mecanização industrial e não sua negação, como às vezes se afirma a respeito dos libertários. Não se trata para eles de lutar

nostalgicamente pelo retorno a um passado artesanal ou rural romantizados, mas de construir uma sociedade que, na linha do que pregavam os utopistas da primeira metade do século XIX, ou do que pensava o próprio Marx, realize a síntese entre cidade e campo, instalando a comunidade perfeita, onde se superaria a divisão social do trabalho.

A preocupação estética alia-se à satisfação das necessidades sociais: "Todas as ruas poderiam ser arborizadas com laranjeiras, limoeiros, pessegueiros e outras árvores que além de um perfume delicioso produzem os mais saborosos frutos. Haveria frutas de sobra para todos (...)" (idem). Ainda com relação ao aproveitamento das inovações tecnológicas, como também defendiam Fourier e Proudhon: *"As construções das casas podem ser feitas por sistemas muito simplificados, por meio de formas, aparelhos mecânicos, automáticos, etc, abreviando o tempo (...). Podem-se transformar em energia motora, em luz, em capacidade de trabalho, - as correntes dos rios, o vento dos ares, a luz do sol, o petróleo, o carvão das minas e tantos e tantos outros minerais, e tirar de tudo isto, grande proveito para todos"*. (idem)

Proudhon não estabeleceu detalhadamente sua concepção acerca da cidade do futuro ao contrário de Fourier. Este pensava numa solução coletiva de habitação, à imagem do falanstério enquanto que o outro optava pela solução individual da "casinha feita a meu modo, onde moro sozinho, no centro de um pequeno murado de um décimo de hectare onde eu teria água, sombra, grama e silêncio", no interior da comuna. (47) É claro que para os anarquistas o respeito à liberdade individual, à autonomia de cada um se coloca em primeiro plano e se reflete na concepção do urbano.

Kropotkin, por exemplo, era absolutamente contrário à idéia da uniformização das casas, das roupas, do modo de viver e do agrupamento dos indivíduos no falanstério: "a primeira condição de sucesso para uma comuna prosperar seria, pois, abandonar a idéia de um falanstério e morar em casinhas inde -

pendentes(...)" (48) A idéia da descentralização política, econômica e social define a estruturação da comuna: indústrias instaladas nos campos, integração das atividades fabris e agrícolas, manuais e intelectuais em vista da formação do homem novo. Nos três pensadores, como nos demais artigos da imprensa anarquista existente no Brasil, evidencia-se a aposta otimista na reconstrução racional e funcional da cidade, que assegure a qualidade da higiene pública e privada, o conforto dos habitantes, amplas áreas de lazer e a descentralização das atividades econômicas e sociais. Nesse sentido, penso que caem por terra as explicações teórico-políticas que vêm nos anarquistas grupos pré-políticos, característicos de formações sociais pré-industriais e que refletem "uma visão artesã do mundo". Ao contrário, suas projeções têm como referência não só a cidade industrial, mas uma sociedade onde a automatização das fábricas e de outros serviços permite liberar o homem da sujeição à atividade única do trabalho pela sobrevivência:

"Se as máquinas pertencessem a todos vós, aos homens todos, se estivessem à disposição dos trabalhadores, vós as faríeis trabalhar para vantagem geral, em vista das necessidades coletivas(...). E elas seriam um enorme benefício, uma fonte abundante de bem-estar e alegria (...)". (A TERRA LIVRE, 22/5/1910)

CONCLUSÃO

Um projeto de domesticação da classe operária constituiu-se nas décadas iniciais do século no país. Através de múltiplos campos do social, mas fundamentalmente no interior da fábrica e no interior da habitação, as classes dominantes desenvolveram inúmeras estratégias de disciplinarização do trabalhador, visando compor uma nova figura, moralizada e produtiva de acordo com suas exigências classistas.

Na fábrica, os dispositivos tecnológicos utilizados pelos setores privilegiados da sociedade para forjar esta nova figura laboriosa, dócil e dessexualizada, modificam-se no sentido de sofisticarem-se cada vez mais. Quanto mais o trabalhador foi integrado ao aparato da produção, tornando-se aquilo que a famosa expressão de Marx descreve como um "apêndice da máquina", tanto mais o exercício da dominação procurou dissimular-se, transferindo-se da figura autoritária do contramestre ou do patrão para o interior mesmo da máquina. Nas soluções inventadas pelos dominantes, especialistas ou industriais, para o problema da habitação operária, o mesmo investimento do poder. A figura do industrial/senhorio que dita despótica e arbitrariamente os regulamentos internos de fábrica ou os códigos de conduta no interior das vilas e conjuntos residenciais que aluga para seus empregados cede lugar, no palco da história, a um corpo de burocratas especializados, que se apresentam como os novos proprietários das soluções dos problemas sociais. Detentores de respostas racionais e "únicas", impõem, em nome da ciência normas de habitabilidade, de vida, ignorando os desejos e os interesses daqueles cujos destinos decidem.

A redefinição dos papéis familiares atribuídos principalmente à mulher e à criança completou esta cruzada moral lançada sobre a classe trabalhadora, que, na representação dos dominantes, apareceu associada à imundície, à doença, à degeneração moral e ao enfraquecimento da raça. À mulher, foi designado o triste destino de "vigilante do lar" e de "mãe de família". Todos os comportamentos que se produziram fora destes parâmetros recobriram-se do estigma de culpabilidade e da imora

lidade. Entre as figuras da Santa Maria e da Eva, nenhum espaço foi permitido à mulher, a despeito de todas as solicitações que o mundo industrial lançava sobre ela. Peça fundamental na empresa de moralização do trabalhador, o modelo rígido e ascético da esposa-mãe-dona-de-casa deveria atuar no sentido de introduzir o sentimento de intimidade do lar, recolhendo todos os seus membros nos momentos de não-trabalho para a privacidade da estreita vida doméstica.

A criança, designada para o espaço escolar, apesar de na classe operária participar ativamente do trabalho fabril, atuou como brecha de entrada do poder médico, assistencial e posteriormente psiquiátrico no interior da família. Incente e ingênua, segundo a representação imaginária da infância, a criança continuou ou continua nos meios populares a descreditar esta infantilização cultural na medida em que tem sempre atuado como um dos principais produtores da riqueza social, no Brasil ou no exterior.

A este conjunto de procedimentos disciplinares, os anarquistas e operários em geral se opuseram numa luta ferrenha, buscando realizar sua utopia de construção de um novo mundo, mais humano, mais justo, mais livre, onde todos teriam seus direitos de vida assegurados. No campo da educação, no âmbito da produção, na redefinição dos papéis sociais atribuídos a homens, mulheres, crianças, na reestruturação das relações familiares afetivas, na composição de uma nova paisagem espacial, os anarquistas acenaram com propostas que, de certo modo, refletiram os anseios e as esperanças de uma classe negada em todos os momentos de sua vida cotidiana, do trabalho ao lazer e que sem dúvida se fêz num processo de luta cujas marcas se mantiveram profundas, a despeito de toda tentativa de silenciamento.

NOTAS

- (1) Bonduki, N. "Origem do Problema da Habitação Popular em São Paulo", Espaço e Debates, nº 5, março-junho de 1982, p. 109.
- (2) Relatório apresentado à Administração Sanitária do Estado pelo Inspetor Sanitário Dr. Evaristo da Veiga, in: Relatório apresentado ao sr. dr. presidente do Estado de São Paulo pelo dr. Cesário Motta Junior, em 28/3/1894.
- (3) Câmara Municipal de São Paulo, Folha do Braz, nº 89, 12/11/1899, in Bonduki, N. op.cit., p. 85.
- (4) Relatório apres.... dr. Evaristo da Veiga, op.cit.
- (5) Pimentel, H.M. Subsídios para o Estudo da Higiene no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Tipografia de Carlos G. de Silva, 1890, p. 185.
- (6) idem, p. 186.
- (7) idem, p. 186.
- (8) Barbosa, Plácido, "Habitação e Tuberculose", A Folha Médica, 1/7/1927, p. 157.
- (9) Foucault, M. Microfísica do Poder, op.cit., p. 90.
- (10) Corbin, Alain. Le Miasme et la Jonquille, Paris, Ed. Aubier Montaigne, 1982, p. 22.
- (11) Prata, F. Horta. Higiene da Habitação, tese de doutoramento, Bahia, 1918, p. 17.
- (12) Murard, L. e Zylberman, P. Le Petit Travailleur In-fatigable, op.cit., p. 68.
- (13) Pimentel, A.M. op.cit., p. 185.
- (14) Mello, F.Figueira. "Habitações Collectivas em São Paulo", Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo,

junho de 1926, vol.IX, 3a. série, nº 4, p. 291.

- (15) 1º Relatório da Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro, 12/1/1885, p. 29.
- (16) Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Ifigênia, 1893, p. 256.
- (17) in Bonduki, N. op.cit., p. 89.
- (18) Pereira, Clemente. "A Tuberculose em São Paulo e o Estado Actual da Luta Anti-Tuberculose entre nós", Anais do 1º Congresso Médico Paulista, São Paulo, 1917, vol. III.
- (19) Mello, F.Figueira. op.cit., p.295 ; vide também Guzzo Decca, M.Auxiliadora, A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo, op.cit., cap. II, item 2.2.
- (20) Guzzo Decca, M.A. "No interior da moradia operária", São Paulo, 1979, mimeo, p. 13.
- (21) Rudolfer, Bruno. "O Problema Social da Habitação", Revista do Arquivo Municipal, ano 7, Vol. LXXXII, março-abril de 1942, São Paulo, p. 46.
- (22) Correa, Geraldo G. "A habitação e a delinquência infantil" Revista do Arquivo Municipal, ano 7, vol. LXXXII, março-abril de 1942, p. 216.
- (23) Machado, R. op.cit., p. 308.
- (24) Prata, F. Horta. op.cit., p. 57.
- (25) Corbin, A. op.cit., p. 168.
- (26) Azevedo, A. O Cortiço, São Paulo, Abril Cultural, 1981, p. 26.
- (27) Eva Blay fornece informações sugestivas - Vilas Operárias, São Paulo, tese livre-docência, USP, 1981, mimeo; assim como Raquel Rolnik - Cada um em seu lugar, dissertação de Mestrado, USP, 1981, mimeo.

- (28) Relatório apresentado ao presidente da República pelo dr. Amaro Cavalcanti, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, em 18/4/1898, relativamente a Cia. de Saneamento do Rio de Janeiro.
- (29) Moraes Filho, E. (org.) Idéias Sociais de Jorge Street , op.cit., p. 445.
- (30) idem, p. 455.
- (31) Segnini, L. op.cit., p. 53.
- (32) in Rolnik, Raquel. op.cit., p.76.
- (33) Não devemos estranhar que em 1936 no governo Vargas a vila M. Zélia tenha sido utilizada como presídio político durante cerca de 1 ano e meio, in Folha de SP., 19/12/1981.
- (34) Penteado, J. op.cit., p. 159.
- (35) Almeida, P. Monteiro. Higiene das Habitações na Bahia, tese de doutorado, p. 65. 1915
- (36) Rolnik, R. op.cit.
- (37) Foucault, M. Vigiar e Punir, op.cit.
- (38) Guzzo Decca, M.A. op.cit., p. 50.
- (39) Segnini, Líliliana. op.cit., p. 54.
- (40) Guzzo Decca, M.A. op.cit., cap. II, p. 52 e seguintes.
- (41) Murard, Lion e Zylberman, Patrick Le Petit Travailleur In-
atigable, op.cit., p. 35.
- (42) Anais do 1º Congresso de Habitação, São Paulo, maio/1931.
- (43) Choay, F. O Urbanismo, São Paulo, Perspectiva, 1979 , p. 19/20.
- (44) Benevolo, Leonardo. História da Arquitetura Moderna, Madri Taurus Ediciones, 1963, vol. 2, p. 416.

- (45) CIFTSP: Memorial de 22/7/1927, p. 10.
- (46) Murard, L. e Zylberman. op.cit., p. 171.
- (47) Choay, F. op.cit., p. 67 e 95.
- (48) idem, p. 153.

BIBLIOGRAFIA

- Americano, Jorge - São Paulo Naquele Tempo (1895-1915), São Paulo, Edições Saraiva, 1957.
- Ariès, Philippe - História Social da Criança e da Família, Rio de Janeiro, Zahar, 1981, 2.^a ed.
- Arvon, Henri - El Anarquismo en el siglo XX, Madri, Taurus Ediciones, 1979.
- Ansart, Pierre - Marx Y El Anarquismo, Barcelona, Barral Editores, 1972.
- Arendt, Hannah - A Condição Humana, Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária.
- Badinter, Elisabeth - L'Amour en Plus, Paris, Flammarion, 1982.
- Bakunin, Michael - Escritos de Filosofia Política, vols. 1 e 2 Madri, Alianza Editorial, 1978.
- Barros, Monica Leite - O Anarquismo e as Mulheres Trabalhadoras, dissertação de mestrado, UNICAMP, mimeo.
- Basch, Françoise - Les Femmes Victoriennes, Roman et Socièté, Paris, Payot, 1979.
- Beiguelman, Paula - Os Companheiros de São Paulo, São Paulo, Editora Símbolo, 1977.
- Blay, Eva - Vilas Operárias, São Paulo, tese de Livre-Docência, USP, 1981.
- Boltanski, Luc - Prime Education et Morale de Classe, Paris, Mouton, 1969.
- Bresciani, Maria Stella - Liberalismo: Ideologia e Controle Social, São Paulo, 1976, mimeo.

- Bresciani, Maria Stella - Londres e Paris no século XIX: o Espetáculo da Pobreza, col. Tudo é História, São Paulo, Brasiliense, 1982.
- Bruno, Ernani S. - História e Tradições da Cidade de São Paulo, 3vs, Edição Comemorativa do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- Cândido, Antonio - "The Brazilian Family", in Lynn-Smith, Thomas, Portrait of Half a Continent, New York, The Dreiden Press, 1951.
- Castoriadis, Cornelius - L'Expérience du Mouvement Ouvrier, vols. 1 e 2, Paris, 10/18, 1974.
- _____ - A Instituição Imaginária do Social, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- _____ - Les Carrefours du Labyrinthe, Paris, 1978.
- Chauí, Marilena - Cultura e Democracia, O Discurso Competente e Outras Falas, São Paulo, Editora Moderna, 1981.
- Choay, Françoise - O Urbanismo, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1979.
- Corb... Alain - Le Miasme et la Jonquille, Paris, Ed. Aubier Montaigne, 1982.
- _____ - Les Filles de Noce, Paris, Flammarion, 1982.
- Dean, Warren - A Industrialização de São Paulo, SP, Ed. Difel, 1971.
- Decca, Edgar S. - 1930 - O Silêncio dos Vencidos, SP, Brasiliense, 1982.
- _____ - O Nascimento das Fábricas, SP, Brasiliense, 1982.
- _____ - Contribuição para o Estudo do Problema da Tecnologia no Desenvolvimento da Indústria no Brasil, SP, Instituto "Roberto Simonsen", 1978.

- Donzelot, Jacques - A Polícia das Famílias, RJ, Graal, 1980.
- Dulles, J.F. - Anarquistas e Comunistas no Brasil, RJ, Nova Fronteira, 1977.
- Engels, F. - A Situação da Classes Trabalhadora em Inglaterra, Porto, Ed. Afrontamento, 1975.
- Fausto, Boris - Trabalho Urbano e Conflito Social, SP, Difel, 1976.
- _____ - Crime e Cotidiano: A Criminalidade em São Paulo (1880-1824), SP, Brasiliense, 1984.
- Flandrin, Jean-Louis - Le Sexe et L'Occident, Paris, Seuil, 1981.
- Foucault, Michel - Vigiar e Punir, Petrópolis, Ed. Vozes, 1977.
- _____ - Microfísica do Poder, RJ, Graal, 1979.
- _____ - História da Sexualidade: A Vontade de Saber, RJ, Graal, 1977.
- Freire, Jurandir C. - Ordem Médica e Norma Familiar, RJ, Graal, 1979.
- Gomes, Angela M. de Castro - Burguesia e Trabalho, RJ, Ed. Campus, 1979.
- Guérin, Daniel - Anarquismo, RJ, Ed. Germinal, 1968.
- _____ - Proudhon, Porto Alegre, LPM, 1980.
- _____ - Bakunin, Porto Alegre, LPM, 1983.
- _____ - Malatesta, Porto Alegre, LPM, 1984.
- _____ - O Anarquismo e a Democracia Burguesa, SP, Global Ed., 1979.

- Guzzo Decca, Maria Auxiliadora - A Vida fora das Fábricas: Cotidiano Operário em São Paulo, (1927-1934), Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1983.
- Gutman, Herbert - "Work, Culture, and Society in Industrializing America, 1815-1919", in American Historical Review, vol. 78, nº 3, June 1973.
- Hall, Michel e Pinheiro, P.S. - A Classe Operária no Brasil, vol. 1 e 2, SP, Ed. Alfa-Ômega, 1979.
- Hardman, F.F. - Nem Pátria Nem Patrão, SP, Brasiliense, 1983.
- Hobsbawm, Eric - Os Trabalhadores, RJ, Paz e Terra, 1981.
- _____ - Revolucionários, RJ, Paz e Terra, 1982.
- _____ - Rebeldes Primitivos, RJ, Zahar, 1978.
- Joll, James - Anarquistas e Anarquismo, Lisboa, Publicações Don Quixote, 1977.
- Jones, Kathleen - "Sentiment and Science: The Late Nineteenth Century Pediatrician as Mother's Advisor", in Journal of Social History, outono 1983.
- Jong, Rudolf de - "Algumas Considerações sobre a Concepção Libertária de Mudança Social e Revolucionária", in O Estado Autoritário e Movimentos Populares, RJ, Paz e Terra, 1979.
- Khoury, Yara - As Greves de 1917 em São Paulo, SP, Cortez Edit., 1981.
- Kropotkin, Pier - Folhetos Revolucionários, vols. 1 e 2, Barcelona, Tusquets Editor, 1977.
- Lenin, V.I. - El Desarrollo de la Industria Pesada y la Electrication del País, Moscou, Editorial Progreso, 1978.
- Leuenroth, Edgard - Anarquismo, Roteiro da Libertação Social, RJ, Mundo Livre, 1963.
- _____ - O que é o Maximalismo ou Bolchevismo? SP, 1919.

- Linhart, Robert - Lénine, Les Paysants, Taylor, Paris, Seuil, 1979.
- Machado, Roberto e outros - Danação da Norma, RJ, Graal, 1978.
- Magnani, Silvia - O Movimento Anarquista em São Paulo, SP. Brasiliense, 1982.
- Malatesta, E. - Hacia una Nueva Humanidad, Porto Alegre, Ed. Prôa, 1969.
- Maram, Sheldon - Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, RJ, Paz e Terra, 1979.
- Marglin, Stephen - "Origens e Funções do Parcelamento das Funções. Para que servem os Patrões?", in Divisão Social do Trabalho e Modo de Produção Capitalista, Porto, Publicações Escorpião, 1976.
- Maroni, Amnêris - A Estratégia da Recusa, SP, Brasiliense, 1982.
- Marx, Kari - O Capital, vol. 1, México, Fondo de Cultura Económica, 1946.
- _____ - A Ideologia Alemã, Lisboa, Ed. Presença, 1974.
- _____ - A Miséria da Filosofia, SP, Grijalbo, 1976.
- Montgomery, David - Workers' Control in America, New York, Cambridge University Press, 1979.
- Moraes FQ, Evaristo - Idéias Sociais de Jorge Street, Senado Federal, Fundação Casa de Rui Barbosa, MEC.
- Morel, Marie-France - "Savoirs Populaires, Pouvoir Medical", in Politiques D'Aujourd'hui, França. Maio/Junho 1976
- Moreira Leite, Míriam - "Quem foi Maria Lacerda de Moura?", in Revista Educação e Sociedade, nº 2, jan. 1979.
- _____ - Caminhos de Maria Lacerda de Moura, São Paulo, tese de doutoramento, USP, mimeo.

- Moura, Esmeralda Blanco B. - Mulheres e Menores no Trabalho Industrial: Os Fatores Sexo e Idade na Dinâmica do Capital, Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 1982.
- Moura, Maria Lacerda - Han Ryner e o Amor Plural, São Paulo, Ed. Unitas, 1932.
- _____ - A Mulher é uma Degenerada, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1932.
- _____ - Amai e ... não vos Multipliqueis, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1932.
- _____ - Religião do Amor e da Beleza, São Paulo, "Typ. Condor", 1926.
- Mumford, Lewis - A Cidade na História, São Paulo, Martins Fontes/Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- Munakata, Kazumi - Algumas Cenas Brasileiras, Campinas, Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1983 (mimeo).
- Oiticica, José - A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos, SP, Econômica Ed., 1983, 2a. ed.
- Parent-Duchâtelet, Alexandre - La Prostitution à Paris au XIX^e Siècle, Paris, Seuil, 1981.
- Pena, Maria Valéria Junho - Mulheres e Trabalhadores. Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril, RJ, Paz e Terra, 1981.
- Penteado, Jacob - Memórias de um Postalista, SP, Livraria Martins Editora.
- _____ - Belenzinho, 1910 (Retrato de uma Época), SP, Martins, 1962.
- Perrot, Michelle - Les Ouvriers en Grève, Paris, Mouton, 1974, 2 vols.

- Pinheiro, Paulo Sérgio - "Trabalho Industrial no Brasil: uma Revisão", Estudos CEBRAP (14), out-dez., 1975.
- Reberioux, Madeleine - "L'Ouvrière", in Misérable et Glorieuse, La Femme du XIXe. siècle, Fayard, 1980.
- Ribeiro, Maria Alice Rosa - Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista, Campinas, Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1980, mimeo.
- Rodrigues, Edgar - Socialismo e Sindicalismo no Brasil, RJ, Laemmert, 1969.
- _____ - Nacionalismo e Cultura Social, 1913-1922, RJ, Laemmert, 1972.
- _____ - Alvorada Operária, RJ, Mundo Livre, 1979.
- _____ - Os Anarquistas. Trabalhadores Italianos no Brasil, SP, Global, 1984.
- Rolnik, Raquel - Cada um em seu Lugar, SP, Dissertação de Mestrado, USP, 1981.
- Sandrin, Jean - Enfants Trouvés, Enfants Ouvriers, XVIIe.-XIXe. Siècle, Aubier, 1982.
- Segnini, Líliliana R.P. - Ferrovía e Ferrovíários, SP, Cortez Editora, 1982.
- Shorter, Edward - Naissance de la Famille Moderne, Paris, Seuil, 1977.
- Simão, Azis - Sindicato e Estado, SP, Ática, 1981.
- Scott, J. e Tilly, L. "Women's Work and the Family in Nineteenth - Century Europe", in Comparative Studies in Society and History, jan. 1975, vol. 17/nº 1.

Stein, Stanley - Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil, RJ, Campus, 1979.

Thompson, E.P. - La Formacion Historica de la Clase Obrera, Barcelona, Editorial Laia, 1977, 3 vols.

_____ - Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase, Barcelona, Crítica/Grijalbo, 1979.

Tragtenberg, Maurício - Administração, Poder e Ideologia, SP, Ed. Moraes, 1980.

_____ - "Francisco Ferrer e a Pedagogia Libertária", in Revista Educação e Sociedade, nº 1, 1978.

Zeldin, Theodore - Histoire des Passions Françaises. I' Ambition et Amour. Paris, Seuil, 1980.

Woodcock, George - Os Grandes Escritos Anarquistas, Porto Alegre, LPM, 1981.

- Anarquismo, uma história das idéias e movimentos libertários, Porto Alegre, LPM, 1983, 2 vols.

- REVISTAS: RECHERCHES: Disciplines à Domicile, Paris, Cerfi, 1977, nº 28.
L'Haleine des Faubourgs, Paris, Cerfi, 1978.
Le Petit Travailleur Infatigable, Paris, Cerfi, 1976, nº 25.
Le Soldat du Travail, Paris, Cerfi, 1978, nº 32-33.

- FONTES PRIMÁRIAS:

a) Imprensa Operária:

A Lanterna, S.Paulo, 1901.
 A Terra Livre - S.Paulo, 1905.
 A Voz do Trabalhador, RJ, 1908.
 A Plebe, S.Paulo, 1917.
 O Amigo do Povo. S.Paulo, 1902.
 La Battaglia, S.Paulo, 1904.

b) Imprensa Oficial:

O Estado de São Paulo

c) Boletins, Circulares, Anais e outros:

Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, 1911-1920. S. Paulo.

Circulares do Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de S.Paulo. - 1921/1928 - São Paulo.

Anais do 1º Congresso de Habitação - 1931 - São Paulo.

Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Ifigênia, apresentado ao dr. Cesário Motta Júnior, 1893.

- Relatório apresentado à Administração Sanitário do Estado pelo Inspetor Sanitário Dr. Evaristo da Veiga, em Relatório apresentado ao sr. Dr. Presidente do Estado de S. Paulo pelo Dr. Cesário Motta Júnior, em 28/3/1894.

- 1º Relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, RJ, 1875.

- Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira: Centenário de Fundação da Fábrica Cedro (1872-1972).

Fábrica do Cedro (MG), 1972.

d) Teses Médicas:

Neves, Juvenal Martiniano - Do Aleitamento Natural, Artificial e Mixto e Particularmente do Mercenário em relação às condições em que ele se acha no Rio de Janeiro, tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 22/12/1873.

Borba Júnior, Antonio de Azevedo - O Aleitamento Materno sob o ponto de vista médico-social, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia, 1913.

Assunção, Francisco Vitorino - Garantia Sanitária da Prole, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia 1909.

Graziano, Vicente - Mortalidade Infantil em São Paulo, SP, Escolas Profissionais Salesianas, 1909.

Soares, Mario - Da Profilaxia do Alcool, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia, 1926.

Cunha, Cyro Vieira - De como se deve Combater o Alcoolismo no Brasil, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1922.

Camargo Filho, Messias T. - Condições Psicológicas que influem nos acidentes de trabalho, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, 1922.

Moraes, Benjamim V. - Da Simulação nos Acidentes de Trabalho, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina de São Paulo, 1931.

Cortez, Etelvino - Profilaxia Pública da Sífilis, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1922.

Macedo, F. Ferraz - Da Prostituição, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1873.

Carvalho, Mario Ferreira - Considerações em torno da Esterilidade Feminina, tese de doutoramento apresentada à Fac. de Medicina do Rio de Janeiro, 1922.

Camillo, Alexandre A. - O Onanismo na Mulher; sua influência sobre o físico e o moral, tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1886.

Goulart, Flávio - Profilaxia da Sífilis, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1922.

Prata, Francisco H. - Higiene da Habitação, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia, 1918.

Heredia de Sá, M.A. - Algumas Reflexões sobre a Cópula, o Onanismo e a Prostituição, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845.

Sampaio, Antonio J. - Da Inconveniência da Liberdade Ilimitada no Exercício da Prostituição, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia, 1912.

Borges, José I. - A Regulamentação da Prostituição, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

e) Artigos, livros e outros:

Ferreira, Clemente - "A Tuberculose em São Paulo e o Estado Atual da Luta Anti-Tuberculose entre nós", in Anais do 19º Congresso Médico Paulista, SP, de 3 a 10 de dezembro de 1916, vol. III, 1917.

Paula Souza, Geraldo - "Organização da Higiene Pública", in A FOLHA MÉDICA, 16/11/1927 (2ª parte)

- "Organização da Higiene Pública", in A

FOLHA MÉDICA, 1/11/1927 - (1.^a parte)

Paula Souza, Geraldo - "Custos de um Programa de Saúde", in A FOLHA MÉDICA, 1/12/1927.

_____ - "Algumas Considerações sobre a Mortalidade de Infantil em São Paulo", in Anais Paulistas de Medicina e Cirurgia, dez. 1923, ano XI, nº 12.

Fontenelle, J.P. - "O Trabalho de Saúde Pública", A FOLHA MÉDICA, 1/2/1927.

Amarante, João - "Cuidados com o lactante normal", A FOLHA MÉDICA, 1/7/1927, .

_____ - "A atividade mental da criança e a educação", A FOLHA MÉDICA, 7/7/1927.

_____ - "O Problema da Criança em Saúde Pública", A FOLHA MÉDICA, 1/5/1927.

Barbosa, Placido - "A Habitação e a Tuberculose", A FOLHA MÉDICA, 7/1927.

Silva, Simões - Fiscalização da Prostituição em favor da Infância. Memória apresentada ao 19 Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, agosto/setembro de 1922, Rio de Janeiro - ro, Imprensa Nacional, 1924.

Vaz, Franco - O Problema da Infância Abandonada em Geral, Rio de Janeiro, 1917.

Moncorvo Fº, A. - Histórico da Proteção à Infância no Brasil, 1500-1922, Rio de Janeiro, Emp. Graphica Ed., 1926.

_____ - "Em torno do Berço", Conferência médico-social realizada no Cinema Odeon, 11/3/1914, RJ, Tipografia Batista de Souza, 1914.

_____ - Higiene Infantil, RJ, 1918.

Pimentel, A.M. - Subsídios para o Estudo da Higiene do Rio de Janeiro, RJ, Tipografia de Carlos Gaspar da Silva, 1890.

Noe, Azevedo, - Dos Tribunais Especiais de Menores Delinquentes, SP, 1920.

Basílio, Taciano - Castigo às Crianças. Memória apresentada ao 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, RJ, Tipografia Revista dos Tribunais, 1922.

Guanabara, Alcindo - "Pela Infância Abandonada e Delinquente no Distrito Federal". Exposição de Motivos e Projetos de Lei apresentado no Senado em 21 de agosto de 1917.

Motta, Cândido - Classificação dos Criminosos, dissertação para concurso na Faculdade de Direito de S.Paulo, SP, 1897.

_____ - Prostituição, Polícia de Costumes. Lenicínio, relatório apresentado ao Exmo. Dr. Chefe de Polícia, SP, 1897.

Ferreira, Tolstoi de Paula - Subsídios para a História da Assistência Social em S.Paulo, Revista do Arquivo Municipal, SP, ano VI, vol. LXVII, junho/1940.

Simonsen, Roberto - "O Trabalho Moderno", in À Margem da Profissão, S.Paulo, S.Paulo Editora, 1932.

Piccarolo, Antonio e Finocchi, Lino - O Desenvolvimento Industrial de São Paulo. Através da Primeira Expansão Municipal, S. Paulo. POCAI & CIA., 1918.

Bandeira Júnior, Antonio F. - A Indústria no Estado de S.Paulo em 1901, S.Paulo, Diário Oficial, 1901.

REVISTA: Renascença, revista de Arte e Pensamento, dirigida por Maria Lacerda de Moura - S.Paulo, 1923 - (5 n.ºs).

BIBLI TECAS E ARQUIVOS

Biblioteca "Mário de Andrade"

Biblioteca do Instituto de Higiene de S.Paulo

Biblioteca da Faculdade de Direito S.Francisco

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Arquivo Edgard Leuenroth

Arquivo do Estado de São Paulo.